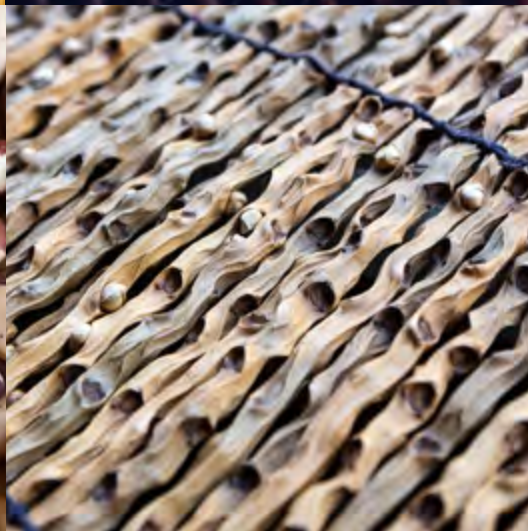
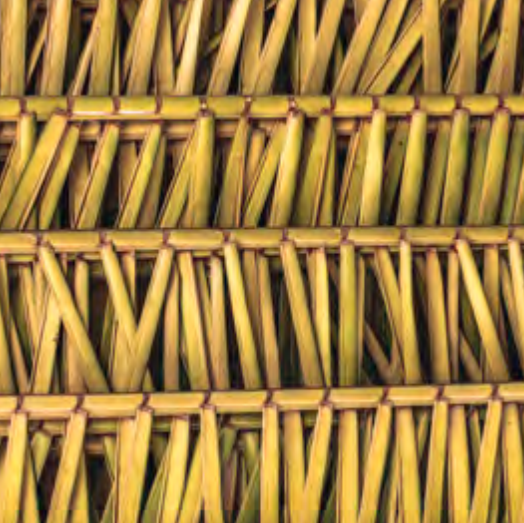
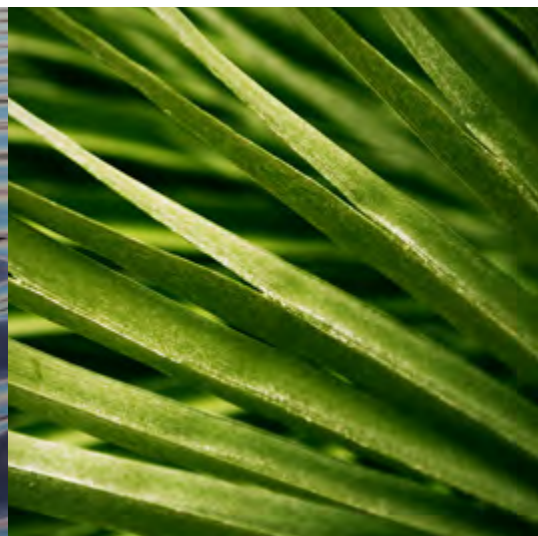




FUNDO AMAZONIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2020



Mensagem do Presidente

O ano de 2020 ficará para sempre marcado pela pandemia de Covid-19. Foi com muito pesar que acompanhamos sua disseminação e o sofrimento causado pelo avanço da doença em nosso país e em todo o planeta. O BNDES engajou-se em diversas frentes de combate aos impactos sociais, econômicos e sanitários decorrentes da pandemia que se desenrolaram durante o ano. Foram muitos os desafios enfrentados por todos, e nos solidarizamos com as perdas sofridas por tantas famílias.

O BNDES conseguiu se adaptar rapidamente ao modo de trabalho remoto e com isso manter em pleno funcionamento seus instrumentos de apoio ao desenvolvimento do país. No caso do Fundo Amazônia, a distância física não impediu que as atividades continuassem, com diálogo intenso com as instituições apoiadas para monitorar os possíveis impactos negativos causados pela pandemia.

Ao chegar a seu 12º relatório de atividades, o Fundo Amazônia mantém seu compromisso com a transparência de informações. O registro dos resultados, desafios e aprendizados tem sido feito de diversas formas, como pode ser verificado nesta publicação e no *website* do fundo. Em www.fundoamazonia.gov.br é possível encontrar, por exemplo, informações sobre os projetos apoiados e as avaliações de efetividade dos projetos concluídos realizadas por especialistas independentes.

Apesar de as negociações entre o Brasil e os países doadores ainda não terem chegado a bom termo, possibilitando a retomada da aprovação de novos projetos, a execução da carteira de projetos apoiados segue sem interrupções. Foram desembolsados R\$ 131 milhões em 2020 e mais R\$ 522 milhões o serão nos próximos anos para projetos já contratados, em prol de ações de combate ao desmatamento, da promoção da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável.

A importância da agenda da sustentabilidade é uma realidade no Brasil e no mundo, e a busca por meios mais eficientes para sua implementação deve estar cada vez mais integrada aos processos decisórios, sejam eles econômicos, sociais ou políticos. Uma Amazônia vibrante com todas as suas riquezas sendo adequadamente valorizadas é a visão que deve ser perseguida, onde o progresso socioeconômico caminha de mãos dadas com a proteção ambiental.

Gustavo Henrique Moreira Montezano

PRESIDENTE DO BNDES



Sumário

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	4
INTRODUÇÃO	6
Apresentação	7
Objetivos do Fundo Amazônia	7
Evolução recente, desafios e perspectivas.....	9
Dados sobre o desmatamento na Amazônia Legal	11
GOVERNANÇA, CAPTAÇÃO E COMUNICAÇÃO	13
Governança do Fundo Amazônia	14
Captação de recursos	16
Comunicação.....	21
DESEMPENHO OPERACIONAL	24
Perfil da carteira de projetos	25
Aspectos contábeis e financeiros	28
Auditorias.....	30
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS.....	31
Contextualização	33
Quadro Lógico do Fundo Amazônia	34
Monitoramento de indicadores regionais.....	36
Quadro de resultados dos projetos	50
Salvaguardas do Fundo Amazônia	58
Contribuição do Fundo Amazônia para os objetivos de desenvolvimento sustentável	60
Promoção da equidade de gênero em projetos de produção sustentável.....	62



Avaliação de efetividade	63
Gestão de riscos do Fundo Amazônia	65
PROJETOS CONCLUÍDOS	71
Projetos concluídos até 2019	148
PROJETOS EM EXECUÇÃO	153
ANEXOS	164
ANEXO 1 – Relatório de auditoria e demonstrações financeiras do Fundo Amazônia.....	165
ANEXO 2 – Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos e focos de atuação para o biênio 2017-2018	182
ANEXO 3 – Cancelamentos, alterações de valores e suplementações	195
ANEXO 4 – Modelo de quadro de resultados para projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.....	199
ÍNDICE DE PROJETOS.....	209



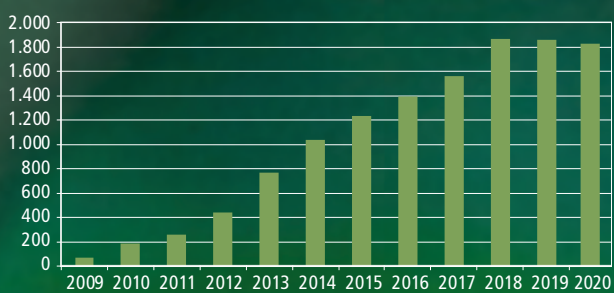
SUMÁRIO EXECUTIVO

**FUNDO
AMAZÔNIA**

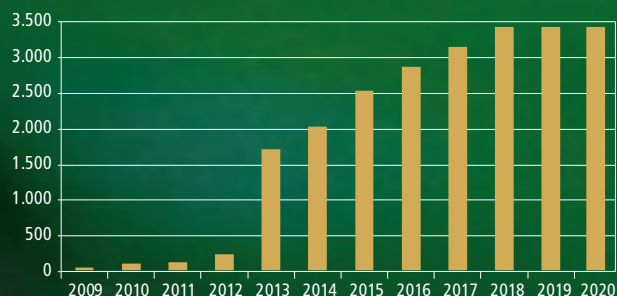
FUNDO AMAZÔNIA: apoia com recursos não reembolsáveis ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal.

Até 20% de seus recursos podem ser utilizados no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

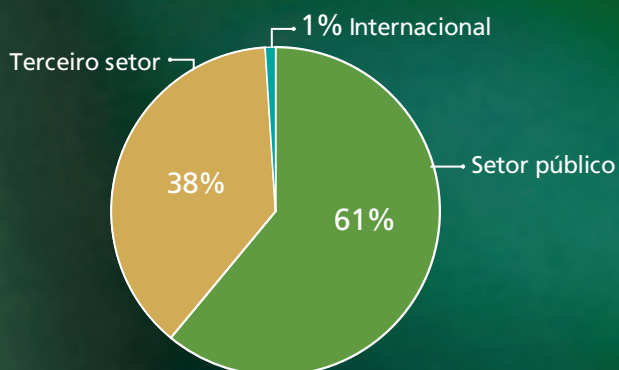
EVOLUÇÃO DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA (R\$ MILHÕES, ACUMULADO)



EVOLUÇÃO DAS DOAÇÕES RECEBIDAS (R\$ MILHÕES, ACUMULADO)



NATUREZA DAS INSTITUIÇÕES APOIADAS (% DO VALOR)



COM AS AÇÕES APOIADAS, FORAM ALCANÇADOS OS SEGUINTE RESULTADOS:



1,4 milhão
de imóveis rurais inscritos no
Cadastro Ambiental Rural (CAR)



1.620 missões
de fiscalização ambiental efetuadas



507 organizações
comunitárias fortalecidas



202 mil
pessoas beneficiadas com
atividades produtivas sustentáveis



190 unidades
de conservação apoiadas

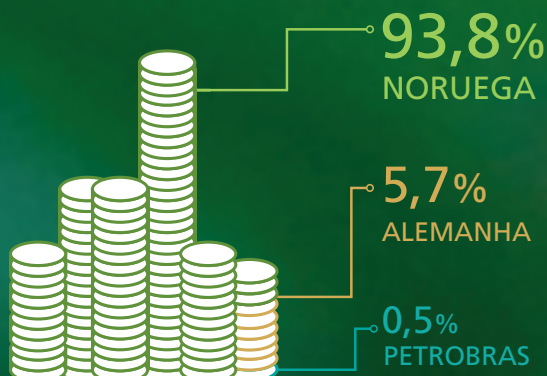


65% da área
das terras indígenas
da Amazônia apoiadas



596 publicações
científicas ou informativas produzidas

ORIGEM DAS DOAÇÕES



12 ANOS DE ATUAÇÃO

Criado em 1º de agosto de 2008 (Decreto 6.527), o fundo começou a operar em 2009.

Em 2020, chegou ao total de:



102

PROJETOS
APOIADOS



R\$ 1,3

bi DESEMBOLSADO



R\$ 1,8

TOTAL DE
APOIO



R\$ 3,4

bi EM DOAÇÕES
RECEBIDAS

NÚMERO DE PROJETOS APOIADOS POR LOCALIZAÇÃO



GESTÃO E GOVERNANÇA

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)

A gestão do fundo é realizada pelo BNDES, responsável por contratar e monitorar os projetos apoiados, bem como por divulgar as atividades e os resultados.

A estrutura de GOVERNANÇA era composta,* até o dia 28 de junho de 2019, por dois comitês:

COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA (COFA)

Integrado por representantes do Governo Federal, dos governos estaduais e da sociedade civil. O COFA determinava as diretrizes e acompanhava os resultados obtidos pelo fundo.

COMITÊ TÉCNICO DO FUNDO AMAZÔNIA (CTFA)

Composto por especialistas independentes, o CTFA atestava as reduções de emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

São 37 projetos concluídos desde o início da operação do Fundo Amazônia, com resultados, atividades realizadas e lições aprendidas disponibilizados no *website* e nos relatórios de atividades do fundo. São 11 projetos com avaliações de efetividade realizadas por especialistas externos, e mais 17 projetos em processo de avaliação.

Publicada a Avaliação de Efetividade do Fundo Amazônia, realizada por equipe de consultores independentes, no *website* do Fundo Amazônia. Essa avaliação compreendeu o período de 2009 a 2018, correspondente aos dez primeiros anos de atuação do Fundo Amazônia.

TRANSPARÊNCIA

Publicação de informações atualizadas sobre os projetos apoiados, doações recebidas, governança do fundo, bem como avaliações de efetividade do Fundo Amazônia.

www.fundoamazonia.gov.br

* Veja explicação detalhada na seção "Governança do Fundo Amazônia" do capítulo "Governança, Captação e Comunicação" deste relatório.



INTRODUÇÃO





Apresentação

O Fundo Amazônia é uma iniciativa pioneira de financiamento de ações de Redução de Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD+).¹ Foi proposto pelo Brasil em 2007, na 13ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), e teve sua criação autorizada ao BNDES, em 2008, por meio do Decreto Presidencial 6.527.

Foi constituído para receber doações voluntárias para aplicação não reembolsável em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, de conservação e de uso sustentável da Amazônia Legal. Além disso, até 20% dos recursos do fundo podem ser destinados ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento no restante do Brasil e em outros países com florestas tropicais.

Em virtude da promulgação do Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019, que estabeleceu regras para colegiados da administração pública federal, os dois comitês que compunham a governança do Fundo Amazônia – o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) – foram extintos em 28 de junho de 2019.

O Fundo Amazônia já recebeu aproximadamente R\$ 3,4 bilhões em doações, dos quais, 93,8% são provenientes do governo da Noruega, 5,7%, do governo da Alemanha, por meio do KfW Entwicklungsbank, e 0,5%, da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Em relação ao apoio a projetos, o Fundo Amazônia termina o ano de 2020 com uma carteira de 102 projetos apoiados, dos quais, 37 estão concluídos. Os recursos financeiros alocados nos projetos apoiados somam cerca de R\$1,8 bilhão. Desse valor, 71% já foram desembolsados.

Objetivos do Fundo Amazônia

Para alcançar seus objetivos, o Fundo Amazônia apoia projetos em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal nas seguintes áreas temáticas especificadas no Decreto 6.527/2008:

- I. gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- II. controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- III. manejo florestal sustentável;
- IV. atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;

¹ REDD+ é um instrumento desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) para recompensar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados relacionados a atividades de: (i) redução das emissões provenientes de desmatamento; (ii) redução das emissões provenientes de degradação florestal; (iii) conservação dos estoques de carbono florestal; (iv) manejo sustentável de florestas; e (v) aumento dos estoques de carbono florestal.



- V. zoneamento ecológico-econômico (ZEE), ordenamento territorial e regularização fundiária;
- VI. conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- VII. recuperação de áreas desmatadas.

O decreto prevê ainda a utilização de até 20% dos recursos do fundo no apoio ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em florestas tropicais de outros países.

O Fundo Amazônia no BNDES

O BNDES, empresa pública federal fundada em 1952, atua no financiamento de diversos segmentos da economia brasileira, como infraestrutura, indústria, micro e pequenas empresas, entre outros, com uma atuação que incentiva a inovação, o desenvolvimento territorial e as boas práticas socioambientais. Além disso, tem como um de seus objetivos estratégicos contribuir para a modernização do Estado brasileiro, com a melhoria da qualidade e da eficiência na prestação dos serviços de educação, saúde e segurança.

A missão do BNDES é viabilizar soluções que adicionem investimentos para o desenvolvimento sustentável da nação brasileira. Em sua história, o Banco apresenta um legado expressivo de resultados para o desenvolvimento do Brasil.

O exercício de suas diversas atividades requer a capacitação permanente de seus empregados, admitidos por meio de concurso público em âmbito nacional. As decisões do BNDES são fundamentadas por parâmetros técnicos e submetidas à auditoria e ao controle de órgãos externos.

Para o BNDES, responsabilidade social e ambiental significa valorizar e integrar as dimensões social e ambiental em suas estratégias, políticas, práticas e procedimentos e em todas as suas atividades, incluindo seu relacionamento com as partes interessadas: empregados, clientes e usuários de seus produtos e serviços, comunidades impactadas por sua atuação, fornecedores e outros parceiros. Essa definição assim como diretrizes e princípios para uma atuação social e ambientalmente responsável do Banco estão dispostas na Política Corporativa de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), cuja versão mais recente foi aprovada em 2019 por seu Conselho de Administração.

O BNDES dispõe de um amplo portfólio de instrumentos financeiros para a promoção do desenvolvimento sustentável, oferecendo condições mais atrativas de apoio a setores com externalidade ambiental positiva, a exemplo de energia renovável, saneamento, mobilidade urbana e restauração florestal. Em 2020, o valor do apoio do Banco destinado à economia verde foi da ordem de R\$ 7,3 bilhões, tendo representado cerca de 11,3% dos desembolsos totais.

Além disso, diante dos riscos e oportunidades relacionados à agenda socioambiental, o BNDES dispõe de planos de ação trienais voltados para promover avanços progressivos em sua atuação, em linha com a PRSA. Tais planos são aprovados pelo Conselho de Administração e submetidos ao Banco Central do Brasil, e têm



sua execução monitorada pelo Comitê de Sustentabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Territorial (CSS) do BNDES e acompanhada pela sociedade, por meio de relatórios publicados ao término do período de execução de cada plano, apresentando realizações e dificuldades na implementação das ações previstas.

As entregas do BNDES para a sociedade, tanto em relação a operações de crédito, quanto ao banco de serviços, são demonstradas em métricas alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) no âmbito da agenda 2030 – um plano de ação para erradicar a pobreza e promover a vida digna em todo o mundo até 2030. Para dar transparência a sua atuação, o BNDES iniciou, em novembro de 2019, o Portal ODS, com os desembolsos distribuídos por estados. Em 2020, houve uma ampliação do escopo do Portal ODS, que agora divulga a contribuição do BNDES para todos os 17 ODS.

Evolução recente, desafios e perspectivas

O ano de 2020 foi criticamente impactado pela pandemia de Covid-19, que se espalhou pelo mundo. No Brasil, incluindo a região Norte, a pandemia provocou um impacto negativo relevante na saúde das pessoas e nas atividades econômicas, acentuando as desigualdades sociais e econômicas já existentes. No âmbito do Fundo Amazônia, os projetos apoiados também foram impactados. Desde o início da pandemia, a equipe do Fundo Amazônia entrou em contato com as instituições apoiadas para conhecer as dificuldades enfrentadas pelos projetos, de forma a avaliar a necessidade de ajustes tanto nas atividades quanto nos cronogramas de execução.

Com relação à evolução da taxa de desmatamento anual da Amazônia, o resultado verificado em 2020 manteve a tendência de alta que vem sendo registrada de forma mais consistente desde 2014. A área desmatada foi de aproximadamente 11.088 km², o que representa um aumento de 9,5% em relação ao ano anterior.

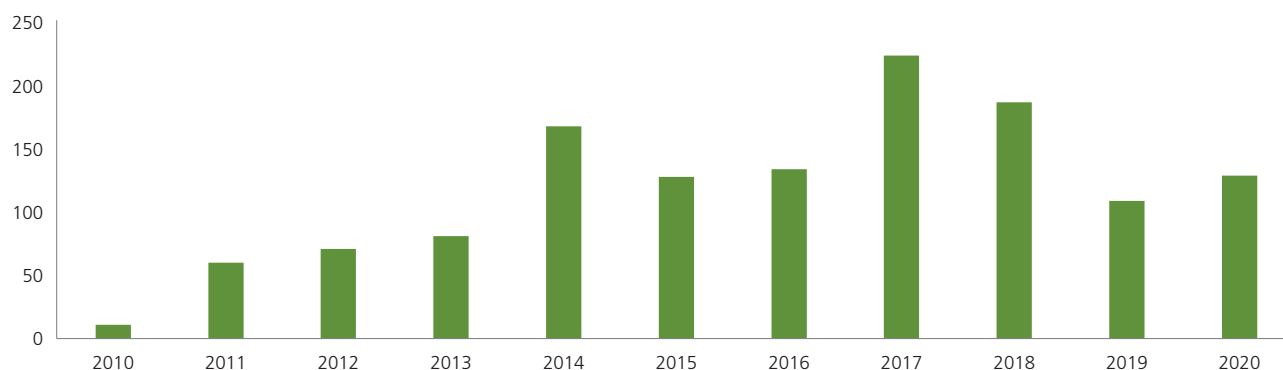
Em 2020, as análises e aprovações de novos projetos com recursos do Fundo Amazônia continuaram suspensas em decorrência de alterações na governança do fundo. Conforme já relatado, o Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019, estabeleceu novas regras para colegiados da administração pública federal, levando à extinção, desde 28 de junho daquele ano, dos dois comitês que compunham a governança do Fundo Amazônia, a saber, o COFA e o CTFA.

O Fundo Amazônia prosseguiu com as atividades de gestão relacionadas a sua significativa carteira de projetos em implementação, abrangendo os quatro eixos de atuação do fundo, quais sejam: (i) “produção sustentável”; (ii) “monitoramento e controle”; (iii) “ordenamento territorial”; e (iv) “ciência, inovação e instrumentos econômicos”. Para essa carteira de 102 projetos, dos quais 37 estão concluídos, o



Fundo Amazônia realizou desembolsos de aproximadamente R\$ 131 milhões. O valor desembolsado este ano foi 20% maior do que o realizado em 2019, e somente 15% inferior à média dos últimos sete anos. Passados os primeiros anos de operação, o fundo registrou, a partir de 2014, desembolsos anuais acima de R\$ 100 milhões.

GRÁFICO 1 – DESEMBOLSOS ANUAIS DO FUNDO AMAZÔNIA (R\$ MILHÃO)



Fonte: BNDES.

Em 2020, mais dez projetos foram concluídos, totalizando 37 projetos concluídos desde o início de operação do Fundo Amazônia. A conclusão abrange a prestação final de contas de todos os recursos recebidos pela instituição executora, o envio dos relatórios finais, que incluem aspectos como os desafios enfrentados durante a implementação do projeto e a realização, pelo BNDES, de uma avaliação de resultados, disponibilizada no *website* e nos relatórios de atividades do Fundo Amazônia.

Os projetos concluídos realizaram um conjunto amplo de ações em prol da redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. Em 2020, esses projetos tinham naturezas distintas: um projeto estadual, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA); um projeto municipal, do município de Carlinda (MT); quatro projetos do terceiro setor voltados à produção sustentável; e outros quatro projetos do terceiro setor voltados ao apoio aos povos indígenas da região. No capítulo “Projetos concluídos” deste relatório, são apresentadas diversas informações sobre esses projetos, como atividades realizadas, indicadores de eficácia e efetividade, aspectos institucionais e administrativos associados ao desenvolvimento dos projetos, riscos identificados e lições aprendidas.

Outro fato marcante do ano de 2020 relaciona-se ao tema do monitoramento e avaliação de resultados. Foi dado início às avaliações temáticas independentes da efetividade dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia em relação a: (i) fortalecimento dos órgãos estaduais de meio ambiente (Oema); (ii) prevenção e combate aos incêndios florestais; e (iii) promoção das cadeias de produção sustentável (avaliações *ex post*). Essas avaliações são realizadas por consultores independentes e representam o estado da arte no tema, sendo conduzidas no âmbito da cooperação técnica com a agência alemã GIZ.²

² Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ).

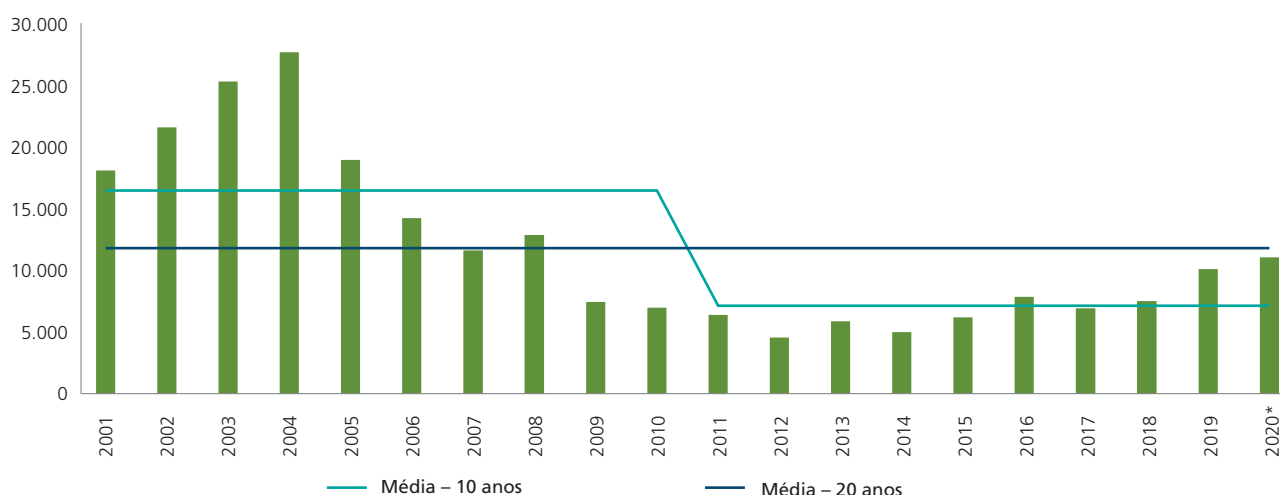


Não obstante as dificuldades de 2020, o BNDES reafirma seu compromisso com a transparência e as boas práticas de gestão que marcaram os 12 anos de operação do Fundo Amazônia, em prol da conservação florestal e do apoio ao desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Dados sobre o desmatamento na Amazônia Legal

Em 2020, o desmatamento na região³ foi de 11.088 km², registrando um aumento de 9,5% em relação ao ano anterior. Essa taxa confirma a tendência de crescimento observada desde 2014, quando a taxa anual foi de 5.012 km². Como podemos observar no Gráfico 2, a taxa de 2020 ficou 55% acima da média dos últimos dez anos, que foi de 7.169 km². Em comparação com a média dos últimos vinte anos, de 11.850 km², a taxa de 2020 ainda é 7% inferior.

GRÁFICO 2 | DESMATAMENTO ANUAL NA AMAZÔNIA LEGAL, POR CORTE RASO (KM²)



Fonte: BNDES.

* Dados preliminares.

³ As taxas anuais são estimadas com base nos incrementos de desmatamento identificados em cada imagem de satélite que cobre a Amazônia Legal. A apresentação dos dados é realizada ao fim de cada ano, de forma preliminar. Os dados consolidados são apresentados no primeiro semestre do ano seguinte.
Ver: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>



Na Tabela 1, são mostradas as taxas de desmatamento de 2020 nos estados que compõem a Amazônia Legal, em comparação às taxas de desmatamento do ano anterior.

TABELA 1 | DESMATAMENTO POR ESTADO

Estados	Desmatamento 2019 (km²)	Desmatamento 2020* (km²)	Variação desmatamento 2020/2019 (%)
Acre	682	652	(4)
Amazonas	1.434	1.521	6
Amapá	32	81	153
Maranhão	237	290	22
Mato Grosso	1.702	1.767	4
Pará	4.172	5.192	24
Rondônia	1.257	1.259	0
Roraima	590	300	(49)
Tocantins	23	26	13
Amazônia Legal	10.129	11.088	9,5

Fonte: Prodes/Inpe.

* Dados preliminares.

Observando os dados relativos aos estados que compõem a Amazônia Legal, podemos verificar que o desmatamento teve grande crescimento no Pará, responsável por 47% do total da área desmatada na Amazônia Legal em 2020. Nos estados do Amazonas, de Mato Grosso e de Rondônia, que apresentam taxas acima de 1.000 km², e representaram 41% da taxa do ano, o desmatamento permaneceu estável.

O desmatamento no estado do Acre permaneceu estável, com 652 km², e o estado do Maranhão ficou no nível de 300 km². O Amapá registrou o maior aumento percentual, mas ainda em níveis absolutos relativamente baixos. E o Tocantins continua registrando os menores índices, com 26 km² no ano.





GOVERNANÇA, CAPTAÇÃO E COMUNICAÇÃO



Governança do Fundo Amazônia

Até o dia 28 de junho de 2019, o Fundo Amazônia contou com uma estrutura de governança composta por dois comitês, dos quais faziam parte representantes do Governo Federal, dos governos dos estados da Amazônia Legal, da sociedade civil e da comunidade científica, conforme ilustra a Figura 1. Em decorrência do Decreto 9.759/2019, que extinguiu todos os colegiados da administração pública federal (comitês, comissões etc.) criados anteriormente a 1º de janeiro de 2019, os comitês técnico e orientador do Fundo Amazônia foram dissolvidos.

Em 2019, os governos brasileiro e dos países doadores iniciaram negociações para reestabelecer a estrutura de governança do fundo. Essas negociações prosseguiram em 2020, mas não foram finalizadas até a elaboração deste relatório.⁴

FIGURA 1 | GOVERNANÇA DO FUNDO AMAZÔNIA ATÉ 28 DE JUNHO DE 2019



⁴ Em decorrência do Decreto nº 10.223, de 5 de fevereiro de 2020, foram revogados os artigos relacionados à participação no Comitê Orientador do Fundo Amazônia e seus objetivos.



Comitê Técnico do Fundo Amazônia

Instituído pela Portaria MMA 345, de 22 de outubro de 2008, o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) teve por atribuição atestar as emissões de carbono oriundas de desmatamento calculadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Para tanto, avaliava a metodologia de cálculo da área desmatada e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

O CTFA reunia-se ordinariamente uma vez por ano e era formado por especialistas de notório saber técnico-científico, designados pelo MMA depois de consulta ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Desde a criação do Fundo Amazônia, o CTFA atestou os valores de redução das emissões expostos na Tabela 2. Sua última reunião ocorreu no dia 9 de outubro de 2018.

TABELA 2 | REUNIÕES ANUAIS DO COMITÊ TÉCNICO DO FUNDO AMAZÔNIA

Reunião	Data	Ano da redução	Valor estimado de redução das emissões (milhões de toneladas de CO ₂)
1ª	10.11.2008	2006	200,0
		2007	303,0
2ª	1.12.2009	2008	245,7
3ª	13.12.2010	2009	445,9
4ª	20.10.2011	2010	462,9
5ª	14.11.2012	2011	490,2
6ª	26.11.2013	2012	580,2
7ª	10.9.2014	2013	516,1
8ª	5.11.2015	2014	558,8
9ª	8.11.2016	2015	500,8
10ª	4.10.2017	2016	12,0
11ª	9.10.2018	2017	58,0

Fonte: BNDES.

Comitê Orientador do Fundo Amazônia

O Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) tinha por atribuição estabelecer as diretrizes e os critérios de aplicação dos recursos do Fundo Amazônia, bem como aprovar o *Relatório de Atividades do Fundo Amazônia* e as informações sobre a aplicação dos recursos.

O COFA era formado por três bancadas de representantes, das quais a primeira era composta por oito representantes do Governo Federal; a segunda, por nove representantes dos estados da Amazônia Legal; e a terceira, por seis representantes da sociedade civil. A última reunião ocorreu em dezembro de 2018.



Captação de recursos

Regras para a captação de recursos

A captação de recursos para o Fundo Amazônia era condicionada à redução das emissões de carbono oriundas do desmatamento, isto é, o Brasil precisava comprovar a redução do desmatamento na Amazônia para viabilizar a captação de novos recursos.

Para calcular o limite de captação anual do Fundo Amazônia, adotava-se um método simples e conservador, de modo a assegurar que os valores de redução das emissões não fossem sobre-estimados. De forma resumida, o cálculo para obter os valores de redução das emissões de carbono oriundas de desmatamento partia da diferença entre a taxa de desmatamento média histórica e a área desmatada efetivamente aferida no ano em avaliação, multiplicando-se esse resultado pela quantidade de carbono presente na biomassa, em toneladas de carbono por hectare. Assim, o cálculo era dado pela seguinte equação:

$$ED = (TDM - TD) * tC/ha$$

ED = redução nas emissões de carbono oriundas de desmatamento, em toneladas de carbono (tC)

TDM = taxa de desmatamento média (em hectares)

TD = taxa de desmatamento anual do período (em hectares)

tC/ha = toneladas de carbono por hectare de floresta

A taxa de desmatamento na Amazônia Legal é aferida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão público vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Competia ao MMA definir a metodologia de cálculo do limite de captação anual do Fundo Amazônia e cabia aos especialistas do CTFA, até sua extinção, atestar a redução efetiva de emissões de carbono oriundas de desmatamento em determinado período, avaliando a metodologia de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

Com base nos dados de redução das emissões, o BNDES estava autorizado a captar doações e emitir diplomas de reconhecimento à contribuição dos doadores ao fundo. Entretanto, a publicação do Decreto 10.144/2019, de 28 de novembro de 2019, revogou o artigo 2º do Decreto 6.527/2008, que autorizava “o BNDES a proceder às captações de doações e emitir diploma reconhecendo a contribuição dos doadores ao Fundo Amazônia”. Dessa forma, não se encontra mais disciplinada a possibilidade de o BNDES captar novas doações para o Fundo Amazônia, com a devida emissão de diplomas.

Doações formalizadas

Com base nos limites anuais de captação atestados pelo CTFA, o Fundo Amazônia já recebeu doações de governos estrangeiros e empresas. Foram formalizados



compromissos de doações ao Fundo Amazônia expressos em três moedas: coroa norueguesa (kr\$ ou NOK) para as doações da Noruega; euro (€ ou EUR) para as doações da Alemanha; e real (R\$ ou BRL) para as doações da Petrobrás S.A. (Petrobras), conforme detalhado mais adiante. Desse total, já foram depositados na conta do Fundo Amazônia R\$ 3.396.694.793,53 (US\$ 1.288.235.378,26).⁵

O governo da Noruega foi o primeiro e é, até o momento, o maior doador de recursos ao Fundo Amazônia, tendo efetivamente aportado o montante de US\$ 1.212.378.452,36, ou R\$ 3.186.719.318,40.

Adicionalmente, a partir de 2010, o Fundo Amazônia passou a receber o apoio do governo da Alemanha, por meio do seu banco de desenvolvimento KfW Entwicklungsbank. O governo da Alemanha aportou o total de R\$ 192.690.396,00, ou US\$ 68.143.672,60.

Em 2011, o Fundo Amazônia passou a contar com seu terceiro doador, a Petrobras, primeira empresa brasileira a contribuir para o fundo. A Petrobras aportou o montante de R\$ 17.285.079,13, equivalente a US\$ 7.713.253,30.

Conforme estabelecido no Decreto 6.527/2008, o BNDES tem a obrigação de manter segregados, em seus registros contábeis, os recursos oriundos das doações, dos quais 3% são destinados à cobertura de custos operacionais e demais despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, incluindo a contratação de auditorias.

Diplomas: reconhecimento da contribuição dos doadores

Ao captar doações para o Fundo Amazônia, o BNDES emitia diplomas informando o montante da contribuição financeira e sua correspondência em toneladas de carbono. Esses diplomas eram nominiais, intransferíveis e não geravam direitos ou créditos de qualquer natureza. Dessa forma, no diploma ficavam identificados o doador e a parcela de sua contribuição para o esforço de redução das emissões de gás carbônico. A Tabela 3 mostra os dados sobre os recursos já captados. Conforme relatado, com a publicação do Decreto 10.144/2019, de 28 de novembro de 2019, e a revogação do artigo 2º do Decreto 6.527/2008, foi suspensa a emissão de diplomas pelo BNDES.

TABELA 3 | RECURSOS CAPTADOS

Doador	Parcela	Data de ingresso dos recursos	Valor original da doação	Valor em R\$ (BRL)*	Valor em US\$ (USD)*	Toneladas de dióxido de carbono (tCO ₂)	Toneladas de carbono (tCO)	Ano da redução
Noruega	1ª	9.10.2009	NOK 123.437.000,00	36.448.350,22	20.960.578,70	4.192.115,7	1.142.265,9	2006
Noruega	2ª	9.8.2010	NOK 169.262.000,00	49.600.536,48	28.283.364,59	5.656.672,9	1.541.327,8	2006
Noruega	3ª	23.3.2012	NOK 261.273.000,00	82.144.231,20	45.149.077,28	9.029.815,0	2.462.677,0	2006
Noruega	4ª	2.10.2012	NOK 101.774.000,00	36.109.415,20	17.817.731,77	3.563.546,0	971.876,0	2006

(Continua)

⁵ As conversões dos valores das doações para US\$ e/ou R\$ presentes neste capítulo foram feitas com base na taxa de câmbio das respectivas datas do efetivo recebimento dos recursos pelo BNDES, conforme expresso nos diplomas de doações.



(Continuação)

Doador	Parcela	Data de ingresso dos recursos	Valor original da doação	Valor em R\$ (BRL)*	Valor em US\$ (USD)*	Toneladas de dióxido de carbono (tCO ₂)	Toneladas de carbono (tCO)	Ano da redução
Noruega	5ª	26.6.2013	NOK 44.254.000,00	16.139.433,80	7.344.452,24	1.468.890,0	400.606,0	2006
Noruega	6ª	26.6.2013	NOK 64.465.000,00	23.510.385,50	10.698.696,47	2.139.739,0	583.565,0	2009
Noruega	7ª	4.10.2013	NOK 2.785.535.000,00	1.024.642.336,54	464.669.325,96	26.207.821,0	7.147.588,0	2009
						33.363.022,0	9.099.006,0	2010
						33.363.022,0	9.099.006,0	2011
Noruega	8ª	23.12.2013	NOK 1.000.000.000,00	385.350.245,49	163.666.121,11	32.733.224,0	8.927.243,0	2012
Noruega	9ª	15.12.2014	NOK 780.000.000,00	288.991.278,87	108.839.740,46	21.767.948,1	5.936.713,1	2013
Noruega	10ª	12.3.2015	NOK 120.000.000,00	46.416.780,45	14.893.881,10	2.978.776,2	812.393,5	2013
Noruega	11ª	4.12.2015	NOK 1.019.496.000,00	455.568.000,00	120.000.000,00	24.000.000,0	6.545.454,6	2014
Noruega	12ª	16.12.2016	NOK 850.000.000,00	330.161.565,42	97.953.351,16	19.590.670,2	5.342.910,1	2015
Noruega	13ª	14.12.2017	NOK 350.000.000,00	139.272.702,53	41.791.004,78	8.358.201,0	2.279.509,3	2016
Noruega	14ª	17.12.2018	NOK 600.000.000,00	272.364.056,70	70.311.126,74	14.062.225,3	3.835.152,4	2017
KfW Alemanha	1ª	29.12.2010	EUR 3.000.000,00	6.644.100,00	3.952.500,00	790.500,0	215.395,0	2009
KfW Alemanha	2ª	8.1.2013	EUR 6.000.000,00	15.954.600,00	7.864.832,89	1.572.967,0	428.991,0	2009
KfW Alemanha	3ª	6.1.2014	EUR 8.000.000,00	26.180.800,00	11.120.181,53	825.407,0	225.111,0	2009
						1.398.630,0	381.444,0	2010
KfW Alemanha	4ª	22.7.2014	EUR 4.000.000,00	11.918.000,00	5.385.692,98	1.077.139,0	293.765,0	2010
KfW Alemanha	5ª	12.12.2017	EUR 33.920.000,00	131.992.896,00	39.820.465,20	7.964.093,0	2.172.025,4	2015
Petrobras	1ª	14.10.2011	BRL 1.765.983,70	1.765.983,70	1.016.335,00	203.267,0	55.436,0	2006
Petrobras	2ª	14.10.2011	BRL 4.114.671,55	4.114.671,55	2.368.020,00	473.604,0	129.164,0	2006
Petrobras	3ª	17.10.2011	BRL 1.435.257,60	1.435.257,60	826.000,00	165.200,0	45.054,0	2006
Petrobras	4ª	23.1.2012	BRL 156.626,00	156.626,00	88.750,00	17.750,0	4.841,0	2006
Petrobras	5ª	26.4.2012	BRL 282.584,58	282.584,58	150.255,00	30.051,0	8.196,0	2006
Petrobras	6ª	13.7.2012	BRL 174.320,80	174.320,80	85.155,00	17.031,0	4.645,0	2006
Petrobras	7ª	20.2.2013	BRL 327.834,78	327.834,78	167.288,25	33.457,7	9.124,8	2006
Petrobras	8ª	25.3.2013	BRL 357.002,13	357.002,13	177.383,55	35.477,0	9.675,0	2006
Petrobras	9ª	25.9.2013	BRL 331.912,11	331.912,11	150.656,85	30.131,0	8.218,0	2006

(Continua)



(Continuação)

Doador	Parcela	Data de ingresso dos recursos	Valor original da doação	Valor em R\$ (BRL)*	Valor em US\$ (USD)*	Toneladas de dióxido de carbono (tCO ₂)	Toneladas de carbono (tCO)	Ano da redução
Petrobras	10ª	23.1.2014	BRL 222.324,37	222.324,37	94.201,25	18.840,3	5.138,3	2006
Petrobras	11ª	25.2.2014	BRL 73.323,19	73.323,19	31.378,95	6.275,8	1.711,6	2006
Petrobras	12ª	6.5.2014	BRL 89.806,99	89.806,99	40.232,50	8.046,5	2.194,5	2006
Petrobras	13ª	8.5.2014	BRL 177.561,21	177.561,21	80.319,00	16.063,8	4.381,0	2006
Petrobras	14ª	2.10.2014	BRL 206.057,53	206.057,53	83.138,00	16.627,6	4.534,8	2006
Petrobras	15ª	10.10.2014	BRL 239.613,95	239.613,95	99.412,50	19.882,5	5.422,5	2006
Petrobras	16ª	26.12.2014	BRL 458.054,97	458.054,97	172.675,00	34.535,0	9.418,6	2006
Petrobras	17ª	19.1.2015	BRL 20.941,30	20.941,30	7.995,00	1.599,0	436,1	2006
Petrobras	18ª	13.3.2015	BRL 471.492,55	471.492,55	151.260,00	30.252,0	8.250,6	2006
Petrobras	19ª	27.3.2015	BRL 1.119.131,39	1.119.131,39	350.660,00	70.132,0	19.126,9	2006
Petrobras	20ª	3.7.2015	BRL 270.114,06	270.114,06	86.600,00	17.320,0	4.723,6	2006
Petrobras	21ª	30.7.2015	BRL 660.392,86	660.392,86	197.610,00	39.522,0	10.778,7	2006
Petrobras	22ª	30.7.2015	BRL 288.021,65	288.021,65	86.185,00	17.237,0	4.701,0	2006
Petrobras	23ª	10.5.2016	BRL 429.923,03	429.923,03	121.491,80	24.298,4	6.626,8	2006
Petrobras	24ª	10.5.2016	BRL 549.030,01	549.030,01	155.150,20	31.030,0	8.462,7	2006
Petrobras	25ª	6.4.2017	BRL 86.528,57	86.528,57	27.691,80	5.538,4	1.510,5	2006
Petrobras	26ª	6.4.2017	BRL 397.886,33	397.886,33	127.335,85	25.467,2	6.945,6	2006
Petrobras	27ª	31.7.2017	BRL 1.339.203,32	1.339.203,32	423.035,45	84.607,1	23.074,7	2006
Petrobras	28ª	16.5.2018	BRL 84.498,16	84.498,16	23.658,35	4.731,7	1.290,5	2006
Petrobras	29ª	16.5.2018	BRL 1.154.980,44	1.154.980,44	323.379,00	64.675,8	17.638,8	2006
			Total	3.396.694.793,53	1.288.235.378,26			

Fonte: BNDES.

* Valores históricos, como estão registrados nos diplomas emitidos pelo Fundo Amazônia.

Articulação institucional e cooperação técnica

Como gestor do Fundo Amazônia, o BNDES mantém diálogo com seus diversos públicos de interesse, a fim de dar transparência a suas atividades, obter subsídios técnicos para sua atuação e estabelecer parcerias.

Entre essas ações, cabe ressaltar o acordo de cooperação técnica entre o BNDES e a Agência Alemã de Cooperação Internacional – Gesellschaft für Internationale



Zusammenarbeit (GIZ) –, que, desde 2015, passou a contar com cofinanciamento do governo da Noruega, além dos recursos do próprio governo da Alemanha. A cooperação técnica realizou uma série de atividades em 2020, entre as quais se destacam:

- > apoio técnico, por meio de ações colaborativas, aos projetos com baixo índice de execução das ações previstas, incluindo atividades voltadas a gestão e monitoramento;
- > apoio, por meio de ações colaborativas emergenciais, a sete projetos beneficiados pelo Fundo Amazônia, cujo público é formado por comunidades ribeirinhas e povos indígenas. O apoio envolveu contribuição financeira em campanhas de enfrentamento da pandemia de Covid-19, com foco em segurança alimentar, aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), comunicação, logística e capacitações temáticas sobre os riscos da pandemia;
- > realização, ainda em andamento, de duas avaliações temáticas de efetividade, das quais uma é voltada para projetos com órgãos estaduais de meio ambiente (Oemas) e outra, para as ações de combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas. Na primeira avaliação, estão sendo avaliados os projetos Semas Pará e Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas, enquanto na segunda estão sendo consolidados os resultados dos seguintes projetos: Acre: Incêndios Florestais Zero; Bombeiros Florestais de Mato Grosso; Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas; e Proteção Florestal Tocantins;
- > apoio à elaboração de instrumentos para gestão estratégica na atualização dos planos de ação para prevenção e controle do desmatamento (PPCD) nos estados do Pará, Amazonas, Roraima e Rondônia;
- > facilitação da divulgação da experiência do BNDES com o Fundo Amazônia por meio da participação em um evento regional virtual para discutir as práticas de monitoramento e avaliação em fundos climáticos;
- > realização de um estudo visando aperfeiçoar as estratégias e ferramentas existentes de capacitação, em especial as de educação a distância (EaD);
- > elaboração de mapas georreferenciados sobre os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia;
- > apoio sistemático à equipe do Fundo Amazônia no tema do monitoramento e avaliação de resultados;
- > apoio à elaboração do modelo de relatório de avaliação de efetividade (RAE) para projetos concluídos do Fundo Amazônia; e
- > elaboração de documento auxiliar ao marco conceitual de avaliações de projetos encerrados, com foco em avaliações temáticas.





Comunicação

Entre os instrumentos de transparência e diálogo, merecem destaque:

Website www.fundoamazonia.gov.br

Desde 2010, o BNDES mantém na internet um *website* atualizado sobre o Fundo Amazônia, com versão em inglês. Em 2018, o *website* foi totalmente renovado para oferecer um *layout* mais moderno e funcional, com um sistema multicritério de busca de projetos. Em 2020, o *website* do Fundo Amazônia recebeu 73.548 acessos, uma redução de 42,3% em relação ao ano anterior. Cerca de 75% dos usuários que acessaram o *site* são originários do Brasil, principalmente das capitais dos estados da região amazônica e das cidades do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo.

Os acessos internacionais são provenientes de muitos países, com destaque para Estados Unidos da América (EUA), Índia, Reino Unido, Alemanha, França, China e Canadá.

Conteúdo do *website*

O Fundo Amazônia disponibiliza diversas informações em seu *website* na internet, tais como orientações sobre como apresentar projetos, o trâmite para sua aprovação e a documentação exigida em cada etapa do projeto. Também são disponibilizadas informações atualizadas sobre a governança do fundo, as doações recebidas e o monitoramento e avaliação de resultados. O atendimento ao público é feito por telefone ou por intermédio das seções Fale Conosco (*e-mail*) e Perguntas Mais Frequentes.

É feita a divulgação da carteira de projetos apoiados, sobre os quais constam, entre outras, as seguintes informações: nome do projeto e seu responsável, abrangência territorial, beneficiários, objetivos, valor total do projeto, valor do apoio do Fundo Amazônia, prazo de execução, data da aprovação e data da contratação. Também são divulgados dados sobre os desembolsos e as atividades realizadas por cada projeto e sobre como eles contribuem para os quatro eixos de atuação do Fundo Amazônia definidos em seu quadro lógico.

Relatórios anuais

A fim de conferir transparência a suas atividades, o Fundo Amazônia publica em seu *website* na internet seus relatórios anuais. Além de serem instrumentos de prestação de contas, os relatórios registram e divulgam para a sociedade as ações e os resultados do Fundo Amazônia.



Eventos em 2020

A equipe do BNDES organiza e participa de diversos eventos com o intuito de divulgar as ações do Fundo Amazônia, qualificar sua atuação e prestar contas aos doadores e à sociedade. Em 2020, destacam-se os seguintes eventos:

Semana BNDES Verde – 19 a 23 de outubro – evento *on-line*

O evento Semana BNDES Verde, promovido pelo BNDES, teve por objetivo abordar as principais potencialidades de atuação do Banco na promoção da sustentabilidade. Ao longo de oito painéis temáticos, foram convidados especialistas para debater os instrumentos financeiros verdes e aqueles associados à temática *environmental, social and governance* (ESG), o desenvolvimento sustentável e as oportunidades da bioeconomia na Amazônia, as perspectivas do mercado de carbono e de instrumentos como o pagamento por serviços ambientais (PSA) e, por fim, as oportunidades de fomento às energias renováveis e às cidades verdes. O superintendente da Área de Gestão da Sustentabilidade, o chefe e o gerente do Departamento de Meio Ambiente e de Gestão do Fundo Amazônia coordenaram alguns dos referidos painéis, que apontaram oportunidades para a qualificação da atuação do Fundo Amazônia.

1ª Reunião do Observatório do Meio Ambiente do Poder Judiciário – 24 de novembro – evento *on-line*

O chefe do Departamento de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia, Nabil Kadri, participou da 1ª Reunião do Observatório do Meio Ambiente do Poder Judiciário, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o qual o BNDES foi convidado a integrar como membro.

O Observatório do Meio Ambiente do Poder Judiciário foi criado para dar espaço ao estudo e à construção de um diagnóstico das boas práticas e políticas judiciais de aplicação de projetos e iniciativas pontuais de tutela do meio ambiente natural da Amazônia Legal por meio da atuação do Poder Judiciário e do sistema de justiça brasileiro. O observatório pretende também tornar-se um núcleo de referência no acompanhamento e na disseminação de dados e informações dessa matéria, que contribuirá para a instrumentalização de pesquisas, estudos comparados, análises prospectivas, debates e produção científica.

Experiencias de Fondos Financieros para Pagos por Desempeño Ambiental: Buenas Prácticas y Lecciones Aprendidas – 27 de novembro – evento *on-line*

O webinar Experiencias de Fondos Financieros para Pagos por Desempeño Ambiental: Buenas Prácticas y Lecciones Aprendidas, promovido pela GLZ, por meio de sua rede Gestão Ambiental e Desenvolvimento Rural da América Latina e o Caribe (GADeR-ALC), teve por objetivo promover o intercâmbio entre fundos financeiros de pagamento por desempenho ambiental, com ênfase na troca



de experiências de boas práticas de monitoramento e avaliação de resultados e impactos. O Fundo Amazônia/BNDES foi um dos expositores do evento que também contou com apresentações do Green Climate Fund (GCF), do Banco Mundial, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), do KfW e de fundos ambientais do Equador, Bolívia e Costa Rica.

Serviço Fale Conosco

A fim de garantir mais transparência e segurança ao fluxo de informações, o BNDES criou a caixa postal fundoamazonia-faleconosco@bndes.gov.br, para responder às perguntas do público encaminhadas por intermédio do *site*. Todas as mensagens recebidas são registradas e respondidas. Não estão computadas as consultas dirigidas diretamente ao quadro técnico do BNDES e aquelas encaminhadas por meio dos canais oficiais do Banco.

Em 2020, foram recebidas e respondidas cerca de 130 consultas provenientes dos estados da Amazônia Legal, de outros estados brasileiros e do exterior. Os principais assuntos foram: solicitações de esclarecimentos sobre governança e áreas de atuação do fundo, como apresentar projetos e quem pode ser doador do Fundo Amazônia.





DESEMPENHO OPERACIONAL





Perfil da carteira de projetos

Em dezembro de 2020, o Fundo Amazônia tinha em sua carteira 102 projetos apoiados, no valor total de R\$ 1.825.446.892,68. O número de projetos apoiados até essa data e o total de recursos desembolsado, por ano, são apresentados na Tabela 4.

TABELA 4: PROJETOS APROVADOS, CANCELADOS E DESEMBOLSOS – 2009 A 2020

Ano	Número de projetos aprovados	Valor total do apoio (R\$)	Total desembolsado em projetos (R\$)
2009	5	70.339.010,00	-
2010	8	119.891.704,43	11.105.966,90
2011	10	70.499.580,47	59.740.091,61
2012	14	179.803.548,39	71.205.781,90
2013	14	332.003.810,00	80.903.376,47
2014	21	268.578.173,00	167.954.502,78
2015	11	195.510.972,31	127.509.195,78
2016	8	196.603.174,19	134.145.446,07
2017	12	234.886.684,03	223.760.804,23
2018	11	378.517.794,00	187.372.391,40
2019	-	-	108.875.373,05*
2020	-	-	130.999.150,26
Projetos cancelados**	(12)	(178.553.409,16)	N/A
Saldo reduzido***		(42.634.148,98)	N/A
Total	102	1.825.446.892,68	1.303.572.080,45

Fonte: BNDES.

* Esses valores apresentam diferença de R\$ 158 mil em relação àqueles apresentados nas demonstrações financeiras auditadas (anexas). Essa diferença se deve à devolução ao BNDES de rendimentos provenientes de conta de projeto já encerrado, o que havia sido registrado nos sistemas do BNDES como devolução de principal. A correção de classificação foi realizada em 2019 nos sistemas do BNDES. Cabe ressaltar que tal discrepância gerou diferença apenas "entre linhas", tendo sido devidamente levantada pelos auditores independentes, que a consideraram irrelevantes.

** Ver no Anexo 3 deste relatório a lista dos projetos cancelados.

*** Ver no Anexo 3 a lista dos projetos com suplementação e cujos valores foram alterados.

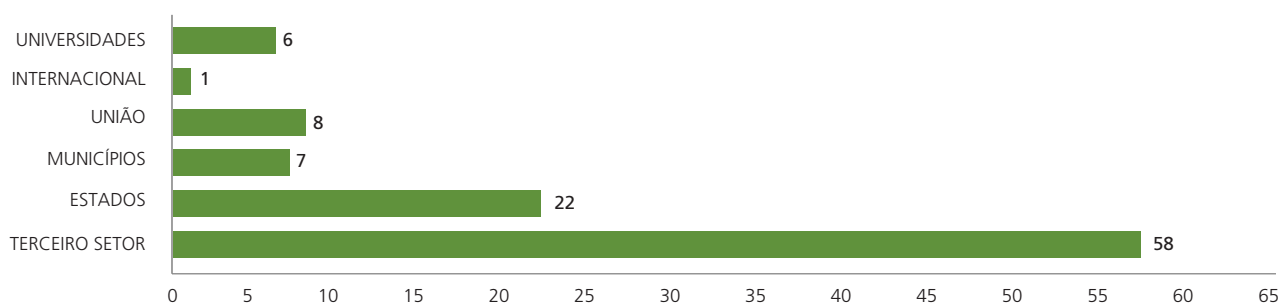
Os desembolsos para os projetos apoiados ocorrem parceladamente no decorrer de sua implementação e seguem os prazos, que variam normalmente de um a seis anos, estabelecidos nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

A Tabela 4 mostra que o total desembolsado a projetos, até 31 de dezembro de 2020, soma R\$ 1.303.572.080,45. Aproximadamente 10% desse montante (R\$ 130.999.150,26) foi desembolsado em 2020. Dos recursos desembolsados em 2020, 48% foram destinados a projetos com o terceiro setor e 52% a projetos do setor público (30% a projetos com a União e 22% a projetos com governos estaduais).

Além de apresentar projetos que contemplam ações variadas e em diferentes estágios de execução, a carteira do Fundo Amazônia também é caracterizada pelas diferentes naturezas jurídicas dos responsáveis pelos projetos, conforme mostram os gráficos 3 e 4.

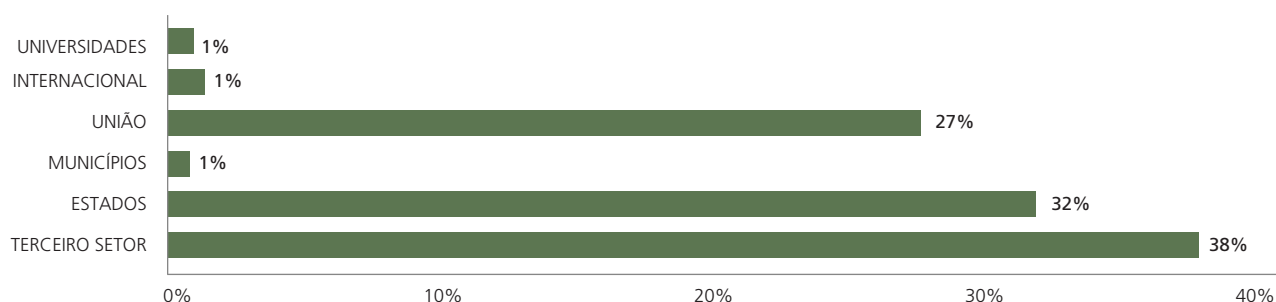


GRÁFICO 3: NÚMERO DE PROJETOS APOIADOS, POR NATUREZA JURÍDICA DO RESPONSÁVEL



Fonte: BNDES.

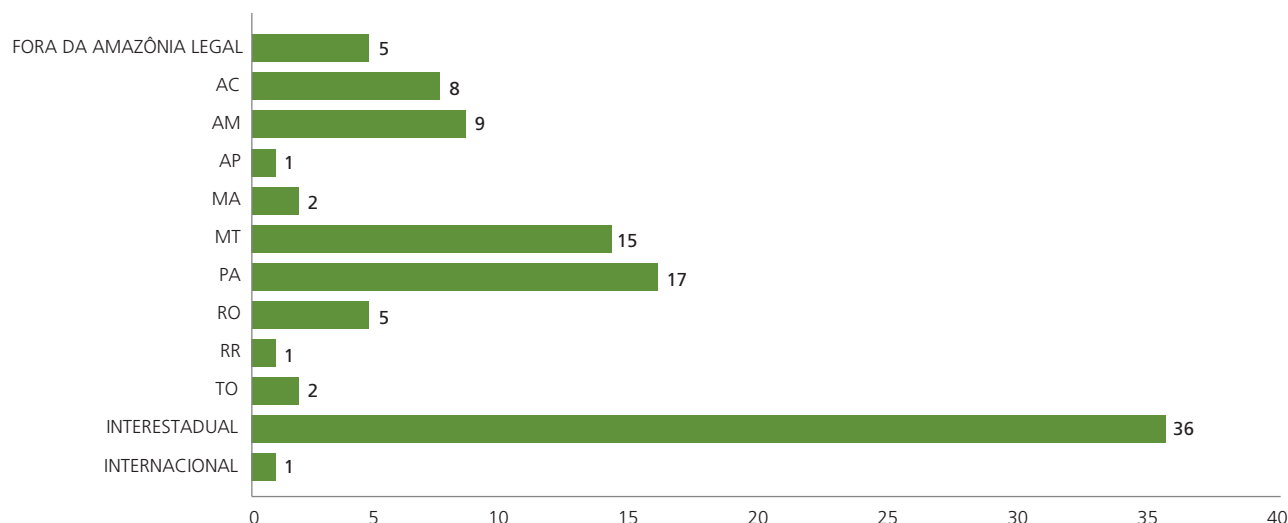
GRÁFICO 4: VALOR PERCENTUAL DO TOTAL DO APOIO, POR NATUREZA JURÍDICA DO RESPONSÁVEL



Fonte: BNDES.

Os gráficos 5 e 6 retratam a abrangência territorial dos projetos apoiados e o valor percentual do apoio por estado. Conforme ilustrado, todos os estados da Amazônia Legal têm projetos com apoio do Fundo Amazônia. Observa-se ainda que os quatro estados com maior participação no valor total do apoio financeiro (Acre, Amazonas, Mato Grosso e Pará) têm, em conjunto, mais de 77% do total da área da Amazônia Legal⁶ e respondem por 69% do valor de apoio do fundo.

GRÁFICO 5: NÚMERO DE PROJETOS APOIADOS, POR ESTADO

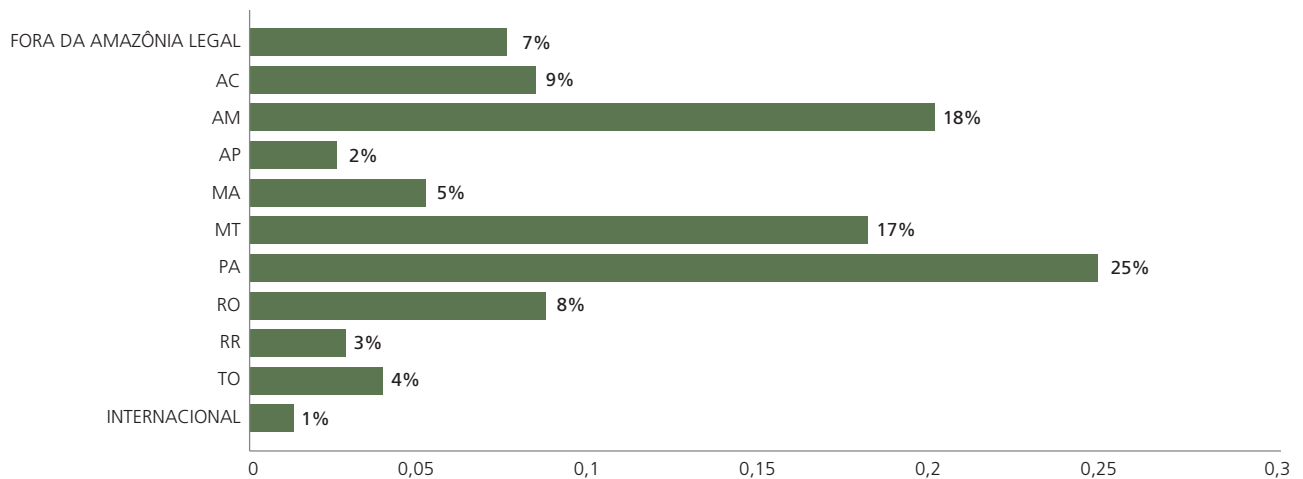


Fonte: BNDES.

⁶ Informação disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

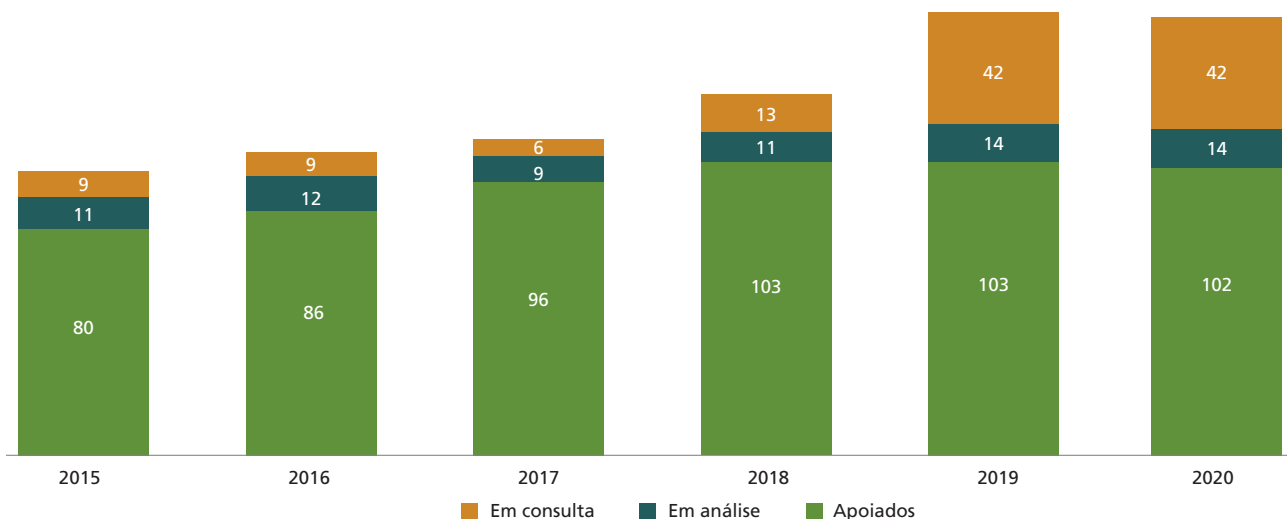


GRÁFICO 6: VALOR PERCENTUAL DO TOTAL DO APOIO, POR ESTADO



Fonte: BNDES.

A evolução anual da carteira do Fundo Amazônia (projetos em consulta, em análise e apoiados) está representada nos gráficos 7 e 8.

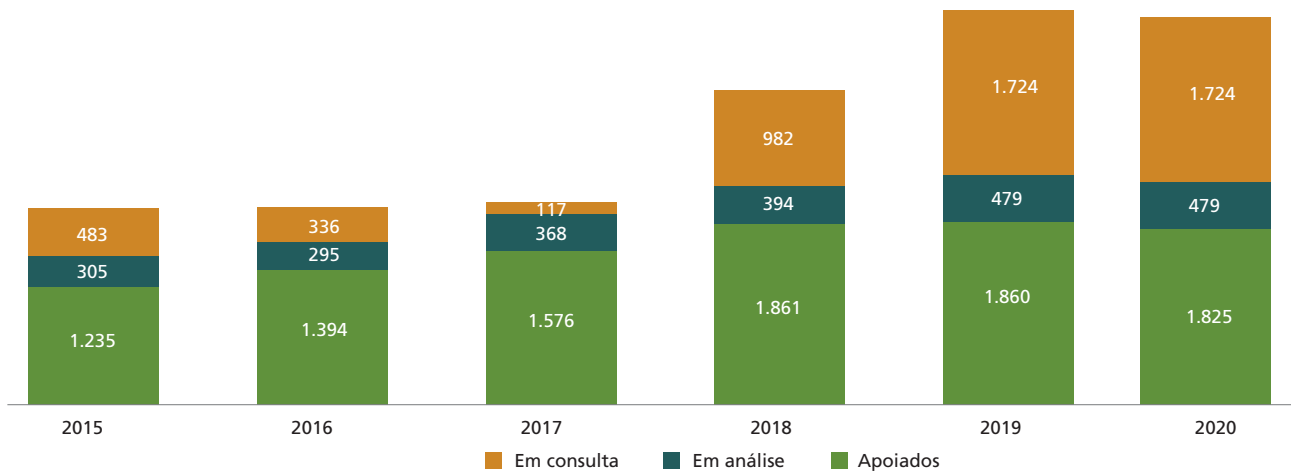
GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROJETOS, POR SITUAÇÃO OPERACIONAL NO BNDES⁷

Fonte: BNDES.

⁷ Para esse cálculo, cada projeto cancelado foi descontado do número acumulado de projetos no ano de seu cancelamento (não no ano de sua aprovação). Para os anos de 2019 e 2020, foi considerado o número de projetos habilitados na chamada pública Recuperação da Cobertura Vegetal para o cômputo do número de projetos em consulta no BNDES.



GRÁFICO 8: EVOLUÇÃO DO VALOR TOTAL DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA (R\$ MILHÕES), POR SITUAÇÃO OPERACIONAL NO BNDES⁸



Fonte: BNDES.

Nota-se que, em 2020, o número total de projetos apoiados registrou, em função de um cancelamento, redução em relação a até 2019 (de 103 para 102 projetos), o que se refletiu também na redução do volume total da colaboração financeira a projetos (de R\$ 1.860 milhões para R\$ 1.825 milhões).⁹ Conforme explicado no Capítulo 1, em 2020 não foram aprovados novos projetos pelo Fundo Amazônia e, até o momento da elaboração deste relatório, sua governança encontra-se em processo de negociação envolvendo o governo brasileiro e os governos dos países doadores.

O total de recursos para aplicação em projetos (total de doações recebidas + rendimentos gerados ao longo dos anos) é de R\$ 4.853 milhões, tendo sido alocado a projetos em execução ou concluídos o montante de R\$ 1.825 milhões, dos quais R\$ 1.304 milhões já desembolsados.

Aspectos contábeis e financeiros

As transações contábeis e financeiras relativas ao Fundo Amazônia são registradas e reportadas conforme a legislação vigente e os princípios e normas promulgados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), órgão independente que, no cumprimento de suas atribuições privativas, normatiza os procedimentos contábeis e de auditoria independente adotados no Brasil. Por meio de seus colegiados e grupos de trabalho, o CFC busca promover a convergência entre esses procedimentos e os padrões definidos

⁸ Esse gráfico mostra o valor acumulado líquido em cancelamentos de projetos e alterações de valores. As reduções de valores de projetos e os valores de projetos cancelados em um determinado ano são descontados nesse mesmo ano. Para os anos de 2019 e 2020, foram agregados os valores dos projetos habilitados na chamada pública Recuperação da Cobertura Vegetal para o cômputo do valor dos projetos em consulta no BNDES.

⁹ Eventuais diferenças entre os valores atuais e os referentes a posições da carteira em períodos anteriores se devem ao cancelamento ou a alterações de valores de projetos (ver Anexo 3).



nas normas internacionais.

As tabelas 5 e 6 resumem as informações constantes nas demonstrações financeiras auditadas e em suas notas explicativas referentes ao ano de 2020. As demonstrações completas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, constam no Anexo 1.

TABELA 5: BALANÇO PATRIMONIAL DO FUNDO AMAZÔNIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (R\$ MIL)

ATIVO	PASSIVO
Circulante	Circulante
Aplicações financeiras 3.549.553	Recursos de projetos 3.549.553
Despesas antecipadas 89.139	Recursos de custeio 89.139
	Patrimônio líquido
	Superávit acumulado -
Total do ativo 3.638.692	Total do passivo 3.638.692

Fonte: BNDES.

Do total do ativo circulante, R\$ 3.549.553 mil correspondem ao montante disponível, em 31 de dezembro de 2020, para desembolsos a projetos já apoiados ou a novos projetos. Esse montante está investido nos fundos Gaia e Gaia II, geridos pelo Banco do Brasil. Tais fundos têm perfil conservador (aplicações em renda fixa – títulos públicos brasileiros) e foram contratados para manter a atualização monetária e remunerar os saldos disponíveis para apoio financeiro a projetos (ver “Receita financeira” na Tabela 6).

Os valores doados são registrados como ativos financeiros do Fundo Amazônia e têm contraprestação vinculada ao apoio a projetos. A contrapartida é registrada, portanto, no passivo, na rubrica “Recursos de projetos”. Dessa forma, as doações recebidas não implicam aumento patrimonial para o fundo.

TABELA 6: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$ MIL)

RECEITAS	230.125
Receita de doações para investimentos	130.999
Receita de doações para custeio	350
Receita financeira	98.776
(-) DESPESAS	230.125
Despesas com doações para investimento	130.999
Despesas administrativas	350
Despesas com remuneração de recursos de projetos	98.776
Superávit/déficit do período	0

Fonte: BNDES.

Enquanto o balanço patrimonial mostra saldos acumulados, a demonstração de resultados considera apenas o que ocorreu em um ano específico. O total de



R\$ 130.999 mil apresentado nas rubricas “Receita de doações para investimentos” e “Despesas com doações para investimento” refere-se aos valores efetivamente desembolsados em 2020 a projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

O montante de R\$ 350 mil informado na Tabela 6 refere-se à apropriação realizada pelo BNDES, no exercício de 2020, de custos e despesas relacionados ao Fundo Amazônia.

Os rendimentos dos fundos Gaia e Gaia II, no valor de R\$ 98.776 mil, são considerados receita e despesa porque correspondem à remuneração dos recursos disponíveis para desembolsos a projetos, apresentados no balanço patrimonial como saldo das rubricas “Aplicações financeiras” e “Recursos de projetos”.

De acordo com o entendimento da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal, as doações ao Fundo Amazônia não devem integrar, na data de seu ingresso, a base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Para fins de apuração desses tributos, sempre que houver um desembolso a um projeto apoiado, uma receita e uma despesa devem ser reconhecidas, na mesma data e no exato valor desembolsado. Assim, a base de cálculo para o IR e a CSLL relativa às doações ao fundo é sempre igual a zero, não havendo qualquer recolhimento desses tributos aos cofres públicos.

Auditorias

Anualmente, o Fundo Amazônia passa pelos seguintes processos de auditoria:

- > auditoria financeira (*financial audit*), para avaliar a veracidade dos saldos registrados em suas demonstrações financeiras, bem como a adequação da alocação desses saldos nas demonstrações financeiras do BNDES; e
- > auditoria de cumprimento (*compliance audit*), para avaliar se os projetos apoiados, tendo em vista seus objetivos, produtos, serviços e ações previstas, estão de acordo com as determinações do Decreto 6.527/2008, as diretrizes e os critérios do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e a ENREDD+. ¹⁰ Considerando-se o fato de que não houve novas operações aprovadas pelo Fundo Amazônia em 2020, está sendo considerada a modificação de escopo da referida auditoria para avaliação de cumprimento de outras atividades relacionadas aos projetos já apoiados.

Os procedimentos de auditoria financeira relativos ao ano de 2020 foram realizados pela empresa KPMG Auditores Independentes, que concluiu pela adequação das demonstrações financeiras apresentadas pelo BNDES. O parecer dos auditores independentes está exposto no Anexo 1.

¹⁰ Estratégia Nacional para Redução das Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal.



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS





O ano de 2020 foi marcado pela eclosão em escala mundial da pandemia de Covid-19. Em meio aos imensos desafios impostos aos governos no enfrentamento das emergências de saúde e de manutenção de emprego e renda das famílias, também o Fundo Amazônia enfrentou o desafio de dar prosseguimento à execução dos projetos de seu portfólio em condições adversas para a comunicação e o deslocamento das equipes técnicas. Ainda assim, foi possível desembolsar em 2020 o total de R\$ 131 milhões, o que representou aumento de 20% em relação ao ano anterior.

No tema de monitoramento e avaliação, merecem registro, em 2020, a produção e a divulgação de um conjunto de documentos orientadores (*templates*) para a elaboração de relatórios de avaliação de resultados e efetividade, além de guias para a avaliação de projetos de produção sustentável e avaliações temáticas. Além disso, foram iniciadas avaliações temáticas independentes da efetividade de projetos apoiados pelo Fundo Amazônia relacionados ao fortalecimento dos órgãos estaduais de meio ambiente (Oema), à prevenção e combate aos incêndios florestais e à promoção das cadeias de produção sustentável (avaliações *ex post*).

Neste capítulo, começaremos com uma breve contextualização dos principais vetores do desmatamento, a lógica de intervenção (teoria da mudança) do Fundo Amazônia e seu quadro lógico. Em seguida, será apresentada a análise de alguns indicadores regionais que permitem monitorar a evolução de vários temas na Amazônia, tais como desmatamento anual, produção da extração vegetal e capacidade dos órgãos ambientais da Amazônia de implementar a legislação ambiental.

Serão apresentados, de forma consolidada, os resultados dos indicadores de eficácia e de efetividade dos projetos apoiados; as salvaguardas adotadas pelo Fundo Amazônia no apoio a projetos; a contribuição do Fundo Amazônia para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), além da política de promoção da equidade de gênero em projetos de produção sustentável.

O capítulo é concluído com uma análise dos riscos (fatores externos) que podem afetar negativamente a execução dos projetos, a manutenção dos resultados alcançados e o funcionamento do Fundo Amazônia, além de uma avaliação dos impactos esperados caso esses riscos acarretem danos efetivos.

Por fim, esclarecemos que nem sempre se encontram disponíveis as informações de todos os indicadores para o ano de 2020, utilizando-se, nesses casos, os últimos dados existentes.





Contextualização

O Fundo Amazônia apoia ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e promoção do uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia Legal. Suas principais referências são a ENREDD+¹¹ e o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

O PPCDAm fundamenta-se no diagnóstico periódico sobre a extensão, a dinâmica e os vetores do desmatamento. O Quadro Lógico do Fundo Amazônia – ferramenta de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de resultados e impactos – foi elaborado levando em consideração, sobretudo, os diagnósticos desse plano, no qual são apontados os seguintes fatores como principais causas do desmatamento na Amazônia:

- > a impunidade de ilícitos ambientais, em razão da baixa capacidade dos órgãos governamentais de fiscalizar e punir tais atos em um território de dimensões superlativas;
- > a existência de terras públicas não destinadas e de baixa segurança jurídica em relação aos títulos de propriedade imobiliária na região, o que enseja a ocupação extralegal de terras públicas e os conflitos pela posse dessas terras, desestimulando assim os investimentos privados;
- > a baixa atratividade econômica para manter a floresta em pé, decorrente da falta de infraestrutura adequada e de incentivos econômicos para promover as cadeias produtivas sustentáveis; e
- > a expansão da agropecuária, impulsionada pela crescente demanda por *commodities* no mercado global.

Foi também identificada uma grande necessidade de investimentos em produção científica e inovações voltadas ao monitoramento e controle do desmatamento, ao ordenamento territorial e ao uso sustentável da biodiversidade na Amazônia Legal.

Na construção do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, consideraram-se também as sete áreas temáticas definidas no Decreto 6.527/2008, que regulamenta o funcionamento do fundo na Amazônia Legal, a saber:

1. Gestão de florestas públicas e áreas protegidas
2. Controle, monitoramento e fiscalização ambiental
3. Manejo florestal sustentável
4. Atividades econômicas desenvolvidas com base no uso sustentável da vegetação
5. Zoneamento ecológico-econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária
6. Conservação e uso sustentável da biodiversidade
7. Recuperação de áreas desmatadas

¹¹ Estratégia Nacional para Redução das Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal.



O decreto que autorizou a criação do Fundo Amazônia determinou que poderão ser utilizados até 20% de seus recursos no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

Quadro Lógico do Fundo Amazônia

O Quadro Lógico do Fundo Amazônia foi divulgado, pela primeira vez como um documento completo, em 2010. Em 2017, passou por uma revisão, em decorrência das mudanças na dinâmica do desmatamento e na ênfase das políticas públicas, especialmente o PPCDAm, que teve sua quarta fase divulgada no fim de 2016.¹²

O quadro lógico é uma metodologia utilizada para assegurar que as ações financiadas contribuam para o objetivo geral de um programa (ou projeto), podendo ser definido como uma matriz na qual se inserem, de modo operacional e organizado, as decisões estratégicas sobre a aplicação dos recursos em um programa, explicitando aonde se pretende chegar (efeitos ou objetivos) e o que se pretende realizar (como).

A Figura 2 ilustra a sequência lógica de causa e efeito que leva dos efeitos diretos e indiretos de diversos projetos ao objetivo geral de um programa, como é o caso do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

FIGURA 2: SEQUÊNCIA LÓGICA DO FUNDO AMAZÔNIA



Na definição do objetivo geral do Fundo Amazônia, convergiu-se para uma proposição resumida e focada na Amazônia Legal, sem prejuízo para a autorização do apoio ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outras regiões do Brasil e em outros países tropicais. Dessa forma, foi definida como objetivo geral do Fundo Amazônia “a redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

No estabelecimento dos efeitos indiretos a serem atingidos pelo Fundo Amazônia, foram adotadas como ponto de partida as sete áreas temáticas definidas no Decreto 6.527/2008 (apresentadas anteriormente). Esse decreto estabeleceu ainda que, nos projetos realizados na Amazônia Legal, deverão ser observadas as diretrizes do PPCDAm e da ENREDD+.

Tendo em vista a amplitude das áreas de atuação do Fundo Amazônia, seu quadro lógico foi estruturado em quatro componentes. Cabe mencionar que foi dado destaque ao tema da ciência, tecnologia e inovação na elaboração do quadro lógico,

¹² A partir de 2016, com a promulgação do Decreto 8.773, de 11 de maio de 2016, o Fundo Amazônia também teve sua área de atuação territorial ampliada (considerando a totalidade das ações que apoia) de bioma Amazônia para Amazônia Legal. A Amazônia Legal abrange uma área territorial com dimensões definidas na legislação, compreendendo a integralidade do bioma Amazônia e áreas entre esse bioma e outros biomas brasileiros, perfazendo uma área total de cerca de 5 milhões de km².

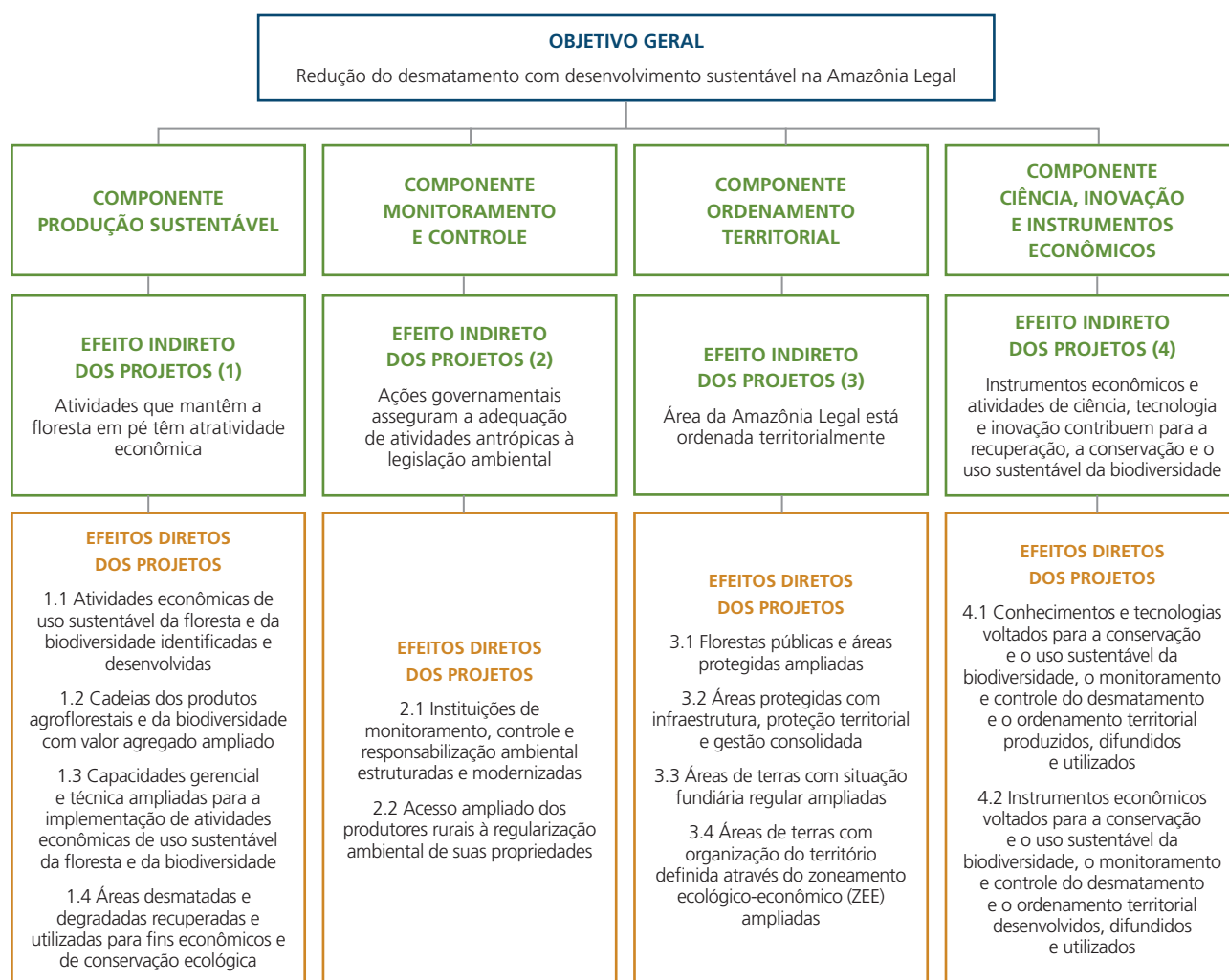


uma vez que se trata de questão estratégica e transversal a todas as componentes do Fundo Amazônia. Além disso, foi incorporada a utilização de instrumentos econômicos a partir da quarta fase do PPCDam (2016 a 2020).¹³

Informações mais detalhadas sobre o Quadro Lógico do Fundo Amazônia podem ser consultadas na internet,¹⁴ no documento intitulado Quadro Lógico do Fundo Amazônia – 2017. Nesse documento, são definidos os indicadores selecionados para medir seus resultados, os principais riscos (pressupostos) que podem afetar seu sucesso, como se dará o acompanhamento dos projetos apoiados e o monitoramento do Fundo Amazônia.

Na Figura 3, pode ser visualizada a lógica de intervenção do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. A numeração ao lado dos efeitos diretos e indiretos nessa figura permite a identificação, nos relatos dos projetos concluídos em 2020 (ver Capítulo 5), dos efeitos do quadro lógico para os quais esses projetos contribuíram ou contribuirão.

FIGURA 3: QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA



¹³ O PPCDam está atualmente estruturado em quatro eixos: (i) “fomento às atividades produtivas sustentáveis”; (ii) “monitoramento e controle”; (iii) “ordenamento fundiário e territorial”; e (iv) “instrumentos normativos e econômicos”.

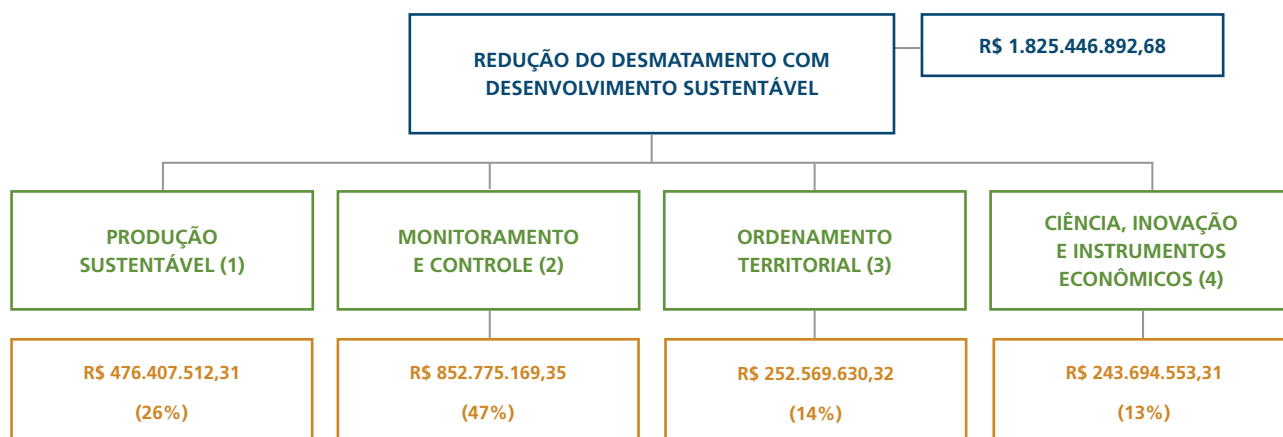
¹⁴ Ver: <http://www.fundoamazonia.gov.br>, na seção que trata de monitoramento e avaliação.



Distribuição dos recursos por componente do quadro lógico

O Fundo Amazônia contabilizou apoio a 102 projetos até 2020. As ações e os recursos desses projetos são distribuídos pelas quatro componentes do quadro lógico da seguinte forma:

FIGURA 4: DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PELAS COMPONENTES DE APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA



Parte dos projetos apoiados tem ações fora da Amazônia Legal, seja no Brasil, seja em outros países com florestas tropicais, totalizando R\$ 167 milhões. Esse valor está distribuído pelas componentes do Quadro Lógico do Fundo Amazônia da seguinte forma: na componente “monitoramento e controle”, R\$ 129 milhões referem-se a ações no Brasil, fora da Amazônia Legal, destinadas à implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), e em outros países, destinadas ao monitoramento do desmatamento em outros biomas, visando o desenvolvimento da capacidade de monitoramento do desmatamento nos países-membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Já na componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”, R\$ 38 milhões destinam-se a ações no Brasil, fora da Amazônia Legal, e em outros países com o objetivo de produzir e difundir conhecimentos e tecnologias voltados para o monitoramento do desmatamento na Amazônia regional em países-membros da OTCA e em outros biomas brasileiros.

Monitoramento de indicadores regionais

O Fundo Amazônia identificou em seu quadro lógico alguns indicadores regionais que se relacionam com as políticas públicas para as quais pretende contribuir por meio dos projetos que apoia.

O monitoramento dessas políticas públicas ajuda a compreender o progresso alcançado na promoção da redução do desmatamento com desenvolvimento



sustentável na Amazônia. Para esse monitoramento, são analisados, em uma perspectiva comparativa, os indicadores do Fundo Amazônia no nível de seu objetivo geral e efeitos indiretos. O marco zero (linha de base) de cada indicador é o ano de 2009, já que nele foram aprovadas as primeiras operações do Fundo Amazônia sem que, todavia, tenham sido liberados recursos para esses projetos.

O atual ano de avaliação é 2020. Sempre que possível, é realizada uma comparação entre os dados de 2009 e desse ano. Nos casos em que as informações de 2020 não estão disponíveis, a comparação é feita em relação aos dados mais recentes.

É importante mencionar que a contribuição do Fundo Amazônia para o comportamento do conjunto desses indicadores, embora seja identificável e relevante, como atesta a avaliação dos projetos concluídos com o apoio do fundo, não é exclusiva, somando-se a iniciativas e ações de vários agentes públicos e privados que atuam nesse vasto território que é a Amazônia.

Objetivo geral: redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal

Indicador: (1) Desmatamento anual na Amazônia Legal

Um dos indicadores selecionados para medir a evolução do objetivo geral foi “Desmatamento anual na Amazônia Legal”, conforme medido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Diversos trabalhos de modelagem climática analisam os impactos do desmatamento das florestas tropicais sobre o clima, apontando que a redução dessas florestas altera o fluxo aéreo da umidade e causa aumento da temperatura do planeta.

Dados preliminares do Inpe indicam que o desmatamento na Amazônia Legal em 2020 foi de 11.088 km². Essa área desmatada representa cerca de 40% do desmatamento verificado em 2004. Todavia, quando se compara a taxa de desmatamento de 2020 com a de 2009 (linha de base), verifica-se que, nesse período, houve um aumento de 49%. A partir de outra comparação, verifica-se que a média do desmatamento anual ocorrido no período de 2010 a 2020 foi 4,2% inferior à taxa apurada na linha de base do Fundo Amazônia (2009).

TABELA 7: EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL – 2004-2020 E 2009-2020

Desmatamento Amazônia Legal				
2004	2009	2020*	Variação (%) 2004/2020	Variação (%) 2009/2020
27.772	7.464	11.088	(60)	49

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe.

* Dado preliminar.



TABELA 8: EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL – 2009/MÉDIA 2010-2020

Desmatamento 2009 (A)	Média 2010-2020 (B)	Variação (%) (B)/(A)
7.464	7.153	(4)

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe.

Registre-se que a Política Nacional sobre Mudança do Clima previa redução de 80%, até 2020, da média da taxa anual de desmatamento observada entre 1996 e 2005.¹⁵ Ou seja, a meta a ser alcançada em 2020 pelo Brasil era de no máximo 3.925 km² de desmatamento anual na Amazônia Legal. A distância entre essa meta e a taxa efetivamente verificada em 2020 impõe desafios adicionais de redução para os próximos anos.

Apesar de a média do desmatamento anual no período de 2010 a 2020 ser 4% menor do que a taxa de desmatamento de 2009, verifica-se um aumento contínuo e preocupante dessa taxa a partir de 2015, o que constitui um desafio para o alcance do objetivo geral do Fundo Amazônia, no que tange à redução do “desmatamento anual na Amazônia Legal”.

Indicador: (2) Participação do PIB dos estados da Amazônia Legal no PIB nacional

O segundo indicador selecionado para medir a evolução do objetivo geral do Fundo Amazônia é a participação do produto interno bruto (PIB) dos estados da Amazônia Legal no PIB brasileiro. Isto é, soma-se o PIB dos nove estados da Amazônia Legal e compara-se esse subtotal ao total do PIB brasileiro.

O PIB é um indicador básico do comportamento da economia que expressa o valor adicionado de bens e serviços de uma determinada região. Porém, não é um indicador ideal para a medição de desenvolvimento sustentável, pois não inclui, por exemplo, informações como passivos ambientais gerados.

Diversas iniciativas de âmbito internacional vêm procurando incorporar nas estatísticas das contas nacionais o cálculo de outras variáveis de bem-estar e de sustentabilidade, objetivando valorar, por exemplo, a perda de biodiversidade ou os custos associados à mudança climática. No Brasil, a Lei 13.493, de 17 de outubro de 2017, atribuiu ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a responsabilidade pela divulgação do produto interno verde (PIV), em cujo cálculo será considerado, além dos critérios e dados tradicionalmente utilizados, o patrimônio ecológico nacional. Até que uma metodologia seja definida e as medições estejam plenamente adotadas e validadas em nível global, é recomendável que o indicador convencional do PIB seja analisado conjuntamente com o indicador de redução do desmatamento.¹⁶

¹⁵ Conforme estabelecido no artigo 19 do Decreto 9.578/2018.

¹⁶ Sobre as novas metodologias de contabilidade do capital natural, ver: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101753.pdf>



A informação mais atual disponibilizada sobre a evolução do PIB de cada estado consta no Sistema de Contas Regionais do IBGE relativo ao ano de 2018. Na Tabela 9, observa-se que a participação do PIB da Amazônia Legal no PIB brasileiro vem crescendo gradualmente nos últimos oito anos, atingindo em 2018 uma participação cerca de 0,9% (em percentual do PIB) superior àquela verificada em 2010.

Os estados da região também demonstraram resiliência ao lograr manter a participação no PIB durante os anos de 2015 e 2016, quando o Brasil experimentou um período recessivo (retração do PIB de 3,5% e 3,3%, respectivamente). Nos anos seguintes, teve início um período de recuperação gradual, tendo sido apurado crescimento de 1,3% em 2017 e 1,8% em 2018. Esta trajetória não se confirmou em 2019, quando a economia desacelerou para um crescimento de 1,1%. Com isso, a pandemia da Covid-19, agravada a partir do 1º trimestre de 2020, encontrou o país em uma conjuntura de baixo crescimento. Possivelmente, os impactos dessa conjuntura adversa afetarão com maior intensidade as populações mais vulneráveis e as regiões de menor dinamismo econômico.

TABELA 9: EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO PIB DA AMAZÔNIA LEGAL

(valores nominais em R\$ bilhões)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB Brasil	3.885,8	4.376,4	4.814,8	5.331,6	5.779,0	5.995,8	6.269,3	6.583,3	7.004,1
PIB estados da Amazônia Legal	310,0	362,3	399,3	449,4	486,2	506,7	546,3	584,2	623,2
PIB estados da Amazônia Legal/PIB Brasil	7,98%	8,28%	8,29%	8,43%	8,41%	8,45%	8,71%	8,87%	8,90%

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de Contas Regionais/IBGE (2020).

Efeito indireto: (1) Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica na Amazônia Legal (componente “produção sustentável”)

Indicador: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (Pevs)

Indicador: Produção legal de madeira em toras na Amazônia

O Fundo Amazônia tem como prioridade a estruturação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Essa priorização tem se materializado por meio de seu apoio financeiro a diversos projetos cujos objetivos são a ampliação e o aprimoramento da coleta e do beneficiamento dos produtos extrativistas por comunidades tradicionais e povos indígenas.

As ações apoiadas contemplam atividades como a construção de barracões para o armazenamento da produção; a aquisição de caminhões, caminhonetes, tratores e lanchas para coleta e distribuição dos produtos; a implantação ou ampliação e modernização de unidades de beneficiamento desses produtos; e a capacitação técnica e gerencial dos indígenas, extrativistas e agricultores familiares envolvidos nos projetos.



Para o monitoramento dessa componente, foi selecionado o indicador de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (Pevs), verificada nos estados da Amazônia Legal, cujos dados se baseiam em publicação anual do IBGE,¹⁷ bem como desenvolvido um indicador que mede a produção legal de madeira em toras na Amazônia.

Os dados da produção da extração vegetal são obtidos pelo IBGE mediante consulta a entidades públicas e privadas, produtores, técnicos e órgãos ligados direta ou indiretamente aos setores da produção, comercialização, industrialização e fiscalização de produtos vegetais nativos.

A extração vegetal compreende o processo de exploração dos recursos vegetais nativos mediante a coleta de produtos. A Amazônia é uma importante fonte de produção de açaí, castanha-do-brasil, borracha nativa, amêndoas e outros produtos oleaginosos e fibras diversas, os quais têm representatividade econômica e são comercializados dentro e fora da região. A evolução da produção e da receita desses produtos é acompanhada pelo Fundo Amazônia por sua relevância econômica no contexto regional.

No conjunto dos oleaginosos, está sendo acompanhada a produção extrativista de amêndoas-de-cumaru, pequi e copaíba, entre outros produtos. Também se monitora a evolução da cadeia produtiva do babaçu, cuja oleaginosa (amêndoa) é utilizada, sobretudo, na indústria alimentícia. Como o babaçu tem grande participação na economia extrativista regional, optou-se por acompanhá-lo em separado das demais oleaginosas. No conjunto das fibras, estão sendo monitoradas, entre outros produtos, a piaçava e o buriti.

Na Tabela 10, é mostrada a evolução da produção física (em toneladas) da extração vegetal desses produtos nos anos de 2009 e 2019.

TABELA 10: PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL (TONELADAS)

Produtos	2009 (t)	2019 (t)	Variação (%)
Açaí	115.767	222.705	92%
Castanha-do-brasil	37.468	32.905	(12%)
Borracha (látex coagulado e líquido)	3.459	807	(77%)
Oleaginosos*	1.240	897	(28%)
Babaçu	103.359	45.595	(56%)
Fibras**	2.848	2.245	(21%)
Total histórico	264.141	305.154	16%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE.

*Incluem copaíba (óleo), cumaru, pequi e outros produtos.

** Incluem buriti, piaçava e outros produtos.

¹⁷ Ver: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289>



Na Tabela 11, observa-se a evolução desses mesmos produtos segundo a receita gerada.

TABELA 11: PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL (R\$ MIL)

Produtos	2009	2009*	2019	Variação (%)
Açaí	160.312	282.673	588.594	108%
Castanha-do-pará	52.261	92.150	135.814	47%
Borracha (látex coagulado e líquido)	7.597	13.396	4.031	(70%)
Oleaginosos**	6.570	11.585	9.457	(18%)
Babaçu	114.847	202.506	81.953	(60%)
Fibras***	4.495	7.926	5.091	(36%)
Total histórico	346.082	610.236	824.940	35%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE.

* Valores atualizados para reais de 2019 pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2010 a 2019.

** Incluem copaíba (óleo), cumaru, pequi e outros produtos.

*** Incluem buriti, piaçava e outros produtos.

Observa-se que a produção do açaí, fruto cada vez mais utilizado na preparação de alimentos e bebidas, foi ampliada em 92% na Amazônia Legal no período 2009-2019, sendo que a receita, em valores atualizados, aumentou 108% nesse mesmo período, alcançando R\$ 588 milhões.

A castanha-do-brasil, também conhecida como castanha-do-pará, é outro importante produto do extrativismo regional, sendo colhida do fruto (“ouriço”) da castanheira, que é uma das árvores mais altas da floresta amazônica. O volume de produção no período 2009-2019 teve uma redução de 12%. A receita anual, todavia, cresceu 47% nesse mesmo período, alcançando o montante de R\$ 135,8 milhões em 2018.

O volume e a receita da produção de oleaginosos, babaçu, fibras e borracha (látex coagulado e o líquido) diminuíram no período de 2009 a 2019. Todavia, quando considerados todos os produtos monitorados, ocorreu um crescimento de 16% no volume produzido e de 35% da receita gerada.

Indicador: Produção legal de madeira em toras na Amazônia

A produção de madeira tem como fonte de matéria-prima legal somente as florestas exploradas em regime sustentável, por meio de planos de manejo florestal sustentável (PMFS) ou de desmatamentos autorizados. O monitoramento desse indicador tornou-se possível graças à sistematização e disponibilização pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em seu *website*, de informações sobre o transporte de produtos florestais registrados por meio do sistema do Documento de Origem Florestal (DOF).¹⁸

¹⁸ Vale mencionar que o controle de exploração de madeira nativa no Brasil, apesar de bastante avançado, não é à prova de fraudes na emissão de permissões de exploração. Dessa forma, parte da madeira em toras contabilizada como extraída de forma legal, com base em informações registradas por meio do sistema DOF, pode ser, na verdade, madeira ilegal resultante de fraudes no sistema.



TABELA 12: PRODUÇÃO LEGAL DE MADEIRA EM TORAS NA AMAZÔNIA (VOLUME EM M³)

Estado	2009	2020	Variação (%)
Acre	277.489	271.980	(2%)
Amazonas	355.113	785.545	121%
Amapá	64.189	208.894	225%
Maranhão	10.359	12.493	21%
Mato Grosso	2.043	58.119	2.745%
Pará	9.041	2.946.478	32.940%
Rondônia	–	1.188.752	–
Roraima	89.502	169.126	89%
Tocantins	21.366	10.521	(51%)
Total	829.102	5.651.910	582%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Ibama.

TABELA 13: PRODUÇÃO LEGAL DE MADEIRA EM TORAS NA AMAZÔNIA (VALOR EM R\$ MIL)

Estado	2009	2009*	2020	Variação (%)
Acre	10.095	18.605	16.495	(11%)
Amazonas	19.633	36.183	79.210	119%
Amapá	3.944	7.268	14.763	103%
Maranhão	905	1.668	3.310	98%
Mato Grosso	1.317	2.427	14.371	492%
Pará	3.314	6.107	748.050	12.149%
Rondônia	–	–	136.855	–
Roraima	4.153	7.653	34.330	349%
Tocantins	7.314	13.479	762	(94%)
Total	50.675	93.390	1.048.145	1.022%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Ibama.

* Valores atualizados para reais de 2020 pela variação IPCA de 2010 a 2020.

Com base na análise dos dados de produção legal de madeira em toras, verifica-se que, no período de 2009 a 2020, o volume de produção de madeira cresceu 6,8 vezes. Já a receita anual saiu de R\$ 93 milhões em 2009 para alcançar cerca de R\$ 1 bilhão em 2020 (1.022%).

Do total de madeira em toras extraída em 2020 (5,6 milhões de m³), pouco mais de 40% foram obtidos por meio de manejo florestal sustentável (2,3 milhões de m³), um percentual inferior aos de anos anteriores. O manejo florestal sustentável é a administração da floresta com vistas à obtenção de benefícios, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo. Logo, não permite o corte raso da floresta na Amazônia.

O Fundo Amazônia tem contribuído diretamente para esses resultados por duas vertentes: (i) o apoio direto a projetos que praticam o manejo florestal sustentável ou instrumentalizam essa atividade por meio da pesquisa científica ou formação de técnicos; e (ii) a repressão às atividades madeireiras ilegais, que representam uma concorrência desleal para o manejo florestal sustentável, já que este tem mais custos, por operar de modo legal, e menor retorno, por não extrair a madeira de forma predatória.



A análise do comportamento da cesta de produtos da floresta amazônica, com base em dados da Pevs, do IBGE, evidencia que, nos anos considerados (2009 e 2019), ocorreu um crescimento de 35% da receita gerada por esses produtos. Por sua vez, em período com informações mais atualizadas (2009 a 2020), foi verificado um crescimento de 1.022% na receita gerada pela madeira em toras. Pode-se concluir, portanto, que a evolução desses indicadores sinaliza que o efeito indireto “atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica na Amazônia Legal” está sendo alcançado.

Efeito indireto: (2) Ações governamentais asseguram a adequação de atividades antrópicas à legislação ambiental (componente “monitoramento e controle”)

Indicador: Número de postos avançados (unidades regionais) dos órgãos estaduais de meio ambiente

Indicador: Número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local

Indicador: Número de autorizações ou licenças ambientais concedidas anualmente pelos órgãos estaduais de meio ambiente

Para o monitoramento dessa componente, foram criados indicadores que visam medir a capacidade dos órgãos ambientais da Amazônia Legal para implementar a legislação ambiental vigente.

Dois dos indicadores medem, respectivamente, os níveis de desconcentração e de descentralização identificados na gestão ambiental, a saber: “número de postos avançados (unidades regionais) dos órgãos estaduais de meio ambiente” e “número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local”.

A desconcentração da gestão ambiental por meio da implantação de postos avançados ou unidades regionais dos órgãos estaduais de meio ambiente aproxima esses órgãos dos habitantes e agentes econômicos das regiões mais afastadas, o que promove uma gestão ambiental mais eficiente.

Por sua vez, cabe aos municípios a competência para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos conselhos estaduais de meio ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.¹⁹ O indicador que mede o número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local visa verificar o grau de participação dos municípios na implementação da legislação ambiental em seus territórios.

Um terceiro indicador monitora o “número de autorizações ou licenças ambientais concedidas anualmente pelos órgãos estaduais de meio ambiente”. O licenciamento é um instrumento importante da Política Nacional de Meio Ambiente, e o aumento da

¹⁹ Lei Complementar 140, de 8 de dezembro de 2011.



concessão de licenças e demais atos autorizativos sinaliza o grau de controle dos órgãos de meio ambiente sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais.

Considerando a ausência de divulgação pública de informações que permitam acompanhar esses indicadores, são apresentados na Tabela 14 dados obtidos diretamente com os Oemas da Amazônia Legal.

TABELA 14: INDICADORES REGIONAIS DA COMPONENTE “MONITORAMENTO E CONTROLE”

Estado	Nº de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente (cumulativo)*		Nº de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local (cumulativo)**		Nº de autorizações ou licenças ambientais concedidas pelas Oemas (anual)***	
	2009	2020	2009	2020	2009	2020
Pará	4	6	10	127	3.259	1.623
Acre	5	5	1	1	2.239	348
Amazonas	0	4	2	1	2.723	3.997
Roraima	1	0	13	12	183	1.454
Tocantins	20	15	0	4	3.360	3.846
Mato Grosso	11	9	5	48	5.430	11.712
Rondônia	14	14	1	22	2.480	2510
Maranhão	1	1	0	24	0	2.481
TOTAL	56	54	32	239	19.674	27.971
Variação (%)	(4%)		647%		42%	

Fonte: Elaboração própria, com base em dados fornecidos pelos órgãos estaduais de meio ambiente.

* Número consolidado (cumulativo) – conjunto de todos os postos avançados do órgão estadual de meio ambiente.

** Número consolidado (cumulativo) – conjunto de todos os municípios no estado aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local.

*** Número de licenças: prévia, de instalação, de operação, de propriedade rural; atos de renovação, retificação, declaratórios, de anuência prévia e autorizações: ambiental, para desmatamento, para utilização de matéria-prima, para exploração de manejo florestal, de trânsito e comercialização de pescado e para transporte de cargas perigosas expedidas no ano.

Uma análise conjunta dos indicadores monitorados revela uma evolução em duas das três dimensões acompanhadas, destacando-se um significativo crescimento (647%) no número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local.

O número de atos autorizativos expedidos anualmente pelos órgãos de meio ambiente também teve um aumento de 42% nos anos acompanhados (2009-2020). Por sua vez, o número de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente teve uma ligeira redução (-4%). Essa redução provavelmente está relacionada ao processo virtuoso de descentralização da gestão ambiental, com a maior participação dos municípios na implementação da legislação ambiental em seus territórios.

O Fundo Amazônia vem contribuindo para o aprimoramento da gestão ambiental por meio do apoio a projetos que visam fortalecer institucionalmente os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente; aprimorar o processo de licenciamento ambiental; capacitar o corpo de servidores públicos; fortalecer as unidades regionais dos órgãos ambientais; e descentralizar e fortalecer a gestão ambiental municipal.



Efeito indireto: (3) Área da Amazônia Legal está ordenada territorialmente (componente “ordenamento territorial”)

Indicador: Área de terras indígenas (TI) e unidades de conservação (UC) federais na Amazônia Legal com instrumento de gestão territorial

Indicador: Desmatamento em áreas protegidas na Amazônia Legal

Para o monitoramento dessa componente, foram criados dois indicadores.

O primeiro mede a extensão das áreas protegidas federais com instrumento de gestão territorial elaborado e o segundo acompanha a taxa de desmatamento em áreas protegidas, como unidades de conservação (UC) federais e estaduais e terras indígenas (TI) na Amazônia Legal.

Vale mencionar que o Brasil, por meio da Lei 9.985/2000, estabeleceu um Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc). As UCs integrantes do Snuc dividem-se em dois grupos, com características específicas: as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável.

O objetivo básico das UCs de proteção integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais; já o objetivo básico das UCs de uso sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.

O indicador “área de terras indígenas e unidades de conservação da natureza federais na Amazônia Legal com instrumento de gestão territorial” acompanha a evolução da elaboração de instrumentos de gestão territorial em TIs e UCs federais que tenham, respectivamente, Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) e planos de manejo. O uso desses instrumentos em áreas protegidas tem contribuído de forma importante para a redução dos desmatamentos nesses domínios territoriais.

O plano de manejo de uma UC é um documento no qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, se estabelecem seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Por sua vez, os PGTA de TIs são ferramentas de implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), podendo ser definidos como instrumentos que visam a valorização do patrimônio material e imaterial indígena, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações indígenas. Esses planos devem expressar o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação dos povos na negociação e no estabelecimento de acordos internos que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial,



bem como ser um subsídio que oriente a execução de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas.²⁰

TABELA 15: ÁREA DE UCS FEDERAIS E TIS NA AMAZÔNIA LEGAL COM INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL (PLANOS DE MANEJO OU PGTAS)

Áreas protegidas	Nº de UCS federais e TIs com gestão territorial		Variação 2020/2009 (%)	Área (km²) de UCS federais e TIs com instrumento de gestão territorial		Variação 2020/2009 (%)
	2009	2020		2009	2020	
UCs federais	28	89	218%	160.742	468.114	191%
TIs	33	98	197%	75.741	564.912	646%
Total	61	187	207%	236.483	1.033.026	337%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Funai.

Com base na análise dos dados da Tabela 9 sobre áreas protegidas com instrumento de gestão territorial no período entre 2009 e 2020, verifica-se que ocorreu considerável crescimento tanto do número quanto da extensão territorial das áreas protegidas com esses instrumentos na Amazônia.

No período considerado, o número de UCS federais e TIs que dispõe de instrumento de gestão territorial triplicou, passando de 61 para 187. Por sua vez, a extensão territorial dessas áreas com instrumentos de gestão territorial mais que quadruplicou, alcançando 1,03 milhão de km², área superior à soma dos territórios da Noruega e da Alemanha.

O Fundo Amazônia tem apoiado diversos projetos de fortalecimento e consolidação das áreas protegidas da Amazônia. Destaque-se o apoio a oito projetos que visam a elaboração e a implementação de PGTAs, selecionados no âmbito da chamada pública de Apoio à Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, promovida pelo Fundo Amazônia.

Esses projetos promovem, entre outras ações, a gestão ambiental e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis dos povos indígenas; a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato; a execução de iniciativas de monitoramento e controle do território, bem como o fortalecimento da organização comunitária local, da cultura e do modo de vida dessas populações. Além desses projetos dedicados exclusivamente à temática indígena, há outros projetos apoiados que também contemplam alguma ação que beneficia essas populações.

Registre-se que, no apoio a todos os projetos que tenham povos indígenas como beneficiários diretos, o Fundo Amazônia verifica se seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e serão respeitados durante a implantação dos projetos, bem como se as comunidades a serem beneficiadas deram prévio consentimento às ações a serem implementadas.

São 101 TIs beneficiadas com algum tipo de ação apoiada pelo Fundo Amazônia, que englobam aproximadamente 65% da área de todas as TIs da Amazônia brasileira.

²⁰ Definição de PGTA com base no documento *Orientações para elaboração de planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas*, da Fundação Nacional do Índio (Funai), de 2013.



Na Tabela 16, pode ser consultada a variação do desmatamento em áreas protegidas na Amazônia Legal (UCs federais, estaduais e territórios indígenas).

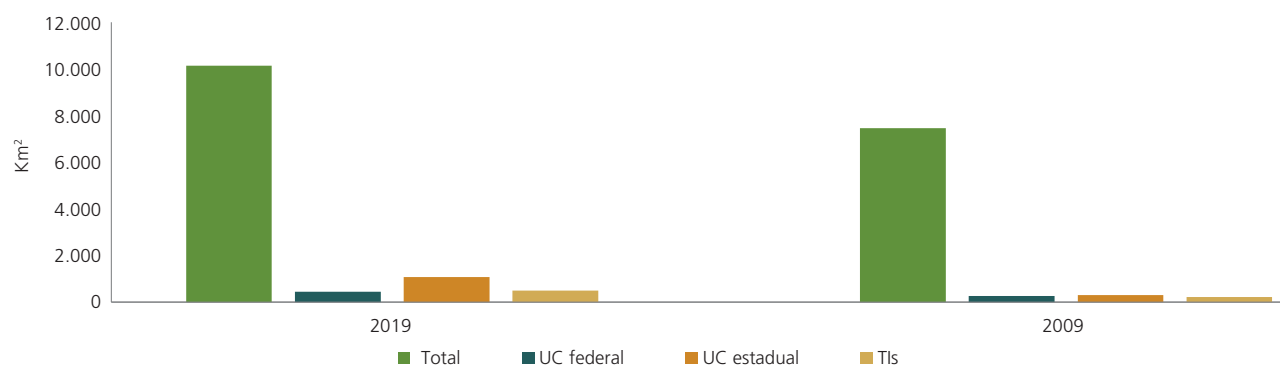
TABELA 16: DESMATAMENTO EM ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA LEGAL

Áreas protegidas	Número de áreas protegidas	Área desmatada em 2009 (km²)	Área desmatada em 2019 (km²)	Variação (%)
UCs federais	174	287	453	58%
UCs estaduais	179	320	1.021	219%
TIs	387	247	503	104%
Total	740	854	1.977	131%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Prodes/Inpe.²¹

Na Tabela 16, verifica-se que ocorreu um crescimento de 131% da área desmatada no conjunto dessas categorias fundiárias, na comparação entre os anos de 2009 e 2019. Registre-se que esse crescimento é quase quatro vezes superior ao aumento do desmatamento global na Amazônia Legal calculado pelo Prodes/Inpe para os mesmos anos (36%), com destaque negativo para a categoria UCs estaduais, em que o desmatamento aumentou 219% em comparação à linha de base do Fundo Amazônia (2009). O aumento da participação relativa das UCs e TIs no desmatamento total pode ser visualizado no Gráfico 9.

GRÁFICO 9: DESMATAMENTO NAS UCS E TIS NO DESMATAMENTO TOTAL



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe/Prodes.

Vale mencionar que a área desmatada em áreas protegidas federais e estaduais em 2019, nas quais se incluem as TIs, representou cerca de 20% do desmatamento medido na Amazônia Legal nesse mesmo ano. E, ainda, que essas áreas protegidas respondem por mais de 40% do território da Amazônia Legal, o que evidencia a importância dessas categorias territoriais e o relevante papel dos povos tradicionais, incluindo indígenas, na prevenção do desmatamento e conservação florestal.

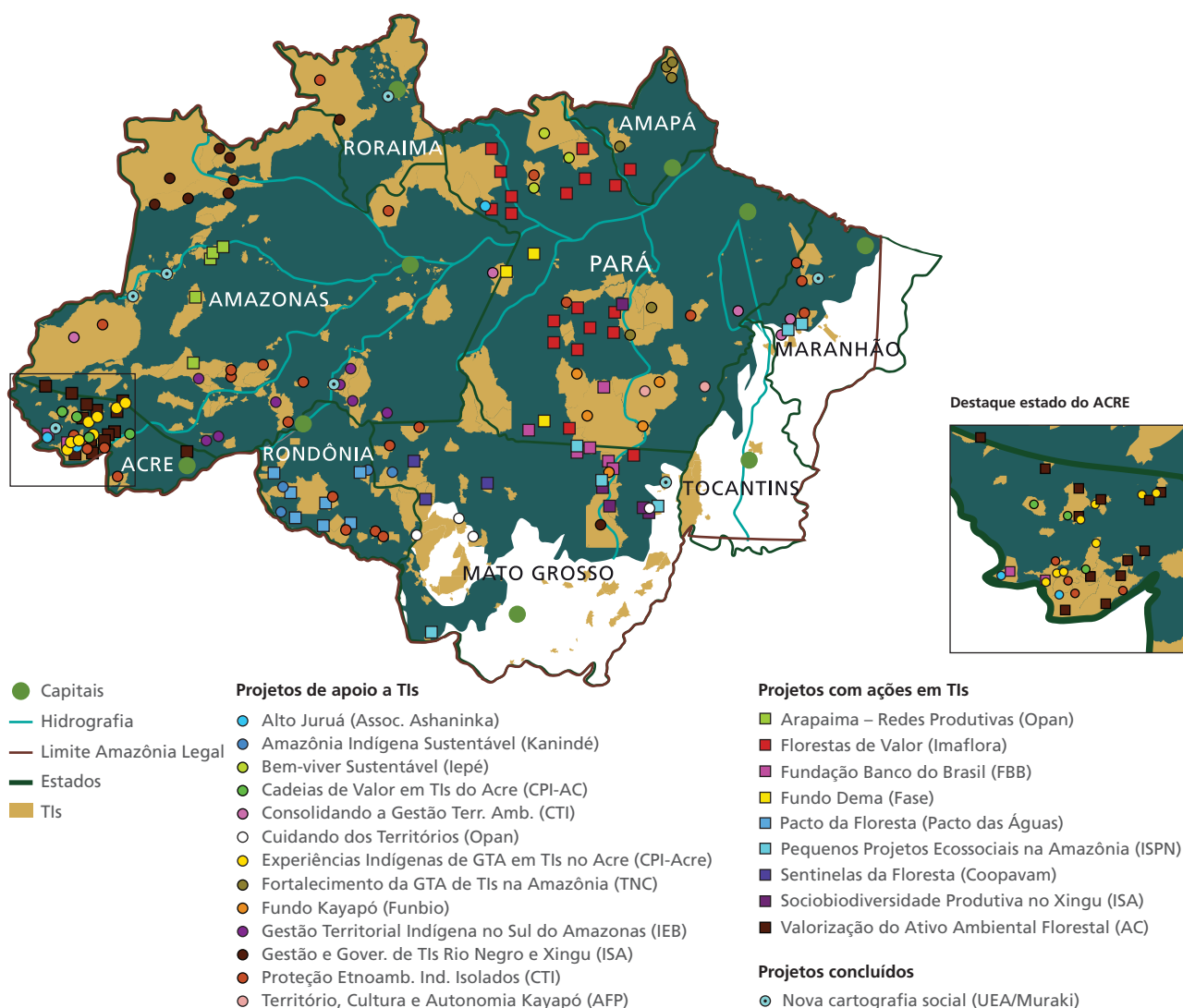
O aumento expressivo da área desmatada nas áreas protegidas reforça a urgência em apoiar novas ações de consolidação da gestão desses territórios, bem como fortalecer os entes públicos responsáveis por seu monitoramento. O Fundo Amazônia já contribui

²¹ O sistema Prodes do Inpe realiza o monitoramento por satélites do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região.



para isso com projetos apoiados nos eixos de ordenamento territorial e monitoramento e controle do desmatamento.

FIGURA 5: PROJETOS APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA EM TIS



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Prodes/Inpe.

Efeito indireto: (4) Instrumentos econômicos e atividades de ciência, tecnologia e inovação contribuem para a recuperação, a conservação e o uso sustentável na Amazônia Legal (componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”)

Indicador: Número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Para o monitoramento da componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”, foram selecionados dois indicadores: (i) “número de pedidos de



patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)”, que permite uma primeira avaliação do grau de fortalecimento do sistema regional de inovação; e (ii) “valor de subvenção pago a extrativistas para a promoção das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade nos estados da Amazônia Legal (PGPM-Bio²²)”, para monitorar a evolução da política de incentivos econômicos na região amazônica. Considerando que, até 2020, o Fundo Amazônia não apoiou projetos de pagamento de subvenções a produtos da sociobiodiversidade ou projetos análogos, o segundo indicador não foi incluído no presente relatório.

TABELA 17: PEDIDOS DE PATENTES DEPOSITADOS NO INPI POR RESIDENTES NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

	2009	2020	Variação (%)
Brasil	7.709	7.986	3,6%
Estados da Amazônia			
Acre	3	17	466,7%
Amazonas	65	36	(44,6)%
Amapá	3	6	100,0%
Maranhão	24	67	179,2%
Mato Grosso	30	48	60,0%
Pará	25	76	204,0%
Rondônia	13	9	(30,8)%
Roraima	1	2	100,0%
Tocantins	8	14	75,0%
Total	169	275	62,7%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do INPI.

Comparando o número de pedidos de patentes depositados no INPI por residentes nos estados da Amazônia no ano de 2009 e em 2020, houve um crescimento de 62,7%. Já para o Brasil, em geral, considerando os mesmos anos, foi verificado um aumento de 3,6%.

Apesar do considerável crescimento do número de pedidos de patentes no período analisado, é baixo o número de pedidos de patentes depositados na região em termos absolutos (3,4% do total dos pedidos no Brasil). Isso demonstra a necessidade de fortalecer esse tema relevante para o conhecimento e a exploração sustentável das riquezas da região, para o aprimoramento do monitoramento do desmatamento e também para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de formas e métodos que contribuam para o ordenamento territorial da Amazônia.

As razões que levam a esse cenário são complexas e têm raízes históricas. Vão desde diferenças nos níveis de investimento em educação superior e pesquisa até fatores como o nível de desenvolvimento do setor industrial em cada um desses estados ou regiões.

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia ligados a ciência e tecnologia visam enfrentar esse desafio por meio de ações como construção, reforma ou estruturação de centros de estudos avançados para pesquisa em biotecnologia; levantamento e processamento de dados biológicos e socioeconômicos georreferenciados; e desenvolvimento de modelos para estimativa de biomassa e sequestro de carbono em ecossistemas.

²² Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio).



Síntese do monitoramento dos indicadores regionais relacionados à atuação do Fundo Amazônia

- > Piora do indicador que mede a taxa de desmatamento da Amazônia Legal, com aumento de 49% da área desmatada em 2020 em relação à taxa de 2009. Por sua vez, quando se compara a média do desmatamento anual ocorrido no período de 2010 a 2020 com o desmatamento em 2009 (linha de base do Fundo Amazônia), constata-se uma redução de 4% da área desmatada, que em termos consolidados ainda é um sinal positivo.
- > Crescimento gradual da relevância do PIB da Amazônia no PIB brasileiro, atingindo em 2018 uma participação de 8,9%, em comparação com a participação de 7,9% verificada em 2009, o que também é um sinal positivo.
- > Aumento de 16% do volume produzido e de 35% da receita gerada pela cesta de produtos do extrativismo monitorados pelo Fundo Amazônia, no período de 2009 a 2019, conforme dados da Pevs, do IBGE, e aumento de 582% no volume e 1.022% da receita gerada anualmente pela produção legal de madeira em toras entre os anos de 2009 e 2020.
- > Ampliação da descentralização da gestão ambiental para os municípios em 647% e do número de atos autorizativos expedidos pelos órgãos de meio ambiente em 42%, sendo que o número de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente teve ligeira redução de 4% no período 2009-2020.
- > Aumento superior a quatro vezes (337%) da área de UCs federais e TIs com instrumento de gestão territorial (2009-2020) e piora do indicador que monitora o desmatamento em áreas protegidas, o qual aponta incremento de 131% do desmatamento em áreas protegidas federais e estaduais, incluídas as TIs (2009-2019).
- > Crescimento de 63% no número de pedidos de patentes depositadas no INPI por residentes nos estados da Amazônia Legal (2009-2020).

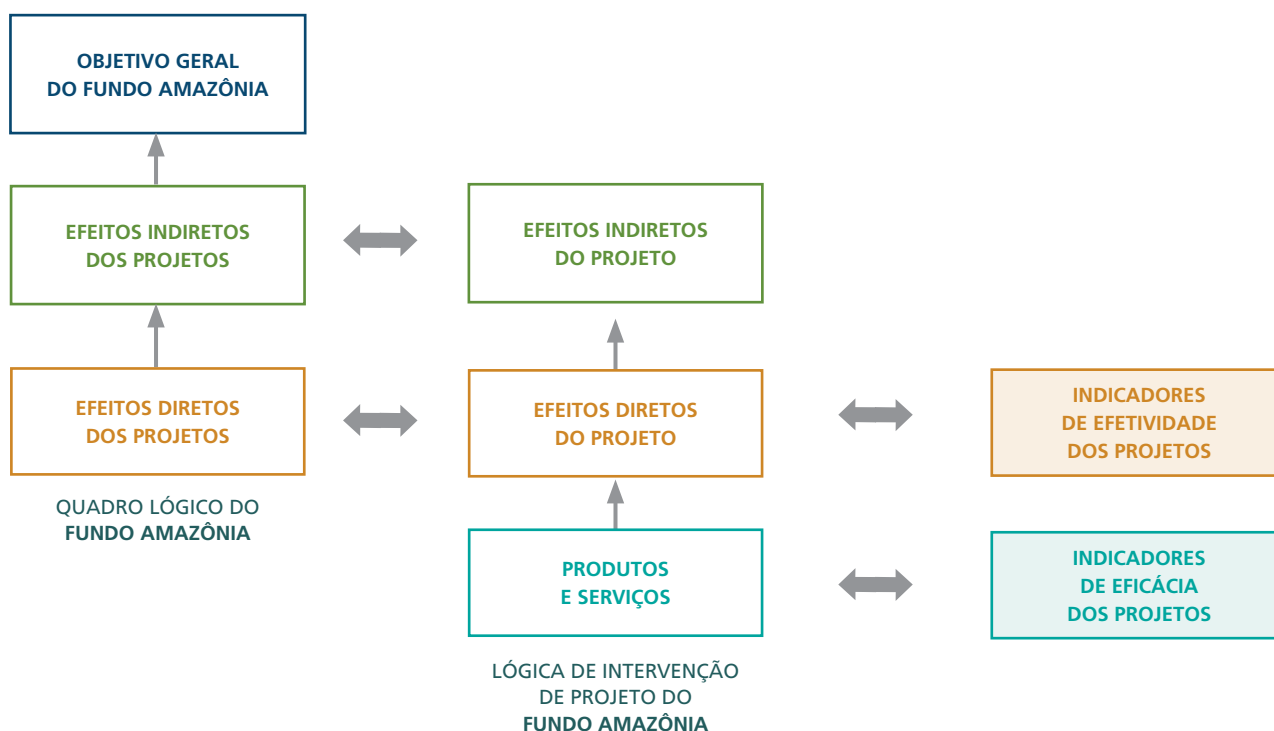
Quadro de resultados dos projetos

Para cada projeto, é construído um quadro de resultados específico, em diálogo com os beneficiários e de forma integrada com os objetivos definidos no Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A Figura 6 mostra como os efeitos diretos e indiretos dos projetos devem contribuir para o desenvolvimento das quatro componentes e, conseqüentemente, para o alcance do objetivo geral do Fundo Amazônia.



FIGURA 6: INSERÇÃO DE PROJETOS NO QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA



Acompanhamento e monitoramento de resultados dos projetos do Fundo Amazônia

No acompanhamento dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, além do monitoramento dos indicadores do quadro de resultados de cada projeto, são executados diversos procedimentos, descritos a seguir, visando prevenir ou solucionar situações que coloquem em risco sua implementação.

O período de acompanhamento de cada projeto vai desde a assinatura do contrato até a conclusão das obrigações nele assumidas. Para subsidiar o acompanhamento, o responsável pela execução do projeto apoiado pelo Fundo Amazônia encaminha relatórios de desempenho contendo: (i) resumo das principais atividades realizadas no período; (ii) informações financeiras referentes aos valores utilizados no período; e (iii) documentação referente ao cumprimento de obrigações contratuais.

O acompanhamento pelo BNDES compreende, também, a verificação da execução física e financeira do projeto, o que inclui visita ao local do projeto, quando necessário. Cada liberação de recursos está condicionada ainda à verificação do cumprimento das normas e cláusulas contratuais pertinentes.

Na conclusão do projeto, o beneficiário apresenta um relatório de avaliação de seus resultados. O principal objetivo desse relatório é consolidar informações sobre a execução do projeto apoiado e seus resultados e impactos. O documento deve conter, ademais, informações sobre a evolução do projeto, o monitoramento dos indicadores de seu quadro de resultados, a sustentabilidade futura dos resultados, problemas que surgiram em sua implementação, bem como conhecimentos gerados e lições aprendidas.



Resultados dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia são acompanhados individualmente. As atividades realizadas pelos projetos em fase de execução são descritas na página do Fundo Amazônia na *internet*,²³ na qual, para cada projeto apoiado, há uma seção específica contendo diversas informações, tais como: nome da organização responsável pela execução do projeto; abrangência territorial do projeto e seus beneficiários; valores do projeto e da colaboração financeira do Fundo Amazônia; prazo previsto de execução; valores já desembolsados e datas dos desembolsos; contexto em que o projeto se insere e informações sintéticas sobre ele; sua lógica de intervenção e resumo das atividades já realizadas, entre outras.

Para monitorar os resultados dos projetos apoiados, foi desenvolvida uma gama de indicadores comuns aos projetos que permitem sua consolidação e proporcionam uma visão agregada dos produtos e serviços entregues e dos impactos resultantes de suas ações. Cabe mencionar que, em alguns casos, os resultados são de natureza qualitativa, o que exige que sejam analisados individualmente.

Além do acompanhamento dos projetos durante sua execução, o Fundo Amazônia divulga uma avaliação dos resultados e impactos de cada projeto concluído. No capítulo “Projetos concluídos” do presente relatório, são divulgadas informações sobre os dez projetos concluídos em 2020, incluindo uma avaliação de seus resultados e impactos. Dessa forma, de uma carteira de 103 projetos apoiados, 37 foram concluídos e tiveram sua avaliação divulgada nos relatórios anuais do Fundo Amazônia. Sempre que viável, é feita uma análise dos impactos dos projetos concluídos na taxa de desmatamento de sua área de influência.

Em 2018, o Fundo Amazônia substituiu a elaboração de quadros lógicos individuais dos projetos apoiados por uma nova ferramenta desenvolvida pelo BNDES denominada quadro de resultados (QR). Essa mudança visou alinhar a atuação do Fundo Amazônia com os procedimentos seguidos pelas demais unidades operacionais do BNDES e possibilitará a digitalização desse macroprocesso, com ganhos de eficiência e qualidade.

O QR dos projetos individuais apresenta: (i) os objetivos, em termos de efeitos diretos esperados do projeto; (ii) o valor do financiamento associado a cada objetivo; e (iii) os indicadores de eficácia e de efetividade a serem monitorados. O QR tomado como referência para a elaboração dos QRs individuais pode ser conferido no Anexo 4 deste relatório.

²³ Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/carteira-de-projetos/>



São apresentadas, a seguir, tabelas com a consolidação dos resultados e impactos mensurados com base em indicadores selecionados nos QRs dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia. Nessas tabelas, foi adotado um código de cores para facilitar a identificação dos indicadores conforme sua natureza (de eficácia ou de efetividade).

Componente “fomento às atividades produtivas sustentáveis”

No fim de 2020, o apoio às atividades produtivas sustentáveis representava 26% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, ou seja, R\$ 476 milhões. Um dos objetivos do PPCDAm é promover uma economia florestal de base sustentável, por meio da valorização dos produtos (madeireiros e não madeireiros) e serviços ambientais da floresta, de modo a criar uma alternativa econômica que viabilize a conservação da vegetação nativa.

O conjunto de projetos apoiados nesse eixo abrange, por exemplo, atividades extrativistas, de beneficiamento (industrialização) de produtos extrativistas e da agricultura familiar, de segurança alimentar (produção de alimentos para consumo próprio), de artesanato e de turismo de base comunitária. Entre os produtos apoiados, podem ser citados: borracha, sementes, artesanato, farinha de mandioca, cacau, turismo, madeira, mel, resina, sabonetes, óleos, babaçu e açai.

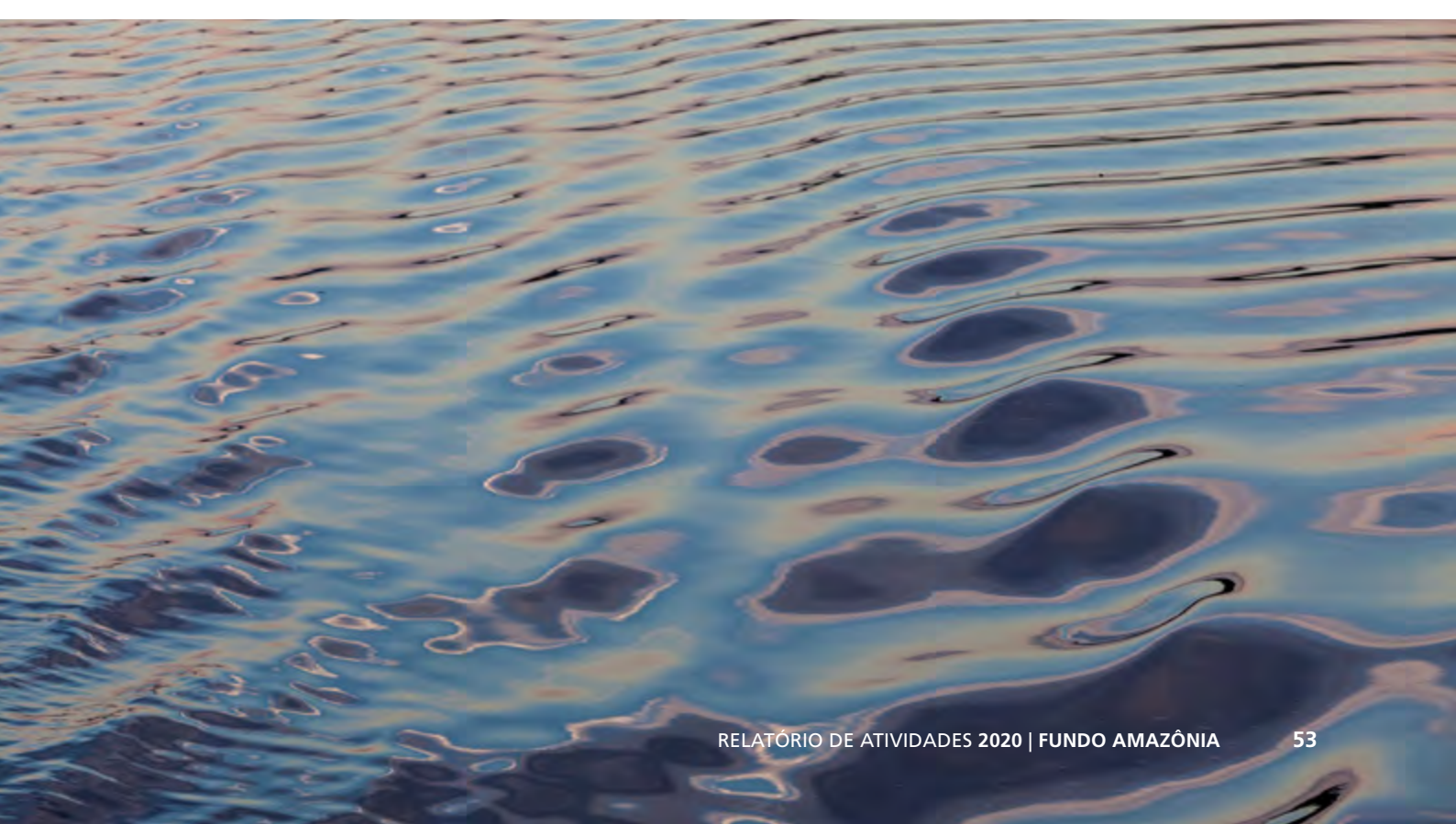




TABELA 18: INDICADORES DA COMPONENTE “FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS (1)” – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de produção sustentável (Componente 1)	Até 2019 (acumulado)	Até 2020 (acumulado)	Variação 2020/2019 (%)
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (total)	34.763	43.011	24%
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (mulheres)	4.384	4.498	3%
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (indígenas)	3.966	3.625*	–
Organizações comunitárias fortalecidas	491	507	3%
Projetos de pequeno porte (até R\$ 150 mil) apoiados por entidades aglutinadoras**	2.815	2.691*	–
Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras	73	72*	–
Imóveis rurais com projetos de produção sustentável	4.531	4.706	4%
Imóveis rurais (famílias) beneficiados com assistência técnica	9.576	10.588	11%
Unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo implantadas	379	377*	–
Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas (total)	193.596	202.159	4%
Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas (mulheres)	45.888	46.692	2%
Área de floresta diretamente manejada em decorrência dos projetos apoiados (hectares)	73.690.063	74.685.536	1%
Área recuperada utilizada para fins econômicos (hectares)	13.576	15.092	11%
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (total)	14.783	21.032	42%
Incremento de receita obtida com a comercialização de produtos <i>in natura</i> (R\$ mil)	122.832	132.089	8%
Incremento de receita obtida com a comercialização de produtos beneficiados (R\$ mil)	92.029	95.636	4%

Fonte: BNDES.

* Valores ajustados em decorrência de revisão/divergência de critério de classificação ou correção de erro material.

** O conceito de projeto nesse caso compreende, por exemplo, a simples aquisição de um equipamento para uma atividade produtiva que tenha sido planejada comunitariamente.

Código de CORES/LEGENDA

Indicador de eficácia

Indicador de efetividade

No capítulo “Projetos concluídos” deste relatório, são apresentados os resultados de vários projetos concluídos em 2020 que apoiaram a implementação de atividades produtivas sustentáveis na Amazônia. Parte desses projetos beneficiaram populações indígenas, por meio da estruturação de atividades produtivas em seus territórios, como o manejo pesqueiro e de recursos florestais não madeireiros.

Essas atividades de apoio à produção sustentável promovem também o fortalecimento de associações indígenas e de produtores agroextrativistas, inclusive para o beneficiamento dos produtos da biodiversidade. Assim, a estruturação dessas cadeias produtivas incrementa o empreendedorismo comunitário, integrando uma ampla estratégia de promoção da bioeconomia na região. Esse processo requer a implantação de novos



sistemas de produção que conservem a floresta em pé e promovam a industrialização de seus produtos, de forma integrada com os demais setores empresariais do país e com os centros de inovação e desenvolvimento científico e tecnológico.

O impacto econômico da produção sustentável é também verificado por um indicador que mede as receitas (faturamento bruto) dos projetos apoiados, obtidas por meio da comercialização da produção gerada (produtos *in natura* e beneficiados e serviços).

Na análise do comportamento desse indicador, são observadas sua linha de base (faturamento anual imediatamente anterior ao início do projeto), o ano monitorado e o incremento de receita gerado pelo projeto durante sua implementação. O cálculo desse incremento é feito pela comparação anual da receita em um determinado ano com a receita da linha de base. Esse incremento (ou redução) anual é somado ao longo dos anos da execução do projeto e, quando consolidado, representa o incremento de receita produzido pelo projeto.

Na Tabela 19, pode-se ver a consolidação dos resultados de receita obtida com a comercialização de produtos pelos projetos apoiados no período de 2010 a 2020. Registre-se que, uma vez concluído um projeto, suas receitas deixam de ser contabilizadas; e não é contabilizada a produção para consumo próprio (segurança alimentar) dos beneficiários finais.

TABELA 19: INDICADORES DA RECEITA OBTIDA COM A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS PELOS PROJETOS APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA

Receita com atividade econômica de uso sustentável					
Produtos <i>in natura</i>			Produtos beneficiados		
Linha de base	Último ano (2020)	Incremento	Linha de base	Último ano (2020)	Incremento
R\$ 24,6 milhões	R\$ 68,3 milhões	R\$ 132,1 milhões	R\$ 30,3 milhões	R\$ 62,4 milhões	R\$ 95,6 milhões

Fonte: BNDES.

Componente “monitoramento e controle”

No fim de 2020, o apoio às ações de monitoramento e controle representava 47% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, ou seja, R\$ 853 milhões. Desse montante, cerca de 90% foram destinados a projetos implementados por entidades da administração pública brasileira (governos federal, estaduais e municipais). O eixo “monitoramento e controle” tem sido reconhecido em avaliações independentes do PPCDAm como o que mais evoluiu e, conseqüentemente, como aquele com maior participação na redução do desmatamento na Amazônia desde 2004.

Entre as ações apoiadas pelo Fundo Amazônia, destacam-se as seguintes:

(i) ampliação e fortalecimento do CAR como instrumento de gestão ambiental rural e de monitoramento do desmatamento nos estabelecimentos rurais; (ii) ampliação e aprimoramento do monitoramento ambiental por satélites realizado pelo Inpe e implantação de um sistema de detecção de desmatamento na Amazônia por meio do uso de imagens de radar orbital a cargo do Centro Gestor e Operacional do



Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), do Ministério da Defesa;
(iii) controle do desmatamento na Amazônia Legal mediante ações de fiscalização a cargo do Ibama; e (iv) prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas, por meio da estruturação operacional dos corpos de bombeiros militares da região e ações de mobilização e treinamento de produtores rurais em técnicas de prevenção e combate ao fogo, incluindo a formação de brigadas civis.

TABELA 20: INDICADORES DA COMPONENTE “MONITORAMENTO E CONTROLE (2)” – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de monitoramento e controle (Componente 2)	Até 2019 (acumulado)	Até 2020 (acumulado)	Variação 2020/2019 (%)
Órgãos ambientais fortalecidos (federais, estaduais e municipais)	305	326	7%
Montante desembolsado para projetos de combate a incêndios florestais e queimadas ilegais (R\$ mil)	74.349	77.345	4%
Servidores capacitados em gestão ambiental e/ou tecnologias de monitoramento do desmatamento	6.295	7.489	19%
Missões de fiscalização ambiental efetuadas	1.236	1.620	31%
Incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos pelos Corpos de Bombeiros Militares	24.684	30.693	24%
Servidores capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (total)	5.419	4.632*	–
Imóveis rurais inscritos no CAR (protocolo)	1.036.949	1.403.373	35%
Área de imóveis rurais inscritos no CAR (protocolo) (ha)	131.140.260	132.530.944	1%
Área com cobertura vegetal recuperada para conservação ou regularização ambiental (regeneração em andamento)	13.622	15.263	12%
Autos de infração lavrados por infrações contra a flora	12.279	13.522	10%

Fonte: BNDES.

* Valores ajustados em decorrência de revisão/divergência de critério de classificação ou correção de erro material.

Código de CORES/LEGENDA

Indicador de eficácia

Indicador de efetividade

No capítulo “Projetos concluídos” deste relatório, são apresentados os resultados do projeto Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas, tendo como executor o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA). Com o apoio do Fundo Amazônia, foram implementadas ações que permitiram a estruturação operacional de grupamentos do CBMPA que abrangem a totalidade desse estado e ampliado significativamente a atuação dessa corporação no combate a incêndios florestais.

Em 2020, foi concluído o projeto Nascentes do Buriti, implementado pelo Município de Carlinda (MT). Com o apoio do Fundo Amazônia, foi fortalecida a gestão ambiental municipal por meio da estruturação física da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo e promovida a recuperação de 1.912 hectares de áreas de preservação permanente (APP) no entorno de nascentes.



Componente “ordenamento territorial”

No fim de 2020, o apoio às ações de ordenamento fundiário e territorial representava 14% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, ou seja, R\$ 253 milhões. A ocupação da floresta é inerente ao processo de desenvolvimento da região, mas essa ocupação precisa ser ordenada. Entre os instrumentos disponíveis, destaca-se o apoio do Fundo Amazônia à consolidação da gestão de UCs e à implementação da PNGATI.

TABELA 21: INDICADORES DA COMPONENTE “ORDENAMENTO TERRITORIAL (3)” – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de ordenamento territorial (Componente 3)	Até 2019 (acumulado)	Até 2020 (acumulado)	Variação 2020/2019 (%)
UCs apoiadas	190	190	0%
TIs apoiadas	101	101	0%
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (total)	3.583	3.318*	–
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (indígenas)	1.887	1.922	2%
Indivíduos de etnia indígena diretamente beneficiados pelo apoio do Fundo Amazônia	59.092	58.530*	–
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	1.842	1.842	0%
Área de UCs criadas (km²)	7.083	7.083	0%
Extensão de áreas protegidas com infraestrutura, gestão ambiental e/ou controle de seu território fortalecido (km²)	408.668	444.489	9%

Fonte: BNDES.

* Valores ajustados em decorrência de revisão/divergência de critério de classificação ou correção de erro material.

Código de CORES/LEGENDA

Indicador de eficácia

Indicador de efetividade

As UCs federais e estaduais e as TIs correspondem, em seu conjunto, a mais de 40% da área total da Amazônia Legal. São categorias territoriais protegidas por lei, o que por si só inibe a ação dos desmatadores e grileiros de terras. Em 2020, a maior parte dos projetos concluídos teve como beneficiários povos indígenas (ver capítulo “Projetos concluídos”), sendo que vários tiveram como público beneficiado exclusivamente essas populações.

Entre as ações apoiadas podem ser mencionadas a proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato; a implementação dos PGTA's desses territórios; a promoção do manejo pesqueiro e de recursos florestais não madeireiros e da produção agroflorestal em comunidades indígenas; o apoio a iniciativas de monitoramento e controle das TIs e o fortalecimento da organização comunitária local.

Esses projetos, para além de seus objetivos, acabam representando uma forma de proteção dessas populações contra contatos não desejados ou desordenados com outras culturas, que infelizmente muitas vezes são promovidos por indivíduos que atuam à margem da lei, como desmatadores e garimpeiros ilegais.



Componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”

No fim de 2020, o apoio às ações de desenvolvimento científico e tecnológico e a instrumentos econômicos para valorizar a floresta em pé representava 13% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, ou seja, R\$ 244 milhões. O apoio a esse eixo tem um caráter estratégico e transversal, beneficiando as demais componentes.

TABELA 22: INDICADORES DA COMPONENTE “CIÊNCIA, INOVAÇÃO E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS (4)” – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de ciência, inovação e instrumentos econômicos (Componente 4)	Até 2019 (acumulado)	Até 2020 (acumulado)	Variação 2020/2019 (%)
Valor total desembolsado para pesquisa científica e tecnológica (R\$ milhões)	137,6	140,4	2%
Pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica durante a execução dos projetos	385	385	0%
Famílias beneficiadas com pagamento por serviços ambientais	1.902	2.089	10%
Publicações científicas, pedagógicas ou informativas produzidas	594	596	0%
Patentes solicitadas ou depositadas	2	2	0%

Fonte: BNDES.

Código de CORES/LEGENDA

Indicador de eficácia

Indicador de efetividade

Os principais projetos em execução são: Inventário Florestal Nacional – Amazônia, sob a responsabilidade do Serviço Florestal Brasileiro (SFB); Projeto Integrado da Amazônia, implementado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); e Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia, do Inpe.

Salvaguardas do Fundo Amazônia

A Decisão 1/CP.16 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) definiu as salvaguardas para Redução das Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+). As salvaguardas formam um conjunto de sete diretrizes que visam potencializar os impactos socioambientais positivos e reduzir os impactos negativos relacionados às atividades de REDD+. Também são conhecidas como salvaguardas de Cancún, pois a cidade mexicana sediou a 16ª Conferência das Partes (COP) em 2010.



As salvaguardas devem garantir que as iniciativas de REDD+ abordem de maneira adequada questões sensíveis, como os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, a participação social, a preservação de ecossistemas naturais, a permanência dos resultados de REDD+ alcançados e o risco de deslocamento da pressão por desmatamento e degradação florestal para outras áreas. As iniciativas de REDD+ devem promover e apoiar:

- > ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes;
- > estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional;
- > respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, leis nacionais e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;
- > participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular, povos indígenas e comunidades locais;
- > ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 da Decisão 1/CP 16 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e a conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, assim como para contribuir para outros benefícios sociais e ambientais;
- > ações para evitar os riscos de reversões de resultados de REDD+; e
- > ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.²⁴

O Fundo Amazônia é anterior à aprovação das salvaguardas de Cancún, mas, desde sua criação, foi estabelecido pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa) um conjunto de diretrizes e critérios que, associados às políticas operacionais do BNDES, seu gestor, funcionam como suas salvaguardas. O Fundo Amazônia está preparado para ajustar seus processos visando a observância das salvaguardas de Cancún, quando estas tiverem sido sistematizadas pela Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+).²⁵

O Brasil iniciou em 2015 o desenvolvimento de seu Sistema Nacional de Informações sobre Salvaguardas de REDD+ (SISREDD+), sendo o Ministério do Meio Ambiente responsável por sua coordenação. Quando o SISREDD+ estiver em operação, suas informações serão disponibilizadas para toda a sociedade.

Enquanto não se estabelece o sistema computacional, as informações descritivas sobre a implementação das salvaguardas de Cancun pelo Brasil seguem no *site* REDD+ Brasil,²⁶

²⁴ Texto anterior sobre salvaguardas extraído da página do Ministério do Meio Ambiente: <http://redd.mma.gov.br/pt/salvaguardas>

²⁵ A Comissão Nacional para REDD+, instituída pelo Decreto 10.144, de 28 de novembro de 2019, é órgão de execução e assessoramento aos estados, ao Distrito Federal e ao Ministério do Meio Ambiente, destinado a formular diretrizes e emitir resoluções sobre a implementação da ENREDD+ e a observância das salvaguardas de REDD+, entre outras matérias.

²⁶ <http://redd.mma.gov.br/pt/>



que organiza ainda informações sobre a construção do tema no país, particularmente, os sumários de informações sobre salvaguardas submetidos à UNFCCC.

O Brasil submeteu à UNFCCC, em 2015, o 1º Sumário de Salvaguardas,²⁷ e, em 2018, o 2º Sumário de Salvaguardas,²⁸ com informações sobre como as salvaguardas de Cancún foram abordadas e respeitadas pelo Brasil durante a implementação de ações de redução de emissão provenientes do desmatamento no bioma Amazônia (a partir de 2006). Esses dois sumários também abordam como o Fundo Amazônia vem apoiando e contribuindo para a observância dessas salvaguardas.

Contribuição do Fundo Amazônia para os objetivos de desenvolvimento sustentável

Os ODS formam um conjunto de 17 objetivos globais estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) que abrangem questões de crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente. Esses ODS foram acordados na ONU por 193 países, contando com ampla participação da sociedade civil global, tendo entrado em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Entre os 17 ODS, pode ser identificado um subconjunto de dez para os quais o Fundo Amazônia contribui em maior ou menor grau:



ODS 1 - ERRADICAR A POBREZA EM TODAS AS SUAS FORMAS

Foi definido como um dos critérios orientadores para as ações apoiadas pelo Fundo Amazônia a priorização de projetos envolvendo benefícios diretos a comunidades tradicionais, assentamentos da reforma agrária e agricultores familiares. No conjunto das ações apoiadas pelo Fundo Amazônia até 2020, cerca de um quarto dos recursos foi destinado ao fomento de atividades produtivas sustentáveis, o que tornou o fundo um importante agente na erradicação da pobreza.



ODS 2 - ACABAR COM A FOME E PROMOVER A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Fundo Amazônia apoia não só a produção para comercialização, mas também projetos que visam a segurança alimentar (produção de alimentos para consumo próprio) dos povos tradicionais. São apoiadas, entre outros, a implantação de sistemas agroflorestais (SAF), a celebração de acordos de pesca, a instalação de unidades de beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade, a certificação de origem, capacitações e elaboração de planos de negócios, bem como a pesquisa para desenvolver novos produtos derivados dos frutos, sementes e compostos bioativos da flora amazônica.

²⁷ “Sumário de informações sobre como as salvaguardas de Cancún foram abordadas e respeitadas pelo Brasil durante a implementação de ações de redução de emissão provenientes do desmatamento no bioma Amazônia entre 2006 e 2010”: http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/salvaguardas_1sumario.pdf

²⁸ “Second Summary of information on how the Cancun Safeguards were addressed and respected by Brazil throughout the implementation of actions to reduce emissions from deforestation in the Amazon Biome”: <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/en/galleries/documentos/monitoring-evaluation/REDD-safeguards/Second-Safeguards-Summary.pdf>



ODS 5 - ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO

Os resultados de projetos com fins econômicos apoiados pelo Fundo Amazônia devem priorizar benefícios coletivos ou públicos e contribuir para a igualdade de gênero e o protagonismo dos jovens. A partir de 2012, o fundo passou a exigir, nas chamadas públicas de projetos, que estes indiquem sua estratégia para incorporar mulheres e jovens em atividades diretamente relacionadas às cadeias de valor apoiadas e promover a participação de mulheres em posições de liderança.



ODS 6 - ASSEGURAR ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia priorizam a restauração florestal das chamadas matas ciliares ou ripárias, isto é, as formações vegetais localizadas nas margens dos córregos, lagos, represas e nascentes. Uma das formas contempladas pelo apoio do fundo prioriza a recuperação de nascentes mediante a implementação de programas que recompensam, com pagamento por serviços ambientais, aqueles que protegem e preservam as nascentes que abastecem a captação de água para o consumo da população.



ODS 8 - PROMOVER TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Um dos grandes desafios a serem enfrentados pela sociedade brasileira e pelo Fundo Amazônia é como implantar na Amazônia um modelo econômico de produção e ocupação do território que seja sustentável ambientalmente, preserve a biodiversidade e promova o bem-estar social. Para esse fim, o fundo tem apoiado dezenas de projetos de produção sustentável que promovem as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, a construção de capacidades e habilidades para promover um modelo econômico viável que seja sustentável e a transformação da atividade agrícola em uma atividade totalmente sustentável, incluindo o aumento de sua produtividade.



ODS 11 - TORNAR CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Fundo Amazônia tem contribuído significativamente para salvaguardar o patrimônio natural e cultural do mundo, já que seu objetivo é a redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. Para tanto, o fundo apoia ações que salvaguardam direta ou indiretamente o patrimônio natural representado pelas florestas, além de ser um importante financiador de ações que visam a valorização do patrimônio material e imaterial dos povos indígenas, incluindo a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais em seus territórios.



ODS 12 - ASSEGURAR CONSUMO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS

As ações de monitoramento ambiental foram reforçadas com o apoio do Fundo Amazônia, incluindo o apoio à melhoria do monitoramento do desmatamento por meio de satélites no Brasil e em outros países da América do Sul (limitrofes à Amazônia), que estão desenvolvendo ou aprimorando seus próprios sistemas de monitoramento. O apoio do fundo também abrange a expansão das missões de fiscalização ambiental, bem como ações para prevenir e combater os incêndios florestais, incluindo o treinamento de bombeiros militares, o estabelecimento de brigadas civis de combate a incêndios e a aquisição de equipamentos especializados.



ODS 13 - COMBATER A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Fundo Amazônia é o maior fundo de conservação florestal REDD+ do mundo segundo diversos critérios, tais como doações recebidas e valores aprovados a projetos.²⁹ Todos os recursos aplicados pelo fundo devem contribuir, direta ou indiretamente, para a redução do desmatamento. As emissões totais do Brasil de gases de efeito estufa (GEE) foram reduzidas de 3,3 bilhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO₂eq), em 2004, para 1,3 bilhão de toneladas de CO₂eq, em 2016.³⁰ Esse resultado representou uma significativa contribuição do Brasil para a mitigação do aquecimento global e decorre principalmente de mudanças no uso da terra e das florestas, ou seja, da diminuição do desmatamento.

²⁹ <https://climatefundsupdate.org/the-funds/>

³⁰ Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene) – https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/dados_setor_comunicacoes/SIRENE.html



ODS 15 - PROTEGER E PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES

Com o apoio do Fundo Amazônia, foram promovidas ações em 190 UCs e 101 TIs, abrangendo atividades de proteção e vigilância territorial, consolidação de sua gestão e fomento de atividades produtivas sustentáveis em UCs de uso sustentável, ou seja, que têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.



ODS 17 - FORTALECER A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Fundo Amazônia foi criado pela sociedade brasileira em diálogo com a comunidade internacional, contando com várias parcerias, incluindo governos que doam recursos para o Fundo Amazônia um acordo de cooperação com uma agência de cooperação técnica internacional e o apoio do fundo a um projeto internacional que está sendo implementado pela OTCA, tendo como objetivo o monitoramento da cobertura florestal na Amazônia Regional, isto é, para além das fronteiras do Brasil.

Promoção da equidade de gênero em projetos de produção sustentável

Alcançar a equidade de gênero, acabando com todas as formas de discriminação contra as mulheres e garantindo a igualdade de oportunidades, é um dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS 5). O Fundo Amazônia, por meio do apoio a projetos que contribuem para a componente 1 de seu quadro lógico (“atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica”) busca contribuir para a promoção da equidade de gênero.

Desde 2008, o BNDES, responsável pela gestão do Fundo Amazônia, incluiu em todos os seus contratos de financiamento a chamada cláusula social, que explicita o combate à discriminação de raça e gênero e ao trabalho infantil e escravo no Brasil. No contexto dos projetos apoiados pelo fundo, a promoção da equidade de gênero foi introduzida como critério de seleção em três chamadas públicas.³¹

O fundo também dispõe de indicadores em projetos de produção sustentável para verificar em que medida as mulheres participam de atividades e tomadas de decisão, incluindo o monitoramento do número de mulheres em posições de coordenação nas organizações apoiadas e o número de mulheres capacitadas em novas tecnologias de produção sustentável. Desde 2015, também observa em avaliações externas independentes (avaliações *ex post*) como os projetos concluídos contribuíram para a promoção da equidade de gênero.

Em 2019, foi publicado no *website* do Fundo Amazônia, o estudo *Igualdade entre homens e mulheres em projetos de atividades produtivas sustentáveis apoiados*

³¹ Em 2012, na chamada pública de projetos de Atividades Produtivas Sustentáveis (APS); em 2014, na chamada pública voltada para o apoio a PGTAs; e, em 2017, no âmbito das chamadas públicas de consolidação e fortalecimento de cadeias de valor sustentáveis e inclusivas e de recuperação da cobertura vegetal (APS II).



pelo Fundo,³² que teve como objetivos sistematizar a contribuição dos projetos da componente 1 (“produção sustentável”) para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, mapear a situação das mulheres nos projetos visitados em dois estados da Amazônia (Rondônia e Mato Grosso) e formular recomendações que estimulem a igualdade.

O resultado mostrou um número bastante expressivo de mulheres desenvolvendo atividades produtivas que promovem a redução do desmatamento em pequenas propriedades na Amazônia, contribuindo diretamente para o objetivo final do Fundo Amazônia, com uma participação proeminente para o uso sustentável da floresta e a redução de desmatamento. Foi possível verificar também que, quando as mulheres ampliam sua renda, elas internalizam novas habilidades, conhecimentos, direitos e oportunidades, melhoram sua participação e visibilidade nos diferentes espaços da convivência social.

Com base nesses resultados, foram identificadas boas práticas relacionadas à igualdade de gênero nos projetos, levantadas lições aprendidas e elaboradas recomendações para o Fundo Amazônia.

Avaliação de efetividade

A carteira do Fundo Amazônia tem 102 projetos, dos quais 37 concluídos. Os resultados e impactos dos projetos concluídos são avaliados pela equipe do Fundo Amazônia e são divulgados nos relatórios anuais do Fundo Amazônia (no capítulo “Projetos concluídos”) e na página do fundo na *internet*.³³

Em 2016, com o apoio técnico da agência de cooperação técnica alemã GIZ,³⁴ foi elaborado e divulgado o marco conceitual para a realização de avaliações de efetividade independentes dos projetos executados com recursos do Fundo Amazônia.³⁵

Até 2019, foram realizadas avaliações de efetividade independentes de 11 projetos concluídos (avaliações *ex post*). Com o aumento no número de projetos finalizados, identificou-se que avaliá-los em blocos temáticos, de acordo com seus objetivos, produziria insumos importantes para a agregação dos resultados e impactos alcançados por eles e para a identificação de contribuições conjuntas para o alcance dos objetivos do Fundo Amazônia. Para orientar essas avaliações temáticas, foi desenvolvido em 2020 um adendo ao marco conceitual referente a avaliações temáticas, também publicado no *website* do Fundo Amazônia.³⁶

³² <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/biblioteca/GIZ-Estudo-genero.pdf>

³³ http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/carteira-de-projetos/busca/index.html?reloaded&facet_Situacao_prop=concluido

³⁴ Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

³⁵ http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Marco-Conceitual-Avaliacao-Efetividade-Projetos_2016.pdf

³⁶ <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>



No tema de monitoramento e avaliação, merecem registro a produção e a divulgação em 2020 de um conjunto de documentos orientadores (*templates*) para a elaboração de relatórios de avaliação de resultados e de efetividade, além de um guia para a avaliação de projetos de produção sustentável.

Em 2020, foram iniciadas avaliações independentes temáticas da efetividade de diversos projetos concluídos com o apoio do Fundo Amazônia (avaliações *ex post*) nos temas de fortalecimento dos órgãos estaduais de meio ambiente, prevenção e combate aos incêndios florestais e promoção das cadeias de produção sustentável.

As avaliações de efetividade independentes podem ser conferidas na íntegra na página do Fundo Amazônia na *internet*.³⁷ Os objetivos principais dessas avaliações são:

- > auxiliar o Fundo Amazônia na prestação de contas a seus doadores sobre o tipo de projeto apoiado e seus impactos;
- > possibilitar a aprendizagem institucional dos executores de projetos e do próprio fundo, contribuindo para melhorar a qualidade dos projetos e a priorização dos investimentos, subsidiando, assim, a tomada de decisões;
- > verificar a observância pelos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia das salvaguardas de Cancún acordadas no âmbito da UNFCCC para ações de REDD+; e
- > verificar o alinhamento dos projetos com o PPCDAm, os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento e a ENREDD+.

Vale mencionar que, em 2019, foi concluída uma avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia, compreendendo o período de 2008 a 2018.

Essa avaliação foi realizada por uma equipe de consultores independentes, com a coordenação técnica da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), da ONU.

Essa avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia abrangeu seus dez primeiros anos de operação, podendo-se afirmar que são raros os programas governamentais que cumprem as etapas de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de seus impactos, dessa forma fechando um ciclo completo. Esse é agora o caso do Fundo Amazônia, que com essa avaliação de meio termo ganhou uma análise técnica de sua efetividade de padrão internacional.

Essa ampla avaliação da efetividade do Fundo Amazônia fez recomendações de aperfeiçoamentos e concluiu que existem evidências claras de que o Fundo Amazônia tem contribuído para reduzir o desmatamento na Amazônia. Tanto a avaliação quanto seus estudos complementares podem ser consultados no *website* do Fundo Amazônia.³⁸

³⁷ <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>

³⁸ Disponíveis em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Relatorio-Avaliacao-Meio-Termo-Fundo-Amazonia.pdf>; <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Relatorio-Distribuicao-de-Beneficios.pdf>; e <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/Relatorio-Efetividade-CAR.pdf>



Gestão de riscos do Fundo Amazônia

A gestão de riscos é parte integrante da gestão do Fundo Amazônia e dos projetos que apoia. Consideram-se riscos os fatores externos que possam influenciar negativamente a execução dos projetos ou a manutenção dos resultados alcançados pelo fundo.

Para a gestão de riscos do Fundo Amazônia, definiu-se o seguinte formato:

- > apresentação dos riscos identificados com base no quadro lógico, partindo da lógica de intervenção representada pelo objetivo geral do Fundo Amazônia e seus efeitos indiretos;
- > avaliação da probabilidade de ocorrência de cada risco identificado; e
- > definição de medidas de mitigação, quando possível, pelo Fundo Amazônia ou outros atores.

A gestão de riscos ocorre por meio da revisão periódica do comportamento tanto dos riscos quanto dos efeitos das medidas de mitigação. Na revisão realizada em 2020, um risco foi reavaliado de médio para baixo, a saber: “fluxos migratórios na Amazônia pressionam o meio ambiente”, ao passo que um risco foi reavaliado de médio para alto: “a desaceleração das atividades econômicas prejudica o desenvolvimento da economia de base florestal sustentável”.

Com base na identificação dos riscos que podem influenciar negativamente a execução dos projetos ou a manutenção dos resultados alcançados pelo Fundo Amazônia, foi desenvolvida uma avaliação dos impactos de alguns desses riscos, indicando a gravidade de suas consequências para o alcance do objetivo geral de redução do desmatamento (ver coluna “Impactos”).





GESTÃO DE RISCOS DO FUNDO AMAZÔNIA

Objetivo geral: Redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal

Risco identificado	Resposta/mitigação	Impactos
   Fluxos migratórios na Amazônia pressionam o meio ambiente	A Amazônia Legal registra as taxas de fecundidade mais elevadas do país e recebe fluxos migratórios que acompanham a expansão das atividades agropecuárias e a demanda de mão de obra para os grandes projetos ligados à infraestrutura, tais como hidrelétricas e rodovias. As características excepcionais do ano de 2020, marcado pela pandemia da Covid-19, reduziram drasticamente os movimentos migratórios no território brasileiro, especialmente aqueles de cidadãos fronteiriços.³⁹ Por outro lado, e em que pese o cenário de incerteza econômica global, as atividades mais intensivas na Amazônia (mineração e agropecuária) vêm conseguindo retomar os níveis históricos de produção com maior velocidade do que outros setores. A pressão representada pelo conjunto dessas atividades é um fenômeno de longo prazo que reforça a necessidade de medidas permanentes de combate ao desmatamento e a promoção de um novo modelo sustentável de ocupação ordenada do território amazônico. O Fundo Amazônia atua para esse objetivo por meio de todas as componentes que apoia: produção sustentável, monitoramento e controle do desmatamento, ordenamento fundiário e territorial e desenvolvimento científico e tecnológico. O Fundo Amazônia reavalia o risco como baixo.	
   Novas estratégias e tecnologias são incorporadas pelos infratores para desmatar ilegalmente	O desenvolvimento de tecnologias de monitoramento e controle tem sido acompanhado por parte dos infratores na seleção de territórios onde desmatam ilegalmente. Foram confirmadas no último ano as tendências já identificadas relativas ao tamanho e à categoria fundiária das áreas desmatadas. Tais tendências gerais se manifestam de forma particular em cada estado da Amazônia, o que sugere atenção com o emprego de novas estratégias e tecnologias pelos infratores ambientais. Observou-se, por exemplo, que os polígonos maiores que 100 hectares, responsáveis por 27% da área desmatada na Amazônia Legal em 2017,⁴⁰ representaram 35% em 2019. No que se refere às categorias fundiárias, é importante assinalar que 54% do desmatamento em 2019 ocorreu em glebas públicas, UCs e TIs, territórios nos quais o desmatamento é em grande parte ilegal. A continuidade do processo de destinação de terras públicas na região amazônica pode ter um impacto positivo na contenção do desmatamento. Já as áreas privadas cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) foram responsáveis por 20% do desmatamento. Apesar de a implementação do CAR estar adiantada nos estados da região, a etapa de análise e validação dos cadastros permanece como gargalo na implementação do Código Florestal. Registre-se, por outro lado, que entre os doze estados brasileiros que já editaram normas relativas aos programas de regularização ambiental (PRA), cinco são da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Rondônia, Pará e Mato Grosso).⁴¹ O Fundo Amazônia continua avaliando o risco como médio.	
   Mudanças na legislação ambiental brasileira reduzem a proteção da floresta	A Lei 13.887/2019 aboliu o prazo para a inscrição dos imóveis rurais no CAR, ao mesmo tempo em que garantiu a adesão aos PRAs somente aos proprietários que fizessem a referida inscrição até 31 de dezembro de 2020. Aos proprietários rurais dos estados que não tivessem PRA implantado nessa data, foi dada a opção pela adesão ao PRA Federal, instrumento ainda não regulamentado. Neste contexto, permanecem as incertezas quanto aos efeitos dessa legislação sobre o avanço do desmatamento e a consolidação de áreas desmatadas irregularmente na Amazônia. Do ponto de vista das regulamentações de crédito rural, registrem-se as condições anunciadas para o Plano Safra 2020/21, que estenderam o apoio em condições favoráveis aos investimentos voltados para a regularização ou adequação à legislação ambiental (Programa ABC ambiental) e elevaram em 10% o nível de participação nos financiamentos para os proprietários que tenham seu CAR validado. O Fundo Amazônia continua avaliando o risco como médio.	As incertezas relacionadas à referida legislação podem impactar negativamente a proteção da floresta, contribuindo para o aumento do desmatamento na Amazônia. Caso isso ocorra, ficaria comprometida a capacidade de captação de recursos do Fundo Amazônia, bem como o alcance de seu objetivo geral de redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. As condições financeiras anunciadas para o Plano Safra 2020/21, ao priorizar as ações de regularização e adequação à legislação ambiental, devem impactar positivamente na proteção da floresta.

(Continua)

³⁹ https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf

⁴⁰ https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/controle-de-desmatamento-e-incendios-florestais/pdf/BalanoPPCDAMePPCerrado_2019_aprovado.pdf

⁴¹ <https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2020/12/Onde-estamos-na-implementacao-do-Codigo-Florestal-radiografia-do-CAR-e-do-PRA-nos-estados-brasileiros.pdf>



(Continuação)

GESTÃO DE RISCOS DO FUNDO AMAZÔNIA		
Objetivo geral: Redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal		
Risco identificado	Resposta/mitigação	Impactos
 Nova governança e prioridades das políticas públicas alteram o modelo de desenvolvimento	O ano foi marcado pela consolidação de novos modelos de governança em colegiados que tiveram sua composição modificada em 2019, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e o conselho deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Outros colegiados foram criados para desempenhar funções análogas a comitês extintos, como a Comissão Executiva para o Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa, que assumiu algumas das atribuições da extinta Comissão Executiva do PPCDAm, disciplinado pelo Decreto 10.142, de 28 de novembro de 2019. Também em 2020 foi plenamente instalado o Conselho Nacional da Amazônia Legal, sob a coordenação da Vice-Presidência da República, tendo sido aprovadas e divulgadas, entre outros documentos, as bases para o Mapa Estratégico e a Proposta de Ações Imediatas.⁴² Mudanças na composição de órgãos colegiados podem afetar diretamente o controle do desmatamento, além de impactar ações de fomento como as do Fundo Amazônia. O Fundo Amazônia continua avaliando o risco como médio.	As alterações na composição de diversos órgãos colegiados ligados ao tema do meio ambiente buscaram, entre outros objetivos, racionalizar o processo decisório por meio da redução do número de integrantes desses colegiados. Em 2020, a agenda do Conselho Nacional da Amazônia Legal, sob a coordenação da Vice-Presidência da República, viu-se diante do enorme desafio da implementação das políticas públicas relacionadas à Amazônia Legal em meio à pandemia da Covid-19, exigindo a reorientação de suas ações para a mitigação dos efeitos sobre as populações vulneráveis da região. Permanece para essa nova governança o desafio de dar continuidade ao papel do Brasil como <i>player</i> internacional no tema das mudanças climáticas, avançando no planejamento de ações que contribuam para a implementação do Acordo de Paris e o alcance das metas voluntárias propostas pelo país.
 Mudanças climáticas provocam a ocorrência de períodos de estiagem prolongada e incêndios florestais	Em 2020, encerrou-se o primeiro ciclo de cinco anos do Acordo de Paris, ao final do qual cada país signatário deveria se comprometer com a atualização e ampliação de suas metas de contribuição nacionalmente determinada (NDC). Ainda que o balanço preliminar dessa atualização indique o compromisso de longo prazo de diversos países com metas de emissões líquidas zero, permanece muito distante o objetivo de se limitar o aumento da temperatura do planeta em 1,5° até o fim deste século.⁴³ O tamanho desse desafio é atestado pelas informações disponíveis no relatório preliminar de 2020 elaborado pela World Meteorological Organization (WMO), que aponta a continuidade do aumento da temperatura média global, a despeito dos efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a atividade econômica e da ocorrência do fenômeno meteorológico La Niña em 2020.⁴⁴ Tais resultados reforçam as projeções sobre mudanças climáticas no Brasil produzidas pelo Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), nas quais se preveem a diminuição das chuvas na Amazônia e o consequente aumento da intensidade do período seco e da frequência de incêndios florestais. No ano de 2020, marcado pelo número recorde de focos ativos de incêndio no bioma Pantanal (contíguo ao bioma Amazônia), também foi registrado aumento de cerca de 16% desse indicador na Amazônia em comparação com 2019, acumulando elevação de 51% sobre os focos de incêndios de 2018 na região.⁴⁵ A ocorrência de focos de calor varia em função de alterações do clima e de ações antrópicas, que incluem desde o uso do fogo na agricultura para limpeza e preparo do solo até a remoção da vegetação nativa por invasores de terras públicas. O Fundo Amazônia apoia ações que contribuem para o alcance das metas do Acordo de Paris, como a restauração e o reflorestamento de 12 milhões de hectares de florestas até 2030; a ampliação da escala dos sistemas de manejo sustentável de florestas nativas; o fortalecimento do cumprimento do Código Florestal; e o alcance, na Amazônia brasileira, do desmatamento ilegal zero até 2030. O Fundo Amazônia continua avaliando o risco como alto.	As consequências do não atingimento das metas pactuadas no Acordo de Paris poderão atingir diferentemente cada bioma. No caso da Amazônia, o desmatamento e as estiagens prolongadas põem em risco a capacidade de regeneração natural da floresta, podendo levar a um processo progressivo de savanização e de redução de suas funções para o equilíbrio do regime de chuvas nas regiões sob sua influência.

⁴² <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-vice-presidencia/conselho-da-amazonia>

⁴³ https://climateactiontracker.org/documents/829/CAT_2020-12-01_Briefing_GlobalUpdate_Paris5Years_Dec2020.pdf

⁴⁴ https://library.wmo.int/doc_num.php?explnum_id=10444

⁴⁵ http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/



COMPONENTE 1 – Produção sustentável

Risco identificado	Resposta/mitigação	Impactos
● ○ ○ A desaceleração das atividades econômicas prejudica o desenvolvimento da economia de base florestal sustentável	A atividade econômica no Brasil em 2020, sob o efeito da pandemia da Covid-19, evoluiu de forma desigual entre setores e regiões, com forte prejuízo aos serviços mais diretamente afetados pelo distanciamento social. Por outro lado, características distintas da estrutura produtiva e a maior ou menor cobertura dos programas de sustentação de renda por meio de programas emergenciais explicaram as diferenças no enfrentamento da crise entre as regiões. A atividade econômica na região Norte apresentou, de acordo com informações compiladas até agosto de 2020, o maior ritmo de recuperação posterior ao impacto da pandemia.⁴⁶ Isto foi possível pela forte vocação da região, especialmente da Zona Franca de Manaus, no fornecimento de bens de consumo para o mercado interno e pelo desempenho do comércio, estimulado pelo programa de renda emergencial,⁴⁷ sem o qual os efeitos econômicos da pandemia teriam sido ainda mais intensos. Apesar de a região vir apresentando recuperação mais rápida comparativamente às demais regiões do país, permanece grande a incerteza quanto à continuidade dessa trajetória, especialmente em função da fragilidade dos indicadores de emprego e da descontinuidade dos referidos programas emergenciais em dezembro de 2020. O Fundo Amazônia tem apoiado a estruturação e a ampliação de cadeias produtivas de base florestal e a sustentabilidade ambiental das atividades agrícolas dos pequenos produtores rurais. A integração dos elos de produção, distribuição e comercialização é um fator decisivo na agregação de valor das atividades econômicas de base florestal, em especial para a produção realizada pelas populações que habitam regiões remotas e com pouco acesso a serviços públicos. O volume de produção anual da cesta de produtos do extrativismo de base florestal acompanhada regionalmente pelo Fundo Amazônia apresentou redução de 0,68% em 2019, na comparação com 2018, e de 0,14% nas receitas nominais obtidas. Em 2020, foi ainda mais importante a utilização de dois programas do Governo Federal destinados à compra de alimentos produzidos em âmbito local que promovem o acesso à alimentação e incentivam a agricultura familiar, a saber, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). No caso do PAA, foram abertos créditos extraordinários para enfrentar a dificuldade de comercialização da produção pelos canais tradicionais nos pequenos municípios, especialmente em função do fechamento de feiras livres e pequenos mercados. Quanto ao Pnae, foi permitida, por meio de legislação específica, a distribuição de kits alimentares diretamente aos estudantes ou responsáveis em face do fechamento das escolas. A continuidade e o reforço de programas dessa natureza são essenciais para evitar situações de insegurança alimentar e, ao mesmo tempo, preservar as cadeias de produção e comercialização nas regiões mais vulneráveis. O Fundo Amazônia reavalia o risco como alto.	Caso o aumento da pressão por novas terras para cultivo e pastagem não seja direcionado ao aproveitamento das terras já degradadas, ou com baixa produtividade da Amazônia Legal, estará presente um relevante vetor econômico propulsor de desmatamentos. Adicionalmente, como o Fundo Amazônia tem como um de seus principais eixos de atuação o apoio ao CAR, é relevante que sejam mantidos os compromissos com a regularidade ambiental das propriedades rurais.



⁴⁶ A região Norte do Brasil reúne sete dos nove estados da Amazônia Legal.

⁴⁷ Com base no Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central (IBCR), um indicador do PIB com desagregação regional. O PIB brasileiro no período acumulado até novembro de 2020, calculado por este mesmo indicador, registrou queda de 4,63%. Ver: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/202010/br202010p.pdf>



COMPONENTE 2 – Monitoramento e controle		
Risco identificado	Resposta/mitigação	Impactos
 Política de reforma agrária não alinhada com a política ambiental	Em 2020, perdeu validade a Medida Provisória (MP) 910/2019, que previa modificações nos critérios de regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A referida MP ampliava de quatro para 15 módulos fiscais⁴⁸ o limite de área de terras a serem regularizadas, para que a averiguação dos requisitos de regularização fundiária pudesse ser feita por mera declaração do ocupante, além de ampliar de 2008 para 2014 (no caso de compras de terras, até 2018) o marco temporal para titulação de terras públicas ocupadas, ou seja, da data a partir da qual é admitida a pretensão à regularização fundiária das referidas terras. Encontra-se em tramitação na Câmara de Deputados o Projeto de Lei 2.633/2020, que, ao dispor sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, preserva o marco temporal atual e fixa em seis módulos fiscais o parâmetro de área passível de regularização por autodeclaração, sob condições determinadas. Por meio do Decreto 10.592/2020, foram estabelecidas novas condições para a análise de processos de regularização fundiária em terras públicas federais, passando a ser exigida a inscrição no CAR e a identificação de coordenadas georreferenciadas por sensoriamento remoto em áreas de até quatro módulos fiscais. O Fundo Amazônia continua avaliando o risco como médio.	A apresentação do Projeto de Lei 2.633/2020, que atenuou alguns dos pontos geradores de maior incerteza presentes na MP 910/2019, cuja validade expirou, sugere um amadurecimento do debate sobre o alinhamento da política de reforma agrária e da política ambiental no âmbito legislativo. A eventual contribuição positiva de medidas para a legalização de terras, inclusive de assentamentos da reforma agrária na Amazônia, deve estar associada a ações de regularização ambiental, ao emprego de instrumentos de assistência técnica e extensão rural (Ater) e ao fomento de atividades produtivas de uso sustentável da floresta, sem os quais poderão ocorrer impactos negativos causados por novos desmatamentos.
 Política de reforma agrária não alinhada com a política ambiental	A repressão da extração madeireira ilegal – que apresenta menores custos em relação às atividades legais – é um componente fundamental para o desenvolvimento de uma economia madeireira legal e competitiva, bem como para impedir a apropriação privada de terras públicas por grileiros que promovem o desmatamento ilegal. O cenário de restrição fiscal observado nos últimos anos no Brasil agravou-se excepcionalmente em 2020 pelo efeito da pandemia sobre as receitas tributárias e pelo vultoso comprometimento de recursos fiscais com a mitigação de seus efeitos. Tal cenário tornou ainda mais desafiadora a proposição de recursos adicionais para ações de repressão do desmatamento e queimadas ilegais. Observe-se, por exemplo, que a despesa orçamentária discricionária autorizada do Ibama, o principal órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente para licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental, registrou queda de 18% em termos reais em relação ao ano anterior. Registre-se, por outro lado, o emprego, em 2020, das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem (GLO) a partir de maio,⁴⁹ mobilizando recursos financeiros e técnicos suplementares nas ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais em áreas federais da Amazônia. Em atuação conjunta com a Polícia Federal, equipes da GLO lograram realizar, em novembro de 2020, a maior apreensão de madeira nativa no país. A importância, para o Fundo Amazônia, das ações de monitoramento e controle do desmatamento pode ser medida pelo fato de que metade dos dez maiores apoios do Fundo Amazônia (por valor de apoio) foi dedicada a projetos de monitoramento ambiental por satélite e apoio a missões de fiscalização e repressão policial a infrações e crimes ambientais. O desafio de recuperação fiscal permanece na agenda do Governo e deverá ainda se refletir em pressão por controle de gastos e eventual redução de dotação orçamentária para esta e outras finalidades em 2021, dificultando a expansão das ações e exigindo esforços de priorização e novas formas de fiscalização e monitoramento por parte dos agentes públicos. Diante da grande escala territorial da Amazônia e da persistência das referidas restrições fiscais, o Fundo Amazônia mantém o risco como alto.	Ações insuficientes de fiscalização e repressão do desmatamento representam um vácuo da presença do Estado, podendo levar ao aumento da ocorrência de atividades ilegais que contribuem para aumento do desmatamento. Adicionalmente, para o Fundo Amazônia, há o risco de deterioração da sustentabilidade dos resultados alcançados pelos projetos apoiados.

⁴⁸ Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei 6.746/1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município.

⁴⁹ Decreto 10.341, de 6 de maio de 2020, modificado pelo Decreto 10.539, de 4 de novembro de 2020, para prorrogar a vigência da GLO até abril de 2021.



COMPONENTE 3 – Ordenamento territorial

Risco identificado	Resposta/mitigação	Impactos
   Crescimento da demanda por novas terras para cultivo e pastagem	O Inpe, em parceria com a Embrapa, por meio do projeto TerraClass,⁵⁰ mapeou a utilização dada às áreas desmatadas na Amazônia Legal no período de dez anos, entre 2004 e 2014. Utilizando diferentes classes temáticas, identificou-se que, das áreas desmatadas na Amazônia, 63% estão sendo usadas como pastagens e 6% para agricultura anual.⁵¹ A expansão das pastagens e dos cultivos agrícolas em grande escala representa um dos maiores fatores de pressão sobre a demanda de terras na Amazônia. O rebanho bovino na Amazônia cresceu 21% entre 2009 e 2019, atingindo 89,6 milhões de cabeças. Por sua vez, a área dedicada ao plantio de soja na Amazônia cresceu 11% entre 2009 e 2019, atingindo 12,6 milhões de hectares.⁵² A Justiça Federal concedeu decisão liminar contra a revogação do Decreto 6.961/2009 pelo Decreto 10.084/2019, sendo assim mantido o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar (ZAE Cana). Em relação ao plantio de soja, o compromisso voluntário celebrado em 2006 pelas indústrias e pelas maiores <i>tradings</i> atuantes no país, denominado “moratória da soja”, que tem como premissa a não comercialização da produção oriunda de áreas desmatadas depois de 2008 no bioma Amazônia, é de fundamental importância e vem limitando o desmatamento voltado para a expansão agrícola na Amazônia. Ainda assim, a área plantada na safra 2019/2020, em desacordo com o referido pacto, foi 23% superior à do período anterior. O Fundo Amazônia apoia projetos de órgãos federais como Inpe, Censipam e Ibama, para realizar ações de monitoramento e fiscalização ambiental; projetos de atividades produtivas sustentáveis, para apoiar atividades rurais produtivas de baixo impacto ambiental; e projetos para promover a regularização ambiental, como o apoio ao CAR. O Fundo Amazônia continua avaliando o risco como alto.	Caso o aumento da pressão por novas terras para cultivo e pastagem não seja direcionado ao aproveitamento das terras já degradadas, ou com baixa produtividade da Amazônia Legal, estará presente um relevante vetor econômico propulsor de desmatamentos. Adicionalmente, como o Fundo Amazônia tem como um de seus principais eixos de atuação o apoio ao CAR, é relevante que sejam mantidos os compromissos com a regularidade ambiental das propriedades rurais.

COMPONENTE 4 – Ciência, inovação e instrumentos econômicos

Risco identificado	Resposta/mitigação	Impactos
   Evasão da região de quadros técnicos qualificados e pesquisadores	Os principais indicadores associados à formação de profissionais e à intensidade das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) atestam que a Amazônia permanece em patamar inferior ao das demais regiões do país. As informações regionalizadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para 2019 revelam que, nos estados da Amazônia Legal, se localizam 8,7% dos programas de pós-graduação e apenas 6,4% das bolsas de pós-graduação do país.⁵³ Em ambos os casos, são participações inferiores à representatividade da população e do PIB da região no país. Porcentuais igualmente modestos são encontrados no apoio a projetos de pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na região e no depósito de patentes, em suas diversas modalidades, no INPI. Com tais percentuais, a região continua tendo baixa atratividade para pesquisadores e alto risco de evasão daqueles que lá se formam. Em 2020, novas diretrizes da Capes alteraram as condições para o fomento aos cursos de mestrado e doutorado, reduzindo de forma desproporcional o número de bolsas permanentes em função do tamanho de cada programa e de sua nota na avaliação da Capes.⁵⁴ Estima-se que tal redução afetará negativamente o ambiente de pesquisa e desenvolvimento (P&D) nos estados da Amazônia, já fortemente atingidos pela redução dos dispêndios em inovação das empresas em função da conjuntura econômica adversa. Esse ambiente de fragilidade desestimula a formação e a fixação de pesquisadores, impactando mais fortemente os ecossistemas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) menos consolidados, como os da Amazônia Legal. O Fundo Amazônia apoia o desenvolvimento científico e tecnológico e a fixação de pesquisadores, por meio do fomento a projetos que realizam pesquisas temáticas específicas, o que inclui, entre outras atividades, a construção e aparelhagem de laboratórios de ponta e a concessão de bolsas. O Fundo Amazônia continua avaliando o risco como médio.	A continuidade do cenário de baixo investimento em CT&I na Amazônia limita a produção e transferência de conhecimentos e tecnologias que podem contribuir para a recuperação, conservação e uso sustentável da floresta. No médio prazo, os impactos de tal deficiência se traduzem na redução da agregação de valor às cadeias da sociobiodiversidade e na perpetuação de práticas econômicas não sustentáveis. Para o Fundo Amazônia, adicionalmente, uma baixa intensidade de pesquisa e inovação impacta negativamente a oferta de recursos humanos qualificados para a implementação de projetos de CT&I e a produção de informações e estatísticas necessárias ao desenho qualificado de políticas públicas para a região.

⁵⁰ Novo levantamento para os biênios 2014-2016 e 2016 e 2018 está sendo planejado pelo Inpe e Embrapa. Ver: http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/dados_terraclass.php

⁵¹ <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/152807/1/TerraClass.pdf>

⁵² <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939#resultado> e <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1618#resultado>. Informação referente aos estados da Amazônia Legal.

⁵³ <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>

⁵⁴ <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=3443>



PROJETOS CONCLUÍDOS

* Projetos concluídos são aqueles que: (i) executaram as atividades previstas; (ii) tiveram sua prestação de contas aprovada; e (iii) realizaram uma avaliação de seus resultados.



Pará combatendo os incêndios florestais e queimadas não autorizadas

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Estado do Pará, tendo como executor o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Estado do Pará

BENEFICIÁRIOS

População do estado do Pará

OBJETIVO

Apoiar ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Pará, por meio da estruturação física e operacional de unidades do Corpo de Bombeiros Militar localizadas em 14 municípios do estado

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 23.469.023,55

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 16.830.280,00

PERÍODO DE EXECUÇÃO

4º trimestre de 2013 ao 1º trimestre de 2020

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO

27.11.2012

DATA DA CONTRATAÇÃO

26.6.2013

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO

R\$ 16.830.280,00

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

100%





Contextualização

O Pará é o segundo maior estado brasileiro e o mais populoso de toda a Amazônia. Ao todo, são 144 municípios em uma área de 1,2 milhão de km² e uma população estimada de 8,6 milhões de habitantes, segundo dados de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).⁵⁵

A economia do estado é baseada nas atividades agropecuárias (que respondem por aproximadamente 10% do rebanho bovino do Brasil e 24% do rebanho bovino da Amazônia Legal),⁵⁶ indústria, serviços, extrativismo mineral (o minério de ferro e o alumínio são importantes produtos de exportação), além do extrativismo vegetal. Contudo, o Pará registra elevados índices anuais de desflorestamento da Amazônia, tendo sido responsável por 42% da área desmatada na Amazônia Legal no período de 2009 a 2019.⁵⁷

Na Amazônia, o fogo é um dos instrumentos mais utilizados nas atividades produtivas rurais, em razão da cultura do corte-queima para a limpeza de roçados e transformação da floresta em pastagem. Apesar de a utilização do fogo controlado eventualmente cumprir funções em alguns ecossistemas, os incêndios florestais e as queimadas produzem emissões de gases de efeito estufa, impactam a fertilidade dos solos, destroem a biodiversidade, fragilizam ecossistemas, destroem linhas de transmissão, comprometem a qualidade do ar, aumentam o risco de acidentes em estradas e limitam o tráfego aéreo, entre outros aspectos.

O projeto, apresentado pelo governo paraense e implementado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA), faz parte da estratégia estadual de combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas, prevista no Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará (PPCAD/PA), lançado em junho de 2009 com o objetivo de assegurar o cumprimento das metas previstas em âmbito nacional no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

O projeto

O projeto teve como executor o CBMPA e teve como objetivo a redução das emissões de gases de efeito estufa, fortalecendo o monitoramento, a prevenção e o combate ao desmatamento, às queimadas não autorizadas e aos incêndios florestais no estado do Pará, por meio da estruturação física e operacional de unidades do CBMPA.

Os recursos do projeto foram destinados a quatorze unidades do CBMPA, localizadas nos seguintes municípios: Marabá, Itaituba, Castanhal, Tucuruí, Redenção, Altamira, Santarém, Abaetetuba, Parauapebas, Paragominas,

⁵⁵ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>

⁵⁶ Informação disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939#resultado> (dados de 2018).

⁵⁷ Calculado com base em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), disponíveis em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>



Tailândia, Vigia, Salvaterra e Canaã dos Carajás. As unidades contempladas são responsáveis pela cobertura de todas as 12 regiões de integração do estado do Pará, o que faz a abrangência do projeto corresponder à totalidade do território paraense.

Lógica de intervenção

O projeto insere-se na componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seu efeito direto foi assim definido: “Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA) melhor estruturado para o monitoramento e combate ao desmatamento provocado por incêndios florestais e queimadas não autorizadas”.

A ocorrência de incêndios florestais está relacionada à duração dos períodos de estiagem e ao emprego do fogo nas atividades produtivas. Costuma ser também uma das etapas do processo de desmatamento ilegal com vistas à grilagem de terras,⁵⁸ na medida em que, depois da remoção das árvores de maior porte (e valor), o fogo é utilizado para a abertura de novas áreas para fins agropastoris.

A capacitação de gestores e a estruturação do CBMPA para a ampliação de ações de monitoramento e combate a incêndios florestais contribuem diretamente para a redução da perda de cobertura vegetal decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Pará. Isso, por sua vez, contribui para o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia”.

Atividades realizadas

O projeto foi estruturado em seis componentes, das quais uma foi custeada com recursos do Fundo Amazônia e as demais, com recursos de contrapartida do estado do Pará. As componentes são apresentadas a seguir:

1. Implantação da Base Operacional de Proteção Ambiental (Bopa) em Marabá e dos Núcleos Operacionais de Resposta Rápida (NORR) em dez municípios. Essa foi a única componente apoiada com recursos do Fundo Amazônia.

Com recursos de contrapartida do CBMPA, estava prevista a realização de outras cinco componentes, quais sejam:

2. Capacitação de gestores bombeiros militares para monitoramento, apoio à fiscalização e combate a incêndios florestais.
3. Implementação do Centro Regional de Monitoramento, Prevenção Ambiental e Desastres (CRMPAD), em Belém, para monitoramento e gestão do combate a incêndios florestais e desastres.

⁵⁸ Grilagem de terras, no Brasil, consiste na prática ilegal de tomar posse de terras devolutas (públicas), empregando, muitas vezes, documentos falsificados.



4. Construção do 7º Grupamento de Bombeiros Militar em Itaituba para prevenção e combate a queimadas não autorizadas e incêndios florestais.
5. Atuação na prevenção, por meio de mobilização dos municípios para a formação das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (Comdec) e Núcleos Comunitários de Defesa Civil (Nudec).
6. Atuação na preparação para a prevenção e resposta às queimadas não autorizadas e incêndios florestais, formando lideranças comunitárias e aperfeiçoando bombeiros militares.

A componente 1 foi integralmente executada, com a utilização dos recursos financeiros do Fundo Amazônia, compreendendo a aquisição de equipamentos para a Bopa em Marabá e para nove NORRs nos municípios paraenses de Itaituba, Castanhal, Tucuruí, Redenção, Altamira, Santarém, Abaetetuba, Parauapebas e Paragominas.

Ao longo da execução do projeto, por solicitação do CBMPA, foi incluído no escopo de sua componente 1 a estruturação operacional do batalhão localizado no município de Tailândia, visando ampliar o raio de ação da instituição no combate aos incêndios florestais.

Com os recursos do Fundo Amazônia, foram adquiridos equipamentos diversos, tais como seis veículos pesados de combate a incêndios florestais (dez mil litros) e 12 veículos leves de combate a incêndios florestais (quatro mil litros), quatro veículos pesados para transporte de tropa, dez motobombas flutuantes, 150 mangueiras e 150 esguichos de jato regulável, oitocentos trajes de aproximação para combate, 15 caminhonetes e 15 *kits* de combate a incêndio para caminhonete, duzentos extintores costais, 18 aparelhos *global positioning system* (GPS), 25 barracas e duzentos colchões para *camping*, duzentos abafadores de fogo e capacetes para combate a incêndios florestais.

É importante destacar que, antes do apoio do Fundo Amazônia, o CBMPA não possuía veículos próprios para combate a incêndios florestais e, ainda, as ações implementadas na componente 1 permitiram a estruturação operacional de grupamentos do CBMPA que abrangem todas as 12 regiões de integração do estado do Pará, ou seja, a totalidade desse estado.

No tocante à componente 2, de capacitação de gestores bombeiros militares, 13 gestores do CBMPA participaram de curso realizado no Instituto de Ensino de Segurança do Pará (Iesp), pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com titulação em nível de especialização em Gestão e Segurança Ambiental, com carga horária de quinhentas horas.

Foi também implementado o CRMPAD (componente 3). O CRMPAD funciona como uma sala de situação, localizada no prédio onde funciona o Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, em Belém. É destinado ao monitoramento, prevenção e combate a incêndios florestais e desastres, sendo esse mesmo ambiente também utilizado para receber reuniões de planejamento das ações desenvolvidas pela Defesa Civil do estado.



No âmbito da componente 4, foi implementada a estruturação física e operacional do 7º Grupamento de Bombeiros Militar em Itaituba. Nessa componente, foram ainda capacitados 32 bombeiros militares em prevenção e combate a incêndios florestais e 33 bombeiros militares em perícia ambiental.

Por solicitação do CBMPA, a parte não executada da componente 4 (algumas atividades de capacitação e a realização de campanhas educativas), bem como integralmente as componentes 5 e 6 foram substituídas por novas contrapartidas, plenamente executadas, a saber: a construção e estruturação dos Grupamentos de Bombeiros Militares dos municípios de Tailândia, Vigia e Salvaterra e a reforma e estruturação dos Grupamentos de Bombeiros Militares dos municípios de Castanhal, Marabá e Canaã dos Carajás.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Efeito direto 2.1: CBMPA mais bem estruturado para o monitoramento e combate ao desmatamento provocado por incêndios florestais e queimadas não autorizadas.

Os principais indicadores pactuados para o monitoramento desse objetivo foram:

- > Número de gestores do CBMPA capacitados em cursos de pós-graduação em Gestão e Segurança Ambiental efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (indicador de efetividade)
Meta: 20 | Resultado alcançado: 13
- > Número de focos de calor (indicador de efetividade)
Meta: não definida | Resultado alcançado: 30.166

Em 2019, foram contabilizados 30.166 focos de calor no estado do Pará.⁵⁹ Como linha de base desse indicador, registraram-se 50.516 focos de calor, apurados com base na média correspondente ao período de 2004 a 2013 (dez anos anteriores a 2014, primeiro ano de implementação do projeto).⁶⁰ Portanto, no período da execução do projeto, o número de focos de calor no estado do Pará foi reduzido em 40%.

É importante ressaltar que o crescimento ou a redução do número de focos de calor no estado do Pará também são influenciados por questões meteorológicas, variando muito de um ano para outro em função da duração dos períodos de estiagem. Nesse contexto, o indicador em tela não é suficiente para aferir a efetividade do projeto apoiado pelo Fundo Amazônia, embora seja uma sinalização favorável e uma referência para a avaliação dos demais indicadores do projeto.

⁵⁹ Disponível em: http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/

⁶⁰ A definição da linha de base desse indicador como sendo uma média dos anos anteriores à implementação do projeto decorre do fato de a ocorrência de focos de calor variar significativamente em função de alterações do clima. Ou seja, em certos anos ocorre substancial crescimento dos focos de calor que não resultaram diretamente da ação humana, mas sim de eventos climáticos, por exemplo, o fenômeno atmosférico-oceânico denominado “El Niño”. A utilização de uma média de anos permite, portanto, atenuar esses anos com variações atípicas.



TABELA 23 | FOCOS DE CALOR NO ESTADO DO PARÁ

Linha de base (média 2004 a 2013)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
50.516	35.526	43.164	29.724	49.770	22.080	30.165

Fonte: Elaboração própria, com base em informações do Banco de Dados de Queimadas do Inpe. Disponível em: <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>. Acesso em: 19/05/2021.

- > Número de incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos diretamente pelo CBMPA (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: 2.401

Durante o ano de 2017, foram combatidos 2.401 incêndios florestais e queimadas não autorizadas, ao passo que, em 2013 (linha de base do projeto), haviam sido combatidos 596 incêndios florestais ou queimadas, o que significa um crescimento superior a quatro vezes na capacidade de combate a incêndios florestais e queimadas. Isso mostra que, por efeito do projeto realizado com o Fundo Amazônia, os bombeiros do estado do Pará vêm ampliando sua atuação no combate a incêndios florestais.

TABELA 24 | NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS OU QUEIMADAS NÃO AUTORIZADAS COMBATIDOS DIRETAMENTE PELO CBMPA

Linha de base (2013)	2014	2015	2016	2017
596	1.254	2.835	1.606	2.401

Fonte: Elaboração própria, com base em informações do CBMPA.

- > Desmatamento anual no estado do Pará

Meta: não definida | Valor verificado: 3.862 km²

O desmatamento anual por corte raso verificado em 2019 no estado do Pará foi de 3.862 km², correspondendo a cerca de 40% do desmatamento ocorrido na Amazônia Legal naquele ano. Considerando que em 2013 essa taxa havia sido de 2.346 km² (linha de base), conclui-se que houve um crescimento de cerca de 65% na taxa de desmatamento anual no período de 2013 a 2019.

TABELA 25 | DESMATAMENTO ANUAL NO ESTADO DO PARÁ (KM²)

Linha de base (2013)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
2.346	1.887	2.153	2.992	2.433	2.744	3.862

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Prodes/Inpe.⁶¹

⁶¹ O sistema Prodes do Inpe realiza o monitoramento por satélites do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal, e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região.



Aspectos institucionais e administrativos

O projeto Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas, além da estruturação operacional do CBMPA para o combate a incêndios florestais, visou promover a gestão integrada e articulada entre as políticas públicas estadual e federal voltadas a ordenar, monitorar, prevenir e combater esses incêndios, bem como desenvolver e difundir técnicas de manejo controlado do fogo, capacitar recursos humanos para difusão das respectivas técnicas e para conscientizar a população sobre os riscos do emprego inadequado do fogo.

O projeto apoiou com grande efetividade a estruturação do estado do Pará para o combate aos incêndios florestais, tendo também apoiado a estruturação do CRMPAD, que funciona como um centro de gestão de situações críticas e subsidia a tomada de decisões por parte do CBMPA.

Todavia, o projeto não obteve o mesmo êxito nas ações previstas de articulação institucional com os municípios, para fins de prevenção e combate aos incêndios florestais e de capacitação da população rural, visando mudar a cultura do uso do fogo na produção agropecuária da região. Durante o período de execução do projeto, essas atividades foram substituídas, a pedido do CBMPA, por outras que priorizaram o combate direto de incêndios florestais e queimadas.

Não obstante a relevância das atividades de contrapartida substitutivas realizadas, tem-se que as ações voltadas para a articulação institucional e a prevenção de incêndios florestais acabaram sendo preteridas, em detrimento, portanto, da busca de resultados de médio e longo prazo, que seriam obtidos por meio de uma mudança na cultura do uso do fogo na região.

Riscos e lições aprendidas

Em linhas gerais, pode-se dizer que o projeto se desenvolveu de forma adequada depois da revisão parcial de seu escopo, tendo executado as atividades previstas e alcançado bons resultados. Em especial, o indicador “número de incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos diretamente pelo CBMPA” apresentou evolução significativa ao longo do projeto, tendo sido quadruplicado o número de incêndios combatidos anualmente pelo CBMPA.

Todavia, o projeto não contribuiu como previsto para a estruturação de novas Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (órgãos constituídos pelos municípios) e de Núcleos Comunitários de Defesa Civil (formados por membros voluntários das comunidades), que visam, entre outros objetivos, promover a sensibilização da população para a prevenção de incêndios florestais e a identificação de focos de queimadas. O projeto também não apoiou como previsto atividades de capacitação de agricultores em técnicas de queima controlada, visando uma mudança da cultura do uso do fogo na região.



Fica o aprendizado de que, num projeto, não basta prever ações de articulação institucional e prevenção a incêndios florestais e queimadas não autorizadas. É necessário assegurar a vinculação de recursos específicos para essas atividades e a adoção de mecanismos que garantam sua execução.

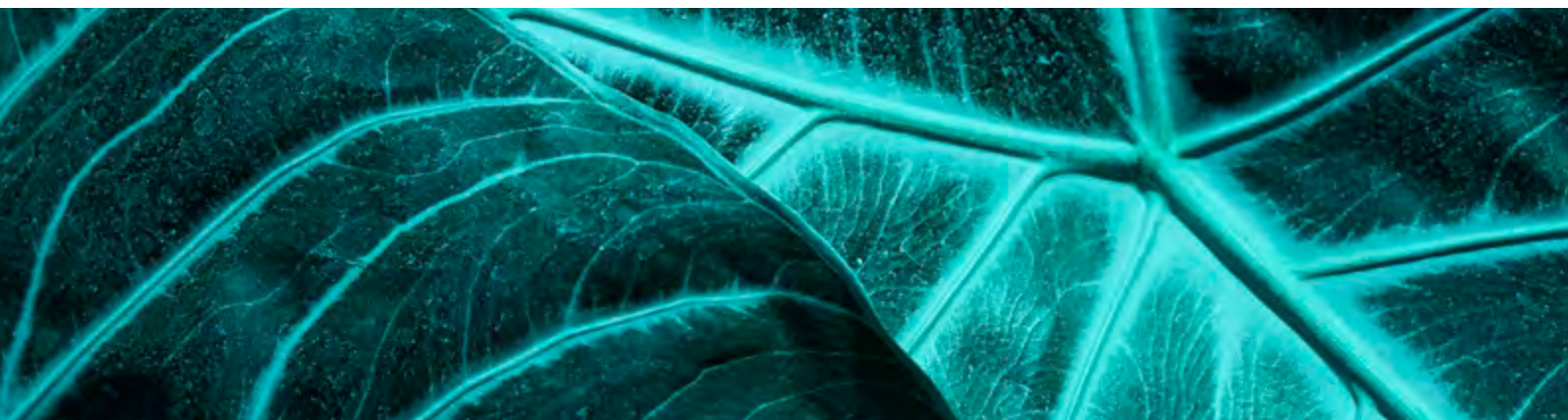
Sustentabilidade dos resultados

A sustentabilidade de longo prazo dos resultados alcançados com o apoio do Fundo Amazônia, dada a natureza desse projeto, depende principalmente das condições orçamentárias do estado do Pará, a quem cabe a manutenção dos principais equipamentos adquiridos, bem como prover os recursos de custeio do CBMPA.

Cumprir mencionar que as capacitações e qualificações dos bombeiros militares do estado do Pará, realizadas no âmbito do projeto, tendem a produzir efeitos duradouros e ampliados, se considerarmos a difusão de conhecimento que ocorre naturalmente nas organizações e praticamente independe de novos aportes de recursos.

Registre-se que o projeto Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas somou-se aos projetos de outros corpos de bombeiros militares (CBM) dos estados da Amazônia Legal (Acre, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins) e ao projeto Prevfogo/Ibama, todos implementados com apoio do Fundo Amazônia.⁶²

Por fim, não obstante o progresso já obtido com o apoio do Fundo Amazônia, entende-se que é preciso ampliar ainda mais a capacidade de resposta do CBMPA, estruturando-o de modo a torná-lo apto à realização de ações de verificação da natureza dos focos de calor apontados pelos sistemas de monitoramento; e aparelhando-o adequadamente, com recursos humanos e materiais de combate a todos os incêndios florestais e queimadas não autorizadas identificados.



⁶² Tanto o projeto Rondônia Mais Verde (CBMRO) quanto o projeto Prevfogo/Ibama ainda se encontram em fase de execução.



Nascentes do Buriti

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Município de Carlinda

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Município de Carlinda no estado de Mato Grosso

BENEFICIÁRIOS

População local, de forma mais direta, os pequenos produtores rurais

OBJETIVO

Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Semmat), e apoiar a recuperação de 1.722 hectares de áreas de preservação permanente (APP) no entorno de nascentes

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 1.947.277,88

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 1.875.500,94

PERÍODO DE EXECUÇÃO

4º trimestre de 2011
ao 2º trimestre de 2020

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO

2.8.2011

DATA DA CONTRATAÇÃO

6.9.2011

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO

R\$ 1.875.500,94

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

100%





Contextualização

O município de Carlinda possui um território de 2.157 km², com uma população de 10.990 habitantes (IBGE, 2010). Localiza-se no extremo norte do estado de Mato Grosso, próximo do estado do Pará, na área de influência da BR-163 (Cuiabá-Santarém).

A atividade mais dinâmica da economia do município é a agropecuária (pecuária leiteira e pequenas lavouras), seguida pelo setor de serviços, comércio e ecoturismo. Tem aproximadamente 1.800 propriedades rurais, 90% das quais com título de propriedade, segundo estimativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Semmat), ao início do projeto.

Carlinda, juntamente com outros 15 municípios do entorno, integra uma região denominada Portal da Amazônia que abrange uma área de 111.167,50 km², com uma população de 260 mil habitantes. Os seguintes municípios compõem o Portal da Amazônia: Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Marcelândia, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Monte Verde, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte.

O Fundo Amazônia já apoiou projetos de três municípios localizados no Portal da Amazônia, a saber: Carlinda, Alta Floresta (dois projetos) e Marcelândia.

O projeto

O projeto Nascentes do Buriti foi executado pela Semmat do município de Carlinda. Compreendeu duas componentes, das quais a primeira consistiu na estruturação física da Semmat e a segunda, na recuperação de áreas de preservação permanente (APP) degradadas no entorno de nascentes localizadas nas proximidades da zona urbana do município de Carlinda, contribuindo para a captação de água para a sede do município.

Lógica de intervenção

O projeto se insere nas componentes “produção sustentável” (1) e “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seus efeitos diretos esperados foram assim definidos: (1.4) áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica no município de Carlinda; e (2.1) Semmat de Carlinda estruturada e modernizada.

Ao fortalecer a gestão ambiental municipal de Carlinda, o projeto contribuiu para que ações governamentais assegurassem a adequação das atividades humanas à legislação ambiental na Amazônia Legal. E, ao apoiar a recuperação florestal de APPs degradadas, o projeto promoveu a conservação ecológica e a regularização ambiental de produtores rurais no município, contribuindo para o objetivo geral do Fundo Amazônia de redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal.



Atividades realizadas

Foram adquiridos materiais e equipamentos para a estruturação física e operacional da Semmat do município de Carlinda, bem como reformado o viveiro municipal, visando o aumento de sua capacidade de produção de mudas de espécies nativas.

Foram distribuídos aos produtores rurais arame e mourões de madeira para a construção de cercas, propiciando o isolamento das APPs que se encontravam degradadas, bem como fornecidas sementes e mudas para iniciar o processo de restauração florestal, por meio da regeneração natural e/ou plantio de mudas, em 534 propriedades rurais e 74 chácaras.

Foram capacitados três servidores municipais, os quais realizaram 614 visitas para prestar assistência técnica nas propriedades rurais e chácaras. No âmbito do projeto também foram realizadas palestras e oficinas de sensibilização para a preservação e reflorestamento das APPs, com a participação de 4.136 pessoas, entre produtores rurais, alunos das escolas estaduais e municipais de Carlinda, alunos da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), polo de Alta Floresta, e alunos da Escola Livre Porto de Cuiabá.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados às componentes “produção sustentável” (1) e “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Efeito direto 1.4: áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica no município de Carlinda.

Os indicadores pactuados para o monitoramento desse objetivo foram:

- > APPs em processo de recuperação (indicador de efetividade)
Meta: 1.722 | Resultado alcançado: 1.912
- > Mudas produzidas e distribuídas (indicador de eficácia)
Meta: 300 mil | Resultado alcançado: 759 mil
- > Participantes de oficinas de sensibilização para a preservação e reflorestamento de APPs (indicador de eficácia)
Meta: 3.660 | Resultado alcançado: 4.136

As atividades de educação ambiental realizadas com alunos e produtores rurais tiveram como objetivo sensibilizar os alunos e os produtores quanto à importância da preservação florestal e a recuperação das matas ciliares.



Efeito direto 2.1: Semmat de Carlinda estruturada e modernizada.

Os indicadores pactuados para o monitoramento desse objetivo foram:

- > Número de servidores capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (indicador de efetividade)

Meta: 3 | Resultado alcançado: 3

O fortalecimento institucional da Semmat deu-se pela aquisição de equipamentos de informática, materiais operacionais e de apoio, bem como pela capacitação de três monitores para apoiar a realização das ações do projeto.

- > Número de assistências técnicas prestadas pela Semmat (indicador de eficácia)

Meta: 444 | Resultado alcançado: 614

Os produtores rurais receberam assistência técnica para a recuperação e manutenção das APPs degradadas, incluindo orientações sobre plantio das mudas, semeadura direta de sementes, condução da regeneração natural, quebra de dormência de sementes, controle de formigas cortadeiras e manejo de plantas daninhas. Em todas as visitas, os produtores rurais receberam informações sobre a importância ambiental da restauração das APPs e sobre a legislação ambiental vigente.

- > Desmatamento anual no município de Carlinda

Meta: não definida | Índice observado: 2,1 km² (2019)

A taxa de desmatamento anual por corte raso em 2011 (ano anterior ao início das ações do projeto)⁶³ foi de 0,7 km². Já em 2019, essa taxa foi de 2,1 km², ou seja, ocorreu um aumento do desmatamento no município. A título de comparação, em 2004⁶⁴ foram desmatados 41,2 km² no município de Carlinda.

TABELA 26 | ÁREA DESMATADA NO MUNICÍPIO DE CARLINDA

Ano	Área (km ²)
2011	0,7
2012	0,1
2013	4,3
2014	1,5
2015	2,5
2016	5,1
2017	2,4
2018	2,4
2019	2,1

Fonte: Elaboração própria, com base em informações do Prodes/Inpe.

⁶³ As taxas anuais de desmatamento são calculadas pelo Inpe para os períodos de agosto a julho de cada ano ininterruptamente desde 1988.

⁶⁴ O ano de 2004 foi um dos piores em relação às elevadas taxas de desmatamento na Amazônia Legal.



Aspectos institucionais e administrativos

Para a execução do projeto Nascentes do Buriti, a Semmat do município de Carlinda estabeleceu parceria com o Instituto Centro de Vida (ICV), que apoiou a estruturação do sistema municipal de meio ambiente e a criação de instrumentos de monitoramento e gestão ambiental.

O núcleo de geotecnologias do ICV produziu bases de dados espaciais do município de Carlinda, incluindo sua hidrografia e cobertura do solo dos imóveis rurais. Sobre essas bases, desenvolveu um modelo para delimitação e diagnóstico das APPs, conforme as regras estabelecidas pelo novo Código Florestal, fornecendo informações dos passivos ambientais das propriedades rurais e seu nível de degradação.

A Secretaria Municipal de Educação de Carlinda também apoiou o projeto nas ações de educação ambiental. Durante o projeto, foram realizadas atividades com estudantes da rede pública estadual e municipal, como palestras nas escolas e visitas ao viveiro municipal e às unidades demonstrativas de restauração de APPs.

Riscos e lições aprendidas

Durante a execução do projeto, ocorreu a promulgação da Lei 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, também conhecida como “novo Código Florestal”. Essa lei foi aprovada depois de intensos debates no âmbito do Poder Legislativo e na sociedade brasileira, introduzindo relevantes alterações na legislação brasileira sobre florestas e vegetação nativa.

Essas alterações afetaram as atividades do projeto, tornando necessária uma extensão do prazo para a sua completa execução e para o alcance das metas previstas. Registre-se que o custo médio de restauração das APPs foi muito baixo, ao mobilizar os produtores rurais (sem custo para o projeto) na etapa de sua implementação nos próprios imóveis rurais.

Em um contexto mais amplo, o projeto trouxe aprendizados para o apoio do Fundo Amazônia a projetos de governos municipais. Cabe ressaltar que três dos dez projetos aprovados foram cancelados e um dos projetos teve seu escopo bastante reduzido (projeto Jacundá, Município de Economia Verde).

As causas dos cancelamentos ou reduções dos escopos dos projetos dos municípios foram variadas, como atrasos por dificuldades em atender às condições prévias à contratação, superveniência de eleições municipais, resultando em desinteresse por parte das novas administrações em implementar os projetos, e dificuldade dos municípios em comprovar, mesmo durante o período de implantação dos projetos, sua regularidade fiscal, já que a legislação somente autoriza a liberação de recursos pelo BNDES a entidades públicas ou privadas que estejam adimplentes perante a Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).



A maior parte dos projetos das administrações municipais apoiados pelo Fundo Amazônia também se caracterizou por investimentos de pequeno porte. Com base nesse conjunto de constatações, o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) descontinuou, em 2013, a aprovação de novos apoios diretos do Fundo Amazônia a municípios. A nova estratégia definida pelo COFA passou a prever o apoio indireto aos municípios, por meio de projetos de maior porte, coordenados por instituições de referência ou estados da Federação.

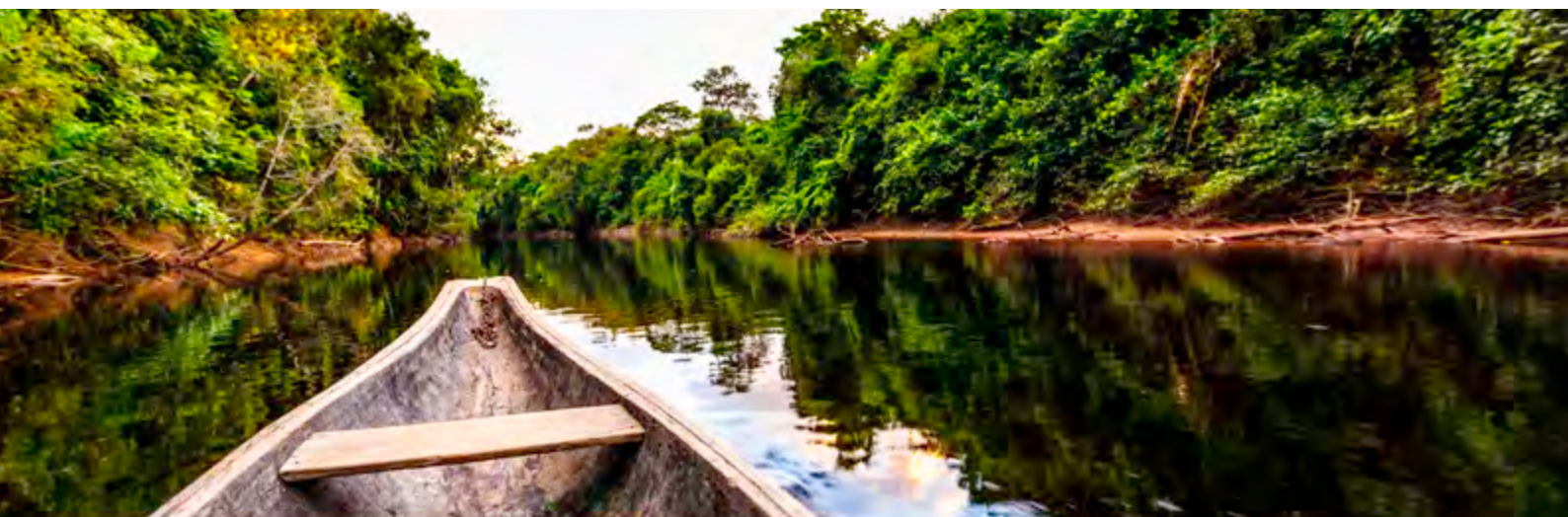
Essa nova estratégia estabelecida pelo COFA não ampliou de forma relevante o apoio aos municípios para conter o desmatamento, remanescendo, portanto, o desafio de engajar os municípios, importantes elos da sociedade, em uma agenda de desenvolvimento sustentável que valorize a floresta em pé.

Sustentabilidade dos resultados

O projeto contribuiu para a estruturação física e operacional da Semmat do município de Carlinda. Foram criadas condições para que a Semmat estruturasse e consolidasse um banco de dados para gerenciar as ações de recuperação de APPs dos imóveis rurais beneficiados pelo projeto.

As ações de educação ambiental, capacitações, atividades de assistência técnica e extensão rural (Ater), além da oferta dos insumos para as ações de recuperação das APPs, mobilizaram os produtores rurais no planejamento e na execução das ações de recuperação de áreas desmatadas em seus imóveis rurais. Esse conjunto de iniciativas resultou no compromisso dos produtores rurais com a regularização ambiental de seus imóveis, incluindo sua inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento previsto no Código Florestal aprovado em 2012.

A restauração de APPs realizada no município de Carlinda se tornou referência para os demais municípios que integram o Portal da Amazônia, resultando no intercâmbio de experiências com os técnicos dos municípios da região norte do estado de Mato Grosso.





Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Áreas do bioma Amazônia nos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão

BENEFICIÁRIOS

Agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais no bioma Amazônia

OBJETIVO

Realização de quatro chamadas públicas para selecionar e financiar projetos socioambientais de pequeno valor voltados para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais em áreas do bioma Amazônia dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 17.796.525,00

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 12.814.691,38

PERÍODO DE EXECUÇÃO

4º trimestre de 2012 ao 3º trimestre de 2020

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO

3.7.2012

DATA DA CONTRATAÇÃO

25.9.2012

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO

R\$ 12.814.691,38

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

100%





Contextualização

O projeto apresentado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNI)⁶⁵ expandiu para o bioma Amazônia o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos). Desde 1994, o PPP-Ecos existia no bioma Cerrado, apoiando, por meio de chamadas públicas, projetos socioambientais de pequeno valor voltados para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais.

A partir de 2013, o PPP-Ecos passou a atuar também no bioma Amazônia, com o apoio do Fundo Amazônia, e, no bioma Caatinga, com apoio do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).⁶⁶

Em 2019, o ISPNI transformou o PPP-Ecos em uma estratégia institucional chamada de Paisagens Produtivas Ecosociais (PPP-Ecos). Essa estratégia busca aliar a conservação ambiental e o uso sustentável da biodiversidade à geração de renda e à segurança alimentar das comunidades tradicionais, contribuindo, assim, para que os territórios sejam produtivos e conservados.

O projeto

O projeto Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia realizou chamadas públicas para financiar projetos socioambientais de pequeno valor voltados para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais em áreas do bioma Amazônia, nas regiões de transição com o bioma Cerrado, dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Por meio dessas chamadas públicas foram selecionados 88 projetos de 77 associações sem fins lucrativos e cooperativas de base comunitária em duas categorias de apoio:

(i) pequenos projetos, de até R\$ 60 mil cada, para o apoio a organizações de base comunitária, contemplando inclusive aquelas com pouca experiência na gestão de projetos; e (ii) projetos de consolidação, de até R\$ 90 mil cada, para o apoio a organizações experientes ou a continuidade, expansão e replicação de projetos com resultados e impactos positivos.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seus efeitos diretos foram assim definidos: (1.1) atividades de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas em associações comunitárias; (1.2) arranjos produtivos locais de produtos agroextrativistas fortalecidos, com protagonismo de associações comunitárias; e (1.3) capacidade gerencial e técnica ampliadas para a implantação de projetos ecosociais com populações tradicionais.

⁶⁵ O ISPNI é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em abril de 1990, com sede em Brasília.

⁶⁶ O Global Environmental Facility (GEF), em português, Fundo Global para o Meio Ambiente, é um dos maiores financiadores de projetos ambientais no mundo. Foi estabelecido em 1991 como um programa-piloto do Banco Mundial para apoiar a proteção do meio ambiente global e promover o desenvolvimento sustentável. Desde seu início, já destinou mais de US\$ 14,5 bilhões para cerca de quatro mil projetos em mais de 167 países, incluindo o Brasil. Ver: <https://www.thegef.org/news/reflections-25-years-gef-ceo-naoko-ishii>



Os projetos das organizações parceiras apoiadas pelo PPP-Ecos com recursos do Fundo Amazônia contribuíram para o fortalecimento de cadeias de produtos da sociobiodiversidade da região, como a castanha-do-brasil, o babaçu, a pupunha, polpas de frutas diversas, mel e outros produtos das abelhas e artesanato. As ações apoiadas contribuíram para a valorização da floresta em pé, ao promoverem a geração de renda para as populações locais com sustentabilidade ambiental, contribuindo, assim, para o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Atividades realizadas

Foram realizadas quatro chamadas públicas para seleção de projetos. Cada projeto recebeu um valor máximo de até R\$ 90 mil, totalizando cerca de R\$ 6 milhões. Foram apoiados 88 projetos, dos quais 33 no estado do Maranhão, 38 no estado de Mato Grosso e 17 no estado de Tocantins.

Concomitantemente às chamadas públicas, foi desenvolvida uma ação de divulgação do PPP-Ecos nas regiões abrangidas pelo projeto. Essa ação consistiu na realização de oficinas regionais de elaboração de projeto. Além disso, visando massificar a comunicação, a partir da terceira chamada, foram realizados também programas de rádio.

Nesse contexto, foi estabelecida uma parceria com o programa de rádio Natureza Viva, da Empresa Brasil de Comunicações (EBC), empresa pública federal, visando aumentar a divulgação dos editais. Nesse programa, foram realizadas reportagens e entrevistas sobre histórias de quem já acessou o PPP-Ecos em editais anteriores e que, com a implementação desses pequenos projetos, mudaram a realidade de suas comunidades.

A seguir, é apresentada uma síntese dos temas e das atividades dos 88 projetos apoiados pelo PPP-Ecos, bem como das atividades desenvolvidas diretamente pelo ISPN para gerir técnica e administrativamente o PPP-Ecos.

As ações implementadas pelos pequenos projetos apoiadas pelo PPP-Ecos abrangeram atividades de processamento de produtos da sociobiodiversidade, tais como frutas, coco babaçu, pupunha, castanha-do-brasil, guaraná etc., além do desenvolvimento de produtos derivados das abelhas. Também foram apoiados projetos voltados à agroecologia e à recuperação ambiental.

No tema do beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade, destacaram-se ações como a realização de feiras da agricultura familiar; a implantação de unidades de processamento de polpa de fruta; a aquisição de maquinário para cortar, descascar e processar o babaçu; a estruturação de unidades de beneficiamento de óleo de babaçu; a reforma e ampliação de unidade de beneficiamento de guaraná; a realização de capacitações para a melhoria da produção do artesanato local e a construção de uma casa dedicada a sua comercialização.

Podem ser mencionadas ainda a aquisição de veículos para transporte da produção; a estruturação de cozinhas comunitárias para o beneficiamento de frutas e outros



produtos da agricultura familiar; a realização de oficinas sobre o acesso aos mercados institucionais; a elaboração e execução de planos de negócio para os produtos e o desenvolvimento de identidade visual e confecção de rótulos e embalagens.

Nos temas da apicultura (criação de *apis mellifera*, conhecida como abelha-europeia) e da meliponicultura (criação de abelhas nativas sem ferrão), foram realizadas, entre outras atividades: capacitações em manejo de melíponas e beneficiamento de mel; intercâmbios entre meliponicultores; prestação de assessoria técnica às famílias produtoras; distribuição de conjuntos de material apícola (caixas, macacões, cera alveolada, fumigadores e coletores de pólen); aquisição e povoamento de novas colmeias e construção e estruturação de casas de extração de mel, com tanques de maturação, tanques de coleta, funis e filtros.

No tema da agroecologia e recuperação ambiental, foram realizadas, entre outras atividades: a recuperação de áreas degradadas; o adensamento de áreas de APPs com espécies frutíferas; a implantação de agroquintais; a estruturação de viveiros simplificados; a instalação de irrigação e cerca nos quintais; a proteção das nascentes com cercas; a conservação e manejo de áreas de bacuri (árvore frutífera); a produção consorciada de hortaliças e frutas com babaçu; a implantação de sistemas agroflorestais (SAF); a capacitação em manejo ecológico de pastagens e a implantação de unidades demonstrativas com pastos rotacionados.

No tema da gestão ambiental e territorial de terras indígenas (TI), foram realizadas, entre outras atividades: coleta de sementes; formação e manejo de viveiros familiares com produção de mudas de espécies nativas; recuperação de áreas degradadas de nascentes; formação em áreas degradadas de áreas coletivas de plantio de mandioca consorciadas com frutíferas; compra e manutenção de motor de barco utilizado para expedições para coleta de espécies tradicionais medicinais e alimentícias e para a realização de expedições de monitoramento e vigilância territorial.

Parte significativa dos projetos apoiados priorizaram a juventude rural, incluindo mulheres, e de comunidades tradicionais indígenas e quilombolas.⁶⁷ Essa juventude tem papel importante no desenvolvimento dos territórios pela difusão de práticas agroecológicas com base em novas tecnologias e no uso de ferramentas e equipamentos proporcionados pelo projeto, que reduzem o esforço físico do trabalho agrícola e melhoram sua produtividade.

O PPP-Ecos também promoveu a valorização do trabalho das mulheres, reforçando sua participação sob a ótica da construção da igualdade e da melhoria da vida familiar. Dos 88 projetos apoiados pelo PPP-Ecos, mais de dez foram implementados por grupos de mulheres.

O projeto promoveu direta (pelo ISPN) e indiretamente (pelos parceiros apoiados) uma série de atividades de capacitação para os indivíduos que participaram dos 88 projetos apoiados, visando a formação de quadros técnicos locais. Foram capacitadas cerca de 7.200 pessoas num modelo metodológico amplo, que incluiu desde cursos modulares até oficinas rápidas. Essas capacitações englobaram

⁶⁷ Quilombos consistem em comunidades formadas por descendentes de escravizados fugitivos antes da abolição da escravidão no Brasil em 1888.



temas como gerenciamento de projetos; técnicas de produção agroecológica e boas práticas de processamento em agroindústrias. Foram ainda realizados 103 intercâmbios para promover a troca e a ampliação do conhecimento gerado, beneficiando cerca de 1.300 participantes.

Na dimensão da gestão técnica do programa, foram realizadas, pelo ISPN, visitas de acompanhamento e monitoramento dos 88 projetos apoiados. Essas visitas tiveram como objetivo verificar a execução das atividades, bem como orientar sobre procedimentos e apoiar determinadas ações.

O projeto também realizou e sistematizou uma série de estudos. Foram produzidos nove materiais relacionados aos beneficiários e aos temas apoiados pelo projeto, além de dois vídeos documentários e um estudo sobre emissões evitadas. Podem ser dados os seguintes exemplos de publicações produzidas pelo projeto: *Guia de Elaboração de Projetos de Agroindústrias Comunitárias*; *Pequenos Projetos Ecosociais de Quebradeiras de Coco Babaçu: Reflexões e Aprendizados*; *Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto e Folha do Buriti*; e *Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral dos Produtos das Abelhas Nativas Sem Ferrão*.⁶⁸

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A seguir, apresentam-se os resultados dos principais indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos diretos previstos.

Efeito direto 1.1: atividades de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas em associações comunitárias;

Efeito direto 1.2: arranjos produtivos locais de produtos agroextrativistas fortalecidos, com protagonismo de associações comunitárias.

- > Receita obtida com atividades econômicas de uso sustentável (indicador de efetividade)

Meta: R\$ 1.500/ano por família | Resultado alcançado: R\$ 2.400/ano por família

O resultado alcançado de cerca de R\$ 2,4 mil de receita obtida por ano por família é um valor médio calculado com base nos resultados econômicos de 46 projetos, no período de 2014 a 2018. No conjunto dos projetos monitorados, há projetos com maior valor agregado, como as cadeias do mel, palmito e polpas de frutas, enquanto outros ainda estão organizando suas cadeias de valor e se adequando aos mercados.

- > Número de projetos apoiados no âmbito do PPP-Ecos Amazônia (indicador de eficácia)

Meta: 160 | Resultado alcançado: 88

⁶⁸ Parte desses materiais podem ser acessadas no website do Fundo Amazônia: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Pequenos-Projetos-Ecosociais-na-Amazonia/>



O valor total de apoio aos projetos foi estimado em R\$ 6 milhões. Apesar de a previsão do valor máximo por projeto ser de R\$ 60 mil para pequenos projetos e de R\$ 90 mil para projetos de consolidação, estimou-se inicialmente que as propostas recebidas seriam de valores mais baixos. Também houve um número maior de projetos de consolidação do que o estimado, resultando em uma carteira de 88 projetos.

- > Área recuperada em utilização para fins econômicos (indicador de efetividade)
Meta: 1.000 hectares | Resultado alcançado: 1.981 hectares
- > Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental – regeneração em andamento (indicador de efetividade)
Meta: não definida | Resultado alcançado: 1.018 hectares
- > Número de famílias beneficiadas pelos projetos (indicador de eficácia)
Meta: 1.500 famílias | Resultado alcançado: 3.046 famílias

Efeito direto 1.3: capacidade gerencial e técnica ampliadas para a implantação de projetos ecossociais com populações tradicionais.

- > Número de oficinas de capacitação em gestão de projetos ecossociais (indicador de eficácia)
Meta: 8 | Resultado alcançado: 17
- > Número de indivíduos capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (indicador de efetividade)
Meta: 200 | Resultado alcançado: 5.072

O projeto beneficiou diretamente 3.046 famílias de agricultores familiares, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, grupos de mulheres e grupos de jovens rurais, contribuindo para melhorar a realidade em 72 municípios dos três estados abrangidos pelo PPP-Ecos na Amazônia.

Aspectos institucionais e administrativos

O projeto foi executado na totalidade das ações previstas, tendo envolvido grande número de organizações da sociedade civil selecionadas para serem apoiadas por meio das quatro chamadas públicas realizadas pelo ISPN.

O PPP-Ecos buscou atuar, sempre que possível, agregando esforços às ações de conservação previamente existentes no território, visando aumentar o alcance de seus resultados.

Durante os cinco anos de execução do projeto na região amazônica, foram promovidos diálogos constantes e construções de parcerias com vários atores nos três estados abrangidos pelo projeto (Mato Grosso, Tocantins e Maranhão).

A execução de muitos dos pequenos projetos contribuiu para promover e reforçar o princípio de que uma boa execução está diretamente relacionada à capacidade das



iniciativas construir uma rede de parceiros e apoios. Dessa forma, diversas parcerias e alianças foram construídas pelas iniciativas no território durante sua execução.

Parcerias também foram construídas envolvendo órgãos públicos, como a Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e diversos governos municipais na região.

O ISPN também se articulou com a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em suas ações em territórios específicos, como terras indígenas, reservas extrativistas e projetos de assentamentos agrários.

A relação com as instituições públicas também visou cumprir os quesitos legais e formais necessários à execução adequada dos projetos, por meio do licenciamento ambiental das iniciativas apoiadas.

Riscos e lições aprendidas

Durante a execução do projeto, o ISPN convidou representantes dos órgãos ambientais dos estados a participar das Câmaras Técnicas que integraram o processo de seleção dos projetos apoiados.

As contribuições dos técnicos dos órgãos ambientais foram relevantes para melhorar a compreensão dos contextos regionais em que os projetos estão inseridos. Além disso, essa participação foi importante para divulgar o PPP-Ecos e suas especificidades nos órgãos ambientais responsáveis pelo licenciamento. A maior parte dos pequenos projetos apoiados obteve dispensa de licenciamento ambiental ou licenciamento simplificado.

Outra estratégia que se mostrou exitosa foi a contratação de consultores para assessorar as organizações de base, visando a boa execução do programa, já que muitas dessas organizações nunca tinham gerido recursos de terceiros.

Essa estratégia foi motivada pela fragilidade das organizações de base e pela cultura de informalidade presente em alguns municípios atendidos pelo programa. As dificuldades enfrentadas por algumas organizações comunitárias incluíram também a falta de fornecedores de bens e serviços na região e a falta de acesso à internet.

A construção de agroindústrias comunitárias foi uma das ações mais demandadas na carteira de projetos do PPP-Ecos. De forma geral, observou-se que as organizações que propuseram a construção de agroindústrias possuíam pouco conhecimento sobre o processo de construção e regularização de empreendimentos agroindustriais. Nesse cenário, as organizações demandaram ao ISPN informações e capacitações que viabilizassem esse processo. No projeto havia sido planejado um conjunto de atividades para esse fim, no entanto, outras ações se fizeram necessárias.



Outra lição aprendida diz respeito à regularização dos empreendimentos agroindustriais comunitários. A contratação de serviços de consultoria não fora prevista, mas se revelou importante para garantir que os empreendimentos comunitários pudessem se estruturar minimamente para acessar o mercado.

Um dos primeiros obstáculos enfrentados pelos projetos foi o acesso aos croquis adequados às normas sanitárias para produção de alimentos, já que, em suas regiões, eles não dispunham de profissionais aptos a esse tipo de trabalho.

Nesse sentido, foi produzido o *Guia de Elaboração de Projetos de Agroindústria Comunitária*, cuja primeira edição incluiu quatro tipos de agroindústrias (polpas de frutas congeladas, casa do mel, casa de farinha e cozinha multifuncional) e a segunda, já com a legislação atualizada, agregou mais três tipos de agroindústrias familiares (castanhas e cocos, produtos das abelhas apis e nativas sem ferrão e leite com seus derivados), além de readequar as plantas de polpas de frutas e atualizar sua legislação.

Por fim, constatou-se que o marco regulatório ainda representa um conjunto de barreiras para os grupos comunitários, por se tratar de uma legislação complexa, que envolve normas ambientais, sanitárias, trabalhistas, tributárias, fiscais, entre outras.

Sustentabilidade dos resultados

O ISPN realizou um importante trabalho de sistematização do conhecimento produzido pelo projeto, compilando-o em publicações, que servem de base de consulta e orientação para a implementação de outras iniciativas semelhantes.

A sustentabilidade dos resultados alcançados guarda relação com a natureza das ações desenvolvidas. Grande parte das ações apoiadas foi voltada para a produção sustentável e a geração de renda para as populações locais. Essa característica contribui para que os resultados alcançados possam se sustentar ao longo do tempo e até ampliar-se nos casos mais exitosos.

Todavia, é importante lembrar que o ano de 2020 foi severamente impactado pela pandemia de Covid-19. Além dos graves riscos à saúde e à integridade física das populações locais, o alcance e a longa duração da pandemia lançam desafios adicionais à sustentabilidade dos resultados deste e de outros projetos.



Quintais Amazônicos

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Estado de Rondônia, nos municípios de Machadinho d'Oeste, Cujubim e Itapuã do Oeste

BENEFICIÁRIOS

Pequenos agricultores familiares

OBJETIVO

Apoiar agricultores familiares e assentados da reforma agrária no estado de Rondônia, nos municípios de Itapuã do Oeste, Cujubim e Machadinho d'Oeste para a inscrição dos imóveis rurais no cadastro ambiental rural (CAR), o plantio e a realização de pesquisas de sistemas agroflorestais (SAF) para a recuperação de áreas alteradas ou degradadas

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 8.837.852,29

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 8.837.852,29

PERÍODO DE EXECUÇÃO

1º trimestre de 2014 ao 4º trimestre de 2019

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO

30.7.2013

DATA DA CONTRATAÇÃO

4.12.2013

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO

R\$ 8.837.852,29

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

100%





Contextualização

O estado de Rondônia ocupa uma área de 237.765 km² na Amazônia Legal e faz fronteira com os estados de Mato Grosso (a leste), Amazonas (ao norte), Acre (a oeste) e a República da Bolívia (a oeste e sul). No período de 2010 a 2019, Rondônia foi responsável por cerca de 15% da área desmatada na Amazônia Legal, sendo o terceiro estado (de um total de nove que integram a Amazônia Legal) que mais desmatou nesse período.⁶⁹ A população de Rondônia é de 1,7 milhão de habitantes.

A estratégia do Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra) – organização sem fins lucrativos criada em 1999 que atua em Rondônia por meio de projetos voltados para o meio ambiente, educação e cultura – é formar, por meio de SAFs, uma barreira de proteção no entorno dos remanescentes florestais, priorizando áreas próximas de unidades de conservação (UC) e de maior fragilidade ambiental.

O projeto

O projeto priorizou o apoio a agricultores familiares e assentados da reforma agrária em três municípios do estado de Rondônia no desenvolvimento de SAFs para a recuperação de áreas desflorestadas e para a geração de renda por meio do plantio de culturas selecionadas e adaptadas ao tipo de solo e clima da região.

No âmbito do projeto, estavam previstas as seguintes ações: apoio à regularização ambiental de pequenos imóveis rurais mediante o apoio à sua inscrição no CAR; recuperação de áreas desflorestadas com implantação de SAFs; pagamento por serviços ambientais; capacitações diversas em temas como SAFs, agroecologia e associativismo; expansão da capacidade de produção de mudas do Viveiro Municipal de Itapuã do Oeste e ampliação e modernização do laboratório para análise de solos da Universidade Federal de Rondônia.

Lógica de intervenção

O projeto insere-se nas componentes “produção sustentável” (1) e “ciência, inovação e instrumentos econômicos” (4) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Os efeitos diretos esperados foram assim definidos: (1) áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para a produção por meio de SAFs (1); capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implantação de sistemas agroflorestais, cooperativismo e gestão de associações (1); e conhecimentos e tecnologias voltados para o uso sustentável em Rondônia produzidos e difundidos (4).

A recuperação de áreas desflorestadas por meio de SAFs tanto promove a restauração florestal, ao expandir a área com cobertura vegetal nativa na Amazônia, quanto representa uma alternativa de renda para os agricultores, ao integrar o cultivo

⁶⁹ Ver: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>



simultâneo de culturas agrícolas e espécies florestais. O apoio a ações que agregam o uso de tecnologias para a produção sustentável na região também contribui para o objetivo geral do Fundo Amazônia, a saber, “a redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Atividades realizadas

Foram realizados 42 eventos de sensibilização visando o cadastramento de imóveis rurais no CAR e a recuperação de áreas desmatadas. Foram recuperadas, por meio de SAFs, 742 hectares de áreas desflorestadas, em 505 imóveis da agricultura familiar, situados nos municípios de Itapuã do Oeste, Cujubim e Machadinho d'Oeste, no estado de Rondônia.

Para participar das atividades de recuperação de áreas desflorestadas os imóveis das famílias beneficiadas deviam se inscrever ou estar inscritos no CAR e ter no máximo quatro módulos fiscais de área. Foram analisadas as localizações das áreas a serem recuperadas, priorizando-se áreas antropizadas com maior vulnerabilidade natural à erosão, áreas que possibilitassem a conectividade com outros fragmentos florestais, áreas para proteção dos recursos hídricos e áreas no entorno de unidades de conservação (UC).

O projeto promoveu o fortalecimento de 14 organizações comunitárias por meio de capacitações. Foram consideradas fortalecidas as organizações que participaram de três ou mais atividades do projeto.

Foram beneficiadas com pagamento por serviços ambientais 471 famílias por conta da recuperação por meio de SAFs de 257 hectares de áreas degradadas ou alteradas (propriedades que haviam recuperado áreas há menos de um ano não foram consideradas elegíveis). Ao todo, o valor pago por serviços ambientais totalizou R\$ 415 mil.

A ação de pagamento por serviços ambientais foi trabalhada no projeto como um estímulo à adesão das famílias à recuperação de áreas degradadas ou alteradas em suas propriedades e como alternativa econômica à renda derivada de atividades que geram desmatamento.

Foram feitos investimentos para ampliação e modernização do Viveiro Municipal de Itapuã do Oeste, visando viabilizar o fornecimento das mudas necessárias à execução das atividades de recuperação de áreas desmatadas pelo projeto e criar capacidade de produção de mudas para demandas futuras.

Esse investimento incluiu a construção de uma estrutura para produção de café clonal, que serviu como uma das culturas utilizadas pelos SAFs implantados. No período de implementação do projeto, foram produzidas 1.035.000 mudas empregadas nas atividades de implantação dos SAFs.

Agricultores familiares foram capacitados em temas como agroecologia; técnicas agroecológicas de adubação e controle de pragas; zoneamento de propriedades rurais; produção de café clonal; produção de cacau clonal; recuperação e manejo de áreas degradadas; sistemas agroflorestais e gestão administrativa e financeira de associações.



Também foi prestada assistência técnica a 1.201 pequenos agricultores familiares para a produção com sistemas agroflorestais.

Foi ampliada e modernizada uma área de 90 m² do laboratório para análise de solos da Universidade Federal de Rondônia (Unir). O estudo dos solos da área de abrangência do projeto contribuiu para potencializar os resultados da implantação dos SAFs apoiados.

A modernização do laboratório da Unir beneficiou todo o prédio dessa universidade dedicado à geociência. Com os recursos do projeto houve a readequação das instalações e a aquisição de diversos equipamentos, tais como balança de precisão, estereoscópio binocular, estufas de circulação de ar forçado, agitador de bancada para testes granulométricos, além de computadores, impressoras e mobiliário. Esse aprimoramento da capacidade tecnológica da Unir resultou em um legado do projeto para a região.

No âmbito do projeto, foram produzidas 69 publicações, incluindo material informativo sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA); relatório técnico sobre o meio físico da área do projeto (indicando ambientes de maior fragilidade, menor aptidão agrícola e áreas de usos especiais); e estudos de solo e paisagem e cartilhas sobre o CAR. Os resultados do projeto também foram apresentados em diversos eventos integradores (seminários e fóruns), objetivando divulgar os conhecimentos produzidos.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados às componentes “produção sustentável” (1) e “ciência, inovação e instrumentos econômicos” (4) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Efeito direto 1.3: capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implantação de sistemas agroflorestais, cooperativismo e gestão de associações.

Os principais indicadores pactuados para o monitoramento desse objetivo foram:

- > Número de indivíduos capacitados, em nível técnico ou gerencial, nas atividades de implantação de sistemas agroflorestais (indicador de eficácia)
Meta: 500 | Resultado alcançado: 540
- > Número de indivíduos capacitados, em nível técnico ou gerencial, nas atividades de implantação de sistemas agroflorestais efetivamente utilizando os conhecimentos (indicador de efetividade)
Meta: 300 | Resultado alcançado: 353
- > Número de famílias (imóveis rurais) beneficiados com assistência técnica (indicador de eficácia)
Meta: 500 | Resultado alcançado: 1.201
- > Número de indivíduos capacitados, em nível técnico ou gerencial, para gestão de associações e para cooperativismo como meio de acesso ao mercado (indicador de eficácia)
Meta: 100 | Resultado alcançado: 114



Efeito direto 1.4: áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para a produção por meio de SAFs.

Os principais indicadores pactuados para o monitoramento desse objetivo foram:

- > Eventos de sensibilização ou de integração voltados à regularização ambiental e recuperação de áreas alteradas ou degradadas (indicador de eficácia)
Meta: 15 | Resultado alcançado: 42
- > Organizações comunitárias (associações e cooperativas) fortalecidas (indicador de efetividade)
Meta: 10 | Resultado alcançado: 14
- > Área recuperada e utilizada para fins econômicos (indicador de efetividade)
Meta: 500 hectares | Resultado alcançado: 742 hectares
- > Número de imóveis com projetos de produção sustentável – implantação de sistemas agroflorestais (indicador de eficácia)
Meta: 500 | Resultado alcançado: 505
- > Receita obtida com atividades econômicas de uso sustentável (indicador de efetividade)
Meta: não definida | Resultado alcançado: R\$ 724 mil
- > Mudanças produzidas pelo viveiro com apoio do projeto em Itapuã do Oeste (indicador de eficácia)
Meta: 800 mil | Resultado alcançado: 1.035.000
- > Valor total pago por serviços ambientais (indicador de eficácia)
Meta: R\$ 292 mil | Resultado alcançado: R\$ 415 mil
- > Famílias beneficiadas com pagamento por serviços ambientais (indicador de eficácia)
Meta: não definida | Resultado alcançado: 471 famílias
- > Área beneficiada com pagamento por serviços ambientais (indicador de efetividade)
Meta: não definida | Resultado alcançado: 257 hectares

Efeito direto 4.1: conhecimentos e tecnologias voltados para o uso sustentável em Rondônia produzidos e difundidos.

Os principais indicadores pactuados para o monitoramento desse objetivo foram:

- > Pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de CT&I residentes na região amazônica durante a execução do projeto (indicador de efetividade)
Meta: 10 | Resultado alcançado: 13
- > Número de publicações científicas produzidas (indicador de efetividade)
Meta: não definida | Resultado alcançado: 1

Por fim, foi monitorado o comportamento da taxa de desmatamento nos



municípios do estado de Rondônia beneficiados com as ações do projeto, embora o impacto dessas ações seja limitado, em termos de escala, em virtude dos diversos fatores que contribuem para o desmatamento nessa região.

- > Desmatamento anual nos municípios de Machadinho d'Oeste, Cujubim e Itapuã do Oeste no estado de Rondônia (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: 164 km² (2018)

O desmatamento anual por corte raso verificado em 2018 nos municípios do estado de Rondônia beneficiados com as ações do projeto foi de 164 km². Considerando que, em 2013, essa taxa foi de 153 km² (linha de base), conclui-se que houve um crescimento de aproximadamente 7% na taxa de desmatamento anual entre 2013 e 2018.

TABELA 27 | DESMATAMENTO ANUAL (KM²)

Município	Linha de base (2013)	2014	2015	2016	2017	2018	Variação % 2018/2013
Machadinho d'Oeste	81,2	61,4	98,3	93,7	99,4	74,1	-9
Cujubim	55,3	40,6	65,8	85,9	87,1	73,2	32
Itapuã do Oeste	16,9	9,0	8,9	16,4	14,2	17,1	1
Total	153	111	173	196	201	164	7

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Prodes/Inpe.

Aspectos institucionais e administrativos

O projeto estabeleceu relações de parceria com diversas instituições, contando com o apoio da prefeitura municipal de Itapuã do Oeste (produção de mudas no viveiro municipal), do Incra (autorização para implantação dos projetos de SAFs nos assentamentos) e da Universidade Federal de Rondônia (realização de estudos e pesquisas sobre o solo e a paisagem).

Também foi estabelecida colaboração com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac).⁷⁰ Esse órgão público forneceu sementes de cacau, proporcionou transferência de conhecimentos técnicos e assessorou na elaboração e implantação dos SAFs.

As auditorias anuais independentes contribuíram para melhorar aspectos de gestão do Rioterra, adequando seus processos às melhores práticas de mercado, incluindo a criação de um código de ética e de seu regimento interno.

Riscos e lições aprendidas

Pode-se dizer que o projeto se desenvolveu de forma adequada. Em relação a resultados, todos os produtos e serviços previstos foram executados e seus objetivos alcançados.

As atividades de mobilização realizadas com as associações comunitárias merecem destaque, tendo contribuído para o sucesso do projeto. O Rioterra adotou a prática de visitar as sedes dessas associações, possibilitando ampla participação e envolvimento dos beneficiários e contribuindo para fortalecer os laços de aceitação e credibilidade entre as partes.

⁷⁰ A Ceplac é um órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



O projeto inovou ao introduzir o pagamento por serviços ambientais, com o objetivo de reconhecer a implantação e as boas práticas de manutenção realizadas pelos beneficiários em áreas recuperadas pelo projeto, com base nos seguintes critérios técnicos: (i) implantação completa do SAF; (ii) aplicação na área dos insumos ofertados para implantação do SAF (calcário, adubo etc.); (iii) manutenção realizada para assegurar a regeneração da área do SAF; (iv) presença de cerca cumprindo função de isolamento da área em processo de recuperação; e (v) boa condição da cobertura do solo.

Sustentabilidade dos resultados

O projeto contribuiu para a regularização ambiental de pequenos imóveis rurais da agricultura familiar, com geração de renda pela recuperação de áreas desflorestadas utilizando SAFs. Esses resultados tendem a se sustentar no longo do tempo, à medida que os SAFs se consolidam como uma opção de renda para essas populações e a legislação ambiental brasileira seja implementada pela sociedade.

Os resultados alcançados pelas diversas capacitações realizadas pelo projeto se incorporaram ao público beneficiado, expandindo seus conhecimentos sobre implantação de SAFs, agroecologia, associativismo e outros temas técnicos. Essas capacitações tendem a produzir efeitos duradouros e ampliados, se considerarmos a difusão de conhecimento que naturalmente ocorre nas relações interpessoais.

Por sua vez, o laboratório para análise de solos da Universidade Federal de Rondônia, modernizado e estruturado pelo projeto, integra a estrutura da Unir, não havendo motivos para se esperar sua paralisação ou descontinuidade.

Cabe mencionar que o Fundo Amazônia apoia um novo projeto apresentado pelo Rioterra, a saber, o projeto Plantar Rondônia. Esse novo projeto abrange 12 municípios, incluindo os três beneficiados pelo projeto Quintais Amazônicos, e tem como objetivo central contribuir para o avanço da adequação ambiental de pequenos imóveis rurais no estado de Rondônia.

Acredita-se que esse novo projeto, ao ampliar significativamente a área e o número de imóveis a serem ambientalmente restaurados e disponibilizar Ater para a construção de uma agricultura sustentável e de excelência, também contribuirá para a sustentabilidade dos bons resultados já alcançados pelo projeto Quintais Amazônicos.



APL Babaçu

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Estado do Maranhão, nos municípios de Lago do Junco, Lago da Pedra e Bacabal

BENEFICIÁRIOS

Populações de assentamentos, quilombos, comunidades tradicionais e agricultores familiares

OBJETIVO

Apoiar a conservação e o manejo sustentável de babaçuais e a recuperação de áreas degradadas por meio de sistemas agroflorestais (SAF) em três municípios integrantes do bioma Amazônia no estado do Maranhão

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 4.897.085,37

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 4.897.085,37

PERÍODO DE EXECUÇÃO

3º trimestre de 2016 ao 3º trimestre de 2020

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO

2.9.2014

DATA DA CONTRATAÇÃO

29.10.2014

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO

R\$ 4.897.085,37

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

100%





Contextualização

O babaçu é uma palmeira com sementes oleaginosas, das quais se extrai um óleo empregado na alimentação, para fins medicinais e como matéria-prima para a produção de sabão, carvão, entre outros produtos. Sua principal área de ocorrência no Brasil é o estado do Maranhão, embora também ocorra em outros estados da Amazônia Legal. A produção de babaçu no estado do Maranhão representou cerca de 93% de toda a produção desse item no país em 2018.⁷¹

As áreas de babaçuais existentes no estado do Maranhão estão passando por um processo de conversão do uso do solo, para a implantação de grandes fazendas de monocultura ou gado. A atividade dos agroextrativistas, que vivem da extração do babaçu, contribui para a conservação dos babaçuais e do meio ambiente local, além de gerar renda para a população da região.

A Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão (Assema) foi constituída em 1989 e é dirigida por agricultores extrativistas do coco babaçu, que compõem e representam associações de mulheres extrativistas, comunidades quilombolas, associações de assentamentos, cooperativas de produção e comercialização, sindicatos rurais, associações de jovens e grupos produtivos informais.

A Assema atua em 19 municípios do estado do Maranhão, dos quais, 16 estão situados do Médio Mearim, dois, no Território Cocais (Peritoró e Alto Alegre) e um, no Vale do Mearim (Bacabal), totalizando trezentas comunidades, das quais 180 estão ligadas às organizações de base associadas à Assema.

O projeto

Selecionado no âmbito da chamada pública de apoio a projetos produtivos sustentáveis do Fundo Amazônia, lançada em 2012, o projeto arranjo produtivo legal (APL) Babaçu visou aprimorar a forma de extração do coco do babaçu, seu beneficiamento e comercialização, além de promover a conservação do meio ambiente local, por meio de planos de manejo e integração de outros sistemas de produção à área dos babaçuais, de modo a gerar renda para a população dos municípios de Lago do Junco, Lago da Pedra e Bacabal, situados no bioma Amazônia, no estado do Maranhão.

Lógica de intervenção

O projeto insere-se na componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Os efeitos diretos esperados pelas ações do projeto foram assim definidos: (1.1) atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade desenvolvidas na região do Médio Mearim; (1.2) cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado na região do Médio Mearim; (1.3) capacidades gerencial e técnica ampliadas para o desenvolvimento de

⁷¹ A produção do Brasil (extração vegetal) de amêndoas de babaçu, em 2018, foi de 50.798 toneladas, no valor de R\$ 92 milhões. Ver: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289#resultado>



boas práticas de manejo de produtos florestais não madeireiros, implantação de SAFs, cooperativismo e gestão de associações na região do Médio Mearim; e (1.4) áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica na região do Médio Mearim.

O projeto visou fortalecer a cadeia de valor do babaçu no estado do Maranhão, promovendo a inclusão produtiva de agricultores familiares, quilombolas e outras comunidades tradicionais e incentivando modelos produtivos que contribuem para a conservação dos babaçuais. Implementou, também, a recuperação de áreas desflorestadas por meio de SAFs, promovendo a expansão da área com cobertura vegetal nativa na Amazônia e criando uma alternativa de renda para os agricultores, ao integrar o cultivo simultâneo de culturas agrícolas e espécies florestais.

Atividades realizadas

A Assema coordenou um arranjo integrado de seis subprojetos de organizações parceiras. As atividades realizadas tiveram como objetivo desenvolver atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade, recuperar áreas degradadas (por meio da implantação de SAFs) e ampliar as capacidades gerencial e técnica dos beneficiários do projeto.

Foi realizado o inventário florestal em cinquenta áreas de ocorrência de babaçu, distribuídas em 44 povoados diferentes no município de Lago do Junco. Foram produzidos mapas georreferenciados e elaborado um Plano de Manejo Florestal Sustentável e Comunitário, abrangendo uma área de dez mil hectares.

O projeto prestou orientação técnica florestal para unidades familiares de produção e três escolas família agrícola (EFA),⁷² tendo apoiado a implantação de 210 hectares de SAFs consorciados ao manejo e uso sustentável do babaçu.

Nas EFAs, foram realizadas práticas pedagógicas e a estruturação de setores produtivos como a piscicultura, com a recuperação de tanques para a criação de peixes destinados à alimentação escolar; a horticultura, com a implantação de estufas para a produção de hortícolas para comercialização e consumo; a fruticultura, com a estruturação de casas de processamento de polpa de frutas e a implantação de viveiros para produção de mudas para suprir a demanda das escolas, famílias e atender ao mercado.

A estruturação das atividades de piscicultura, horticultura e fruticultura (incluindo a reforma e a modernização de três unidades de processamento de frutas) demandaram investimentos variados, desde melhorias no sistema de distribuição de água, até a aquisição de equipamentos, como despulpadeira de frutas, carrinhos reboque acopláveis a motocicletas e *freezers*.

No âmbito dos empreendimentos fabris de processamento de subprodutos do babaçu, foi realizada a reforma predial (civil, elétrica e hidráulica) da fábrica de sabonetes de babaçu da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR).

⁷² EFAs são escolas geridas por organizações comunitárias que adotam pedagogia própria adaptada a seu público e ao universo rural.



O investimento nessa fábrica de sabonetes de babaçu também contemplou a aquisição de equipamentos, máquinas, materiais e insumos para a produção dos sabonetes, incluindo um novo sistema de acondicionamento de produtos acabados e a instalação de um novo sistema de produção de sabonetes. A modernização dessa unidade fabril teve impactos relevantes na ampliação da produtividade e na melhoria das condições de trabalho.

Quanto aos objetivos de gestão, controle de produção e segurança para a fabricação de sabonetes de babaçu, foram elaborados: plano de gestão da qualidade fabril, manual de orientação sobre boas práticas de produção, plano de segurança do trabalho e programa de prevenção de riscos ambientais.

Na Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas do Lado do Junco e Lago dos Rodrigues (Coppalj), foi ampliada a produção de óleo de babaçu. Inicialmente, foi instalado um laboratório de análise química da qualidade do óleo produzido, com a aquisição de diversos equipamentos (colorímetro, centrífuga, estufa, destilador etc.), que se encontra em funcionamento desde 2018, permitindo identificar melhorias necessárias no processo de produção do óleo.

Os investimentos para aprimorar e ampliar a produção de óleo de babaçu da Coppalj incluíram a renovação do sistema de produção de óleo bruto, com a aquisição de uma nova prensa com capacidade de prensagem de 200 kg de amêndoas por hora, aumentando em 70% a capacidade de extração.

Os processos de formação para jovens e o corpo técnico do projeto foram desenvolvidos por meio de cursos de boas práticas de higiene e manipulação de alimentos, formação de competência na área de mitigação de riscos de incêndio, controle de fogo florestal e doméstico e intercâmbio de experiências consolidadas em SAFs com outras regiões.

Os beneficiários do projeto participaram de encontros de agroecologia com o objetivo de identificar, discutir e refletir sobre os principais avanços do movimento agroecológico, além de participarem de intercâmbios entre as comunidades abrangidas pelo projeto, levando um grupo de beneficiários a conhecer a experiência de outro grupo. Os intercâmbios realizados também promoveram visitas a experiências exemplares de produção sustentável em municípios vizinhos.

Visando promover o aproveitamento integral do babaçu, foram desenvolvidos, no âmbito do projeto, três novos produtos alimentícios: o macarrão seco de mesocarpo de coco babaçu, a mistura pronta para o mingau de mesocarpo e o biscoito de babaçu sem lactose. Foi desenvolvida ainda uma identidade visual para os produtos comercializados, com a marca “babaçu livre”, incluindo a impressão de rótulos e embalagens para esses produtos.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Efeito direto 1.1: atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade desenvolvidas na região do Médio Mearim.



Os principais indicadores pactuados para o monitoramento desse objetivo foram:

- > Área de floresta diretamente manejada (indicador de efetividade)
Meta: 13 mil hectares | Resultado alcançado: 10.054 hectares
- > Receita obtida pelos extrativistas beneficiados pelo projeto com a produção de amêndoas (indicador de efetividade)
Meta: não definida | Resultado alcançado: R\$ 900 mil

A área de babaçuais diretamente manejados foi ampliada de 6 mil para 10 mil hectares, embora a meta de 13 mil hectares não tenha sido plenamente atingida. A receita anual obtida pelos extrativistas com a comercialização de amêndoas de babaçu foi ampliada, ligeiramente, de R\$ 824 mil, em 2015, para R\$ 900 mil, em 2019. Registre-se que, nos anos de 2016 e 2017, o faturamento com a comercialização de amêndoas *in natura* sofreu uma queda decorrente da redução do preço do óleo de babaçu. Não obstante, pode-se afirmar que foram alcançados tanto o objetivo de ampliar a conservação dos babaçuais quanto o de gerar renda para a população beneficiada pelo projeto.

Efeito direto 1.2: cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado na região do Médio Mearim.

Os principais indicadores pactuados para o monitoramento desse objetivo foram:

- > Receita obtida com a venda de sabonetes Babaçu Livre (indicador de efetividade)
Meta: R\$ 160 mil | Resultado alcançado: R\$ 56 mil

Houve um aumento da receita anual obtida com a venda de sabonetes de R\$ 27 mil, em 2015, para R\$ 56 mil, em 2019, e da produção de sabonetes de 24 mil para 33 mil unidades no mesmo período. Embora a receita alcançada tenha sido quase o triplo em relação à receita anual da linha de base, esse resultado ficou bastante aquém do planejado. Acredita-se que isso decorreu do fato dos investimentos na unidade fabril de produção de sabonetes terem ocorrido na fase final da implementação do projeto, não tendo havido tempo hábil para sua maturação.

- > Receita obtida com a comercialização do óleo de babaçu (indicador de efetividade)
Meta: não definida | Resultado alcançado: R\$ 3,9 milhões

Houve um aumento da receita anual obtida com a comercialização do óleo de babaçu de R\$ 1,9 milhão, em 2015, para R\$ 3,9 milhões, em 2019, o que revela um crescimento do faturamento anual. Com o apoio do projeto, foi verificado um incremento total de receita com óleo de babaçu de R\$ 2,7 milhões no período de 2016 a 2019. O cálculo desse incremento é feito com base na comparação entre a receita de cada ano e a receita da linha de base. O somatório dos incrementos anuais representa o incremento total gerado na cadeia produtiva apoiada pelo projeto.

- > Número de indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto (indicador de eficácia)
Meta: 1.337 | Resultado alcançado: 1.200

O público diretamente envolvido nas atividades produtivas sustentáveis apoiadas pelo projeto foi ampliado de 460 (na linha de base) para 1.200 indivíduos.



Efeito direto 1.3: capacidades gerencial e técnica ampliadas para o desenvolvimento de boas práticas de manejo de produtos florestais não madeireiros, implantação de SAFs, cooperativismo e gestão de associações na região do Médio Mearim.

Os principais indicadores pactuados para o monitoramento desse objetivo foram:

- > Número de jovens formados pelas EFAs efetivamente utilizando os conhecimentos (indicador de efetividade)
Meta: 50 | Resultado alcançado: 45
- > Número de organizações comunitárias fortalecidas (indicador de efetividade)
Meta: 6 | Resultado alcançado: 6

O projeto prestou ainda assistência técnica e extensão rural ou agroflorestal a cerca de 470 unidades familiares de produção sustentável, entre as quais se incluem as mais de 70 famílias diretamente beneficiadas com a implantação de SAFs e as cerca de 400 famílias abrangidas pelo Plano de Manejo Florestal Sustentável e Comunitário elaborado no âmbito do projeto.

Efeito direto 1.4: áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica na região do Médio Mearim.

O indicador pactuado para o monitoramento desse objetivo foi:

- > Área de sistemas agroflorestais implementada (indicador de eficácia)
Meta: 280 hectares | Resultado alcançado: 210 hectares

Foram implementados 120 hectares de SAFs familiares e 90 hectares de sistemas integrados nas EFAs apoiadas pelo projeto.

Por fim, foi monitorado o comportamento da taxa de desmatamento nos municípios do estado do Maranhão beneficiados com as ações do projeto. Segundo dados do Inpe, a área de florestas dos municípios de Lago da Pedra e Lago do Junco já haviam sido 100% desmatadas antes da implementação do projeto. No caso do município de Bacabal, não ocorreram novos desmatamentos durante o período de implementação do projeto.⁷³

Aspectos institucionais e administrativos

A Assema coordenou um arranjo integrado de subprojetos de seis organizações parceiras, envolvendo comunidades tradicionais e agricultores extrativistas. Três delas são associações voltadas a atividades de geração de renda (uma associação de mulheres, uma cooperativa e uma associação de moradores assentados) e as outras três são entidades de formação de jovens (EFA).

As organizações parceiras foram as seguintes: (i) AMTR; (ii) Coppalj; (iii) Associação Vencer Juntos com Economia Solidária (Avesol); (iv) Associação da Escola Família Agrícola de Lago do Junco (Aefalj) – EFA São Manoel; (v) Associação do Centro Familiar de Formação por Alternância de Ensino Médio e Profissionalizante (Acemep); e (vi) Associação da Escola Família Agrícola de Lago da Pedra Agostinho Romão da Silva (Aefalpars).

⁷³ Ver: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>



Riscos e lições aprendidas

A construção dos acordos comunitários de convivência com o babaçu envolveu todas as organizações beneficiárias do projeto, tornando-as protagonistas da iniciativa de fortalecer a agricultura familiar por meio do bom manejo da palmeira de babaçu consorciada com outros arranjos produtivos que fortaleçam a economia local.

O projeto envolveu o público beneficiário em diferentes etapas de sua implementação. Os beneficiários participaram, por exemplo, das discussões para estabelecer a densidade de palmeiras em áreas de pastagem e roça tradicional, a prática de extração de folhas, o manejo das áreas com palmeiras “coringas” (palmeiras de tamanho superior às demais), resultando na elaboração coletiva das práticas e orientações em direção ao bom manejo e conservação do babaçu em consórcio com outros arranjos produtivos.

Os conhecimentos que foram gerados e sistematizados poderão auxiliar outros interessados. O projeto compartilhou esses saberes por meio da elaboração, entre outros, de manual de boas práticas de manejo do babaçu.

Sustentabilidade dos resultados

Pode-se dizer que o projeto se desenvolveu de forma adequada. Quanto a resultados, todos os produtos e serviços previstos foram executados e seus objetivos alcançados.

Esses resultados tendem a se sustentar no longo do tempo, à medida que os SAFs se consolidem como uma opção de renda para essas populações e as atividades de processamento desses produtos tenham continuidade (na produção de sabonetes de babaçu, óleo de babaçu bruto e refinado etc.). Com efeito, é de se esperar que a produção cresça nos próximos anos, já que os investimentos realizados contribuíram para uma melhora de sua qualidade e ampliaram a capacidade instalada.

Por fim, os resultados alcançados pelas diversas capacitações realizadas pelo projeto se incorporaram ao público beneficiado, expandindo seus conhecimentos sobre implantação de SAFs, gestão de unidades de processamento de produtos da agroecologia, associativismo e outros temas técnicos. Essas capacitações tendem a produzir efeitos duradouros e ampliados, tendo em vista, entre outras coisas, que três das organizações parceiras são EFAs.



Arapaima: Redes Produtivas

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Operação Amazônia Nativa (Opan)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Terras indígenas (TI) do Rio Biá, Espírito Santo, Acapuri de Cima, Estação, Macarrão e Deni; Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari e Cujubim e Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá, localizadas nas bacias do médio Juruá e do médio Solimões, no estado do Amazonas

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO

28.10.2014

DATA DA CONTRATAÇÃO

26.1.2015

BENEFICIÁRIOS

Povos indígenas e comunidades extrativistas

OBJETIVO

Apoiar: (i) o manejo pesqueiro e de recursos florestais não madeireiros em TIs e unidades de conservação (UC); e (ii) o fortalecimento de associações indígenas e de associações de produtores extrativistas

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 6.487.406,91

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 6.364.730,00

PERÍODO DE EXECUÇÃO

2º trimestre de 2015 ao 3º trimestre de 2020

DATA DA APROVAÇÃO	DATA DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO
28.10.2014	26.1.2015	R\$ 6.364.730,00

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA
100%





Contextualização

As áreas protegidas na Amazônia têm sofrido constantes ameaças em razão da exploração não sustentável e desordenada dos recursos naturais ali existentes, realizada muitas vezes de forma ilegal. Para que as populações residentes nessas áreas melhorem sua qualidade de vida, sem depender economicamente de atividades que causem desmatamento ou que utilizem predatoriamente os recursos naturais, é preciso fomentar atividades produtivas sustentáveis e torná-las economicamente rentáveis.

É nesse contexto que se insere o projeto Arapaima: Redes Produtivas, selecionado no âmbito da chamada pública de apoio a projetos produtivos sustentáveis do Fundo Amazônia, lançada em 2012. Sob a coordenação da instituição aglutinadora Operação Amazônia Nativa (Opan), reuniram-se, na qualidade de executoras aglutinadas,⁷⁴ duas associações indígenas – Conselho dos Povos Indígenas de Jutai (Copiju) e Associação do Povo Deni do Rio Xerua (Aspodex) – e duas associações de produtores extrativistas – Associação dos Extrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim (AERDSC) e Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari (Amaru).

A Opan é uma organização indigenista constituída na forma de associação civil, fundada em 1969, que atua no fortalecimento da participação da população indígena nas políticas que influenciam e impactam seus territórios. A metodologia de trabalho da organização consiste na ação direta e participativa, por meio do convívio e do envolvimento no cotidiano das aldeias e comunidades.

Nos últimos anos, a Opan tem elaborado propostas e acompanhado projetos relacionados a alternativas de produção econômica, que fomentam o manejo sustentável (pesqueiro e de produtos florestais não madeireiros) na Amazônia e no Cerrado.

O projeto

O projeto apoiou um amplo conjunto de ações voltadas para: (i) o manejo pesqueiro e de recursos florestais não madeireiros em TIs e UCs, mediante a aplicação de metodologias participativas de trabalho; e (ii) o fortalecimento de associações indígenas e de produtores extrativistas. Ao todo, foram beneficiadas populações de seis TIs, duas reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) e uma reserva extrativista (Resex), localizadas nas bacias do médio Juruá e do médio Solimões, no estado do Amazonas.

Para alcançar seus objetivos, o projeto foi estruturado nas seguintes componentes:

(i) fomento e estruturação do manejo pesqueiro, visando o fortalecimento das experiências comunitárias no manejo do pirarucu e a adoção de boas práticas

⁷⁴ “Aglutinadora” é a nomenclatura utilizada para a instituição proponente que contratou com o BNDES o apoio do Fundo Amazônia para a implementação do projeto (nesse caso, a Opan), que é a entidade responsável pela coordenação de um arranjo integrado de subprojetos de outras organizações, denominadas “aglutinadas”, orientados para o desenvolvimento de cadeias de valor com base no uso sustentável dos recursos naturais da biodiversidade da Amazônia Legal.



que garantam a conservação da espécie no longo prazo e gerem renda para as populações indígenas e ribeirinhas da região abrangida pelo projeto; (ii) fomento e estruturação do manejo sustentável de produtos florestais não madeireiros, com foco no fortalecimento das cadeias produtivas em torno da extração de óleos vegetais; (iii) fortalecimento institucional de associações indígenas e de produtores extrativistas, com ênfase no aprimoramento das habilidades gerenciais, administrativas, programáticas e de execução de projetos; (iv) comunicação e divulgação do projeto.

Todas as ações foram executadas com base na valorização e na utilização dos saberes e práticas indígenas e de comunidades tradicionais, de modo a aprimorar a gestão dos recursos naturais nesses territórios e fortalecer institucionalmente as entidades aglutinadas.

Lógica de intervenção

O projeto se insere nas componentes “produção sustentável” (1) e “ordenamento territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Os efeitos diretos esperados pelas ações do projeto foram assim definidos: (1.1) atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade desenvolvidas em seis TIs e três UCs no sudoeste do estado do Amazonas; (1.2) cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado em duas UCs no sudoeste do estado do Amazonas; (1.3) capacidades gerencial e técnica ampliadas para o desenvolvimento de boas práticas em cadeias produtivas sustentáveis e para a organização e gestão de associações em TIs e UCs no sudoeste do estado do Amazonas; e (3.2) TI do Rio Bía com gestão consolidada.

A promoção de atividades produtivas sustentáveis e de ações de ordenamento territorial na região do médio Juruá e médio Solimões pelo projeto fortalece o compromisso dos povos indígenas e das populações que habitam o entorno dessa região com a conservação das florestas, o que contribui diretamente para o objetivo geral do Fundo Amazônia, a saber, “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Atividades realizadas

No âmbito das ações de fomento e estruturação do manejo pesqueiro foram produzidos relatórios que cobriram as diversas etapas dessa cadeia produtiva, nas bacias do Médio Juruá, Jutai e Solimões, tais como um diagnóstico sobre a cadeia produtiva do pirarucu manejado no município de Carauari (AM), etnomapas de recursos pesqueiros na região do município de Jutai e o plano de manejo sustentável e de negócios do pirarucu manejado na TI Deni do Rio Xerua.

O conhecimento produzido nesses documentos foi amplamente compartilhado pelos integrantes das quatro organizações aglutinadas por meio de ações de capacitação



e divulgação. Foram realizadas 13 oficinas de capacitação em contadores de pirarucu,⁷⁵ com 430 pessoas treinadas; três oficinas em técnicas de beneficiamento, armazenamento, confecção de apetrechos de pesca e legislação pesqueira, com 159 participantes; e ainda três seminários regionais sobre políticas públicas pesqueiras, que mobilizaram 272 participantes.

O projeto apoiou também a introdução de boas práticas na extração, beneficiamento e comercialização de produtos florestais não madeireiros, com foco na extração de óleos vegetais. A exemplo das atividades voltadas para o manejo pesqueiro, foram elaborados diagnósticos e etnomapas para as cadeias dos produtos florestais não madeireiros, além de um plano de negócios para coleta e comercialização de andiroba e murumuru na TI Deni do Rio Xerua. Para dar suporte à infraestrutura dessa cadeia produtiva, foram construídos 15 galpões de secagem de sementes e noventa unidades de secagem familiar em Carauari (AM). No município de Jutai (AM), por sua vez, foi concluída a construção de um flutuante para dar suporte à produção do povo Katukina.

Paralelamente aos investimentos físicos, foram promovidos 24 eventos de capacitação em manejo extrativista, beneficiando 715 pessoas. Nessas oficinas, foram abordados temas como vantagens e desafios do manejo sustentável, coleta de sementes de murumuru e andiroba, extração de óleo de copaíba, além do trabalho tradicional de cestaria e artesanato das mulheres Deni.

As atividades realizadas para o fortalecimento institucional das organizações parceiras compreenderam, entre 2016 e 2018, 15 ações de capacitação em cadeias produtivas sustentáveis nas TIs Rio Biá, Deni, Jutai e Solimões, além da RDS Cujubim, com 567 capacitados. Foram tratados temas diversos, destacando-se a organização comunitária, a importância da elaboração de etnomapeamento e etnozoneamentos, as ações de vigilância e legislação.

O projeto destinou recursos também para investimentos físicos nas aglutinadas, apoiando a reforma da casa de apoio à produção da associação indígena Copiju e a aquisição de dois barcos para mobilidade e transporte de pescado e produtos florestais não madeireiros da Copiju e da associação de produtores extrativistas AERDSC. Com a mesma finalidade, foram adquiridas quatro canoas estilo chalana para a TI Deni, além de um motor e um barco geleiro com capacidade de armazenamento de trinta toneladas para a associação de agroextrativistas Amaru. Por fim, outros equipamentos e insumos de menor valor foram adquiridos, auxiliando a articulação, mobilidade e capacidade operacional da Copiju, AEREDSC, Amaru e Aspodex.

Especificamente para investimentos na TI do Rio Biá, foram adquiridos equipamentos (canoas, motores, kits de radiofonia) e insumos destinados às ações de vigilância territorial nessa TI.

⁷⁵ A contagem do pirarucu é uma atividade que, além de metodologia científica própria, agrega o conhecimento tradicional das populações locais. Isso é possível porque essa espécie de peixe possui dois tipos de respiração, uma aérea e outra aquática. Assim, quando um pirarucu vem à superfície para respirar, pescadores experientes são capazes de obter informações fundamentais para o manejo, como a quantidade e o tamanho aproximado de indivíduos existentes em um determinado corpo d'água.



Por fim, foram produzidos diversos materiais de divulgação para públicos variados, facilitando a troca de experiências entre os povos e as regiões apoiadas pelo projeto. Além da aquisição de equipamentos para realizar as atividades de comunicação e a confecção dos produtos de identidade visual, merecem destaque a elaboração de três boletins com o resumo das principais ações do projeto, o vídeo “Arapaima: Redes Produtivas” e o livro *Arapaima: vidas amazônicas*.⁷⁶

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados às componentes “produção sustentável” (1) e “ordenamento territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Efeito direto 1.1: atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade desenvolvidas em seis TIs e três UCs no sudoeste do estado do Amazonas.

Efeito direto 1.2: cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado em duas UCs no sudoeste do estado do Amazonas.

A seguir, são apresentados os indicadores pactuados para o monitoramento desses efeitos diretos:

- > Receita obtida com a pesca manejada do pirarucu apoiada pelo projeto (indicador de efetividade)

Meta: R\$ 292 mil | Resultado alcançado: R\$ 1,56 milhão

O resultado alcançado em 2018, no valor de R\$ 1,56 milhão, superou a meta de R\$ 292 mil pactuada em termos de incremento sobre o faturamento medido no ano base de 2014. O volume comercializado, conforme indicador a seguir, também superou a respectiva meta.

- > Volume de pirarucu comercializado a partir da pesca manejada (indicador de efetividade)

Meta: 73 toneladas | Resultado alcançado: 291 toneladas

- > Receita obtida com a comercialização de produtos florestais não madeireiros *in natura* apoiada pelo projeto (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: R\$ 698 mil

- > Receita obtida com a comercialização de óleo vegetal beneficiado no âmbito do projeto (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: R\$ 614 mil

Efeito direto 1.3: capacidades gerencial e técnica ampliadas para o desenvolvimento de boas práticas em cadeias produtivas sustentáveis e para a organização e gestão de associações em TIs e UCs no sudoeste do estado do Amazonas.

⁷⁶ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MsvDsGLVWIE&t=1433s> e o livro em: <https://amazonianativa.org.br/arapaima-vidas-amazonicas/>



Os indicadores pactuados para o monitoramento desse efeito direto foram:

- > Número de indivíduos capacitados para o desenvolvimento de boas práticas em cadeias produtivas sustentáveis efetivamente utilizando as técnicas aprendidas (indicador de efetividade)

Meta: 573 | Resultado alcançado: 2.481

- > Número de oficinas de associativismo, cooperativismo, organização comunitária, gestão administrativa e de projetos (indicador de eficácia)

Meta: 24 | Resultado alcançado: 40

Com relação ao efeito direto 3.2: terra indígena do Rio Biá com gestão consolidada, foram pactuados os seguintes indicadores:

- > Extensão da área da TI do Rio Biá com o controle de seu território fortalecido (indicador de efetividade)

Meta: 400 km² | Resultado alcançado: 400 km²

A área da TI do Rio Biá monitorada anteriormente ao projeto era de cerca de 250 km².

- > Número de missões de vigilância territorial executadas (indicador de eficácia)

Meta: 100 | Resultado alcançado: 103

Como resultado geral, a execução do projeto beneficiou 6.188 pessoas, das quais 4.626 indígenas.

Na tabela a seguir, apresenta-se a evolução do desmatamento nos últimos cinco anos nas áreas beneficiadas pelo projeto. Observa-se a preservação da integridade florestal nos referidos territórios, consequência da atuação permanente das comunidades e entidades representativas locais e de projetos voltados para a proteção e o uso sustentável da floresta.

TABELA 28 | DESMATAMENTO NAS TIS E UCS ATENDIDAS PELO PROJETO

	Área (km ²)	Total desmatado (km ²)	2019	2018	2017	2016	2015
TI Rio Biá	11.929	30,83 (0,3%)	0,14 (0,0%)	0,37 (0,0%)	0,59 (0,0%)	0,15 (0,0%)	0,32 (0,0%)
TI Espírito Santo	329,1	0,0 (0,0%)	0,0 (0,0%)	0,0 (0,0%)	0,0 (0,0%)	0,0 (0,0%)	0,0 (0,0%)
TI Acapuri de Cima	182,7	0,17 (0,1%)	0,0 (0,0%)	0,0 (0,0%)	0,0 (0,0%)	0,0 (0,0%)	0,0 (0,0%)
TI Estação	1.341,3	10,66 (0,8)	0,0 (0,0%)	0,0 (0,0%)	5,55 (0,4%)	0,08 (0,0%)	0,0 (0,0%)
TI Macarrão	431,7	15,78 (3,7%)	0,21 (0,0%)	0,07 (0,0%)	0,10 (0,0%)	0,0 (0,0%)	0,08 (0,0%)
TI Deni	15.377,1	60,43 (0,4%)	0,94 (0,0%)	0,45 (0,0%)	0,28 (0,0%)	0,29 (0,0%)	0,30 (0,0%)
RDS Uacari	6.386,3	50,5 (0,8%)	0,06 (0,0%)	0,14 (0,0%)	0,14 (0,0%)	0,27 (0,0%)	0,13 (0,0%)
RDS Cujubim	25.060,5	23,49 (0,1%)	0,21 (0,0%)	0,0 (0,0%)	0,0 (0,0%)	0,0 (0,0%)	0,0 (0,0%)
Resex Médio Juruá	2.869,5	37,21 (1,3%)	0,28 (0,0%)	0,22 (0,0%)	0,18 (0,0%)	0,37 (0,0%)	0,08 (0,0%)

Fonte: dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesuc.php

Nota: os valores entre parênteses correspondem à porcentagem da área total.



Aspectos institucionais e administrativos

Além de envolver quatro instituições aglutinadas (Copiju, Aspodex, AERDSC e Amaru), o projeto contribuiu para o fortalecimento de outras três organizações de base local que desempenham papel fundamental na comercialização de produtos da sociobiodiversidade: a Associação dos Comunitários que Trabalham com o Desenvolvimento do Município de Jutai (ACJ), a Cooperativa de Desenvolvimento Agro-Extrativista e de Energia do Médio Juruá (Codaemj) e a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc).

Para as ações executadas nas UCs estaduais, foram estabelecidas parcerias com o Instituto Mamirauá, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), gestores do ICMBio e do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (Demuc), órgão do governo do estado do Amazonas. Por sua vez, todas as ações promovidas nas terras indígenas abrangidas pelo projeto foram formalizadas por meio de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Opan e a Funai em 2014.

O desempenho da função de instituição aglutinadora foi de grande importância para o aperfeiçoamento administrativo da Opan, que vem fortalecendo a sua própria governança à luz de seu planejamento estratégico. Ao longo do projeto, a organização reformulou seu manual de execução financeira, aprimorou os processos seletivos e a elaboração dos contratos celebrados com consultores e prestadores de serviços. Por fim, implementou o fórum anual de coordenadores, instância que se reúne três vezes por ano para o planejamento, monitoramento e avaliação de programas.

Riscos e lições aprendidas

O projeto proporcionou à Opan e a seus parceiros aglutinados a incorporação de novas competências e conhecimentos sobre técnicas de manejo sustentável pesqueiro e de produtos florestais não madeireiros. Na avaliação dos próprios executores, a estratégia de aliar as cadeias de valor à gestão territorial mostrou-se efetiva ao fortalecer a organização coletiva, a geração de renda e a proteção ambiental.

Ao iniciar as atividades de campo do projeto Arapaima: Redes Produtivas em 2015, a Opan encontrou cenários diferentes daqueles originalmente identificados nos municípios de Jutai e Carauari por ocasião da submissão do projeto. Mudanças em alguns atores-chave nas organizações parceiras e na especificação das demandas de algumas cadeias da sociobiodiversidade exigiram tempo adicional na repactuação das parcerias.



Sustentabilidade dos resultados

O projeto se desenvolveu de forma adequada, tendo executado integralmente todos os produtos e serviços previstos e alcançado seus objetivos. Esses resultados tendem a se sustentar no longo do tempo, à medida que as atividades produtivas na cadeia da sociobiodiversidade se consolidem como uma opção de renda para essas populações.

Os resultados positivos alcançados nesse projeto apontam para novas frentes de atuação na cadeia de valor. Um exemplo dessas possibilidades é o estudo de mercado do couro de pirarucu, realizado no âmbito do projeto, que já se traduziu na melhoria do processo de negociação com os compradores e, conseqüentemente, na assinatura de contratos de compra e venda mais vantajosos para os produtores comunitários.

Por fim, é importante atentar para a excepcionalidade do ano de 2020, que foi severamente impactado pela pandemia de Covid-19, cuja duração representa um desafio adicional à sustentabilidade dos resultados desse e de outros projetos na Amazônia, o que reforça a necessidade de um olhar mais próximo e a busca permanente por alternativas que minimizem seus efeitos.





Alto Juruá

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Associação Ashaninka do Rio Amônia (Apiwtxa)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Região do Alto Juruá, no estado do Acre

BENEFICIÁRIOS

Populações indígenas que habitam as TIs Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá-Ashaninka do Rio do Breu, além de comunidades da Reserva Extrativista (Resex) do Alto Juruá e Ashaninka no Peru

OBJETIVO

Promover o manejo e a produção agroflorestal em comunidades tradicionais e indígenas; apoiar iniciativas de monitoramento e controle do território; e fortalecer a organização comunitária local

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 6.597.581,00

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 6.597.581,00

PERÍODO DE EXECUÇÃO

3º trimestre de 2015 ao 2º trimestre de 2020

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO

24.2.2015

DATA DA CONTRATAÇÃO

16.4.2015

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO

R\$ 6.597.581,00

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

100%





Contextualização

O povo indígena Ashaninka está concentrado predominantemente em territórios situados no Peru. No Brasil, a etnia está presente no estado do Acre, onde habita a TI Kampa do Rio Amônia, localizada no município de Marechal Thaumaturgo, na fronteira com o Peru e vizinha da Resex do Alto Juruá. Concentrações mais dispersas também são encontradas em outras quatro terras indígenas, todas descontínuas, mas igualmente situadas na região do Alto Juruá.

Os Ashaninka da TI Kampa do Rio Amônia têm um notável histórico de enfrentamento das pressões relacionadas ao desmatamento e à degradação florestal que ameaçam seu território.⁷⁷ O projeto Alto Juruá insere-se nesse contexto de luta pela preservação e uso sustentável da floresta, contemplando ações em benefício não só do povo Ashaninka, mas também de comunidades indígenas e não indígenas do entorno da referida TI.

O projeto foi apresentado pela Associação Ashaninka do Rio Amônia (Apiwtxa), entidade representativa dos habitantes da TI Kampa do Rio Amônia e que teve suas atividades registradas formalmente em 1993, um ano depois da demarcação da TI Kampa do Rio Amônia, cuja área total é de 87.205 hectares e na qual habitam atualmente cerca de 720 indígenas.

A Apiwtxa tem um longo histórico de realizações, tendo elaborado, em 2007, de forma participativa e em consonância com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Kampa do Rio Amônia.

O projeto

O projeto compreendeu duas componentes, por meio das quais se propôs, com base nas experiências da Apiwtxa, a promoção de esforços envolvendo a população do entorno da TI Kampa do Rio Amônia na construção de meios alternativos para seu desenvolvimento sustentável e preservação do território comum.

A primeira componente tratou do assessoramento, da capacitação e da implantação de SAFs, reunindo as atividades necessárias à consolidação e a expansão da produção agroflorestal. A segunda componente visou o apoio à gestão territorial e ambiental em comunidades indígenas e tradicionais do Alto Juruá, com base na estratégia de educação ambiental e vigilância participativa. O projeto também contemplou ações transversais de desenvolvimento institucional e de organização comunitária, relacionadas aos esforços a serem empreendidos para o desenvolvimento sustentável da região do Alto Juruá.

⁷⁷ O enfrentamento mais antigo teve origem em ações ilegais de desmatamento na década de 1980, anterior mesmo à demarcação da TI Kampa do Rio Amônia. Essa questão teve desdobramentos judiciais que se estenderam por quarenta anos e resultaram no reconhecimento de direitos do povo Ashaninka por meio de Termo de Conciliação sob a mediação do Ministério Público Federal (MPF), celebrado em 30 de março de 2020. Ver: <http://www.mpf.br/pgr/noticias-pgr/acordo-historico-garante-reparacao-a-povo-indigena-ashaninka-por-desmatamento-irregular-em-suas-terras> e a cópia do Termo de Conciliação em <http://www.mpf.br/pgr/documentos/documentoassinado.pdf>



Lógica de intervenção

O projeto se insere nas componentes “produção sustentável” (1) e “ordenamento territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Os efeitos diretos esperados pelas ações do projeto foram assim definidos: (1.1) atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da agrofloresta identificadas e desenvolvidas nas TIs Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu e na Resex do Alto Juruá; (1.3) capacidades gerencial e técnica ampliadas para produção agroextrativista nas TIs Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu e na Resex do Alto Juruá; (3.2) instituições e lideranças fortalecidas para a gestão territorial e ambiental; e (3.2) estrutura de proteção territorial implantada.

Ao proporcionar investimentos na consolidação de atividades produtivas sustentáveis e no ordenamento territorial da região do Alto Juruá, o projeto buscou criar condições favoráveis para que os povos indígenas e as populações que habitam o entorno dessa região continuem a cumprir seu papel relevante na conservação das florestas, o que contribui diretamente para o objetivo geral do Fundo Amazônia, a saber, “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Atividades realizadas

Nas ações voltadas para a produção sustentável, a Apiwtxa priorizou as atividades necessárias à consolidação e expansão da produção agroflorestal, com atenção às ações que elevassem sua atratividade econômica.

Foi construído no Centro Yorenka Ātame (CYĀ)⁷⁸ um viveiro que abrigou a produção de 70.756 mudas de espécies variadas, e um banco de sementes para a produção de mudas de espécies madeireiras nativas e frutíferas utilizadas nos sistemas agroflorestais.

Esta atividade foi complementada pela elaboração do plano de manejo, que possibilitou a identificação das espécies com potencial de produção de sementes dentro da TI Kampa do Rio Amônia. Foram demarcadas, com base nesse plano, três localizações de coleta de sementes em área total de 550 hectares, tendo sido selecionadas 14 espécies para manejo.

É importante assinalar que a criação de um banco de sementes demandou a construção de uma sala climatizada com equipamentos para receber, secar, limpar e armazenar com segurança as sementes até a época de plantio. A produção de sementes e sua respectiva comercialização são atividades reguladas, o que fez necessário a apresentação do plano de manejo da atividade de coleta de sementes no Ibama e a obtenção de certificado de inscrição da Cooperativa Ayōpare no Registro Nacional de Sementes e Mudas (Renasem), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

⁷⁸ O CYĀ é um espaço localizado nas proximidades da sede do município de Marechal Thaumaturgo. Criado em 2007, o CYĀ integra o ativo da Apiwtxa, dispondo de um telecentro com acesso à internet e instalações equipadas para receber e acomodar cerca de duzentas pessoas. Nele, são realizadas diversas atividades voltadas para o registro e a difusão de práticas de uso sustentável dos recursos naturais, bem como a capacitação baseada em experiências dos Ashaninka e de outras populações tradicionais.



Foram ainda construídas uma unidade frigorífica para armazenamento de polpa no CYÃ e pequenas estruturas para armazenamento local de fruto e adquirido um barco batelão refrigerado para transporte do fruto das comunidades para a agroindústria. Essas estruturas foram equipadas com placas solares e sete membros da comunidade Apiwtxa foram treinados para realizar serviços de manutenção. Tratava-se de itens destinados a complementar a instalação da agroindústria de polpa de frutas, conduzida com recursos de outro projeto.

No âmbito das ações de capacitação em agroecologia e boas práticas de manejo para a implantação dos SAFs, foram realizados três módulos de treinamento, envolvendo ao todo 154 participantes das TIs Kampa do Rio Amônia e Kashinawá-Ashaninka do Rio Breu e da Resex do Alto Juruá.

Os treinamentos foram realizados entre 2015 e 2017 na sede da CYÃ e em oficinas específicas em comunidades da Resex, assegurando maior engajamento dos multiplicadores e beneficiários. Os módulos abordaram práticas agroecológicas, como uso de sementeiras, construção de viveiros, coleta de sementes, contagem e monitoramento de mudas, apoio técnico à implantação de SAFs, técnicas de recuperação de áreas degradadas, novos métodos de manejo do solo e práticas alternativas à queimada.

Adicionalmente, foram capacitados 57 indivíduos em boas práticas de manejo para comercialização, com foco no levantamento do potencial produtivo das espécies e nas boas práticas de colheita, armazenamento e transporte.

No apoio à gestão territorial e ambiental nas comunidades indígenas e tradicionais do Alto Juruá, foram priorizadas as ações de capacitação, gestão e vigilância territorial e intercâmbio de experiências, além de atividades relacionadas às dinâmicas transfronteiriças nas regiões ocupadas pelo povo Ashaninka. Para dar suporte às ações de proteção territorial, foram construídas três bases de monitoramento em locais estratégicos da TI Kampa do Rio Amônia, todas elas equipadas com estações radiofônicas, para a comunicação entre as equipes de vigilância e diversos órgãos, como a Funai, a Polícia Federal e o Exército. Tais bases também serviram de apoio e alojamento para as 18 expedições de vigilância realizadas ao longo do projeto.

Com vistas à sensibilização de outros atores nas ações de preservação, foi realizado um curso de atualização para monitores ambientais não indígenas da Resex do Alto Juruá, com a participação de 42 indivíduos. Os temas abordados no treinamento foram a legislação aplicável a reservas extrativistas, plano de uso e atribuições dos órgãos públicos na gestão das Resex.

Sob a coordenação da Apiwtxa, foram realizados cinco encontros entre as comunidades Ashaninka dos dois lados da fronteira Brasil-Peru para monitoramento e controle, incluindo duas edições do Seminário Transfronteiriço sobre Processo de Gestão Territorial e Ambiental. Como resultado dessa iniciativa, foi acordada a elaboração de um plano de trabalho conjunto e debatida a eventual celebração de um acordo de cooperação para o fortalecimento das organizações comunitárias e a gestão dos territórios indígenas.



Um conjunto adicional de atividades teve como objetivo promover ações de fortalecimento institucional e capacitação de colaboradores da Apiwtxa, da Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (Asareaj) e de representantes dos povos Kashinawá-Ashaninka do Rio Breu. As atividades compreenderam investimentos em infraestrutura que permitiram a inauguração da nova sede da Asareaj e da sede utilizada conjuntamente pela Apiwtxa e a cooperativa Ayôpare, unidade responsável pelo armazenamento e comercialização de polpa de fruta gerida pelo povo Ashaninka do Rio Amônia.

Nas ações institucionais, foram executados os planejamentos estratégicos e os planos de ação das duas Associações, o que se revelou importante para a organização e a boa execução das demais atividades do projeto. Os representantes da TI Kashinawá-Ashaninka do Rio Breu participaram das atividades. Foram capacitados 135 produtores da Resex em gestão de organização comunitária, por meio de treinamento em questões de governança e gestão, incluindo aspectos legais da criação e funcionamento de uma associação (estatuto, atas, assembleias, funções da diretoria e do conselho fiscal); diferenças entre associação e cooperativa; liderança, organização e união da comunidade; valorização da identidade cultural e estratégias de captação de recursos.

Por fim, foram executadas, com auxílio de assessoria externa especializada, ações de comunicação institucional adequadas às necessidades do projeto, envolvendo a participação de cineasta Ashaninka em curso de audiovisual, reativação de postagem e elaboração de conteúdo em *blog* e página no Facebook.⁷⁹ A fim de internalizar competências técnicas na Apiwtxa, foi realizado curso de formação em comunicação e priorizada a ação de *branding* e gestão de marca, contribuindo para a expressão da identidade e dos valores inerentes aos produtos e serviços desenvolvidos pela comunidade Ashaninka.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados às componentes “produção sustentável” (1) e “ordenamento territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Diversos indicadores foram pactuados para o monitoramento desses objetivos.

Efeito direto 1.1: atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da agrofloresta identificadas e desenvolvidas nas TIs Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu e na Resex do Alto Juruá;

Efeito direto 1.3: capacidades gerencial e técnica ampliadas para produção agroextrativista nas TIs Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu e na Resex do Alto Juruá.

- > Número de mudas produzidas no viveiro implantado pelo projeto (indicador de eficácia)

Meta: 60 mil | Resultado alcançado: 70.756

⁷⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/ashaninka.apiwtxa/>



- > Área reflorestada por meio de sistemas agroflorestais implantados pelo projeto (indicador de efetividade)
Meta: 100 hectares | Resultado alcançado: 97 hectares
- > Área de floresta diretamente manejada (indicador de efetividade)
Meta: não estabelecida | Resultado alcançado: 550 hectares
- > Número de indivíduos capacitados em agroecologia e em boas práticas de manejo para comercialização (indicador de eficácia)
Meta: 150 | Resultado alcançado: 211
- > Número de organizações comunitárias com estrutura física adequada e planejamento estratégico realizado (indicador de eficácia)
Meta: 2 | Resultado alcançado: 2

Efeito direto 3.2: instituições e lideranças fortalecidas para a gestão territorial e ambiental e estrutura de proteção territorial implantada

- > Número de indivíduos capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos em gestão de organização comunitária (indicador de efetividade)
Meta: 60 | Resultado alcançado: 135
- > Número de monitores não indígenas capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (indicador de efetividade)
Meta: 60 | Resultado alcançado: 42

O alcance parcial dessa meta explica-se pelo fato de o treinamento ter ocorrido na fase inicial do projeto, quando o engajamento da Asareaj ainda não estava totalmente consolidado. Foram realizadas prontamente adaptações na estratégia de mobilização, como deslocar o local do curso para a própria Resex, resultando em maior envolvimento ao fim do projeto.

- > Número de organização comunitárias fortalecidas para a gestão territorial e ambiental (indicador de efetividade)
Meta: 3 | Resultado alcançado: 3
- > Número de rondas de vigilância realizadas (indicador de eficácia)
Meta: 36 | Resultado alcançado: 18

O número de rondas inferior à meta foi justificado pelo aumento de custos em relação ao orçamento (combustível e outros insumos) e pela redução de alguns membros da equipe. No entanto, a Apiwtxa informou a realização de rondas custeadas por outros parceiros que não foram registradas como atividade de contrapartida. No relato final, a Apiwtxa concluiu que houve redução na incidência de atividades irregulares no território no período de execução do projeto e que, portanto, a finalidade prevista para a atividade foi cumprida.



Como resultado geral, a execução do projeto beneficiou 1.365 indígenas e 1.140 não indígenas habitantes da região do Alto Juruá, no estado do Acre.

Na tabela a seguir, apresenta-se a evolução do desmatamento nos últimos cinco anos nas três áreas afetadas pelo projeto, além da área total desmatada nas respectivas demarcações. Observa-se tendência crescente de desmatamento na Resex do Alto Juruá e relativa estabilidade e preservação da integridade em ambas as TIs, o que reforça a necessidade e a relevância de projetos voltados para a proteção e o uso sustentável da floresta, conjugados com a atuação permanente das comunidades e entidades representativas locais.

TABELA 29 | DESMATAMENTO NAS ÁREAS PROTEGIDAS ATENDIDAS PELO PROJETO

	Área (km²)	Total desmatado (km²)	2019	2018	2017	2016	2015
Resex do Alto Juruá	5.379	180,25 (3,4%)	8,99 (0,2%)	2,72 (0,1%)	1,96 (0,0%)	1,76 (0,0%)	0,18 (0,0%)
TI Kampa do Rio Amônia	907,3	3,42 (0,4%)	0,07 (0,0%)	0,00 (0,0%)	0,07 (0,0%)	0,08 (0,0%)	0,00 (0,0%)
TI Kashinawá-Ashaninka do Rio Breu	324,8	2,18 (0,7%)	0,00 (0,0%)	0,00 (0,0%)	0,00 (0,0%)	0,07 (0,0%)	0,00 (0,0%)

Fonte: Inpe.

Nota: os valores entre parênteses correspondem à porcentagem da área total.

Aspectos institucionais e administrativos

A execução do projeto permitiu à Apiwtxa aperfeiçoar sua capacidade de gestão e atuação, cabendo destacar, entre outros aspectos, a elaboração de seu planejamento estratégico, a criação de marca própria para seus produtos e serviços e a capacitação de seus associados em técnicas de comunicação institucional.

O sucesso na execução do projeto foi possível pela mobilização de uma série de parceiros. Além das parcerias estabelecidas com o governo do estado do Acre e várias de suas secretarias, as ações de monitoramento envolveram estreita cooperação com o Exército Brasileiro, a Polícia Federal e a prefeitura municipal de Marechal Thaumaturgo. Foram igualmente relevantes os seminários realizados com a Associação de Comunidades Nativas para el Desarrollo Integral de Yurua (Aconadiysh) e a comunidade de Sawawo/Peru, incorporando as dinâmicas transfronteiriças na agenda de gestão territorial.

Riscos e lições aprendidas

O projeto proporcionou à Apiwtxa e seus associados a incorporação de novas competências e conhecimentos, a exemplo da elaboração de um plano de manejo florestal não madeireiro e a posterior gestão de um banco de sementes. Essa atividade, além de ampliar o escopo de atividade econômica das populações locais e representar uma oportunidade de agregação de valor aos resultados da associação, reforçou o compromisso do povo Ashaninka com a defesa da floresta e a preservação de suas espécies nativas.



Do ponto de vista da gestão, a Apiwtxa identificou a importância da realização de um planejamento detalhado do orçamento e do cronograma que considere o aumento de custo no longo prazo e atrasos por motivos climáticos ou outros alheios à gestão. Foi registrado, por outro lado, que a possibilidade de ajuste de estratégia durante a execução do projeto permitiu o alcance de seus objetivos.

Destaca-se a importância das atividades de monitoramento do projeto. Por exemplo, o I Módulo do Curso de Agroecologia, em 2015, contou com a participação de menos indivíduos da Resex do que o esperado. Em visita de monitoramento, foram identificadas dificuldades no engajamento dos moradores nas atividades de plantio. A Apiwtxa, então, adaptou as atividades introduzindo cinco oficinas de práticas agroecológicas em comunidades estratégicas da Resex e utilizou as visitas de monitoramento para complementar a parte prática da formação, aumentando o engajamento e melhorando os resultados relacionados ao plantio.

Sustentabilidade dos resultados

O projeto desenvolveu-se de forma adequada, tendo executado integralmente todos os produtos e serviços previstos e alcançados seus objetivos.

Esses resultados tendem a se sustentar ao longo do tempo, à medida que os SAFs se consolidem como uma opção de renda para essas populações. É esperável que a produção e o faturamento alcancem novos patamares, como consequência da comercialização de sementes e, principalmente, do processamento e distribuição de polpas de frutas.

Da mesma forma, a construção de estações de vigilância na TI Kampa do Rio Amônia e o intercâmbio entre as comunidades Ashaninka dos dois lados da fronteira Brasil-Peru apontam para a ampliação das ações de vigilância e proteção da floresta. Essa mesma parceria tem o potencial de fortalecer as organizações comunitárias e a gestão dos territórios indígenas nos dois países, contribuindo para a sustentabilidade dos resultados do projeto.

Por fim, é importante lembrar que o ano de 2020 foi severamente impactado pela Covid-19. Além dos graves riscos à saúde e à integridade física dos povos indígenas, o alcance e a longa duração da pandemia lançam desafios adicionais à sustentabilidade dos resultados desse e de outros projetos, o que reforça a necessidade de um olhar mais próximo e a busca permanente por alternativas que minimizem seus efeitos.



Projeto Amazônia Indígena Sustentável⁸⁰

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Associação de Defesa
Etnoambiental Kanindé

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

TIs Igarapé Lourdes (RO),
Zoró (MT), Rio Guaporé (RO)
e Rio Negro Ocaia (RO)

BENEFICIÁRIOS

Comunidades indígenas das TIs Igarapé
Lourdes, Zoró, Rio Guaporé e
Rio Negro Ocaia

OBJETIVO

Contribuir para a implementação
dos Planos de Gestão Territorial e
Ambiental (PGTA) das TIs Igarapé
Lourdes e Zoró e para a elaboração
dos PGTA das TIs Rio Guaporé e
Rio Negro Ocaia

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 7.352.757,03

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 7.352.757,03

PERÍODO DE EXECUÇÃO

2º trimestre de
2016 ao 1º trimestre
de 2020

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO

4.12.2015

DATA DA CONTRATAÇÃO

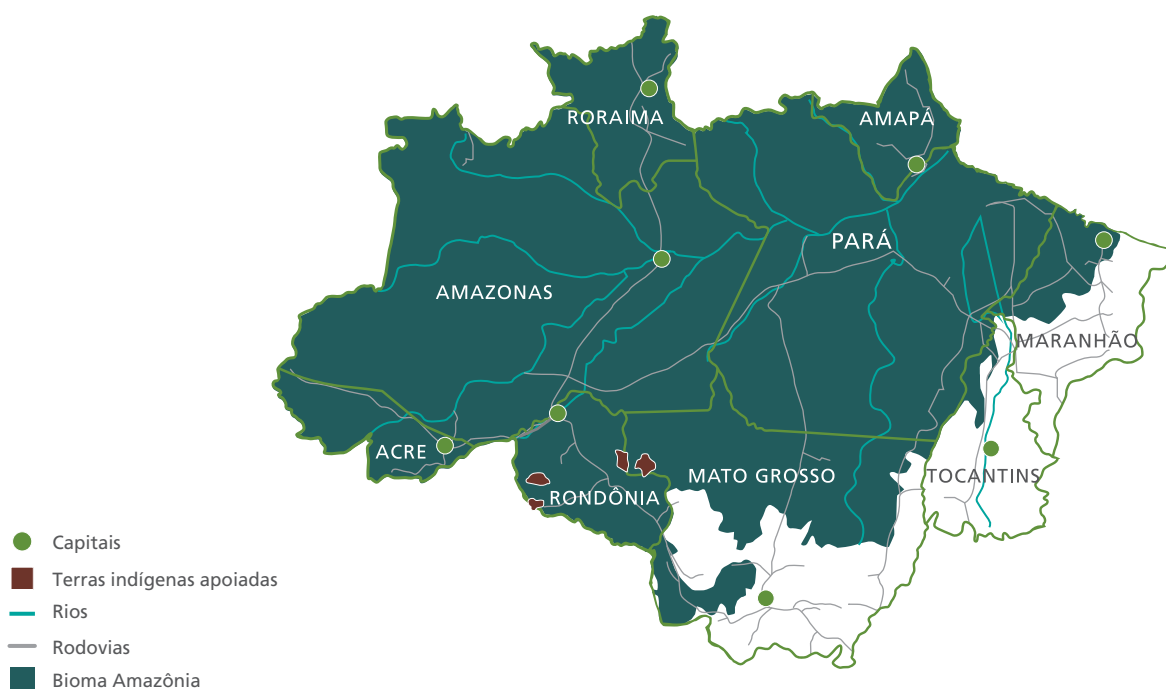
21.1.2016

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO

R\$ 7.352.757,03

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

100%



⁸⁰ Projeto selecionado no âmbito da chamada pública de projetos voltados ao apoio de PGTA em TIs.



Contextualização

O PGTA é um instrumento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), de caráter dinâmico, concebido de forma a expressar o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação dos povos indígenas. O PGTA materializa o planejamento, pactuado por toda a comunidade indígena envolvida, do uso de seu território para fins culturais, ambientais e econômicos.

As TIs Igarapé Lourdes (RO), Zoró (MT), Rio Guaporé (RO) e Rio Negro Ocaia (RO), abrangidas pelo projeto, sofrem pressões das atividades econômicas do entorno e pela invasão de seus territórios para atividades ilegais, como caça, pesca, garimpo e extração de madeira.

A Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé (Kanindé), instituição responsável pela execução do projeto, é uma associação civil sem fins lucrativos que atua, desde 1992, em diversas iniciativas voltadas para a conservação florestal e o fortalecimento cultural, político e socioeconômico das comunidades indígenas nos estados de Rondônia, Mato Grosso, Amazonas e Pará.

O projeto

O projeto apoiou a elaboração dos PGTA das TIs Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia e a implementação dos PGTA das TIs Igarapé Lourdes e Zoró.

No âmbito da implementação dos PGTA, foram realizadas ações para o desenvolvimento de um sistema de vigilância territorial, com a formação de agentes ambientais indígenas e apoio a expedições; o fortalecimento de cadeias de produção sustentável, com a capacitação técnica para manejo e aumento da produção; e a construção de um Centro de Referência Indígena na TI Igarapé Lourdes. Na TI Zoró foram implantados quintais agroflorestais, reformado o Centro de Promoção Cultural e Proteção Territorial e desenvolvida uma marca para os produtos dessa TI.

Lógica de intervenção

O projeto insere-se nas componentes “produção sustentável” (1) e “ordenamento territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seus efeitos diretos foram assim definidos: (1.1) atividades econômicas de uso sustentável da biodiversidade identificadas e desenvolvidas na TI Igarapé Lourdes; (1.2) cadeias dos produtos florestais com valor agregado ampliado nas TIs Zoró e Igarapé Lourdes; (1.3) capacidades gerencial e técnica ampliadas para o desenvolvimento de atividades econômicas de uso sustentável da biodiversidade nas TIs Igarapé Lourdes e Zoró; (1.4) áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins de segurança alimentar e conservação ecológica na TI Zoró; e (3.2) TIs Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia com gestão territorial e ambiental definida e TI Igarapé Lourdes protegida territorialmente.



O projeto buscou avançar na implementação da PNGATI nessas quatro TIs, tanto na elaboração de dois novos PGTA's, como também na implementação de dois PGTA's já existentes. As terras indígenas e as unidades de conservação são as categorias territoriais menos desmatadas da Amazônia. O apoio à proteção territorial e à consolidação da gestão desses territórios contribui diretamente para o objetivo geral do Fundo Amazônia, a saber, "redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal".

Atividades realizadas

Para a implementação do PGTA da TI Igarapé Lourdes foram desenvolvidas ações de vigilância territorial, fortalecimento das cadeias produtivas e construção de um Centro de Referência Indígena.

A implantação de um sistema de vigilância visou melhorar as ações de proteção da TI Igarapé Lourdes. Foram treinados 32 agentes ambientais indígenas e também foram custeadas a compra e a manutenção de equipamentos e meios de transporte importantes para as ações de vigilância, assim como a reforma e a equipagem de dois entrepostos que funcionam como ponto de apoio para a equipe de fiscalização da Funai e para os indígenas quando fazem vigilância.

Foram realizadas 13 expedições de vigilância, que aparentemente resultaram numa diminuição das invasões, sobretudo perto das aldeias. O *Manual de Procedimentos de Vigilância*, elaborado de forma participativa, foi impresso e distribuído às associações, aos agentes ambientais indígenas e para a comunidade.

Na componente "produção sustentável" (1), foram trabalhadas as cadeias da farinha de mandioca e da banana, além da piscicultura. Para cada uma delas foram realizadas capacitações para manejo e aumento da produção, envolvendo diretamente 63 indígenas. Foram apoiadas reformas e construções de seis casas de farinha, realizadas aquisições de equipamentos e realizados dois cursos de produção de farinha. O bananal foi tratado e preparado para o plantio, que ocorreu no início de 2019. Foram apoiadas reformas e construções de seis tanques de piscicultura e a inserção de mil alevinos em cada, com apoio de assistência técnica.

Foi construído o Centro de Referência Indígena, com cerca de 750 m², contando com escritórios, auditório, biblioteca, cozinha, banheiros, alojamento e refeitório anexo. A construção adotou aspectos da arquitetura indígena, com as comunidades participando do processo de especificação das instalações. O espaço está sendo usado para discussões coletivas sobre a gestão do território e para manifestações culturais promovidos pelos povos Gavião e Arara.

Para a implementação do PGTA da TI Zoró, foram desenvolvidas ações de recuperação de áreas degradadas com quintais agroflorestais, reforma e ampliação do Centro de Promoção Cultural e Proteção Territorial Zoró e criação de uma marca para os artefatos e produtos do povo Zoró.

Foram implantados quintais agroflorestais para recuperação de dez hectares de áreas degradadas no entorno de duas aldeias, com a participação das comunidades na



produção de mudas e plantio. Foram construídos dois viveiros e realizadas atividades de capacitação para sua manutenção. Os indígenas participaram do plantio, tendo recebido orientações sobre tratamentos silviculturais, manutenção da área e cuidados na prevenção de incêndios.

Foram realizadas a reforma e a ampliação do Centro Zoró, que abrangeu três estruturas no estilo maloca e uma casa, com salas de reuniões, salas de aula, sala de informática, biblioteca, alojamentos e refeitório, em uma área total de 875 m². Ao fim do projeto, o Centro Zoró estava preparado para atender às necessidades da comunidade, abrigando manifestações culturais, oficinas em diversos temas, assembleias, acesso à internet, informática e audiovisual, ensino de educação básica e alojamento de equipes de trabalho, professores e indígenas que se deslocam de outras aldeias para participar de eventos e capacitações no centro.

Foi desenvolvida e registrada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) a marca para os artefatos e produtos do povo Zoró. Além disso, foram impressos e entregues à Associação do Povo Indígena Zoró (Apiz) selos e rótulos, que estão sendo utilizados na identificação dos artesanatos e das sacas de castanha-do-brasil, no âmbito de uma estratégia de *marketing*.

No que tange à elaboração dos PGTA's das TIs Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia, foram concluídas as três etapas do trabalho: diagnóstico etnoambiental, etnozoneamento e elaboração do PGTA, com sua editoração, impressão e lançamento nas respectivas TIs. Durante a fase de diagnóstico, são realizados os levantamentos de mastofauna (mamíferos), ictiofauna (peixes), aves, herpetofauna (répteis e anfíbios), meio físico, etno-história socioeconomia de entorno e vegetação, que geram informações sobre a situação ambiental e cultural das referidas TIs. Nessa fase, são realizados também eventos de sensibilização em todas as aldeias das TIs de forma a garantir a maior participação das comunidades.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados às componentes "produção sustentável" (1) e "ordenamento territorial" (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A seguir, apresentam-se os resultados dos principais indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos diretos previstos.

Efeito direto 1.1: atividades econômicas de uso sustentável da biodiversidade identificadas e desenvolvidas na TI Igarapé Lourdes.

- > Receita gerada com atividades econômicas de uso sustentável – banana e farinha de mandioca (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: R\$ 145 mil



As atividades produtivas desenvolvidas pelas comunidades indígenas costumam ter como objetivo principal a subsistência, já que a segurança alimentar é fundamental para essas comunidades. A venda de excedentes é também importante, pois permite a obtenção de recursos monetários. O apoio do projeto fortaleceu as cadeias produtivas da banana e da farinha de mandioca de modo a permitir a ampliação da venda de excedentes.

Uma contribuição significativa do projeto foi diversificar as atividades produtivas geradoras de renda da TI (banana, farinha e piscicultura), que anteriormente estavam concentradas na exploração da castanha.

Efeito direto 1.2: cadeias dos produtos florestais com valor agregado ampliado nas TIs Zoró e Igarapé Lourdes.

- > Marca para produtos Zoró criada e protocolada para registro (indicador de eficácia)

Meta: 1 | Resultado alcançado: 1

A valorização da floresta em pé pressupõe o reconhecimento do papel das comunidades tradicionais e seus modos de vida na preservação de seus territórios. Uma das formas de alcançar esse reconhecimento é agregando valor aos produtos oriundos dessas comunidades, por meio de uma inserção diferenciada no mercado. O desenvolvimento de uma marca própria permite aos consumidores identificarem o valor socioambiental desses produtos.

Efeito direto 1.3: capacidades gerencial e técnica ampliadas para o desenvolvimento de atividades econômicas de uso sustentável da biodiversidade nas TIs Igarapé Lourdes e Zoró.

- > Número de indígenas capacitados em atividades produtivas sustentáveis efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (indicador de efetividade)

Meta: 60 | Resultado alcançado: 77

- > Número de homens-hora (HH) de assistência técnica prestada (indicador de eficácia)

Meta: 960 HH | Resultado alcançado: 7.384 HH

A capacitação técnica em atividades produtivas é uma demanda permanente das comunidades indígenas, viabilizando incremento na qualidade de vida e na renda familiar/comunitária. Um desempenho mais qualificado dessas atividades impacta positivamente a rotina das famílias e qualquer ganho de eficiência é percebido imediatamente.

O projeto teve um resultado significativo na prestação de assistência técnica, o que ajuda muito as comunidades a incorporar os conhecimentos adquiridos, além de criar condições para a sustentabilidade dos resultados do projeto.

Efeito direto 1.4: áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins de segurança alimentar e conservação ecológica na TI Zoró.

- > Área recuperada por meio de SAFs (indicador de eficácia)

Meta: 10 hectares | Resultado alcançado: 10 hectares



- > Número de viveiros implantados (indicador de eficácia)

Meta: 2 | Resultado alcançado: 2

A recuperação de áreas e a implantação de viveiros na TI Zoró são atividades que permitem, além dos benefícios ambientais, ganhos sociais e econômicos advindos da produção dos SAFs e das mudas. Adicionalmente, a venda de mudas de espécies florestais nativas é um segmento com boas perspectivas em virtude das determinações de recuperação vegetal do Código Florestal.

Efeito direto 3.2: TIs Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia com gestão territorial e ambiental definida e TI Igarapé Lourdes protegida territorialmente.

- > Número de PGTA's publicados (indicador de eficácia)

Meta: 2 | Resultado alcançado: 2

A realização dos PGTA's são uma importante conquista para as comunidades indígenas, pois significa que eles sistematizaram as necessidades e prioridades na gestão de seus territórios. Os PGTA's poderão ser usados como subsídio no diálogo com instituições públicas e na elaboração de projetos para captação de recursos. Significa também que essas comunidades passaram por um processo participativo de planejamento, o que assume especial relevância em sociedades nas quais o bem coletivo tem papel preponderante como organizador da vida social.

- > Número de ocorrências de invasão territorial e outros conflitos socioambientais observados na TI Igarapé Lourdes (indicador de efetividade)

Linha de base: 5 | Resultado observado: 13

- > Número de indígenas capacitados para vigilância territorial (indicador de eficácia)

Meta: 30 | Resultado alcançado: 41

- > Número de expedições de vigilância realizadas na TI Igarapé Lourdes (indicador de eficácia)

Meta: 10 | Resultado alcançado: 13

Um dos principais objetivos da PNGATI é garantir a integridade dos territórios indígenas. A linha de frente da proteção territorial tem sido realizada pelos indígenas, por meio de expedições de vigilância e observação do território. A capacitação é importante, pois permite às comunidades utilizar recursos de geotecnologia como o GPS, para posteriormente alertar as autoridades competentes, caso necessário. O aumento do número de ocorrências identificadas, pode refletir a melhoria da capacidade de vigilância dessas comunidades, mas também pode ser consequência do aumento nos episódios de invasão ocorridos na TI Igarapé Lourdes.

Como resultado geral do projeto, por meio de sua execução, foram beneficiados 2.840 indígenas habitantes das quatro TIs apoiadas.

Na tabela a seguir, apresenta-se a evolução do desmatamento nos últimos quatro anos nas quatro TIs abrangidas pelo projeto, além da área total desmatada.



Os números, em sua grande parte, são compatíveis com o quadro geral observado nas terras indígenas da região amazônica, de baixos índices de desmatamento. A exceção foi o desmatamento elevado observado no ano florestal de 2018 na TI Zoró, que corresponde a 15% de toda remoção florestal já observada naquela TI (cerca de 38 hectares desmatados em 2018 *vis-à-vis* a um desmatamento total nessa TI de aproximadamente 251 hectares).

Todavia, já foi observado que alguns fatores podem contribuir para o aumento do desmatamento em TIs em geral, tais como: insuficiência na repressão aos crimes ambientais; aumento dos preços internacionais das *commodities* agrícolas; e melhoria de estradas, facilitando a logística de acesso às Tis e a cooptação de indígenas pelos invasores para o roubo de madeira ou a prática de garimpo ilegal.

TABELA 30 | DESMATAMENTO NAS TIS ATENDIDAS PELO PROJETO

	TI	Área (km²)	Total desmatado (km²)	%	Incrementos anuais (km²)			
					2016	2017	2018	2019
Implementação de PGTA	Igarapé Lourdes	2.037,70	78,27	3,8%	1,55	0,33	0,53	2,18
	Zoró	3.634,50	251,36	6,9%	2,1	0,08	38,27	3,22
Elaboração de PGTA	Rio Guaporé	1.251,40	30,21	2,4%	0,18	0,79	1,83	1,47
	Rio Negro Ocaia	1.087,20	11,06	1,0%	0	0,08	0,4	0

Fonte: dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesuc.php.

Aspectos institucionais e administrativos

O projeto foi executado na totalidade das ações previstas e as maiores dificuldades advieram de seu contexto de atuação, já que as pressões externas nas terras indígenas onde se desenvolveu o projeto são muito grandes. Nas TIs Zoró e Igarapé Lourdes, o acesso se dá por via terrestre, o que favorece invasões para roubo de madeira, garimpo e outras ameaças. A execução do projeto, nesse cenário, foi difícil, pois a equipe era alvo constante de intimidações e ameaças, o que exigiu bastante atenção.

Sobre a forma de condução do projeto e implantação das atividades, destaca-se a estratégia adotada de se contratar indígenas para atuarem como coordenadores e assistentes das atividades desenvolvidas no projeto. Os representantes para cada componente foram escolhidos coletivamente e permaneceram nas áreas, diretamente com as comunidades, tornando-se um agente do projeto de presença continuada em campo. Segundo a Kanindé, essa abordagem teve êxito, pois cada coordenador desenvolveu habilidades pertinentes à gestão de projeto com responsabilidades sobre orçamentos, cotações, prestação de contas, lista de presença etc. Essa formação de competências é uma externalidade positiva



do projeto, que poderá ser relevante para iniciativas futuras no território, protagonizadas pelos próprios indígenas.

Riscos e lições aprendidas

No contexto difícil apontado anteriormente, uma das situações que impactou o projeto foi um incêndio em uma área recuperada pelo projeto, que, segundo a Apiz, pode ter sido causado por invasores em represália às ações de fiscalização do território promovida pelos indígenas. Entretanto, os cinco viveiristas formados pelo projeto continuam trabalhando na produção de mudas, visando a sua comercialização e a recuperação das perdas decorrentes do incêndio.

Como o projeto atua em territórios com presença de atividades ilegais, a Kanindé orientou sua equipe a andar sempre em dupla e, se possível, acompanhados por um indígena.

O diálogo entre os indígenas, a Funai e os executores do projeto nem sempre era fácil, mas a beneficiária avaliou que o fato de se ter colocado um indígena como um dos coordenadores do projeto foi uma boa solução, pois possibilitava aos demais entender melhor as ações.

As construções dos centros comunitários favoreceram a autoestima e a autonomia dos indígenas, não obstante as dificuldades das empresas de obras civis de irem às terras indígenas por causa das distâncias e das estradas muito ruins.

Sustentabilidade dos resultados

Na percepção da comunidade, foram muito proveitosas as capacitações e expedições realizadas, e os indígenas têm conseguido dar continuidade à dinâmica de vigilância do território, o que é propiciado pela integração dos conhecimentos adquiridos à rotina das comunidades.

Foi estabelecida uma parceria entre as associações dos povos Gavião e Arara (que compartilham a TI Igarapé Lourdes), para que os veículos e equipamentos adquiridos por meio do projeto fossem distribuídos, visando seu melhor uso e manutenção. O caminhão adquirido no início do projeto para atender a produção da TI Igarapé Lourdes viabilizou o escoamento da produção, que até então não era possível, e os associados criaram um fundo de arrecadação com parte da renda gerada nas atividades produtivas para a manutenção do caminhão.

A piscicultura, que tinha sido pensada prioritariamente para a subsistência, evoluiu bem e, ao fim do projeto, os indígenas manifestaram a intenção de iniciar a venda de peixes no comércio local e, futuramente, nos programas de compras governamentais. A diversificação de fontes de renda é importante por diversos fatores, por exemplo, a sazonalidade de alguns produtos explorados, como a castanha-do-brasil.

Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Seis terras indígenas localizadas nos estados do Amapá e do Pará

BENEFICIÁRIOS

Aproximadamente 8.800 indígenas de sete povos indígenas e cem técnicos de instituições públicas

OBJETIVO

Promover a gestão territorial e ambiental sustentável em seis terras indígenas nos estados do Amapá e Pará, visando contribuir para a redução do desmatamento nessas áreas

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 16.308.105,98

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 15.487.682,61

PERÍODO DE EXECUÇÃO

4º trimestre de 2014 ao 3º trimestre de 2020

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO

16.9.2014

DATA DA CONTRATAÇÃO

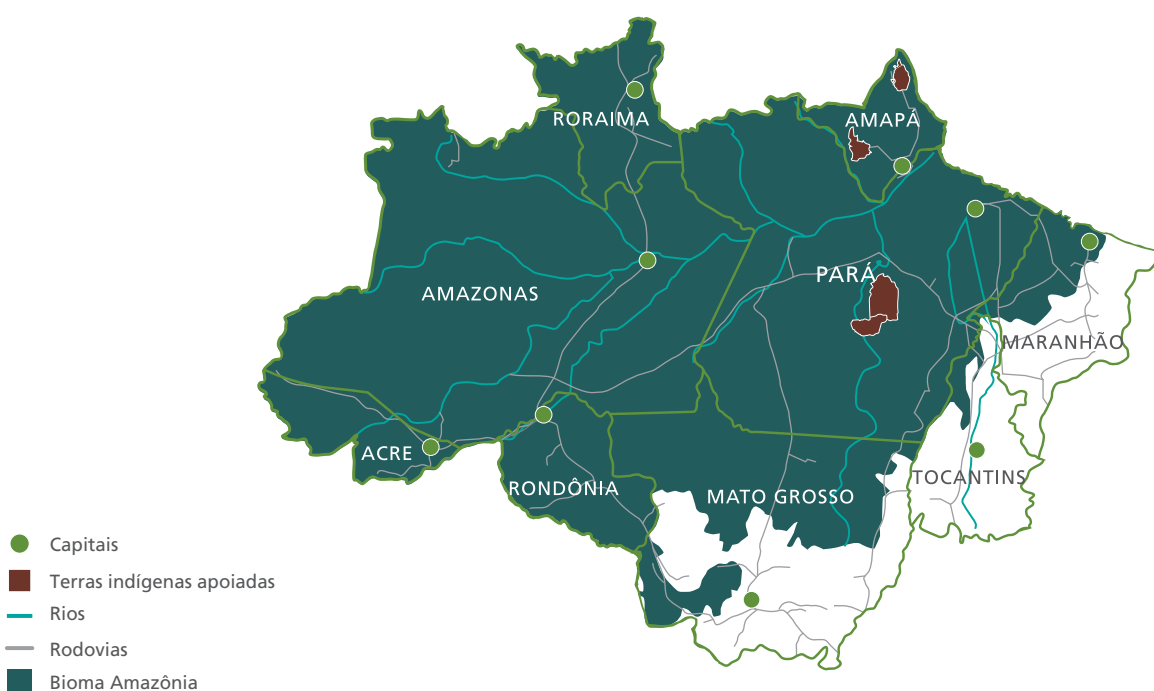
18.11.2014

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO

R\$ 15.487.682,61

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

100%





Contextualização

O projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia (Igati) está inserido no contexto da implementação da PNGATI, instituída pelo Governo Federal por meio do Decreto 7.747/2012.

A PNGATI tem o objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais dos territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural.

O projeto teve como objetivo promover a gestão territorial e ambiental sustentável em TIs nos estados do Pará e Amapá, apoiando-se no desenvolvimento de PGTA's para essas TIs.

O PGTA é um instrumento de caráter dinâmico, concebido de forma a expressar o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação dos povos indígenas. É realizado pelos próprios indígenas com o apoio do Estado brasileiro e de parceiros da sociedade civil, despontando como instrumento de diálogo intercultural e de planejamento para a gestão territorial e ambiental das TIs brasileiras.

A The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil), instituição responsável pela execução do projeto, é uma organização não governamental dedicada à conservação ambiental em escala global. Foi fundada em 1951, nos Estados Unidos da América (EUA), atuando em 72 países. No Brasil, a TNC atua desde 1988.

O projeto

O projeto contemplou quatro TIs localizadas no estado do Amapá e duas TIs no estado do Pará. As TIs beneficiadas com ações do projeto no estado do Amapá são Wajãpi, Juminá, Galibi e Uaçá, estando as três últimas situadas no extremo norte do Brasil (Oiapoque). Nessas quatro TIs, habitam cinco povos indígenas: Wajãpi, Galibi Kali'na, Galibi Marworno, Karipuna e Palikur. As TIs beneficiadas pelo projeto no estado do Pará são Trincheira Bacajá e Apyterewa, onde habitam os povos Xikrin e Parakanã, respectivamente. Essas seis TIs abrangem uma área de 3,5 milhões de hectares.

O projeto foi estruturado em quatro componentes: (i) elaboração e atualização de PGTA's e de planos de sustentabilidade financeira para as seis TIs do projeto; (ii) implementação de PGTA's nas seis TIs, por meio de projetos locais de uso sustentável de recursos naturais e de ações de controle territorial; (iii) fortalecimento institucional e técnico de representações indígenas e instituições públicas relacionadas; e (iv) comunicação e articulação para disseminação de informações e experiências com o desenvolvimento e implementação de PGTA's.



Lógica de intervenção

O projeto insere-se nas componentes “produção sustentável” (1) e “ordenamento territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seus efeitos diretos foram assim definidos: (1.1) atividades econômicas de uso sustentável da floresta, agrofloresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas; (3.2) organização do território definida pelos PGTA; (iii) instituições e lideranças fortalecidas para a gestão territorial e ambiental; e (iv) estrutura de proteção territorial implantada.

As terras indígenas e as unidades de conservação da natureza são as categorias territoriais menos desmatadas da Amazônia. O apoio à proteção territorial, visando: (i) preservar a integridade dessas áreas; (ii) promover a produção sustentável; e (iii) consolidar a gestão desses territórios, contribui diretamente para o objetivo geral do Fundo Amazônia, a saber, “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Atividades realizadas

Foram elaborados os PGTA das TIs Trincheira Bacajá, Apyterewa e Waiãpi e atualizado o PGTA conjunto das TIs Galibi, Jumina e Uaçá, estas três últimas no Oiapoque. Também foram produzidos quatro planos de sustentabilidade econômica, um para cada um dos PGTA. Os planos de sustentabilidade econômica apresentam um levantamento dos custos das atividades priorizadas em cada PGTA, contendo também um diagnóstico sobre as potenciais fontes de recursos para seu financiamento.

Foram apoiados seis projetos comunitários de manejo e uso sustentável de recursos naturais priorizados pelos PGTA, dos quais, três no Oiapoque, um na TI Apyterewa, um na TI Trincheira Bacajá e um na TI Wajãpi. Visando o desenvolvimento dessas atividades econômicas, foram capacitados 87 indígenas em manejo, beneficiamento e comercialização de produtos agrofloretais.

As atividades e investimentos realizados possibilitaram o aumento da capacidade instalada para beneficiamento e armazenamento de produtos, sua certificação (selos Origens Brasil e Indígenas do Brasil) e o aperfeiçoamento da estratégia de comercialização, divulgação de produtos, aprimoramento de embalagens e escoamento da produção.

Foram fortalecidos os elos da cadeia produtiva da castanha-do-brasil nas TIs Trincheira Bacajá e Apyterewa, do artesanato nas TIs do Oiapoque e na Apyterewa e do açaí nas TIs do Oiapoque. Com o apoio do projeto, foram captados novos clientes que adotam a prática de preços justos para a produção de castanha-do-brasil das TI Trincheira Bacajá (dos Xikrin) e na TI Apyterewa (dos Parakanã), o que permitiu a venda dessa produção dos indígenas a valores bastante superiores aos pagos pelos compradores usuais (“atravessadores”).



Visando o fortalecimento de instituições e lideranças para a gestão territorial e ambiental, o projeto realizou sete cursos, que formaram pessoas com capacidade de refletir sobre a gestão territorial e ambiental de terras indígenas no contexto da PNGATI.

Participaram dos cursos servidores de diferentes órgãos, como Funai, ICMBio, Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Secretarias Estaduais de Meio Ambiente dos estados do Amapá e do Pará, Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (Rurap) e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do estado do Pará. Por meio desses cursos, foram capacitados 101 servidores públicos cujas atribuições estão relacionadas ao tema da gestão territorial e ambiental.

O projeto apoiou o fortalecimento institucional de cinco organizações indígenas, por meio de assessorias técnicas, custeio administrativo e aquisição de equipamentos de informática, para que essas organizações realizem a gestão administrativo-financeira dos quatro PGTAs elaborados. As organizações indígenas beneficiadas com as ações do projeto foram: (i) Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura (Awatac), da TI Wajãpi; (ii) Organização Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão (Amim), das TIs do Oiapoque; (iii) Associação Instituto Bepotire Xikrin (Ibkrin); (iv) Associação Bebô Xikrin do Bacajá (Abex), da TI Trincheira Bacajá; e (v) Associação Indígena Tato'a (AIT), da TI Apyterewa. Ocorreu ainda a capacitação de 26 indígenas em atividades administrativo-financeiras.

Foram instalados quatro núcleos técnicos de implementação dos PGTAs, com computadores para armazenar dados coletados e acesso à internet. Esses núcleos têm servido como ponto de referência e posto de trabalho nas TIs para tratar de questões relativas aos PGTAs. Visando a formação de agentes socioambientais indígenas, foram qualificados 133 indígenas, tanto para a gestão de PGTAs, quanto para ações de campo de vigilância territorial e monitoramento ambiental.

Com base nos PGTAs, foram elaborados quatro planos de vigilância e monitoramento territorial e ambiental das TIs beneficiadas pelo projeto. Esses documentos serviram de guia para os trabalhos das equipes comunitárias de vigilância compostas por agentes socioambientais indígenas, articuladas com as equipes de fiscalização da Funai.

Foram estruturadas três redes de monitoramento ambiental abrangendo as TIs do Oiapoque, TI Wajãpi e TI Trincheira Bacajá. Algumas entregas foram afetadas pela materialização de riscos não gerenciáveis pelo projeto. A intensificação de conflitos fundiários no entorno não permitiu a execução de algumas ações que visavam fortalecer a capacidade de proteção territorial das TIs. Assim, não foram realizadas as expedições de vigilância programadas para a TI Apyterewa, em virtude do risco à segurança das pessoas que seriam envolvidas na atividade.

As 29 expedições de vigilância e monitoramento ambiental realizadas pelas três redes de monitoramento regionais possibilitaram a sinalização dos limites físicos das TIs, o monitoramento de indícios de invasão e novas catalogações sobre a fauna e a flora, adicionando dados aos etnomapeamentos e etnozoneamentos. Nessas expedições de vigilância territorial, participaram 1.200 indígenas, de seis etnias, que percorreram 2,2 milhões de hectares de floresta de cinco TIs.



Foram construídos quatro diagnósticos socioeconômicos e de ameaças das seis TIs abrangidas pelo projeto. Todavia, não houve segurança para que fosse realizada parte das atividades planejadas para sensibilização da vizinhança e identificação de oportunidades para integração de ações de proteção territorial e ambiental das TIs e das áreas do entorno.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados às componentes “produção sustentável” (1) e “ordenamento territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A seguir, apresentam-se os resultados dos principais indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos diretos previstos.

Efeito direto 1.1: atividades econômicas de uso sustentável da floresta, agrofloresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas.

- > Receita obtida com a atividade econômica de uso sustentável apoiada pelo projeto (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: R\$ 131 mil

O resultado alcançado refere-se ao ano de 2018 e decorre da comercialização de castanha-do-brasil pelos povos indígenas das TIs Trancheira Bacajá e Apyterewa.

- > Número de indígenas capacitados em atividades relacionadas ao manejo, beneficiamento e comercialização de produtos agrofloretais (indicador de eficácia)

Meta: 60 | Resultado alcançado: 87

Efeito direto 3.2: organização do território definida através de PGTA's; instituições e lideranças fortalecidas para a gestão territorial e ambiental e estrutura de proteção territorial implantada.

- > Número de terras indígenas com PGTA's elaborados ou revisados – número de planos (indicador de eficácia)

Meta: 6 | Resultado alcançado: 6

- > Área das TIs com a organização do território definida por meio de PGTA's (indicador de eficácia)

Meta: 3,5 milhões de hectares | Resultado alcançado: 3,5 milhões de hectares

A realização dos PGTA's de seus territórios são uma importante conquista para as comunidades indígenas, pois significa que elas passaram por um processo participativo de planejamento, o que assume especial relevância em sociedades em que o bem coletivo tem um papel preponderante como organizador da vida social. Os PGTA's poderão ser usados como subsídio no diálogo com instituições públicas e na elaboração de projetos para captação de recursos.



- > Número de indígenas capacitados como agentes socioambientais (indicador de eficácia)

Meta: 90 | Resultado alcançado: 133

Com o apoio do projeto foram qualificados indígenas para a gestão de PGTA's e para ações de campo de vigilância territorial e monitoramento ambiental.

- > Área das TIs sob proteção e vigilância comunitária (indicador de efetividade)
Meta: 2,8 milhões de hectares | Resultado alcançado: 2,2 milhões de hectares
- > Número de expedições de vigilância realizadas (indicador de eficácia)
Meta: 48 | Resultado alcançado: 29

Um dos principais objetivos da PNGATI é garantir a integridade dos territórios indígenas. A linha de frente da proteção territorial pode ser feita pelos próprios indígenas, por meio de expedições de vigilância e observação do território. O número de expedições de vigilância inferior ao esperado se deve especialmente ao fato das expedições formais na TI Apyterewa não terem sido realizadas, em virtude do risco à integridade física das pessoas que seriam envolvidas na atividade.

Como resultado geral do projeto, foram beneficiados cerca de 8.800 indígenas de sete etnias.

Na tabela a seguir, apresenta-se a evolução do desmatamento nos últimos anos nas TIs abrangidas pelo projeto. A área desmatada anualmente nas quatro TIs no estado do Amapá é compatível com o quadro geral observado nas terras indígenas da região amazônica, que se caracterizam por apresentarem baixos índices de desmatamento. Todavia, a partir de 2018 foi observado um aumento no desmatamento nas TIs Trincheira Bacajá e Apyterewa, localizadas no estado do Pará. Esse aumento se tornou exponencial em 2019. Nesse grave cenário, fazem-se necessárias urgentes medidas de repressão ao desmatamento ilegal pelas autoridades competentes, pois as medidas de fomento às atividades produtivas sustentáveis e de ordenamento territorial apoiadas pelo projeto são insuficientes para deter o desmatamento.

TABELA 31 | DESMATAMENTO NAS TIS ATENDIDAS PELO PROJETO

Terra indígena	Área (km²)	Total desmatado até 2019 (km²)						
			2014	2015	2016	2017	2018	2019
Juminá	414	1,7	0	0	0	0	0	0
Galibi	60	0,52	0	0	0	0	0	0,09
Uaçá I e II	4.676	74,65	1,37	0,68	0,5	0,99	0,8	3,81
Waiãpi	6.040	21,44	0,39	0	0	0	0,4	1,05
Trincheira Bacajá	16.961	255,79	1,03	5,15	5,85	12,78	16,85	55,91
Apyterewa	7.772	809,1	5,18	6,02	5,08	5,68	19,82	84,24
TOTAL	35.925	1.163	7,97	11,85	11,43	19,45	37,87	145,1

Fonte: Prodes/Inpe.



Aspectos institucionais e administrativos

O projeto foi executado na totalidade das ações previstas, ressalvada a implementação parcial das ações de vigilância territorial e das ações de promoção de acordos formais de vizinhança para ordenamento e gestão integrada do território no entorno das TIs. Essas ações foram prejudicadas especialmente pelo acirramento das tensões fundiárias existentes no entorno de algumas TIs.

No difícil contexto apontado anteriormente, também impactaram negativamente o projeto as frequentes mudanças no comando dos órgãos da administração pública federal responsáveis pela temática indígena. Esse fato prejudicou, por exemplo, o funcionamento dos Comitês Regionais da Funai, que foram criados como instâncias de planejamento, articulação, gestão compartilhada e controle social, nos quais indígenas e servidores da Funai podem planejar em conjunto a estruturação de arranjos integrados entre esferas públicas federais, estaduais e municipais.

Riscos e lições aprendidas

Uma lição importante a ser extraída em projetos indígenas é que, em decorrência da importância da participação social na construção e condução das ações e atividades executadas por povos indígenas, incluindo discussões amplas dentro das comunidades e entre as diferentes comunidades, é necessária uma maior disponibilidade de tempo para que as decisões sejam tomadas. O respeito a esse “tempo” fez com que algumas atividades do projeto se iniciassem com atraso, mas permitiu que fossem feitas de forma bastante efetiva e que os resultados obtidos fossem realmente aqueles desejados pelas comunidades beneficiadas.

Uma decisão acertada do projeto foi priorizar a estruturação e a coordenação de arranjos multi-institucionais para apoiar as iniciativas indígenas, usando como âncora os PGTAs, que passaram a nortear a criação das agendas integradas entre atores públicos e privados que têm interações com os povos indígenas. Como exemplo, menciona-se o arranjo dos PGTAs das TIs Trancheira Bacajá e Apyterewa, no estado do Pará, que passaram a contar com o apoio de recursos do Plano Básico Ambiental (PBA) da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte.



Sustentabilidade dos resultados

A elaboração dos PGTAs e das demais ações implementadas pelo projeto constitui um importante legado, pois os povos indígenas passaram a contar com associações comunitárias fortalecidas e quadros técnicos próprios, familiarizados com o tema da sustentabilidade, incluindo processos produtivos e a comercialização da produção.

As organizações indígenas beneficiadas com as ações do projeto tornaram-se capazes, em graus variados, de implementar projetos comunitários e realizar prestações de contas. Como resultado, passaram a contar com novos apoios financeiros de outros parceiros.

As redes de monitoramento ambiental estruturadas com o apoio do Fundo Amazônia continuaram a realizar seu trabalho depois da conclusão do projeto, abrangendo cinco TIs sob proteção e vigilância comunitária, abrangendo uma área de aproximadamente 2,2 milhões de hectares.





Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Amazônia Legal

BENEFICIÁRIOS

Povos indígenas isolados e de recente contato e populações que habitam o entorno de seus territórios

OBJETIVO

Apoiar a proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato de forma a assegurar os limites físicos e as riquezas naturais das áreas com a presença dessas populações, de modo a contribuir para a redução do desmatamento na Amazônia

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 19.043.330,00

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 19.043.330,00

PERÍODO DE EXECUÇÃO

1º trimestre de 2015 ao 2º trimestre de 2020

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO

28.10.2014

DATA DA CONTRATAÇÃO

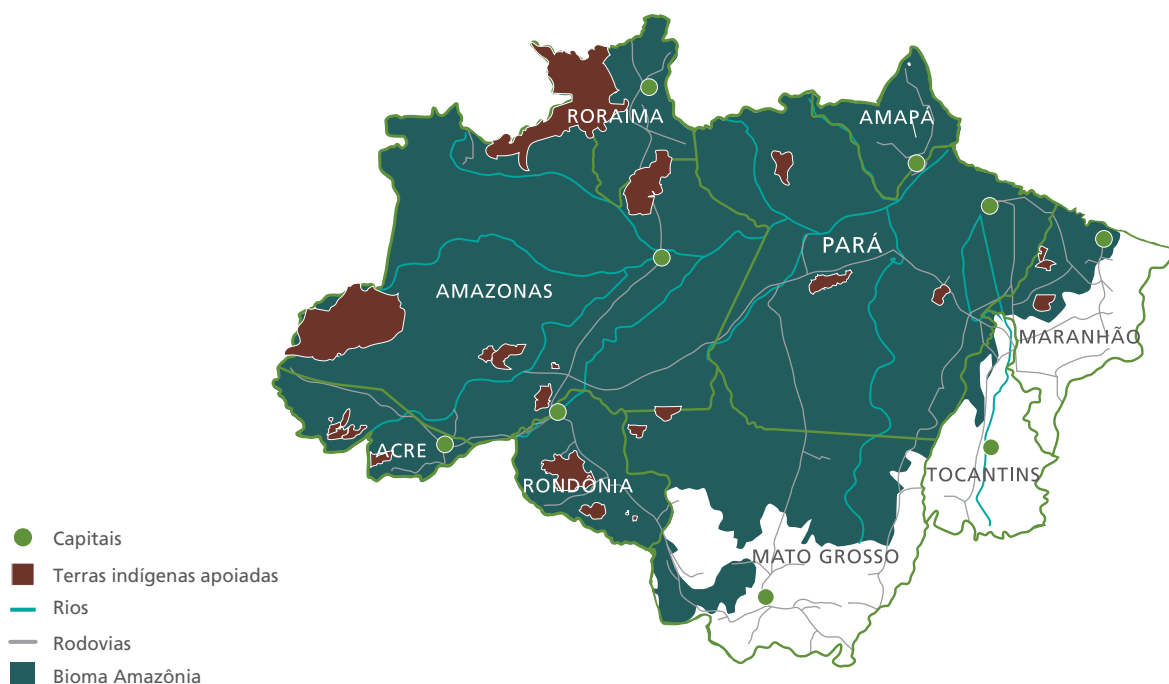
23.12.2014

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO

R\$ 19.043.330,00

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

100%





Contextualização

A denominação “povos indígenas isolados” refere-se a grupos indígenas com ausência de relações permanentes com as sociedades nacionais ou com pouca frequência de interação, seja com não índios, seja com outros povos indígenas.⁸¹

Segundo informações da Funai, há 114 registros de presença de índios isolados em toda a Amazônia Legal.⁸² Trata-se de populações que se encontram majoritariamente em TIs e, eventualmente, em UCs, em geral parques ou florestas nacionais, ou seja, áreas com altos índices de cobertura vegetal e preservação da biodiversidade. Nesse contexto, atividades de proteção e promoção dos direitos dos índios isolados, como aquelas realizadas pelo projeto em tela, contribuem diretamente para a redução do desmatamento na Amazônia e para os objetivos do Fundo Amazônia.

Na estrutura da Funai, a temática dos índios isolados está sob responsabilidade da Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC), unidade que organiza suas equipes técnicas em Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE) para a atuação em campo. Essas FPEs têm a missão de executar as políticas de localização e proteção de índios isolados. Atualmente, há 12 FPEs, das quais 11 em atividade na Amazônia, cobrindo 28 terras indígenas e áreas adjacentes em sete estados, perfazendo uma área total de cerca de 31 milhões de hectares.

O projeto

O projeto foi apresentado pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI), associação sem fins lucrativos fundada em 1979 e com longo histórico de relacionamento e parceria com a Funai. No âmbito do acordo de cooperação técnica celebrado entre as duas instituições e vigente ao longo do projeto, buscou-se reforçar a estratégia de atuação da CGIIRC, por meio da disponibilização de novas ferramentas, da capacitação técnica e do fortalecimento da interlocução com populações vizinhas às dos territórios de povos indígenas isolados.

O projeto beneficiou os seguintes povos indígenas isolados ou de recente contato: Korubo, Suruwahá, Awá-Guajá, Zo'é, Yanomami, Parakanã, Asurini, Araweté, Arara, Amondawa, Uru-Eu-Wau-Wau, Canoê e Akuntsu; além de outros povos indígenas que habitam o entorno de territórios de índios isolados e de recente contato, tais como Kanamari, Marubo, Matis, Mayoruna, Kaxinawá, Ashaninka, Kulina, Jamamadi, Jarawara, Kanamanti, Banawá, Guajajara, Wai-Wai, Hixkariana e Tiriyo.

⁸¹ A obrigação legal de proteção desses povos é do Estado brasileiro, por meio da Funai. As diretrizes de atuação da Funai estão estabelecidas no Decreto 9.010/2017, Anexo I, art. 2º, inciso II, alínea “d”, onde se lê: “garantia aos povos indígenas isolados do exercício de sua liberdade e de suas atividades tradicionais sem a obrigatoriedade de contatá-los”. Ver: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atualizacao/povos-indigenas/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato>

⁸² Na nomenclatura usada atualmente pela CGIIRC/Funai, “registro” é a unidade básica utilizada no processo de investigação e sistematização de dados sobre a presença de índios isolados. Os registros são classificados em três grupos, de acordo com o grau de conhecimento que se tem sobre determinada região: (i) “informação”, referente à notícia da existência de índios isolados sem qualquer estudo de qualificação; (ii) “referência em estudo”, quando há forte evidência da existência de grupos, porém carente ainda de comprovação por meio de esforços sistemáticos de localização; e (iii) “referência confirmada”, que é aquela comprovada por meio de trabalhos sistemáticos de localização geográfica.



Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “ordenamento territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. O efeito direto esperado, conforme definido nesse Quadro Lógico, era o seguinte: áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidadas.

Para atingir esse objetivo, o projeto deveria promover o fortalecimento da proteção de povos indígenas isolados e de recente contato em diálogo com populações do entorno e apoiar o fortalecimento do órgão oficial indigenista (Funai) para a pesquisa, qualificação e monitoramento de informações relativas à presença e à localização de povos indígenas isolados e de recente contato, contribuindo para o efeito direto de consolidação da gestão de terras indígenas e para o efeito indireto de ordenamento territorial da Amazônia Legal.

Há forte aderência do projeto aos objetivos estratégicos do Fundo Amazônia e ao PPCDAm. As ações sistemáticas de monitoramento e promoção dos direitos dos povos isolados e de recente contato em campo contribuem diretamente para a consolidação do ordenamento territorial e da conservação ambiental na Amazônia brasileira.

Da mesma forma, o fortalecimento institucional da Funai por meio da capacitação técnica de seus funcionários e do uso de ferramentas tecnológicas para produção e armazenamento de informações geográficas sobre grupos indígenas isolados contribui diretamente para o aperfeiçoamento da gestão do ordenamento territorial. Isso, por sua vez, contribui para o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia”.

Atividades realizadas

O projeto foi estruturado em cinco componentes finalísticas, integralmente apoiadas com recursos do Fundo Amazônia. A descrição de cada componente, às quais se soma o item de gestão de projeto, é apresentada a seguir:

1. Pesquisa (localização) em pelo menos vinte referências de índios isolados não confirmadas.
2. Aprimoramento metodológico da pesquisa de referências de índios isolados com a utilização de ferramentas de sensoriamento remoto.
3. Incremento da interlocução com povos indígenas e populações do entorno de territórios de povos indígenas isolados para a elaboração e implementação de estratégias de gestão territorial.
4. Ampliação da participação da sociedade civil na agenda internacional para a proteção e promoção dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato situados em países que compõem a bacia amazônica.
5. Capacitação de servidores que atuam nas FPEs em política indigenista e metodologias de proteção de povos indígenas isolados.



Dadas as características e os desafios de cada FPE, foi elaborado um plano de trabalho com o detalhamento de cada atividade a ser realizada, observando a desagregação das ações nas cinco componentes do projeto. O quadro a seguir, importante para visualizar o alcance e a complexidade do projeto, apresenta um resumo desse planejamento:⁸³

QUADRO 1 | ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM CADA FPE

FPE	Área (ha)	Estado	Componente				
			1	2	3	4	5
Yanomami e Ye'kuana	9.664.980	Roraima/Amazonas	X	X		X	X
Vale do Javari	8.544.480	Amazonas	X	X	X	X	X
Waimiri-Atroari	2.585.910	Amazonas/Roraima/Pará		X			X
Uru-Eu-Wau-Wau	1.867.120	Rondônia		X	X		X
Cuminapanema	1.864.356	Pará	X	X	X	X	X
Madeirinha/Juruena	1.636.672	Mato Grosso/Amazonas/Pará	X	X			X
Médio Xingu	1.223.489	Pará	X	X			X
Envira	1.164.709	Acre	X	X	X	X	X
Purus	916.910	Amazonas	X	X	X		X
Awá-Guajá	702.538	Maranhão/Pará	X	X	X		X
Madeira	491.751	Amazonas/Rondônia		X			X
Guaporé	464.872	Rondônia/Mato Grosso		X		X	X
Área total	31.127.787						

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do projeto.

A componente 1 compreendeu o apoio a expedições terrestres e aéreas promovidas pela Funai na área de abrangência de oito FPEs, visando a apuração e a qualificação dos registros de grupos indígenas em isolamento. O apoio do Fundo Amazônia concentrou-se na contratação de mão de obra (coordenadores, assistentes e mateiros), de consultorias associadas e de serviços de sobrevoos, bem como na aquisição de material de consumo para as expedições.

As atividades relacionadas à componente 2 beneficiaram diretamente a CGIIRC e a totalidade das FPEs, compreendendo: (i) o desenvolvimento do Sistema de Informações sobre Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato no Brasil (SI3RC), que permite o armazenamento, qualificação e gerenciamento de informações, pela Funai, sobre os registros de índios isolados e de recente contato, de maneira integrada e segura; (ii) as despesas com consultoria especializada para aperfeiçoamento e manutenção do SI3RC; (iii) o suporte técnico à equipe da Funai no uso do sistema; e (iv) a aquisição de servidor e computadores para operação do SI3RC. É importante registrar que, como parte do apoio ao fortalecimento da capacidade de atuação da CGIIRC/Funai, foi prevista contratualmente a doação, ao fim do projeto, desses e outros equipamentos à instituição.

⁸³ Esta configuração era vigente à época da análise do projeto. Em agosto de 2014, foram unificadas as FPEs Madeira e Purus. Nesse mesmo ano, foi criada a FPE de Monitoramento da Amazônia Legal, com sede em Brasília, mantendo-se assim o total de 12 FPEs. Ver: <https://boletimisolados.trabalhoindigenista.org.br/2016/05/02/entenda-o-sistema-de-protecao-ao-indio-isolado/>



Destaque-se, também, nas atividades dessa componente, a contratação de um técnico especializado em geoprocessamento, dedicado exclusivamente à produção de informações cartográficas pertinentes ao projeto, fundamental na preparação das atividades de campo (expedições e sobrevoos) e na sistematização posterior de seus resultados.

A componente 3 levou em consideração o fato de que a proteção dos povos isolados e de recente contato tem relação direta com a situação das populações vizinhas e com o envolvimento delas nas ações voltadas à proteção desses povos e seus territórios.

As atividades foram divididas em três subprodutos: (i) levantamentos socioambientais para caracterização do entorno de territórios de índios isolados, cuja entrega foi a elaboração de 13 estudos investigativos e de sistematização de dados para posterior elaboração de Planos de Proteção de Povos Indígenas Isolados pela Funai; (ii) realização de 122 oficinas temáticas com povos indígenas e comunidades do entorno de territórios de índios isolados, envolvendo 6.512 participantes; e (iii) realização de ações-piloto de proteção territorial e gestão ambiental com os povos de recente contato Zo'é e Matis, incluindo a distribuição de equipamentos que compõem os *kits* de vigilância e monitoramento territorial.

Em virtude dos registros de povos isolados em regiões de fronteira internacional, foram também promovidas (componente 4) ações de articulação interinstitucional para desenvolver relações e esforços de cooperação nessa temática, congregando técnicos, especialistas e representantes indígenas, de países da bacia amazônica. Foram realizados dois encontros internacionais sobre políticas de proteção aos povos indígenas isolados e de recente contato com representantes indígenas e de organizações da sociedade civil do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela, além de 12 intercâmbios focados em organizações indígenas da bacia amazônica.

Ambas as atividades mobilizaram mais de 650 participantes. Ainda nessa componente, foram previstas a produção e a difusão de informações qualificadas sobre a temática dos povos indígenas isolados e de recente contato, por meio do *Boletim Povos Isolados na Amazônia*. Durante o projeto, foram publicadas 12 edições do boletim, totalizando 34 reportagens, 12 textos editoriais e 11 vídeos.⁸⁴

Por fim, a quinta componente do projeto compreendeu ações de capacitação de servidores da Funai, com base nas demandas orientadas para a atuação de cada FPE e da CGIIRC. Foram capacitados 106 servidores, estendendo-se também a participação a 109 indígenas e 45 profissionais de outras instituições, muitos dos quais colaboradores das FPEs. Os treinamentos abordaram conteúdos relacionados a legislação, linguística, etnologia, política indigenista, cartografia, tecnologia da informação, entre outros temas relevantes ao trabalho de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato.

⁸⁴ O boletim foi distribuído na forma de *newsletter* eletrônica para 1.382 assinantes. De acordo com levantamento da Google Analytics, o *site* do boletim foi acessado 15.333 vezes por 12.738 usuários de diferentes países no período de execução do projeto. O acesso integral ao conteúdo dos boletins encontra-se em: <https://boletimisolados.trabalhoindigenista.org.br>



Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “ordenamento territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Efeito direto 3.2: áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidadas.

Diversos indicadores foram pactuados para o monitoramento desse objetivo.

- > Número de registros de povos indígenas isolados e número de indivíduos de povos de recente contato e de populações do entorno diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: 44 (dos quais, 28 nos subgrupos “referência em estudo” e “informações”), beneficiando 1.166 indivíduos (indicador de efetividade)

Esse indicador, central para os objetivos do projeto, visou medir o efeito da realização de expedições com o objetivo de confirmar ou descartar a presença de índios isolados, qualificando assim os registros presentes na base de dados da CGIIRC da Funai.

- > Número de registros de índios isolados qualificados por meio do aprimoramento de ferramenta de tecnologia da informação – banco de dados georreferenciados (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: 114

- > Número de informações sobre índios isolados fornecidas às FPEs por povos indígenas ou por comunidades do entorno (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: 146

Conforme relatado anteriormente, o desenvolvimento do SI3CR, com apoio do Fundo Amazônia, permitiu um avanço notável no armazenamento e na qualificação de dados e registros sobre esses povos. Ainda durante a execução do projeto, foram introduzidas as cargas iniciais de informações que permitiram à Funai aprimorar o planejamento e o alcance das expedições de localização e monitoramento. Observe-se que, dos 114 registros atualmente existentes na base de dados da CGIIRC/Funai, 52 foram objetos de expedições e/ou sobrevoos no período de 2015 a 2017. Desses, 44 foram apoiados no âmbito do projeto.

No tocante às ações de capacitação de servidores e sensibilização das populações diretamente envolvidas no tema, foram destacados os seguintes indicadores, ambos com resultados amplamente superiores às metas:

- > Número de funcionários da Funai efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (indicador de efetividade)

Meta: 85 | Resultado alcançado: 106

- > Realização de eventos de intercâmbio, encontros e publicação de boletins voltados para a promoção dos direitos dos povos indígenas isolados localizados nas regiões de fronteira dos países-membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) com participação da sociedade civil (indicadores de eficácia)



Número de eventos

Meta: 11 | Resultado alcançado: 14

Número de boletins eletrônicos divulgados

Meta: 24 | Resultado alcançado: 12

Em relação a esse indicador, o número de edições inferior à meta foi justificado pelo subdimensionamento das dificuldades para a sua elaboração em periodicidade bimestral. Dessa forma, foi priorizado o foco nos conteúdos considerados mais estratégicos para o projeto em um número menor de edições. Avalia-se, assim, que o boletim atingiu satisfatoriamente seu objetivo, produzindo e difundindo informações qualificadas sobre a temática dos povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia.

- > Número de oficinas temáticas com povos indígenas e comunidades do entorno de territórios de índios isolados (indicador de eficácia)

Meta: 54 | Resultado alcançado: 122

Registre-se, por fim, que o conjunto de ações do projeto resultou no fortalecimento do controle do território em TIs em uma extensão de 184.712 km².

Aspectos institucionais e administrativos

O projeto foi elaborado e executado em estreita cooperação técnica com a Funai, envolvendo diversos setores e unidades do órgão, além da parceria e da colaboração de diversas organizações indígenas e instituições, cuja atuação tem interface com a proteção e a promoção dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato.

Merece destaque a experiência do CTI na interlocução com atores internacionais atuantes na bacia amazônica, permitindo ao projeto promover a troca de experiências sobre políticas de proteção aos povos indígenas isolados e de recente contato.

Riscos e lições aprendidas

A gestão de recursos e a operacionalização das atividades do projeto foram um grande desafio, tendo em vista o amplo recorte geográfico e o fato de que a maior parte dos locais de implementação das ações são de difícil acesso, comunicação, infraestrutura e oferta de serviços.

A experiência prévia do CTI e a adoção de procedimentos e rotinas administrativas para a execução do projeto foram fundamentais para contornar essas dificuldades e assegurar sua evolução adequada, permitindo, em relação a resultados, que todos os produtos e serviços previstos fossem executados e seus objetivos alcançados.



Por sua vez, a participação das populações do entorno consistiu em uma estratégia central do projeto, exigindo grande esforço de articulação para a sensibilização em torno da temática da proteção de povos isolados e de recente contato.

Sustentabilidade dos resultados

O projeto proporcionou melhorias importantes na gestão das políticas de proteção aos povos isolados e de recente contato em duas dimensões. Em termos quantitativos, ampliou o número e o escopo das expedições em campo por parte das equipes da Funai, contemplando tanto os registros confirmados quanto o maior detalhamento de registros não confirmados para qualificação posterior. Na dimensão qualitativa, o projeto resultou em ampla produção de informação e de subsídios técnicos para o quadro de profissionais da Funai e para os demais atores ligados à temática de povos isolados e de recente contato.

Da mesma forma, o SI3RC revelou-se uma ferramenta muito funcional para a política de proteção e promoção dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato, aprimorando a gestão da informação por parte da CGIIRC/Funai.

Embora permaneçam lacunas para o atendimento pleno da política de proteção e promoção de direitos de povos indígenas isolados e de recente contato, é inegável que o projeto contribuiu sensivelmente para o enfrentamento desse desafio, em bases técnicas mais qualificadas, constituindo importante fator propulsor da sustentabilidade das ações futuras associadas a essa temática.





Projetos concluídos até 2019

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Proteção Florestal Tocantins Estado do Tocantins, tendo como executor o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO)	Estado do Tocantins, com ênfase na sua região centro-norte, a partir do Batalhão de Proteção Ambiental localizado no município de Araguaína	Apoiar ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Tocantins, com ênfase na sua região centro-norte, por meio de capacitação, estruturação de mecanismos de gestão integrada e aquisição de materiais e equipamentos para instrumentalização do Batalhão de Proteção Ambiental, localizado no município de Araguaína	9.8.2012	2019	4.958.910,00
Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu Instituto Socioambiental (ISA)	A bacia do Rio Xingu com atividades em três sub-regiões: (i) Parque Indígena do Xingu (PIX); (ii) Cabeceiras do Xingu/ BR-158; e (iii) Terra do Meio, compreendendo 11 municípios no estado de Mato Grosso e dois municípios no estado do Pará	Apoiar a estruturação e o fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade na Bacia do Xingu, abrangendo sementes e mudas florestais, borracha, castanha, pequi e frutas, com as populações indígenas, extrativistas e agricultores familiares, visando o aumento da qualidade de vida dessas populações e a produção sustentável, agroflorestal e extrativista	20.2.2014	2019	8.023.856,00
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre)	Terra Indígena (TI) Kaxinawá do Rio Humaitá e TI Rio Gregório (Município de Tarauacá), TI Alto Rio Purus (Municípios de Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano) e TI Arara do Igarapé Humaitá (Município de Porto Walter), no estado do Acre	Fortalecer a produção sustentável, a cultura e o modo de vida das TIs Kaxinawá do Rio Humaitá, Arara do Igarapé Humaitá, Rio Gregório e Alto Rio Purus, no estado do Acre, por meio da organização e promoção da cadeia de valor de produtos agroflorestais e da assistência técnica indígena	29.12.2015	2019	3.091.111,21
Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Toda a Amazônia Legal	Apoiar as atividades do Ibama de fiscalização ambiental e controle do desmatamento na Amazônia Legal	3.11.2016	2019	56.295.964,63
Jacundá – Município de Economia Verde Município de Jacundá	Município de Jacundá	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	31.8.2012	2019	199.352,05
Sentinelas da Floresta Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam)	Oito municípios do noroeste do estado de Mato Grosso (Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juara, Juína e Juruena)	Fortalecer a cadeia da castanha-do-brasil, desde a coleta até o beneficiamento e comercialização, aumentando a renda das comunidades extrativistas que vivem de produtos florestais no noroeste do estado de Mato Grosso	17.4.2014	2019	5.175.522,50

(Continua)



(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Biodiversidade Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Estado do Pará	Ampliar a infraestrutura de pesquisa da UFPA voltada para o estudo da biodiversidade, compreendendo: (i) construção e estruturação do Centro de Estudos Avançados da Biodiversidade (Ceabio); e (ii) reforma do Laboratório de Planejamento de Fármacos e do Laboratório de Neuroquímica Molecular e Celular e aquisição e instalação de equipamentos para pesquisa em biotecnologia	2.10.2012	2018	4.639.706,98
Compostos Bioativos da Amazônia Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Estado do Pará	(i) Instalar uma planta-piloto no laboratório de alimentos da UFPA para produzir e caracterizar extratos ricos em compostos bioativos; e (ii) desenvolver novos produtos e aplicações tecnológicas a partir de compostos bioativos extraídos de plantas e frutas típicas da Amazônia oriental	21.8.2012	2018	1.352.368,48
Florestas de Mangue Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Município de Bragança, estado do Pará	(i) Construção e aparelhamento de um laboratório para pesquisas sobre ecologia de manguezais no campus da UFPA no município de Bragança (PA); (ii) pesquisa e desenvolvimento de conhecimentos e técnicas relacionadas à recuperação de áreas degradadas de mangue na região Norte; e (iii) desenvolvimento de modelos para estimativa da biomassa, sequestro de carbono e avaliação do estoque de carbono das florestas de mangue	17.7.2012	2018	1.982.143,00
Pesca Sustentável WWF-Brasil	Municípios de Feijó, Tarauacá e Manoel Urbano, no estado do Acre	Promover a adoção de medidas de manejo aliadas à celebração de acordos de pesca, para reduzir a degradação de ecossistemas aquáticos, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento, no estado do Acre	17.4.2014	2018	3.205.943,00
Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas Estado do Amazonas	Municípios de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã no estado do Amazonas	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental do estado do Amazonas em áreas sob intensa pressão pelo desmatamento, nos municípios de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã, por meio: (i) do fortalecimento da gestão ambiental, com foco na realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR); e (ii) da recuperação de áreas desmatadas mediante reflorestamentos com espécies com função econômica e ecológica, por meio de sistemas agroflorestais, silviculturais e agrossilvopastoris	17.12.2010	2018	17.575.286,19

(Continua)



(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Olhos d'Água da Amazônia – Fase II Município de Alta Floresta	Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso	Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis com vistas à regularização ambiental de propriedades rurais de agricultura familiar no município de Alta	5.9.2013	2018	7.146.563,54
Bombeiros Florestais de Mato Grosso Estado de Mato Grosso/Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso (CBMMT)	Estado de Mato Grosso	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrentes de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado de Mato Grosso, por meio de capacitação e aquisições de aeronaves, veículos e equipamentos de apoio para a Base de Operações Aéreas e Terrestres do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, localizada na cidade de Sorriso	17.1.2012	2017	12.518.230,09
Recupera Marcelândia Município de Marcelândia	Município de Marcelândia	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal e a recuperação de áreas degradadas no entorno de cinquenta nascentes da sub-bacia do rio Manissauá-Missu, localizadas próximas à zona urbana no município	24.5.2011	2017	551.556,98
Semas Pará Estado do Pará	Estado do Pará	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no estado do Pará por meio do aprimoramento do processo de emissão do Cadastro Ambiental Rural (CAR), da descentralização e da desconcentração das atividades de sua Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade e do aprimoramento do processo legal de licenciamento ambiental	6.10.2010	2017	15.923.230,00
Acre: Incêndios Florestais Zero Estado do Acre/Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre	Estado do Acre	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Acre, por meio de capacitação e aquisições de veículos e equipamentos de apoio para os batalhões de educação, proteção e combate a incêndios florestais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre	5.7.2012	2016	13.280.709,56
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Todos os estados do bioma Amazônia	Desenvolver projeto interdisciplinar de pesquisa sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica da Amazônia, no âmbito da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, vinculada ao Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia	9.12.2011	2016	2.660.567,23

(Continua)



(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase 2 Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	Todos os estados do bioma Amazônia	Apoiar a criação e a consolidação de UCs no bioma Amazônia de forma a assegurar a conservação da biodiversidade e a manutenção dos processos e serviços ecológicos da região	22.4.2010	2015	19.949.058,91
Bolsa Floresta Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	16 UCs estaduais no Amazonas, abrangendo cerca de dez milhões de hectares	Promover a contenção do desmatamento e a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais residentes nas UCs estaduais do Amazonas	31.3.2010	2015	19.107.547,89
Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável Instituto Floresta Tropical	Estados do Pará, Amazonas e Rondônia	Apoiar a expansão da prática de manejo florestal sustentável por meio de ações de capacitação técnica, sensibilização dos atores-chave e dos trabalhadores e da pesquisa aplicada	15.4.2011	2015	7.449.000,00
Ilhas de Belém Universidade Federal do Pará (UFPA)/ Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Estado do Pará	Implementar metodologia para apoio à formulação de zoneamento econômico e ambiental em escala local de ilhas situadas no entorno da cidade de Belém e ampliar a infraestrutura de pesquisa do Programa de Pós-Graduação de Ecologia Aquática e Pesca da UFPA	17.7.2012	2015	1.138.083,93
Nova Cartografia Social na Amazônia Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Fundação de Apoio Institucional Muraki	Todos os estados do bioma Amazônia	Promover o mapeamento social de 27 comunidades do bioma Amazônia e o fortalecimento da rede de pesquisa envolvida no projeto	6.5.2011	2015	4.614.587,03
Gestão Socioambiental de Municípios do Pará Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	11 municípios do estado do Pará: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Moju, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Paragominas, Rondon do Pará, Tailândia e Ulianópolis	Mobilizar os governos estaduais e municipais, os produtores rurais, sindicatos e associações, objetivando acelerar a adesão ao CAR; monitorar o desmatamento por meio de imagens de satélite; e auxiliar no planejamento da paisagem e na restauração de áreas degradadas na bacia do rio Urim, em Paragominas	29.7.2010	2014	9.736.473,00

(Continua)



(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Virada Verde The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)	Sete municípios do estado de Mato Grosso: Cotriguaçu, Juruena, Sapezal, Campos de Júlio, Nova Mutum, Tapurah e Nova Ubitatã; e cinco municípios do estado do Pará: Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu e Tucumã	Contribuir para a mobilização dos atores locais em 12 municípios de Mato Grosso e do Pará, com vistas à adesão ao CAR, e monitorar o desmatamento na região por meio de imagens de satélite	13.4.2010	2014	16.000.000,00
Olhos d'Água da Amazônia Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso	Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no município, por meio da realização do diagnóstico ambiental e da viabilização do processo de registro das pequenas propriedades rurais no CAR, além de promover ações de fomento à recuperação de áreas de preservação permanente degradadas próximas às nascentes localizadas nas pequenas propriedades	25.1.2011	2013	2.781.340,40
Preservar Porto dos Gaúchos Município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso	Município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso	Fortalecer a gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	12.8.2011	2013	120.655,00
Sementes do Portal Instituto Ouro Verde	Sete municípios que compõem a região conhecida como Portal da Amazônia, no extremo norte de Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá	Promover a recuperação ambiental de 1.200 hectares de áreas degradadas (recomposição de áreas de proteção permanente e reserva legal) e a revalorização da agricultura familiar em seis municípios do território Portal da Amazônia, por meio da difusão de SAFs, que combinam o uso sustentável da floresta com geração de renda. Adicionalmente, a comunidade indígena Terena será capacitada a coletar as sementes que serão utilizadas nos SAFs	25.3.2010	2013	5.397.778,87



PROJETOS EM EXECUÇÃO





PROJETOS APOIADOS					
Projeto/Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Amazônia – Regularização Ambiental Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)	Bioma Amazônia	Apoiar o processo de regularização ambiental no bioma Amazônia, por meio de: (i) mapeamento do uso e cobertura do solo; (ii) cálculo do passivo ambiental em áreas de preservação permanente (APP) de corpos hídricos e das áreas potenciais para restauração em unidades de conservação (UC) e terras indígenas (TI); e (iii) integração de base de dados geoespaciais ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar)	3.12.2018	9.267.000,00	54%
Amazônia Agroecológica Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém; Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão; Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, São Félix do Xingu e Uruará; Abaetetuba, Igarapé-Miri, , Acará, Baião, Cachoeira do Piriá, Cametá, Capitão Poço, Irituia, Mãe do Rio, Mocajuba, Moju, Ourém, Santa Isabel, Santa Luzia do Pará, São Miguel do Guamá e Viseu (PA), Cáceres, Poconé, Nossa Senhora Livramento, Chapada dos Guimarães, Cuiabá e Jangada (MT)	Fortalecimento de atividades econômicas sustentáveis por meio de chamada pública para a seleção de pequenos projetos e ações a serem diretamente desenvolvidas pela beneficiária	13.6.2018	17.547.560,00	47%
Amazônia SAR União Federal – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam)	Serão monitorados cerca de 950 mil km ² por ano (23% do bioma Amazônia), compostos da seguinte forma: 764 mil km ² compreendidos em áreas de maior pressão de desmatamento; 144 mil km ² do estado do Amapá; e cerca de 5% adicional, por demanda específica, de pontos isolados no bioma Amazônia	Implantar um sistema de detecção de desmatamento na Amazônia com uso de imagens de radar orbital	23.6.2015	63.923.626,00	75%
Assentamentos Sustentáveis na Amazônia Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)	Oeste do Pará, municípios de Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio, Mojuí dos Campos e Aveiros	Apoiar, em assentamentos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no oeste do Pará, o desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção sustentável e a implementação de pagamento pelos serviços ambientais para famílias compromissadas com a redução do desmatamento	29.11.2011	23.425.282,04	100%

(Continua)



(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Bem Viver Sustentável Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé)	TIs Parque do Tumucumaque (PA e AP), Paru d'Este (PA) e Zo'é (PA)	Implementação do PGTA das TIs Parque do Tumucumaque (AP e PA) e Rio Paru d'Este (PA) e elaboração do PGTA para a TI Zo'é (PA)	19.11.2015	11.858.793,87	100%
Bolsa Floresta+ Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	16 UCs do Amazonas com cerca de 10,9 milhões de ha	Dar continuidade e ampliar as ações do Programa Bolsa Floresta, em UCs estaduais no Amazonas, por meio de: (i) apoio ao desenvolvimento de pequenos empreendimentos e arranjos produtivos florestais sustentáveis; (ii) capacitação de lideranças e fortalecimento das associações de moradores locais para a gestão de projetos ambientais, sociais e geradores de renda; (iii) sistematização e disseminação de conteúdos, metodologias, lições aprendidas e soluções inovadoras; e (iv) realização e implantação de chamada pública de pequenos e médios projetos geradores de renda na região do entorno das mencionadas UCs	5.4.2016	31.518.490,00	100%
Cadeias de Valor da Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso Associação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA)	Regiões Portal da Amazônia, médio norte e sudoeste do estado de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento da agricultura familiar em municípios do bioma Amazônia da região sudoeste do estado de Mato Grosso por meio da implantação e consolidação de SAFs, do apoio a estruturas coletivas de beneficiamento da produção e da estruturação de canais de comercialização de produtos oriundos de SAFs	2.9.2014	3.238.032,00	100%
Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros Associação SOS Amazônia	Seis municípios do estado do Acre: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter, Tarauacá e Feijó; e quatro municípios do estado do Amazonas: Pauini, Boca do Acre, Lábrea e Silves	Disseminar e apoiar iniciativas empreendedoras em nove instituições aglutinadas com vistas à geração de trabalho e renda, por meio do desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas dos óleos vegetais, cacau silvestre e borracha	27.1.2015	9.953.000,00	100%
Calha Norte Sustentável Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	Municípios de Oriximiná e Alenquer, no estado do Pará	Fortalecer o extrativismo e a agricultura familiar como vetores do desenvolvimento da Calha Norte paraense, por meio da implantação de unidades de beneficiamento de alimentos, de viveiro de mudas para SAFs e de marcenaria comunitária, em comunidades quilombolas e assentamentos	26.8.2014	3.312.877,00	93%
Capacitar para Conservar Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam)	Áreas protegidas no estado do Amapá	Formar agentes ambientais e gestores visando o fortalecimento das áreas protegidas no estado do Amapá	23.9.2014	1.452.000,00	99%

(Continua)



(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
CAR Acre Estado do Acre	22 municípios do estado do Acre	Apoiar a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) no estado do Acre	29.10.2013	16.838.000,00	100%
CAR Amazonas Estado do Amazonas	36 municípios do estado do Amazonas	Apoiar a implementação do CAR em imóveis com até quatro módulos fiscais	1.10.2018	29.867.722,00	10%
CAR Bahia Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia (Inema) – Estado da Bahia e Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema)	161 municípios do estado da Bahia, por meio das ações de cadastramento, e indiretamente todo o estado, por meio das ações de capacitação e aprimoramento de infraestrutura para implementação do CAR	Apoiar a implementação do CAR no estado da Bahia	25.3.2014	31.671.000,00	100%
CAR Ceará Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace)	109 municípios do estado do Ceará, por meio das ações de cadastramento, e indiretamente todo o estado, por meio das ações de comunicação e aprimoramento de infraestrutura para implementação do CAR	Apoiar a implementação do CAR no estado do Ceará	23.2.2016	24.583.420,70	28%
CAR Espírito Santo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF)	Todos os municípios do estado do Espírito Santo	Apoiar a implementação do CAR no estado do Espírito Santo	19.6.2018	13.889.440,00	17%
CAR Mato Grosso do Sul Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul)	69 municípios do estado envolvendo os biomas Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica	Promover a implementação do CAR no estado de Mato Grosso do Sul	23.9.2014	8.789.800,00	52%
CAR Paraná Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	Todos os municípios do estado do Paraná	Apoiar a implementação do CAR no estado do Paraná	26.10.2016	14.110.253,86	15%
CAR Roraima Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima (Femarh)	Todos os 15 municípios do estado de Roraima	Apoiar a implementação do CAR no estado de Roraima	4.11.2014	3.075.205,25	100%
CAR: Tocantins Legal Estado do Tocantins	Estado do Tocantins	Apoiar: (i) a implementação do CAR em 96 municípios do Estado; (ii) o aperfeiçoamento do sistema de monitoramento e controle do desmatamento; (iii) a implantação do programa de descentralização da gestão ambiental estadual nos municípios integrantes do bioma Amazônia; e (iv) o desenvolvimento do polo sustentável de silvicultura no bioma Amazônia do estado	21.5.2013	26.800.000,00	92%

(Continua)



(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Cidades Florestais Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam)	14 municípios do Amazonas: Manaus, Itapiranga, Silves, São Sebastião do Uatumã, Apuí, Novo Aripuanã, Borba, Manicoré, Tefé, Carauari, Juruá, Jutai, Lábrea e Uruará	Apoiar o fortalecimento do manejo florestal comunitário no estado do Amazonas por meio de: (i) desenvolvimento da plataforma Cidades Florestais para conexão de atores florestais e suporte às cadeias produtivas de madeira; e (ii) apoio à produção sustentável e comercialização de madeira e óleos vegetais	27.12.2017	12.092.485,00	89%
Concretizar Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reca (Projeto Reca)	Ponta do rio Abunã – municípios de Porto Velho, no estado de Rondônia, e Acrelândia, no estado do Acre	Fortalecer a cadeia produtiva do cupuaçu e do açaí, por meio da implantação de SAFs e da ampliação e modernização da capacidade produtiva de unidades de beneficiamento de polpas em comunidades tradicionais da Ponta do Abunã, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento	14.10.2014	6.422.748,00	100%
Conhecer para Conservar Museu da Amazônia (Musa)	Município de Manaus, estado do Amazonas	Implantar o Musa e um centro de treinamento no Assentamento Água Branca, em Manaus, visando à disseminação de conhecimentos que contribuam para a valorização e a conservação dos recursos naturais da Amazônia e de seu patrimônio cultural, por meio de um modelo inovador de visitação da floresta	30.11.2010	9.984.629,00	100%
Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	Cinco TIs nos estados do Amazonas, Maranhão e Pará, contemplando 9.375.076 de ha: TI Vale do Javari (AM), TI Krikati (MA), TI Governador (MA), TI Andirá-Marau (PA e AM) e TI Nova Jacundá (PA)	Apoiar a implementação do PGTA da TI Vale do Javari (AM), e do PGTA das TIs Krikati e Governador (MA); e a elaboração de PGTA da TI Andirá-Marau (PA e AM), e da TI Nova Jacundá (PA), no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	28.9.2016	11.934.540,00	100%
Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre)	Oito TIs no estado do Acre	Apoiar a implementação dos PGTA de oito TIs no Acre, por meio da promoção de ações de proteção territorial, formação de agentes agroflorestais indígenas e manejo de quintais e SAFs	26.2.2018	5.823.061,00	78%
Floresta Ativa Tapajós Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – Ceaps (Projeto Saúde e Alegria)	Zonas rurais dos municípios de Santarém, Belterra, Aveiro e Juruti no estado do Pará, contemplando ações em: (i) duas UCs: Floresta Nacional (Flona) do Tapajós e Resex Tapajós-Arapiuns; (ii) cinco projetos de assentamento agroextrativistas (PAE): Lago Grande, Santa Rita, Salé, Valha-me Deus e Balaio; (iii) quatro projetos de assentamentos agroextrativistas (Peaex): Aruã, Vista Alegre, Mariazinha e Curumuci; e (iv) um projeto de assentamento federal (PA): Moju I e II	Fortalecer as cadeias produtivas florestais não madeireiras, o turismo e o empreendedorismo de base comunitária na região do Tapajós, no oeste paraense	2.5.2018	12.493.011,00	59%

(Continua)



(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Floresta de Babaçu em Pé Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB)	Estados do Maranhão (37 municípios), Tocantins (16 municípios) e Pará (6 municípios)	Apoiar a operação do Fundo Babaçu para seleção e apoio a projetos socioambientais de organizações agroextrativistas dos estados do Maranhão, Tocantins e Pará, associado a ações de desenvolvimento de competências, suporte técnico e fortalecimento do associativismo, mediante editais de seleção aprovados pelo BNDES	27.12.2017	9.222.739,00	16%
Floresta para Sempre Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	Leste do Pará – municípios de Capitão Poço, Dom Eliseu, Paragominas e Ulianópolis	Apoiar a adequação ambiental de imóveis rurais na Amazônia Legal, por meio de: (i) implementação de técnicas de restauração florestal, em uma abordagem territorial no leste do Pará; (ii) formação de agentes multiplicadores; (iii) elaboração de fluxo para acompanhamento das áreas em restauração; e (iv) fomento às atividades de restauração da paisagem florestal	11.12.2017	14.293.105,00	26%
Florestas Comunitárias Instituto Floresta Tropical (IFT)	Estado do Pará	Apoiar a implementação de modelos de manejo florestal comunitário para uso e comercialização de madeira e açaí de modo a fortalecer a organização social, gerar renda e contribuir para a redução do desmatamento em UCs de uso sustentável no arquipélago do Marajó no estado do Pará	6.4.2017	8.100.000,00	83%
Florestas de Valor – Novos modelos de Negócio para a Amazônia Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	Estados do Pará e Mato Grosso	Apoiar: (i) a consolidação e a expansão do sistema de garantia de origem denominado “Origens Brasil”, contribuindo para o fortalecimento das cadeias produtivas e para a valorização de produtos da sociobiodiversidade em áreas protegidas da Amazônia; e (ii) a produção sustentável de cacau no entorno do território do Xingu	18.1.2017	17.369.442,36	98%
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre)	14 municípios das regiões administrativas do Alto Acre, Baixo Acre e Purus	Contribuir para o fortalecimento das cadeias de castanha-do-brasil e de polpa de fruta no estado do Acre por meio: (i) da recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas localizadas em pequenas propriedades ou posses rurais familiares; (ii) da otimização da logística de armazenamento de castanha-do-brasil e do transporte de frutas; (iii) da melhoria do processo de beneficiamento da castanha-do-brasil; (iv) da agregação de valor e diversificação dos produtos; (v) da melhoria da estratégia de comercialização dos produtos; e (vi) da capacitação da rede de filiados	23.9.2014	4.981.614,66	100%

(Continua)



(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	Diversos municípios nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia	Apoiar: (i) o fortalecimento da gestão ambiental em municípios prioritários para o desenvolvimento de políticas de prevenção e controle do desmatamento do bioma Amazônia; (ii) estudos para realizar diagnóstico fundiário dos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia e ampliar a divulgação do andamento das atividades de regularização fundiária em curso no Pará; e (iii) o aprimoramento da gestão das UCs na Calha Norte do estado do Pará	6.11.2015	12.104.865,00	100%
Fundação Banco do Brasil (Fase 2) – Fundo Amazônia Fundação Banco do Brasil (FBB)	Bioma Amazônia	Apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do bioma Amazônia	7.10.2014	12.000.000,00	41%
Fundação Banco do Brasil (FBB) – Fundo Amazônia Fundação Banco do Brasil (FBB)	Bioma Amazônia	Apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do bioma Amazônia	15.5.2012	14.515.520,43	100%
Fundo Dema Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	Comunidades tradicionais no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas	Apoiar projetos socioambientais de pequeno valor, por meio de oito chamadas públicas a serem lançadas ao longo de três anos	15.3.2011	7.615.854,00	87%
Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	TIs Kayapó, Menkragnoti, Baú e Badjonkôre, no sul do estado do Pará; e TI Capoto-Jarina, no norte do estado de Mato Grosso	Apoiar projetos das organizações Kayapó voltados para atividades produtivas sustentáveis, fortalecimento institucional, prevenção ao desmatamento, conservação da biodiversidade e proteção territorial, por meio da implementação de um mecanismo financeiro e operacional de longo prazo, denominado Fundo Kayapó	21.6.2011	16.900.000,00	45%
Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu Instituto Socioambiental (ISA)	Nove TIs no bioma Amazônia, em uma área superior a 24 milhões de ha, atendendo a mais de 60 mil indígenas	Apoiar a implementação do PGTA do Parque Indígena do Xingu e a elaboração de PGTA para as TIs Yanomámi e da região do Alto Rio Negro, com a sistematização do conhecimento e fortalecimento de estruturas de governança locais e das organizações indígenas	27.6.2016	11.712.000,00	100%
Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	Oito TIs do sul do Amazonas, contemplando 1.095.169 de ha: TIs Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari, Caititu, Jiahui, Nove de Janeiro, Ipixuna e Tenharim do Igarapé Preto	Apoiar: (i) a implementação dos PGTA das TIs na bacia do rio Purus (Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari e Caititu) e na bacia do rio Madeira (Jiahui, Nove de Janeiro e Ipixuna), no sul do Amazonas; e (ii) a elaboração do PGTA da TI Tenharim do Igarapé Preto na bacia do rio Madeira	1.11.2016	11.448.505,00	90%

(Continua)



(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Inventário Florestal Nacional – Amazônia União Federal (Serviço Florestal Brasileiro)	Bioma Amazônia	Implementar o Inventário Florestal no bioma Amazônia para produzir informações acerca dos recursos florestais, estoque de carbono e uso do território pelas populações da região	31.7.2012	65.000.555,12	43%
IREHI – Cuidando dos Territórios Operação Amazônia Nativa (Opan)	TIs Menkû, Manoki, Pirineus de Souza e Marãiwatsédé, todas no estado de Mato Grosso	Concluir e implementar o PGTA da TI Marãiwatsédé e implementar os PGTA's das TIs Manoki, Menkû e Pirineus de Souza	18.12.2015	8.160.140,00	100%
Legado Integrado da Região Amazônica (Lira) Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	Amazônia Legal	Contribuir para o aumento do nível de consolidação e a efetividade de gestão em áreas protegidas da Amazônia Legal, por meio de chamada pública de projetos e ações complementares que visem à conservação dos recursos naturais	30.10.2018	45.000.000,00	43%
Mais Sustentabilidade no Campo Estado do Maranhão	Estado do Maranhão	Apoiar a implementação do CAR no estado do Maranhão	27.12.2017	40.476.077,00	16%
Mamirauá Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)	Município de Tefé (AM); Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (municípios de Uarini, Fonte Boa e Maraã – AM); Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (municípios de Maraã, Barcelos e Coari – AM)	Apoiar ações de manejo e gestão participativa nas RDS Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos nos seguintes temas: agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro sustentável, manejo florestal não madeireiro sustentável, educação ambiental, proteção ambiental e monitoramento	18.12.2012	8.504.678,54	100%
Mato Grosso Sustentável Estado de Mato Grosso	Estado de Mato Grosso, com foco em UCs estaduais e em quarenta municípios do bioma Amazônia	Apoiar: (i) a consolidação de UCs no bioma Amazônia; (ii) o fortalecimento da fiscalização e do licenciamento ambiental estadual; e (iii) a desconcentração e descentralização da gestão ambiental estadual	3.12.2013	35.015.970,00	60%
Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)	Biomas Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal, nas ações de monitoramento do desmatamento e proposição de referência de emissões florestais (FREL); e todo o território nacional nas ações de desenvolvimento de plataforma para análise e visualização de grandes volumes de dados geoespaciais	(i) Desenvolvimento e implementação de sistemas de monitoramento do desmatamento para os biomas Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal; (ii) Cálculo das emissões de CO ₂ relativas às áreas desmatadas e construção de proposta do nível de FREL para cada um desses biomas; e (iii) Desenvolvimento de plataforma para análise e visualização de grandes volumes de dados geoespaciais	25.9.2017	49.778.000,00	60%
Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)	Bioma Amazônia	Apoiar o desenvolvimento de estudos sobre usos e cobertura da terra no bioma Amazônia, bem como a ampliação e o aprimoramento do monitoramento ambiental por satélites realizado pelo Inpe	7.10.2014	66.952.436,00	100%

(Continua)



(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)	Amazônia Regional	Contribuir para o desenvolvimento da capacidade de monitoramento do desmatamento, das mudanças de uso da terra e do aproveitamento florestal nos países-membros da OTCA	30.4.2013	23.693.641,00	100%
Néctar da Amazônia Instituto Peabiru	Comunidades tradicionais dos municípios de Curuçá, Almeirim e Monte Alegre, no estado do Pará, e Macapá e Oiapoque, no estado do Amapá	Fortalecer a cadeia produtiva do mel de abelhas nativas de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento	13.5.2014	2.030.000,00	100%
Pacto da Floresta Pacto das Águas – Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais	Alta Floresta D'Oeste, Costa Marques, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Nova Mamoré, São Francisco do Guaporé e São Miguel do Guaporé, no estado de Rondônia	Apoiar a consolidação da cadeia produtiva da castanha-do-brasil e o fortalecimento das atividades produtivas relacionadas ao açaí, farinha de mandioca e borracha natural em duas TIs e três reservas extrativistas em Rondônia	13.6.2018	8.700.000,00	63%
Plantar Rondônia Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	Estado de Rondônia, nos municípios de: Ariquemes, Castanheiras, Cujubim, Itapua do Oeste, Jaru, Ji-Paraná, Machadinho D'Oeste, Novo Horizonte, Ouro Preto, Presidente Médici, Rio Crespo e Rolim de Moura	Apoiar a adequação ambiental de imóveis rurais em Rondônia, por meio de atividades de: (i) elaboração e implementação de projetos de recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas em imóveis de até quatro módulos fiscais, de produtores rurais familiares; (ii) extensão rural, capacitação e fortalecimento institucional de associações de produtores rurais familiares; e (iii) monitoramento e avaliação da paisagem	18.12.2017	25.305.337,00	71%
PPP-ECOS na Amazônia Fase 2 Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNI)	Estados de Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão, dentro dos limites da Amazônia Legal	Apoiar projetos de estruturação de cadeias produtivas sustentáveis por meio de chamadas públicas no âmbito do Programa Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS)	18.9.2018	22.766.000,00	43%
Prevfogo/Ibama Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Majoritariamente bioma Amazônia, mas com fortalecimento da central de logística do Prevfogo em Brasília	Apoiar a estruturação física e operacional do Prevfogo e educação ambiental para sensibilizar e capacitar atores locais com a finalidade de monitorar, prevenir e combater incêndios florestais e queimadas não autorizadas no bioma Amazônia	30.12.2013	14.717.270,00	100%
Profisc I - B Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Amazônia Legal	Apoiar as atividades do Ibama de fiscalização ambiental e controle do desmatamento na Amazônia Legal	19.3.2018	140.264.000,00	65%
Programa de Qualificação da Gestão Ambiental Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibama)	Municípios do bioma Amazônia	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental em municípios do bioma Amazônia por meio da oferta de capacitação e assistência técnica; da disseminação de conhecimentos e informações em rede; e pelo estímulo à inovação e promoção da articulação com outras esferas de governo e da sociedade em geral, no âmbito das políticas públicas ambientais	18.12.2012	18.853.482,32	100%

(Continua)



(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Programa Municípios Verdes Estado do Pará	100 municípios no estado do Pará	Apoiar a consolidação do CAR de imóveis rurais e o fortalecimento da gestão ambiental municipal de modo a contribuir para o combate ao desmatamento e à degradação florestal no estado do Pará	10.12.2013	75.296.569,12	55%
Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado (PDSEAI) Estado de Rondônia/ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (Sedam-RO)	Estado de Rondônia	Apoiar a gestão ambiental, incluindo ações voltadas para a proteção das UCs estaduais, para a consolidação do CAR e para o fortalecimento da gestão ambiental municipal de modo a contribuir para o combate ao desmatamento e à degradação florestal no estado de Rondônia	21.1.2014	31.227.392,40	51%
Projeto Integrado da Amazônia Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundação Eliseu Alves (FEA)	Bioma Amazônia	Promover a produção e a disseminação de conhecimentos e tecnologias voltados para a recuperação, a conservação e o uso sustentável do bioma Amazônia, por meio do apoio à execução dos projetos das unidades descentralizadas da Embrapa selecionados por meio de chamada interna	29.12.2015	33.691.380,00	50%
Rondônia Mais Verde Estado de Rondônia	Área de alcance das ações que serão desenvolvidas a partir da Base de Operações Aéreas e Terrestre – a ser instalada na capital Porto Velho – e das quatro maiores unidades operacionais dos bombeiros, localizadas nos municípios de Ji-Paraná, Guajará-Mirim, Cacoal e Vilhena, que também receberão equipamentos com recursos do projeto. A área de abrangência também englobará importantes áreas de preservação e proteção ambiental, com destaque para os parques nacionais de Pacaás e Serra da Cutia	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado de Rondônia por meio de capacitação e de aquisição de materiais e equipamentos para a instrumentalização: (i) da Base de Operações Aéreas e Terrestre do Corpo de Bombeiros Militar, a ser construída pelo estado na capital Porto Velho; e (ii) de quatro unidades operacionais, localizadas em outros municípios do estado	11.9.2012	15.040.500,00	100%
Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu Município de Cotriguaçu	Município de Cotriguaçu (MT)	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no município de Cotriguaçu por meio da: (i) construção e estruturação física de sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; (ii) recuperação de áreas de preservação permanente degradadas (APPD) em propriedades rurais de até quatro módulos fiscais e no entorno de corpos d'água em áreas públicas; e (iii) implantação de unidades demonstrativas de recuperação e manejo de pastagem	22.7.2014	1.567.845,25	100%

(Continua)



(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Sementes do Portal – Fase II Instituto Ouro Verde (IOV)	Oito municípios da região conhecida como Portal da Amazônia, no extremo norte de Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Colíder, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Santa Helena, Terra Nova do Norte	Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento da agricultura familiar na região do Portal da Amazônia, no estado de Mato Grosso, por meio da implantação e consolidação de SAFs, com plantio e enriquecimento de agroflorestas, estruturação de canais de comercialização de produtos e sementes e realização de pesquisas	1.10.2013	16.086.000,00	100%
Tapajós Sustentável Conservation International do Brasil (CI-Brasil)	Estado do Pará, municípios de Santarém, Aveiro, Belterra, Itaituba, Jacareacanga, Placas, Rurópolis e Trairão. Cinco UCs: Floresta Nacional do Tapajós, Floresta Nacional de Itaituba I, Floresta Nacional de Crepori, Floresta Nacional de Trairão e Resex Tapajós-Arapiuns	Apoiar o fortalecimento da produção sustentável florestal de base comunitária e contribuir para a valorização e conservação dos recursos naturais da região do Tapajós	23.10.2017	23.679.628,00	19%
Terra a Limpo Estado de Mato Grosso – Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional (GDR/MT)	Estado de Mato Grosso	Modernizar a gestão fundiária no estado e contribuir para a regularização fundiária de glebas públicas e assentamentos, estaduais e federais	2.4.2018	72.900.000,00	9%
Território, Cultura e Autonomia Kayapó Associação Floresta Protegida (AFP)	Duas TIs no sul do Pará (TI Kayapó e TI Las Casas), totalizando 3,3 milhões de ha	Apoiar a implementação e a atualização do PGTA da TI Kayapó e a implementação do PGTA da TI Las Casas, ambas localizadas no estado do Pará, contribuindo para a proteção e gestão sustentável de seus territórios e recursos naturais, a promoção de sua autonomia econômica e a valorização de sua cultura	4.12.2017	9.089.870,67	19%
Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai)	Comunidades em áreas de influência de empreendimentos hidrelétricos nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins	Implementar unidades familiares de produção agroecológica, contribuindo para a segurança alimentar e geração de renda de forma ambientalmente sustentável de ribeirinhos e agricultores familiares	24.5.2017	9.075.000,00	99%
Valorização do Ativo Ambiental Florestal Estado do Acre	Estado do Acre	Fomentar práticas sustentáveis de redução do desmatamento, com pagamento por serviços ambientais, valorizando o ativo ambiental e florestal para consolidar uma economia limpa, justa e competitiva, fundamentada no zoneamento ecológico econômico	26.10.2010	57.057.461,00	93%
Valorizando Cadeias Socioprodutivas Amazônicas Instituto Centro de Vida (ICV)	Comunidades em quatro municípios do norte e noroeste de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento de arranjos produtivos sustentáveis na Amazônia	11.12.2017	16.405.000,00	70%



ANEXOS





ANEXO 1 – Relatório de auditoria e demonstrações financeiras do Fundo Amazônia





Fundo Amazônia
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas as demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
 Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
 Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
 Telefone +55 (21) 2207-9400
 kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Administrador do
 Fundo Amazônia
 Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Amazônia ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Amazônia em 31 de dezembro de 2020 e o desempenho das suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade do Administrador do Fundo pelas demonstrações financeiras

O Administrador do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

KPMG Network independente, uma associação internacional e firma membro da rede KPMG de firmas membros independentes e afiliadas a KPMG Network (Associates ("KPMG Network")), uma entidade suíça

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity, and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG, a Swiss entity ("KPMG Network"), a Swiss entity



Na elaboração das demonstrações financeiras, o Administrador é responsável, dentro das prerrogativas previstas na NBC TG 26, pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que o Administrador pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Administrador.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pelo Administrador, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

© 2021 KPMG LLP, uma sociedade por responsabilidade limitada nos Estados Unidos da América, membro da rede KPMG de firmas membros independentes e afiliadas a KPMG Network ("KPMG Network"), uma entidade suíça.

KPMG LLP, uma sociedade por responsabilidade limitada nos Estados Unidos da América, membro da rede KPMG de firmas membros independentes e afiliadas a KPMG Network ("KPMG Network"), uma entidade suíça.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com o Administrador a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à Administradora declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP-167720/O-1

© 2021 KPMG Auditores Independentes, uma sociedade limitada e firma
responsável perante o Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho
de Contas do Estado de São Paulo (CCEC), uma entidade pública.

KPMG Auditores Independentes, a limited liability and a member firm of the
KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG
Network (KPMG network), a Swiss entity.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.549.553	3.581.776
Despesas antecipadas	5	89.139	89.490
Total do Ativo		3.638.692	3.671.266
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Recursos a destinar a projetos	6	3.549.553	3.581.776
Recursos de custeio	7	89.139	89.490
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Superávit/(déficit) acumulado		-	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		3.638.692	3.671.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2020	2019
RECEITAS			
Receitas de doações para investimentos	6	130.999	109.034
Receitas de doações para custeio	7	350	605
Receitas financeiras	4	98.776	207.814
DESPESAS			
Despesas com doações para investimentos	6	(130.999)	(109.034)
Despesas com remuneração de recursos de projetos	6	(98.776)	(207.814)
Despesas administrativas	8	(350)	(605)
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Superávit/ (Déficit) acumulado
Saldo em 1º de Janeiro de 2019	-
Exercício de 2019	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Exercício de 2020	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Recursos Recebidos			
Destinação de recursos para projetos	6	(130.999)	(109.034)
Rendimentos financeiros	4	98.776	207.814
(=) Caixa Líquido (Consumido) / Gerado pelas Atividades Operacionais		(32.223)	98.780
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.581.776	3.482.996
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	3.549.553	3.581.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO DE ATIVIDADES

O Fundo Amazônia foi criado pela Resolução BNDES nº 1.640, de 3 de setembro de 2008, dando início às suas atividades operacionais no segundo semestre de 2009, tendo por finalidade captar doações para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas da Amazônia Legal, nos termos do Decreto nº 6.527/2008, alterado pelos Decretos nº 6.565/2008, 8.773/2016 e 10.223/2020.

O Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas:

- Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- Manejo florestal sustentável;
- Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- Recuperação de áreas desmatadas.

A gestão e administração do Fundo Amazônia são de responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, tendo como incumbência, dentre outras, a captação de recursos, a contratação e o monitoramento dos projetos e ações apoiados, além da atuação como representante judicial.

A governança do Fundo Amazônia estabelecida pelo Decreto nº 6.527/2008 previa a existência de um Comitê Orientador - COFA, com a atribuição de determinar suas diretrizes e acompanhar os resultados obtidos. Em decorrência do Decreto nº 9.759, de 11.04.2019, esse comitê foi extinto a partir de 28.06.2019, sendo que o Decreto nº 10.223 de 5 de fevereiro de 2020, revogou os artigos relacionados à participação no Comitê Orientador do Fundo Amazônia e seus objetivos. Essa situação não representou impacto na execução dos projetos que já haviam sido contratados. Nesse sentido o Fundo Amazônia continua operando normalmente, realizando liberações e acompanhando a execução dos projetos em andamento. Os recursos para a continuidade e conclusão dos projetos já contratados estão garantidos conforme previsão nos contratos de doação. Apenas as análises e aprovações de novos projetos foram suspensas durante o período de negociações que não foram concluídas até o final de 2020. Os governos brasileiro, da Noruega e da Alemanha, doadores do Fundo Amazônia, entabularam negociações sobre a redefinição de sua governança, não tendo sido concluídas até 31.12.2020.

O Fundo Amazônia não possui personalidade jurídica própria, sendo suas transações escrituradas em contas específicas da contabilidade do BNDES.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucros, em conformidade com a Interpretação ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução no 1.409, de 21 de setembro de 2012, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras, registradas como "Caixa e equivalentes de caixa" e mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

b) Moeda Funcional

O Administrador concluiu que o real é a moeda funcional do Fundo.

c) Aprovação para emissão

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 12 de maio de 2021.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata em dois fundos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM, que possuem carteira de investimento conservadora com baixo risco de variação no valor de mercado dos investimentos. Os rendimentos das aplicações feitas junto à BB DTVM estão vinculados à variação da cota dos fundos investidos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3.2 Recursos a destinar a projetos

Referem-se ao saldo ainda não destinado de doações recebidas, incluindo os rendimentos oriundos da aplicação desses recursos.

Conforme o Decreto nº 6.527/2008 e alterações posteriores, 97% dos recursos recebidos são destinados a projetos. Esses valores são registrados no passivo e deduzidos pelas despesas incorridas de cada projeto, de modo que não resultam em aumento ou redução do patrimônio líquido, tendo em vista que o Fundo é apenas o agente arrecadador e repassador para execução dos projetos.

3.3 Doações para custeio

Conforme § 3º do artigo 1º do Decreto nº 6.527/08 e alterações posteriores, o BNDES deve segregar a importância equivalente a 3% do valor das doações para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia. A receita de custeio referente aos 3% das doações é contabilizada como "Recursos para Custeio", sendo a receita reconhecida conforme a utilização dos recursos pelo BNDES. O registro da transferência dos 3% para o BNDES é apresentado como "Despesas Antecipadas" e apropriado como "Despesa Administrativa" conforme a utilização pelo BNDES.

3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

O Fundo optou pelo método direto na apresentação desta demonstração. Os recursos recebidos de projetos foram tratados como atividades operacionais, tendo em vista que o Fundo atua como agente arrecadador e repassador destes recursos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São compostos da forma que segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Aplicação financeira junto ao Administrador (*)	3.549.553	3.581.776
TOTAL	3.549.553	3.581.776

(*) O Administrador mantém os recursos do Fundo aplicados junto ao fundo de investimento BB Gaia Fundo de Investimento Renda Fixa ("BB Gaia FIRF"), que possui portfólio concentrado em títulos públicos do governo brasileiro, operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, e, ao BB Gaia II Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa ("BB Gaia II FIC FIRF"), que concentra, no mínimo, 95% de seu patrimônio em cotas do BB Gaia FIRF. Ambos os fundos possuem cláusula de liquidez diária.

Conforme o Decreto nº 6.527/08 e alterações posteriores, o percentual de 97% das doações recebidas é destinado à aplicação em projetos. O Fundo segrega estes recursos em conta de investimento específica.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Os recursos, enquanto não direcionados a projetos, são aplicados pelo BNDES nos fundos exclusivos supracitados, administrados e geridos pela BB DTVM, sendo remunerados com base no índice de rendimento de cada um deles.

Adicionalmente, o fundo exclusivo BB Gaia II FIC FIRF foi criado em atendimento à Decisão de Diretoria nº 832/2012, que determinou a segregação contábil dos valores captados de fontes públicas brasileiras, os quais não podem ser destinados a projetos executados pela União Federal.

Até dezembro de 2020, o total de receitas financeiras das aplicações do Fundo Amazônia desde o seu início somaram R\$ 1.559.009 (1.460.233 até dezembro de 2019).

Segue abaixo a movimentação de Caixa e Equivalentes de Caixa:

31/12/2020				
	Total	Recursos para projetos (Gaia FI)	Recursos para projetos (Gaia II FIC)	Recursos para custeio
Saldo em 1º de janeiro de 2020	3.581.776	3.560.935	20.841	-
Rendimentos	98.776	98.233	543	-
Recursos liberados	(130.999)	(130.999)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.549.553	3.528.169	21.384	-

31/12/2019				
	Total	Recursos para projetos (Gaia FI)	Recursos para projetos (Gaia II FIC)	Recursos para custeio
Saldo em 1º de janeiro de 2019	3.482.996	3.463.283	19.713	-
Rendimentos	207.814	206.686	1.128	-
Recursos liberados	(109.034)	(109.034)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.581.776	3.560.935	20.841	-

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

5. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de despesas antecipadas é composto pelo equivalente a 3% do valor das doações, retido pelo BNDES para cobertura dos custos operacionais do Fundo Amazônia, líquido dos valores reconhecidos como "Despesas administrativas" no Fundo Amazônia de acordo com a utilização pelo BNDES.

6. RECURSOS A DESTINAR A PROJETOS

O saldo de recursos de projetos foi recebido dos seguintes doadores: (i) Ministério Norueguês de Relações Exteriores, (ii) KFW e (iii) Petrobras, e se destinam a projetos específicos e vinculados ao objetivo do Fundo Amazônia.

Segue abaixo a movimentação dos recursos de projetos:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	3.581.776	3.482.996
Rendimentos	98.776	207.814
Recursos liberados	(130.999)	(109.034)
Doações recebidas (*)	-	-
Saldo no final do exercício	3.549.553	3.581.776

(*) Valor líquido da parcela de 3% destinada à cobertura de custos.

O montante de R\$ 130.999 (R\$ 109.034 em 31/12/2019) está registrado em conta de resultado nas rubricas "Receita de doações para investimentos" e "Despesas com doações para investimentos", anulando-se pelo fato do Fundo Amazônia não ter fins lucrativos.

O Fundo Amazônia não recebeu doações nos exercícios de 2020 e 2019. Desde o início de suas atividades até 31 de dezembro de 2020, o Fundo da Amazônia recebeu recursos dos seguintes doadores:

Até 31/12/2020			
Doador	Recursos para custeio 3%	Recursos para projetos 97%	Total 100%
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	95.601	3.091.119	3.186.720
KFW	5.781	186.909	192.690
Petrobras	518	16.767	17.285
Total	101.900	3.294.795	3.396.695

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Até 31/12/2019			
Doador	Recursos para custeio 3%	Recursos para projetos 97%	Total 100%
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	95.601	3.091.119	3.186.720
KfW	5.781	186.909	192.690
Petrobras	518	16.767	17.285
Total	101.900	3.294.795	3.396.695

7. RECURSOS DE CUSTEIO

O saldo de recursos de custeio refere-se à parcela da doação (3%) retida pelo BNDES ainda não reconhecida como "Receita de doação". O reconhecimento da receita de doação ocorre conforme a utilização dos recursos pelo BNDES. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não foram destinados valores para custeio devido à ausência de recursos recebidos de doações no período.

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi reconhecido como despesa administrativa o montante de R\$ 350 (R\$ 605 em 31/12/2019), sendo as mais relevantes: publicidade, viagens e diárias, seminários e eventos e serviços de auditoria.

9. IMPOSTOS

Todas as obrigações tributárias que porventura venham a existir por conta de operações no âmbito do Fundo Amazônia são de responsabilidade do BNDES, uma vez que o Fundo não possui personalidade jurídica própria, sendo suas transações escrituradas em contas específicas na contabilidade do BNDES.

PIS e COFINS

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 11.828, de 20 de novembro de 2008, com redação dada pela Lei 12.810, de 15 de maio de 2013, ficam isentas da incidência da Contribuição para o PIS-PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) as doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, inclusive programas de remuneração por serviços ambientais, e de promoção da conservação e do uso sustentável dos biomas brasileiros.

FUNDO AMAZÔNIA (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Imposto de Renda e Contribuição Social

Não há resultado a ser oferecido à tributação de IRPJ e CSLL, pois a receita de doação é reconhecida no resultado no mesmo momento da apropriação das despesas operacionais com projetos idealizados no âmbito do Fundo Amazônia, conforme aprovação da solução de consulta nº 59-SRRF07/Disit, de 06/08/2009, realizada pelo BNDES junto à Secretaria da Receita Federal. O mesmo ocorre em relação ao resultado financeiro proveniente das aplicações em fundos de investimento.

10. PARTES RELACIONADAS

O Fundo Amazônia possui relacionamento com o BNDES, que está autorizado a destinar o valor das doações recebidas em espécie para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento, combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável do bioma amazônico. O relacionamento mencionado se refere aos valores correspondentes a "Caixa e equivalentes de caixa" (conforme Nota Explicativa nº 4), que se encontram em contas bancárias, cuja titularidade é do BNDES.

Adicionalmente, o BNDES retém a importância equivalente a 3% do valor das doações para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, vide maiores explicações na Nota Explicativa nº 5 "Despesas antecipadas".

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Fundo Amazônia é composto por superávit/(déficit) dos exercícios.

12. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Fundo não apresenta riscos significativos de crédito, liquidez, mercado e operacional, pois possui operações muito limitadas. O Fundo tem concentração de risco de crédito com seu Administrador (fundos investidos) conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4. Os valores contábeis representam o montante do risco de crédito do Fundo conforme Nota Explicativa nº 1, os recursos para a continuidade e conclusão dos projetos já contratados estão garantidos conforme previsão nos contratos de doação.



FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

DIRETORIA

Gustavo Henrique Moreira Montezano – Presidente

Ângela Brandão Estelita Lins

Bianca Nasser Patrocínio

Bruno Laskowsky

Claudemir Brito Pereira

Fábio Almeida Abrahão

Leonardo Mendes Cabral

Petrônio Duarte Cançado

Ricardo Wering de Barros

Saulo Benigno Puttini

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Patrícia da Silva Barros

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcos Paulo Pereira da Silva
Contador - CRC-RJ 097.092/O-9

ANEXO 2 – Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos e focos de atuação para o biênio 2017-2018 (válidos até 28 de junho de 2019)

Projetos na Amazônia Legal		Projetos no Brasil fora da Amazônia Legal		Projetos em outros países tropicais	
A	Critérios orientadores	G1-G4	Critérios orientadores	H1-H3	Critérios orientadores
B	Condicionantes mínimos para projetos	G5-G14	Condicionantes mínimos para projetos	H4-H11	Condicionantes mínimos para projetos
C	Modalidades de aplicação dos recursos	G15-G16	Modalidades de aplicação dos recursos	H12-H13	Modalidades de aplicação dos recursos
D	Restrição de uso dos recursos	G17-G19	Restrição de uso dos recursos	H14-H16	Restrição de uso dos recursos
E	Critérios de equidade na aplicação dos recursos	G20	Critérios de equidade na aplicação dos recursos	H17	Critérios de equidade na aplicação dos recursos
F	Limitações na aplicação dos recursos				

Focos para o apoio do Fundo Amazônia no biênio 2017-2018	
I1-I3	Orientações gerais
I4-I6	Modalidades operacionais
I7-I10	Amazônia Legal – Eixo Monitoramento e Controle
I11-I13	Amazônia Legal – Eixo Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis
I14-I18	Amazônia Legal – Eixo Ordenamento Fundiário e Territorial
I19-I24	Amazônia Legal – Foco Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos
I25-I26	O apoio do Fundo Amazônia no Brasil fora da Amazônia Legal
I27	O apoio do Fundo Amazônia em outros países tropicais

CONSOLIDADO EM: 9.11.2018

Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia na Amazônia Legal

Área de aplicação	Limite de aplicação do total dos recursos disponíveis no ano	Tabelas
Projetos na Amazônia Legal	Sem limite	A-F

A. Critérios orientadores

Código	Critérios
A1	Temático
A2	Geográfico
A3	Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada
A4	Público-alvo
A5	Relevância

B. Condicionantes mínimos para projetos

Código	Condicionantes
B1	Indicadores de resultados
B2	Proponentes/executores
B3	Participação social
B4	Coerência com áreas temáticas do Fundo Amazônia
B5	Coerência com o PPCDAm, os PPCDs estaduais e a Proveg
B6	Coerência com a ENREDD+
B7	Adicionalidade de recursos
B8	Contrapartida
B9	Base territorial
B10	Publicidade e transparência
B11	Sustentabilidade do projeto
B12	Desconcentração dos recursos
B13	Benefícios de uso coletivo
B14	Não substituição de outras fontes de financiamento

C. Modalidades de aplicação dos recursos

Código	Modalidades
C1	Aplicação direta – Investimento
C2	Aplicação direta – Custeio
C3	Pagamento por serviços ambientais
C4	Aplicação indireta

D. Restrição de uso dos recursos

Código	Restrições
D1	Diárias
D2	Pagamento de pessoas físicas
D3	Impostos e tributos

E. Critérios de equidade de aplicação dos recursos

Código	Critérios
E1	Equidade na aplicação de recursos por Estado
E2	Equidade por tipo de proponente

F. Limitações na aplicação dos recursos

Código	Limitações
F1	Projetos com fins econômicos
F2	Projetos com fins econômicos de apoio a grupos sociais fragilizados
F3	Projetos com fins econômicos de pesquisa científica e tecnológica desenvolvidos em cooperação entre instituições tecnológicas (IT) e entidades com fins econômicos



CRITÉRIOS ORIENTADORES

A1 – Temático

O Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas temáticas:

- Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- Manejo florestal sustentável;
- Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- Recuperação de áreas desmatadas.

Os projetos deverão seguir os focos estabelecidos nessas diretrizes na Tabela I.

A2 – Geográfico

- Projetos realizados nos municípios prioritários para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento (a definição desses municípios é realizada em conformidade com o art. 2 do Decreto 6.321/2007);
- Projetos realizados nos municípios sob área de influência de grandes obras de infraestrutura;
- Projetos realizados nos municípios/regiões com maior conservação da cobertura florestal; e
- Projetos realizados em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade ou a melhoria do *status* de conservação das espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção.

A3 – Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada

Projetos que envolvam a articulação entre diversos atores, do setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais, com estrutura de governança compartilhada.

A4 – Público-alvo

Projetos envolvendo benefícios diretos a comunidades tradicionais, assentamentos e agricultores familiares.

A5 – Relevância

Projetos com maior potencial de replicabilidade; e

Projetos com maior potencial de impacto (ex. R\$/hectare de floresta protegido ou manejado sustentavelmente).

CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS

B1 – Indicadores de resultados

Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados aos objetivos do Fundo Amazônia.

B2 – Proponentes/executores

Projeto deve incluir anuência de todos os parceiros e coexecutores.

B3 – Participação social

Projetos envolvendo comunidades tradicionais e povos indígenas devem, obrigatoriamente, apresentar documento que comprove o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas. As comunidades envolvidas deverão ser explicitadas no projeto.

B4 – Coerência com áreas temáticas do Fundo Amazônia

Projeto deve se enquadrar em pelo menos uma área temática do Decreto 6.527/2008.

B5 – Coerência com o PPCDAm, os PPCDs estaduais ou a Proveg

Projeto deve demonstrar clara coerência com ações previstas no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), nos planos estaduais de prevenção e combate ao desmatamento (PPCD) e, quando cabível, com a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg).

B6 – Coerência com a ENREDD+

Projeto deve demonstrar clara coerência com a Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (ENREDD+).

B7 – Adicionalidade de recursos

Projetos devem respeitar o princípio da adicionalidade aos orçamentos públicos diretos destinados às áreas de aplicação do Fundo Amazônia. Na aplicação desse critério, poderão ser considerados os seguintes aspectos:

- orçamento médio público direto executado nos 2 (dois) anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta;
- variação do orçamento da instituição ou órgão responsável comparado com a variação do orçamento do ente federativo a que se vincula ou integra (em relação ao ano anterior); e
- previsão nos planos plurianuais de governo vigentes (PPA).

(Continua)

**(Continuação)****B8 – Contrapartida**

Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidades aos recursos tomados no Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

B9 – Base territorial

Projetos devem explicitar a sua base territorial de aplicação (estado e, onde aplicável, município).

B10 – Publicidade e transparência

Projetos devem contar com mecanismo de divulgação de sua implementação pela internet.

B11 – Sustentabilidade do projeto

Apresentar estratégias de sustentação dos resultados do projeto depois da implantação.

B12 – Desconcentração dos recursos

Deve-se buscar equilibrar, no conjunto da atuação do fundo, o apoio a todas as suas áreas temáticas, de acordo com as prioridades que forem definidas.

B13 – Resultados dos projetos com fins econômicos

Os resultados dos projetos com fins econômicos devem priorizar benefícios coletivos ou públicos, relacionados a:

- infraestrutura produtiva, serviços e insumos de uso coletivo, sem prejuízo da apropriação individual de benefícios pelo público-alvo do Fundo Amazônia (item A4);
- estudos e levantamentos com resultados disponibilizados à coletividade;
- treinamento e capacitação abertos à coletividade;
- desenvolvimento tecnológico com resultados abertos à coletividade, sempre que viável;
- inovações replicáveis e de aplicação prática; e
- outros benefícios coletivos identificados no processo de avaliação dos projetos.

B14 – Não substituição de outras fontes de financiamento

Os recursos do Fundo Amazônia não podem substituir outras fontes de financiamento disponíveis.

MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**C1 – Aplicação direta – Investimento**

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

C2 – Aplicação direta – Custeio

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo e comunicação, entre outros. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

C3 – Pagamento por serviços ambientais

Pagamentos realizados aos provedores de serviços ambientais. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

C4 – Aplicação indireta

Aplicações indiretas por intermédio de iniciativas agregadoras de pequenos projetos, aí incluídos fundos e outras organizações implementadoras de projetos.

RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS**D1 – Diárias**

Não poderão ser pagas diárias para agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública. Não se aplica essa restrição em caso de financiamento a atividades de pesquisa.

D2 – Pagamento de pessoas físicas

Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).

(Continua)

**(Continuação)****D3 – Impostos e tributos**

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto (a restrição não se aplica a tributos relacionados às atividades dos projetos, como ICMS incluído nos preços dos produtos e INSS sobre o pagamento de serviços de pessoa física).

CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**E1 – Equidade na aplicação de recursos por estado**

Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo estado.

E2 – Equidade por tipo de proponente

Evitar a concentração de recursos entre os tipos de proponentes: órgãos públicos, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil. No contexto do Fundo Amazônia, incluem-se em sociedade civil as organizações não governamentais, representações de classe, empresas e outras instituições de direito privado.

LIMITAÇÕES NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**F1 – Projetos com fins econômicos**

Participação máxima do Fundo Amazônia:

90% para projetos que envolvam micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual menor ou igual a R\$ 3,6 milhões;

70% para projetos que envolvam médias empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 3,6 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões;

50% para projetos que envolvam grandes empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 300 milhões.

Observação: Na hipótese de início de atividades no próprio ano-calendário, os limites acima referidos serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses. Nos casos de empresas em implantação, será considerada a projeção anual de vendas utilizada no empreendimento, levando-se em conta a capacidade total instalada. Quando a empresa for controlada por outra empresa ou pertencer a um grupo econômico, a classificação do porte se dará considerando-se a receita operacional bruta consolidada.

F2 – Projetos com fins econômicos de apoio a grupos sociais fragilizados

Participação máxima do Fundo Amazônia, em casos devidamente justificados: 100%. Os resultados econômicos que resultem dos projetos de apoio a grupos sociais fragilizados deverão ser distribuídos aos integrantes destes, independentemente de quem seja o proponente.

F3 – Projetos com fins econômicos de pesquisa científica e tecnológica desenvolvidos em cooperação entre instituições tecnológicas (IT) e entidades com fins econômicos

Participação máxima do Fundo Amazônia:

90% para projetos que envolvam micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual menor ou igual a R\$ 3,6 milhões;

80% para projetos que envolvam médias empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 3,6 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões;

70% para projetos que envolvam grandes empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 300 milhões.

- Os beneficiários dos recursos financeiros do Fundo Amazônia serão as instituições tecnológicas (IT) e/ou instituições de apoio (IA).
- Instituição tecnológica (IT): pessoa jurídica de direito público interno ou entidade direta ou indiretamente por ela controlada ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tenham por missão institucional, entre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, bem como desenvolvimento tecnológico.
- Instituições de apoio (IA): instituições sem fins lucrativos criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e instituições criadas ao amparo da Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que tenham essa mesma finalidade.
- As empresas e/ou demais entidades com fins econômicos com interesse estratégico nas pesquisas não serão beneficiárias diretas dos recursos. Elas serão intervenientes nas operações de financiamento e deverão aportar contrapartida financeira complementando os recursos do Fundo Amazônia.
- São apoiáveis os investimentos realizados em benefício da instituição tecnológica (IT), com propósito específico de atender aos objetivos do projeto.
- A participação na propriedade intelectual e nos resultados econômicos provenientes da exploração das criações resultantes do projeto obedecerá aos dispositivos previstos na Lei da Inovação (Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004). Assim, as partes deverão prever, em contrato, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados. Essas serão asseguradas, desde que previsto no contrato, na proporção equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento já existente no início da parceria e dos recursos humanos, financeiros e materiais alocados pelas partes contratantes no projeto.
- Durante a etapa de análise, o BNDES verificará aspectos relacionados aos direitos de propriedade intelectual resultantes do projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação com o intuito de evitar, quando pertinente, práticas restritivas de utilização e cessão desses direitos. Além dos aspectos referidos, o BNDES verificará, também, na etapa de análise, os critérios de rateio dos resultados financeiros do projeto.

Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia em projetos de desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento no Brasil fora da Amazônia Legal

Área de aplicação	Limite de aplicação do total dos recursos	Tabelas
Projetos no Brasil fora da Amazônia Legal e em outros países tropicais	20%	G e H

CRITÉRIOS ORIENTADORES

G1 – Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada

Projetos que envolvam a articulação entre diversos atores, do setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais, com estrutura de governança compartilhada.

G2 – Relevância

Projetos que desenvolvam e implementem metodologia de monitoramento de longo prazo para REDD+.

G3 – Escala

No âmbito do apoio no Brasil fora da Amazônia Legal, terão prioridade os projetos de sistema de monitoramento por bioma, de caráter permanente, que contribuam para o monitoramento em escala nacional e de sistema de controle do desmatamento, queimadas e incêndios florestais, conforme planos de prevenção e controle.

G4 – Escopo

Projetos de cadastramento ambiental rural (CAR) e de integração dos dados de gestão florestal estaduais ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor) são considerados parte dos sistemas de controle ambiental.

CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS

G5 – Indicadores de resultado

Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados à implantação de sistema de monitoramento de desmatamento ou degradação florestal.

G6 – Proponentes/executores

Projeto deve incluir anuência de todos os parceiros e coexecutores.

G7 – Participação social

Projetos envolvendo comunidades tradicionais e povos indígenas devem, obrigatoriamente, apresentar documento que comprove o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas. As comunidades envolvidas deverão ser explicitadas no projeto.

G8 – Contribuição para REDD+

Projeto deve contribuir direta ou indiretamente para levar à REDD+.

G9 – Adicionalidade de recursos

Projetos devem representar adicionalidade aos orçamentos públicos destinados às áreas de aplicação do Fundo Amazônia. Na aplicação desse critério, poderão ser considerados os seguintes aspectos: orçamento médio público direto executado nos 2 (dois) anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta; variação do orçamento da instituição/órgão responsável comparado com a variação do orçamento do ente federativo a que se vincula ou integra (em relação ao ano anterior); e previsão nos planos plurianuais (PPA) de governo vigentes.

G10 – Contrapartida

Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidades aos recursos tomados no Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

(Continua)

**(Continuação)****G11 – Base territorial**

Projetos devem abordar prioritariamente o monitoramento da vegetação de um bioma por completo.

G12 – Publicidade e transparência

Sistemas de monitoramento apoiados pelo Fundo Amazônia devem ser constituídos com base em plataformas que permitam ampla divulgação, transparência e acesso aos dados produzidos, por meio da internet.

G13 – Sustentabilidade do projeto

Demonstração da capacidade de sustentação econômica do projeto depois de sua implantação.

G14 – Desconcentração dos recursos

Deve-se buscar equilibrar, no conjunto da atuação do fundo, o apoio a todas as suas áreas temáticas, de acordo com as prioridades que forem definidas.

MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**G15 – Aplicação direta – Investimento**

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

G16 – Aplicação direta – Custeio

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo e comunicação, entre outros. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS**G17 – Diárias**

Não poderão ser pagas diárias para agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública. Não se aplica essa restrição em caso de financiamento a atividades de pesquisa.

G18 – Pagamento de pessoas físicas

Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).

G19 – Impostos e tributos

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto (a restrição não se aplica a tributos relacionados às atividades dos projetos, como ICMS incluído nos preços dos produtos e INSS sobre o pagamento de serviços de pessoa física).

CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**G20 – Equidade na aplicação de recursos por estado**

Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo estado.





Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia em projetos de desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros países tropicais

Área de aplicação	Limite de aplicação do total dos recursos	Tabelas
Projetos no Brasil fora da Amazônia Legal e em outros países tropicais	20%	G e H

CRITÉRIOS ORIENTADORES

H1 – Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada

Projetos que envolvam a articulação entre diversos atores, do setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais, com estrutura de governança compartilhada. Projetos que envolvam articulação regional.

H2 – Relevância

Países com maior cobertura florestal.

H3 – Escopo

Em outros países tropicais, o apoio do Fundo Amazônia será limitado a projetos que contribuam para a criação ou o aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal e sistemas de controle do desmatamento.

Entende-se por sistemas de monitoramento da cobertura florestal a aplicação de técnicas que envolvam o processamento (exemplo: georreferenciamento, realces e classificação) de imagens da superfície terrestre (satelitais ou aerotransportadas) para fins de mapeamento da cobertura e do uso do solo, do desmatamento, da degradação florestal e da recuperação florestal (regeneração e reflorestamentos), com o uso da informação produzida (exemplo: elaboração de mapas, análises espaciais e estatísticas) para o subsídio à gestão florestal. Entende-se por sistemas de controle do desmatamento a elaboração de planos de ação para a redução do desmatamento, o desenvolvimento de plataformas de mensuração, reporte e verificação dos dados sobre a cobertura florestal, organização, gestão e disponibilização de informações sobre o processo de supressão da floresta, como planos de manejo, autorizações, licenças, guias de comercialização e transporte e outros documentos de controle florestal. Inclui-se ainda o apoio à criação e ao aprimoramento de sistemas de rastreabilidade de produtos florestais (definição de metodologias e procedimentos, desenvolvimento de base de dados e sistemas de gestão da informação).

CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS

H4 – Indicadores de resultado

Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados à implantação de sistema de monitoramento de desmatamento ou degradação florestal.

H5 – Proponentes/executores

Projeto deve ser apresentado pelo governo central do país beneficiário, por instituições multilaterais ou, ainda, por instituições brasileiras governamentais, devendo contar com a anuência formal, nos dois últimos casos, do governo central do país que se beneficiará com as ações a serem desenvolvidas pelo projeto.

H6 – Contribuição para REDD+

Projeto deve contribuir direta ou indiretamente para levar à REDD+.

H7 – Contrapartida

Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidade aos recursos tomados no Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo. Poderão ser considerados os seguintes aspectos: orçamento médio direto executado nos 2 (dois) anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta; variação do orçamento da instituição ou órgão responsável comparado com o orçamento do ente federativo a que se vincula ou integra (em relação ao ano anterior); e previsão nos planos plurianuais de governo vigentes. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

H8 – Publicidade e transparência

Sistemas de monitoramento apoiados pelo Fundo Amazônia devem ser constituídos com base em plataformas que permitam ampla divulgação, transparência e acesso aos dados produzidos, por meio da internet.

(Continua)

**(Continuação)****H9 – Sustentabilidade do projeto**

Demonstração da capacidade de sustentação econômica do projeto após a implantação.

H10 – Desconcentração dos recursos

Deve-se buscar equilibrar, no conjunto da atuação do fundo, o apoio a todas as suas áreas temáticas, de acordo com as prioridades que forem definidas.

H11 – Etapa prévia

Como etapa de consideração de projetos internacionais, o BNDES solicitará, previamente ao seu processo de enquadramento de projetos, avaliação formal do Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre a prioridade e os impactos do projeto no que se refere às relações externas do Brasil.

MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**H12 – Aplicação direta – Investimento**

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

H13 – Aplicação direta – Custeio

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo e comunicação, entre outros. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS**H14 – Diárias**

Não poderão ser pagas diárias para agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública. Não se aplica essa restrição em caso de financiamento a atividades de pesquisa.

H15 – Pagamento de pessoas físicas

Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).

H16 – Impostos e tributos

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto.

CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**H17 – Equidade na aplicação de recursos por país**

Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo país.





Focos para o apoio do Fundo Amazônia no biênio 2017-2018

ORIENTAÇÕES GERAIS

I1 – Focos para o biênio 2017-2018

Nos itens a seguir, são definidos os focos de atuação do Fundo Amazônia para o biênio 2017-2018 e estabelecidos diretrizes e critérios adicionais. Caso não tenha ocorrido a revisão desses focos até 31 de dezembro de 2018, os focos aqui definidos terão vigência até a reunião imediatamente subsequente do Comitê Orientador do Fundo Amazônia ou até a aprovação das novas diretrizes.

I2 – Condicionantes do apoio aos estados

O apoio a novos projetos apresentados por governos estaduais estará condicionado a que o estado interessado esteja em processo de implantação do CAR em seu território, com recursos do Fundo Amazônia, próprios ou de outras fontes, devendo ser priorizados os novos projetos apresentados por estados que estejam integrados ou em processo de integração ao Sinaflor, em cumprimento ao art. 35 da Lei 12.651/2012.

Deverá ser incluída nos contratos do Fundo Amazônia com os estados da Amazônia Legal obrigação contratual prevendo a revisão, pelos estados, de seus planos de prevenção e combate ao desmatamento (PPCD), caso estejam desatualizados, bem como obrigação de produzir e divulgar anualmente um relatório de monitoramento de seus PPCDs.

I3 – Excepcionalização à condicionante de adicionalidade de recursos na Amazônia Legal

Projetos que visem dar continuidade ou aprimorar a fiscalização ambiental e o controle do desmatamento, apresentados por órgãos ou instituições públicas federais ou estaduais com mandato legal para realizar ações de fiscalização, no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), e projetos relacionados ao item I12 poderão, excepcionalmente, ser dispensados da condicionante mínima de adicionalidade de recursos, citada no item B7. Para tanto, serão necessárias a realização de uma consulta formal ao Ministério do Meio Ambiente e a apresentação de declaração do referido órgão/instituição proponente no sentido de que inexistente fonte de recursos disponíveis para o apoio financeiro pleiteado. A justificativa técnica e a declaração acima mencionadas são documentos obrigatórios e conjuntos à proposta protocolada formalmente no BNDES, o qual verificará, para fins de enquadramento, aderência à condicionante no âmbito dos contratos de doação ao Fundo Amazônia.

MODALIDADES OPERACIONAIS

I4 – Modalidades operacionais

Os focos aqui definidos serão apoiados por meio da apresentação direta de projetos estruturantes ou de projetos selecionados através de chamadas públicas promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES) ou por intermédio de instituições parceiras.

O apoio a projetos de desenvolvimento científico e tecnológico se dará exclusivamente pela modalidade chamada pública (promovida diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES) ou por intermédio de instituição parceira) ou por meio de projetos estruturantes que tenham por objetivo o subsídio à formulação ou à implementação de políticas públicas, conforme critérios a serem definidos pelo COFA.

Poderão ser definidos pelo COFA critérios orientadores para induzir a apresentação de projetos aderentes aos focos do biênio, que estabeleçam aspectos como público-alvo, escopo mínimo, itens apoiáveis, prazos e outras condicionantes.

I5 – Projeto estruturante

Projeto estruturante é aquele que atenda cumulativamente aos critérios a seguir:

- contribua para a implementação de uma política pública;
- seja resolutivo em relação à situação problema; e
- tenha escala no território (sempre que o projeto desenvolva as suas ações no território).

Os projetos estruturantes poderão ser propostos por: (i) entidades do Governo Federal; (ii) entidades dos governos estaduais; (iii) organizações privadas sem fins lucrativos; ou (iv) empresas ou (e) instituições multilaterais.

Será considerado atendido o critério “ter escala no território” quando, por exemplo, as ações do projeto abrangerem em sua totalidade um conjunto de municípios, de assentamentos ou de áreas protegidas, uma região estadual de planejamento, o entorno de grandes obras de infraestrutura etc. A definição da escala territorial deve ser balizada de acordo com as características do projeto e as respectivas políticas públicas.

I6 – Chamada pública

Além das chamadas de projetos promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES), será admitido o apoio a instituições parceiras para que estas promovam chamadas públicas de projetos. As instituições parceiras deverão comprovar experiência, conhecimento e capacidade operacional para conferir qualidade e escala às chamadas públicas, entendendo-se por instituições parceiras as entidades do terceiro setor e dos governos federal e estadual.

O Fundo Amazônia estará aberto permanentemente à apresentação, por instituições parceiras, de pedidos de colaboração financeira que busquem o seu apoio para a realização de chamadas públicas de projetos, com foco nas ações priorizadas para o biênio 2017-2018 na Amazônia Legal.

As chamadas públicas promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia ou apoiadas indiretamente por meio das instituições parceiras deverão ser objeto de publicidade, com a sua divulgação na página na internet do Fundo Amazônia ou das instituições parceiras responsáveis, conforme o caso.

AMAZÔNIA LEGAL – EIXO MONITORAMENTO E CONTROLE

I7 – Fiscalização e combate a crimes e infrações ambientais

Promoção da fiscalização, investigação e combate a crimes e infrações ambientais, incluindo o apoio: (i) ao aumento da capacidade de fiscalização ambiental, de investigação e de combate dos governos federal e estaduais; (ii) à integração dos sistemas estaduais de inteligência e fiscalização aos sistemas federais; (iii) a ações integradas de fiscalização, envolvendo órgãos estaduais de meio ambiente, Ibama, Funai e ICMBio; (iv) à informatização integrada dos dados de gestão florestal estaduais ao Sinaflor, inclusive autorizações de supressão de vegetação e de planos de manejo; e (v) destinação de bens apreendidos.

I8 – Implementação e efetivação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental

Promoção do processo de regularização ambiental por meio de: (i) apoio à inscrição no CAR de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até quatro módulos fiscais), terras indígenas e quilombolas; (ii) suporte à integração dos sistemas estaduais de CAR ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e adaptação de módulos complementares de análise e monitoramento, de gestão dos programas de regularização ambiental (PRA) dos estados e de cotas de reserva ambiental (CRA); (iii) apoio ao desenvolvimento e à implementação dos PRAs; (iv) suporte às atividades para a validação das inscrições no CAR; (v) apoio à elaboração e à validação dos projetos de recuperação de áreas degradadas e alteradas (Prada) de pequenas propriedades ou posses rurais familiares; e (vi) apoio à estruturação e à operacionalização do monitoramento da regularidade ambiental dos imóveis rurais.

O apoio à implantação do CAR e à regularização ambiental dos imóveis rurais será feito prioritariamente através de operações com os estados, que poderão firmar parcerias/contratações para a execução das ações necessárias, respeitada a legislação aplicável. Todavia, será possível apoiar por meio de outros parceiros projetos de CAR e de regularização ambiental em áreas que não foram contempladas nos projetos contratados com os estados.

I9 – Prevenção e combate à ocorrência dos incêndios florestais

Apoio a ações de prevenção e combate à degradação florestal causada por incêndios em vegetação nativa apresentadas por órgãos governamentais com atuação na Amazônia Legal, corpos de bombeiros militares ou organizações não governamentais em parceria com órgãos de governo, prioritariamente em assentamentos, unidades de conservação e terras indígenas.

Promoção da integração das informações sobre autorizações de queimadas emitidas pelos estados com o Sistema Nacional de Informações sobre o Fogo (Sisfogo), por meio de suporte à integração de sistemas.

I10 – Aprimoramento e fortalecimento do monitoramento da cobertura vegetal

Apoio ao monitoramento do desmatamento, da dinâmica da mudança do uso da terra, da degradação florestal e das queimadas na Amazônia Legal.

AMAZÔNIA LEGAL – EIXO FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

I11 – Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade

Estruturação, fortalecimento e consolidação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da agricultura familiar de base sustentável, incluindo valorização da economia extrativista, manejo florestal madeireiro e não madeireiro, aquicultura e arranjos de pesca, sistemas agroecológicos e agroflorestais, turismo de base comunitária, pecuária sustentável e assistência técnica para essas atividades.

I12 – Programa Bolsa Verde e pagamentos por serviços ambientais

Fortalecimento do Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde e de incentivos aos serviços ambientais e ecossistêmicos de base comunitária.

I13 – Recomposição de áreas degradadas e alteradas

Apoio à implementação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg), especialmente a recomposição de áreas degradadas e alteradas de: (i) pequenas propriedades ou posses rurais de até quatro módulos fiscais, com priorização de implementação de Pradas; e (ii) unidades de conservação da natureza, terras indígenas e comunidades tradicionais.

AMAZÔNIA LEGAL – EIXO ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL

I14 – Regularização fundiária

Apoio à regularização fundiária de terras públicas, com prioridade nas áreas críticas com maior desmatamento e conflitos agrários, incluindo o apoio à destinação de terras públicas e a realização de mutirões de regularização fundiária e ambiental. Não será passível de apoio o pagamento de indenizações por desapropriação.

I15 – Planejamento territorial

Apoio à elaboração, à revisão e ao detalhamento do zoneamento ecológico-econômico (ZEE), contemplando ações de capacitação de gestores e técnicos governamentais e da sociedade civil, e à formulação de planos de ação que prevejam a aplicação do ZEE em outros instrumentos de políticas públicas, como o Plano Plurianual, os programas de regularização ambiental, o licenciamento ambiental, a concessão de crédito rural e a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.

(Continua)

**(Continuação)****I16 – Terras indígenas**

Apoio à elaboração e à implementação dos planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas, alinhados com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), inclusive no que se refere à proteção e à vigilância de terras indígenas.

I17 – Áreas protegidas

Apoio à criação, ao reconhecimento e à consolidação de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas).

Apoio à formação de corredores ecológicos, conectando terras públicas e privadas, por meio, entre outros: (i) da criação de unidades de conservação; (ii) do aprimoramento da gestão ambiental e territorial de áreas protegidas, inclusive áreas de preservação permanente (APP), de reserva legal e uso restrito; (iii) da recuperação de áreas degradadas, observado o disposto no item I13; e (iv) da formalização dos acordos para manutenção dos corredores.

Apoio à recuperação e à manutenção de áreas prioritárias para gestão de unidades de conservação em zonas de amortecimento, ressalvado que o apoio estará limitado a pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até quatro módulos fiscais).

I18 – Assentamentos

Apoio à regularização ambiental e fundiária dos assentamentos, inclusive à implementação do Programa Assentamentos Verdes (Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia).

AMAZÔNIA LEGAL – EIXO CIÊNCIA, INOVAÇÃO E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS**I19 – Novos produtos da sociobiodiversidade**

Apoio à pesquisa científica e tecnológica voltada às cadeias de produtos da sociobiodiversidade, inclusive para o desenvolvimento de novos produtos a partir da biodiversidade amazônica – fármacos, fitofármacos, medicamentos, produtos cosméticos e outros de interesse das indústrias química e de alimentos.

I20 – Atividades produtivas sustentáveis

Apoio à pesquisa científica e tecnológica voltada ao manejo florestal madeireiro e não madeireiro, à recuperação de áreas degradadas (incluindo escolha de espécies, manejo de sementes e métodos para otimizar a recuperação), à integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), à pesca e aquicultura sustentáveis, à conservação de recursos hídricos e à conservação do solo.

I21 – Sistemas de monitoramento e controle do desmatamento, da degradação florestal e das queimadas

Apoio ao desenvolvimento, à implementação e ao aprimoramento de sistemas de monitoramento do uso e da cobertura da terra e de controle do desmatamento, da degradação florestal, da regeneração e das queimadas para fins de quantificação do desflorestamento, como subsídio às políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento.

I22 – Estudos, projeções e simulações

Apoio a estudos, projeções e simulações relacionados ao uso e à cobertura da terra, que tenham como objetivo subsidiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento e visando a redução das emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento, conforme critérios a serem definidos pelo COFA.

I23 – Financiamento comunitário

Apoio à estruturação e aporte de recursos financeiros em fundos rotativos comunitários ou instrumentos semelhantes para viabilizar a expansão das cadeias de valor do manejo florestal, da sociobiodiversidade e da agroecologia.

I24 – Promoção da política de compras públicas

Apoio à ampliação da política de compras públicas dos produtos originários de manejo florestal, da sociobiodiversidade e da agroecologia, visando dar-lhes sustentação e maior escala.

I25 – Instrumentos econômicos e negócios de impacto

Apoio ao desenvolvimento de um ecossistema de negócios de impacto e a outras ações de impacto na Amazônia Legal, bem como a instrumentos econômicos que permitam combinar os recursos do Fundo Amazônia com recursos privados ou de outras fontes.



O APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA NO BRASIL FORA DA AMAZÔNIA LEGAL

I26 – Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental dos imóveis rurais

Promoção do processo de regularização ambiental por meio de: (i) apoio à inscrição no CAR de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até quatro módulos fiscais); (ii) suporte à integração dos sistemas estaduais de CAR ao Sicar e adaptação de módulos complementares de análise e monitoramento; e (iii) suporte às atividades para a validação das inscrições no CAR.

Os beneficiários de projetos de apoio ao CAR fora da Amazônia Legal deverão necessariamente aportar contrapartida financeira. Nos projetos que contemplem estados em que os biomas Cerrado, Caatinga e Pantanal representam, cumulativamente, mais de 40% do seu território, deverão ser aportadas contrapartidas financeiras de, no mínimo, 10% do valor total do projeto. Nos demais casos fora da Amazônia Legal, deverão ser aportadas contrapartidas financeiras de, no mínimo, 20% do valor total do projeto.

O apoio à implantação do CAR será feito prioritariamente por meio de operações com estados, que poderão firmar parcerias/contratações para a execução das ações necessárias, respeitada a legislação aplicável.

I27 – Sistemas de monitoramento do desmatamento

Apoio a projetos que contribuam para a criação ou o aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal fora da Amazônia Legal, conforme diretrizes e critérios vigentes (ver itens G1 a G20).

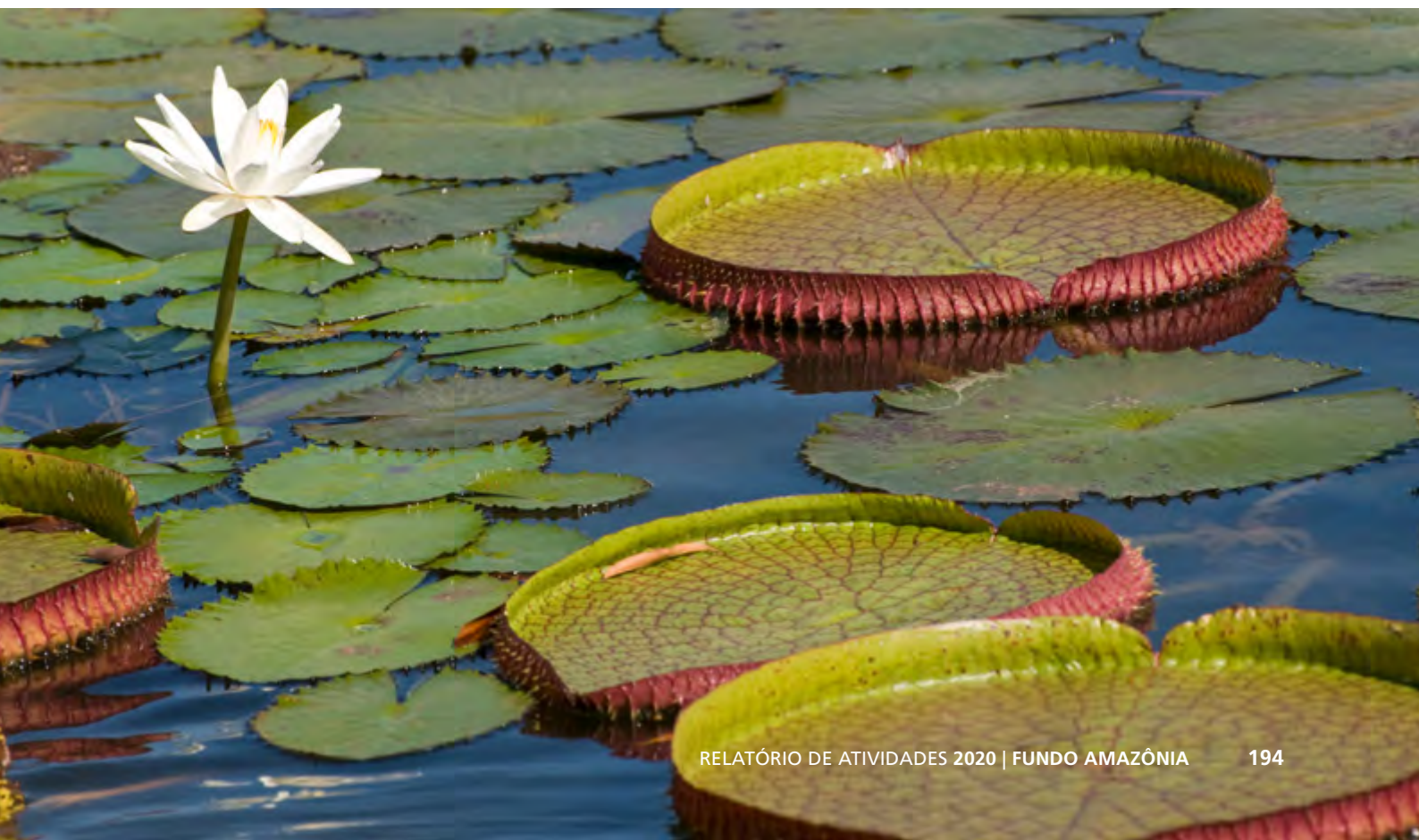
Apoio à proteção e vigilância em terras indígenas.

Promoção da informatização integrada dos dados de gestão florestal estaduais ao Sinaflor, inclusive autorizações de supressão de vegetação e de planos de manejo.

O APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA EM OUTROS PAÍSES TROPICAIS

I28 – Sistemas de monitoramento do desmatamento em outros países tropicais

Apoio a projetos que contribuam para a criação ou o aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal e sistemas de controle do desmatamento em outros países tropicais, conforme diretrizes e critérios vigentes (ver itens H1 a H17).



Anexo 3 – Cancelamentos, alterações de valores e suplementações

PROJETOS CANCELADOS			
Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Ano de cancelamento
S.O.S. Cumaru do Norte	Município de Cumaru do Norte (PA)	755.299,70	2012
Porto de Moz Sustentável	Município de Porto de Moz (PA)	337.206,46	2014
Anapu Rumo ao Selo Verde	Município de Anapu (PA)	431.940,00	2014
Maranhão Sustentável	Estado do Maranhão	20.036.000,00	2016
Bombeiros RR	Estado de Roraima	12.800.000,00	2016
Renda Florestal	Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável (Fundo Vale)	35.000.000,00	2017
Negócios Agroflorestais	Fundação Jari	2.838.549,00	2017
Sepror Agroecológica	Estado do Amazonas	14.900.000,00	2018
Gestão Ambiental Sustentável de Terras Indígenas	Estado do Amazonas	16.465.000,00	2018
Gestão Florestal e Dinamização de Cadeias Produtivas	Estado do Amapá	40.304.200,00	2018
Frutos da Floresta	União Brasileira de Educação e Ensino	4.053.734,00	2018
Companhia de Operações Ambientais União Federal	Ministério da Justiça	30.631.480,00	2020
TOTAL	-	178.553.409,16	-





PROJETOS CUJOS VALORES FORAM ALTERADOS				
Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Valor original do apoio (R\$)	Valor da alteração* (R\$)
Bolsa Floresta	Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	19.107.547,89	19.169.087,00	(61.539,11)
Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) – Fase II	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	19.949.058,91	20.000.000,00	(50.941,09)
Sementes do Portal	Instituto Ouro Verde (IOV)	5.397.778,87	5.433.450,00	(35.671,13)
Preservar Porto dos Gaúchos	Município de Porto dos Gaúchos (MT)	120.655,00	133.890,00	(13.235,00)
Recupera Marcelândia	Município de Marcelândia (MT)	551.556,98	669.126,00	(117.569,02)
Fundo Dema	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	7.615.854,00	9.347.384,00	(1.731.530,00)
CAR: Tocantins Legal	Estado do Tocantins	26.800.000,00	40.504.400,00	(13.704.400,00)
Valorização do Ativo Ambiental Florestal	Estado do Acre	57.057.461,00	60.000.000,00	(2.942.539,00)
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia	Universidade Federal do Pará (UFPA)	2.660.567,23	2.704.084,90	(43.517,67)
Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas	Estado do Amazonas	17.575.286,19	20.000.000,00	(2.424.713,81)
Jacundá, Município de Economia Verde	Município de Jacundá	199.352,05	792.200,00	(592.847,95)
Bombeiros Florestais de Mato Grosso	Estado de Mato Grosso	12.518.230,09	12.625.000,00	(106.769,91)
Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia	Fundação Banco do Brasil	14.515.520,43	15.000.000,00	(484.479,57)
Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado	Estado de Rondônia	31.227.392,40	32.659.602,00	(1.432.209,60)
Olhos d'Água da Amazônia – Fase II	Município de Alta Floresta	7.146.563,54	7.182.970,00	(36.406,46)
Programa Municípios Verdes	Estado do Pará	75.296.569,12	82.378.560,00	(7.081.990,88)
CAR Roraima	Estado de Roraima	3.075.205,25	10.820.500,00	(7.745.294,75)
Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros	Associação SOS Amazônia	9.953.000,00	9.993.000,00	(40.000,00)
Proteção Florestal Tocantins	Estado do Tocantins	4.958.910,00	5.000.000	(41.090,00)
Quintais Amazônicos	Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	8.837.852,29	9.117.000,00	279.147,71
Sentinelas da Floresta	Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam)	5.175.522,50	5.288.817,00	(113.294,50)
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre)	4.981.614,66	5.081.763,00	(100.148,34)
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre)	3.091.111,21	3.106.064,00	(14.952,79)
Amazônia Indígena Sustentável	Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé	7.352.757,03	8.188.872,44	(836.115,41)
Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu	Município de Cotriguaçu	1.567.845,25	1.981.511,00	(413.665,75)
APL Babaçu	Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão (Assema)	4.897.085,37	5.286.300,00	(389.214,63)

(Continua)



(Continuação)

PROJETOS CUJOS VALORES FORAM ALTERADOS				
Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Valor original do apoio (R\$)	Valor da alteração* (R\$)
Pequenos Projetos Eossociais na Amazônia	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)	12.814.691,38	12.843.876,04	(29.184,66)
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia	The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)	15.487.682,61	15.750.406,00	(262.723,39)
Assentamentos Sustentáveis na Amazônia	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)	23.425.282,04	24.939.200,37	(1.513.918,33)
Compostos Bioativos da Amazônia	Universidade Federal do Pará (UFPA)	1.352.368,48	1.352.336,00	32,48
Nascentes do Buriti	Município de Carlinda	1.875.500,94	1.870.581,50	4.919,44
Acre: Incêndios Florestais Zero	Estado do Acre	13.280.709,56	13.280.700,00	9,56
TOTAL		419.866.532,27	462.500.681,25	(42.634.148,98)

* Os últimos três projetos da tabela tiveram um aumento de valor, pois previam atualização monetária do valor da colaboração financeira do Fundo Amazônia.





PROJETOS COM SUPLEMENTAÇÃO					
Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Valor original do apoio (R\$)	Valor da suplementação (R\$)	Ano de aprovação da suplementação
Conhecer para Conservar	Museu da Amazônia (Musa)	9.984.629,00	8.454.421,00	1.530.208,00	2015
Concretizar	Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reça	6.422.748,00	4.751.520,00	1.671.228,00	2015
TOTAL		16.407.377,00	13.205.941,00	3.201.436,00	



ANEXO 4 – Modelo de quadro de resultados para projetos apoiados pelo Fundo Amazônia

Objetivos (efeitos diretos)	1.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas	1.2 Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado	1.3 Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade	1.4 Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica
COMPONENTE "PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL"				
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Imóveis rurais com projetos de produção sustentável implantados (nº de imóveis)	Unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo implantadas, ampliadas ou reformadas (nº de unidades de beneficiamento)	Capacitação para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis – total (nº de pessoas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – plantio, enriquecimento ou adensamento (hectares)
	Imóveis rurais beneficiados com assistência técnica (nº de imóveis)	Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades)	Capacitação para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis – mulheres (nº de mulheres)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – condução da regeneração natural (hectares)
	Unidades demonstrativas implantadas – sistemas agroflorestais (SAF)/pecuária sustentável/integração lavoura-pecuária-floresta (nº de unidades demonstrativas)	Equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/ carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Capacitação para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis – indígenas (nº de indígenas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal – sistemas agroflorestais (SAF) (hectares)
	Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades)	Estudos para produção sustentável elaborados – diagnósticos/planos de negócios/planos de comunicação (nº de estudos)	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)	Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades)
	Equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/carros/ caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)	Equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/ carros/ caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)
	Estudos para produção sustentável elaborados – diagnósticos/planos de negócios/planos de comunicação (nº de estudos)	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)
	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficina realizados (nº de eventos)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)

(Continua)



(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	1.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas	1.2 Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado	1.3 Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade	1.4 Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica
COMPONENTE “PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL”				
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)
	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)
	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)
	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)	Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)
	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)	Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)		Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)
	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)			Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)
	Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)			
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos <i>in natura</i> (R\$ mil)	Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos beneficiados e serviços (R\$ mil)	Indivíduos capacitados para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	Área recuperada em utilização para fins econômicos (hectares)
	Área de floresta diretamente manejada (hectares)	Área de floresta diretamente manejada (hectares)	Indivíduos capacitados para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de mulheres)	Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental – regeneração em andamento (hectares)
	Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)	Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)	Indivíduos capacitados para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – indígenas (nº de indígenas)	Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)
			Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)	

(Continua)



(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas	2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades
COMPONENTE "MONITORAMENTO E CONTROLE"		
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – total (nº de indivíduos)	Imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – protocolo (nº de imóveis)
	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – mulheres (nº de mulheres)	Área de imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – protocolo (hectares)
	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – servidores públicos (nº de servidores)	Equipamentos de transporte adquiridos para monitoramento, controle e regularização ambiental – embarcações/carros/caminhões/motocicletas (nº de equipamentos)
	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – servidores públicos mulheres (nº de servidores mulheres)	Imóveis rurais com cadastro analisado (nº de imóveis)
	Equipamentos de transporte adquiridos para monitoramento, controle e regularização ambiental – embarcações/carros/caminhões/motocicletas (nº de equipamentos)	Área de imóveis rurais com cadastro analisado (hectares)
	Equipamentos adquiridos para combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas – aeronave/caminhonete/embarcação/tanque-reboque/caminhão autotanque florestal (nº de equipamentos)	Projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) elaborados (nº projetos)
	Veículos alugados para ações de fiscalização ambiental (nº de veículos)	Área de imóveis com projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) elaborados (hectares)
	Horas de voo executadas em ações de fiscalização ambiental (nº de horas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – plantio, enriquecimento ou adensamento (hectares)
	Missões de fiscalização ambiental executadas (nº de missões)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – condução da regeneração natural (hectares)
	Capacitação em técnicas de combate ao fogo para formação de brigadas civis – total (nº de pessoas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal – sistemas agroflorestais (SAF) (hectares)
	Capacitação em técnicas de combate ao fogo para formação de brigadas civis – mulheres (nº de pessoas)	Eventos integradores para monitoramento, controle e regularização ambiental – seminários/oficinas (nº de eventos)
	Sistemas eletrônicos implantados, aprimorados e/ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de sistemas)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para monitoramento, controle ou regularização ambiental (nº de publicações)
	Eventos integradores para monitoramento, controle e regularização ambiental – seminários/oficinas (nº de eventos)	Infraestrutura para recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades)
	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para monitoramento, controle ou regularização ambiental (nº de publicações)	
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de monitoramento e controle (hectares)	
	Órgãos ambientais fortalecidos (nº de órgãos)	
	Capacitação em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo – servidores públicos (nº de servidores)	

(Continua)



(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas	2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades
COMPONENTE “MONITORAMENTO E CONTROLE”		
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Capacitação em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo – servidores públicos (nº de servidores mulheres)	
	Capacitação em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo – total (nº de indivíduos)	
	Capacitação em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo – mulheres (nº de mulheres)	
	Operações de combate a incêndios florestais ou queimadas não autorizadas realizadas pelo corpo de bombeiros militar em parceria com órgãos federais (nº de operações conjuntas)	
	Operações de combate a incêndios florestais ou queimadas não autorizadas realizadas pelo corpo de bombeiros militar em parceria com outros Corpos de Bombeiros Militares (nº de operações conjuntas)	
	Ações de apoio pelo corpo de bombeiros militar à fiscalização ambiental realizadas por outros órgãos estaduais e federais competentes (nº de ações de apoio)	
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Área monitorada na Amazônia Legal (hectares)	Imóveis inscritos no CAR com cadastro analisado e regular (nº de imóveis)
	Área monitorada no Brasil fora da Amazônia Legal (hectares)	Área de imóveis inscritos no CAR com cadastro analisado e regular (hectares)
	Área monitorada em outros países tropicais (hectares)	Projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) aprovados pelo órgão ambiental (nº de projetos)
	Autos de infração lavrados por infrações contra a flora (nº de autos)	Área de imóveis com projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) aprovados pelo órgão ambiental (hectares)
	Multas aplicadas por infrações contra a flora (R\$ mil)	Área recuperada em utilização para fins econômicos (hectares)
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental – regeneração em andamento (hectares)
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de mulheres)	
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos (nº de servidores)	
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos mulheres (nº de servidores mulheres)	
	Indivíduos capacitados em técnicas de combate ao fogo para a formação de brigadas civis aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	
	Mulheres capacitadas em técnicas de combate ao fogo para a formação de brigadas civis aplicando os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de mulheres)	

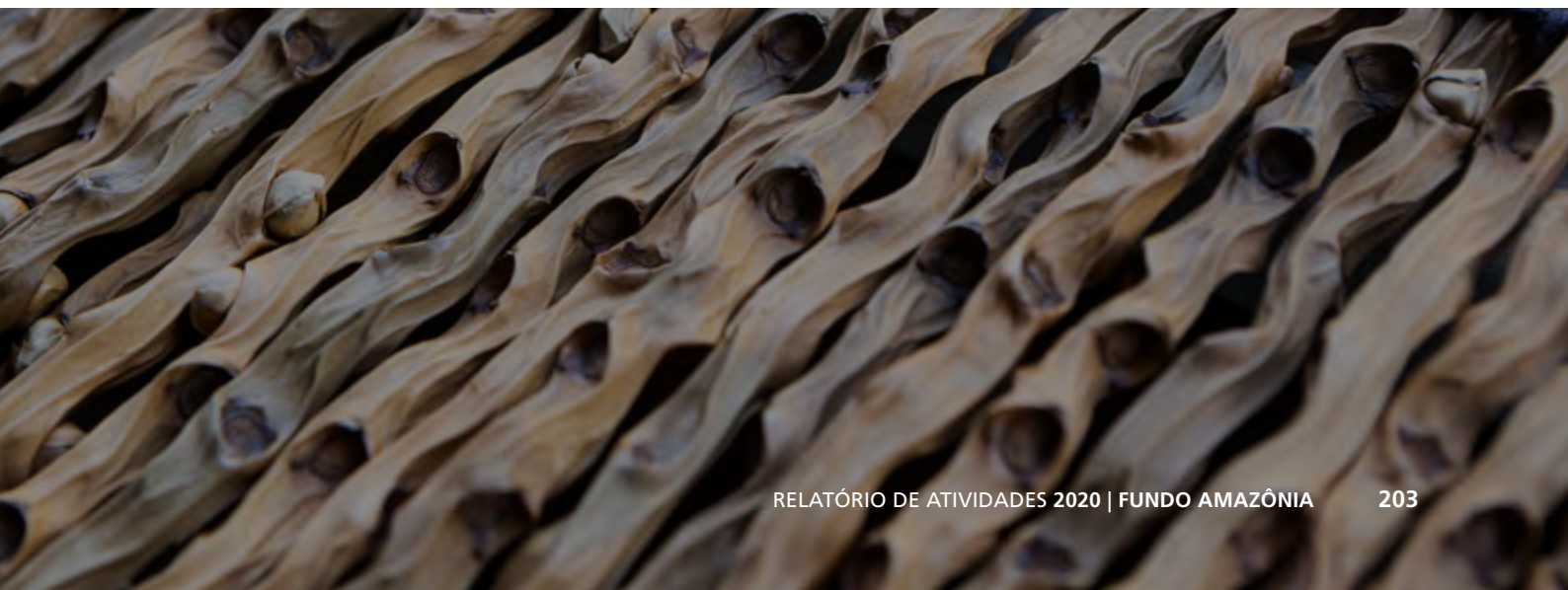
(Continua)



(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas	2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades
COMPONENTE “MONITORAMENTO E CONTROLE”		
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Focos de calor – primeira medição é a média do número de focos de calor nos cinco anos anteriores à implementação das ações do projeto (nº de focos de calor)	
	Focos de calor verificados pelo corpo de bombeiros mediante ida a campo (nº de focos de calor)	
	Incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos pelo corpo de bombeiros (nº de incêndios)	
	Indivíduos capacitados em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos (nº de servidores)	
	Indivíduos capacitados em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos (nº de servidores mulheres)	
	Indivíduos capacitados em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	
	Indivíduos capacitados em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de mulheres)	
	Acessos a sistemas eletrônicos implantados ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de acessos)	
	Organizações utilizando sistemas eletrônicos implantados e/ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de organizações)	

(Continua)





(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas	3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada	3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas	3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) ampliadas
COMPONENTE "ORDENAMENTO TERRITORIAL"				
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Estudos para a identificação de áreas prioritárias para a criação de unidades de conservação (UC) ou reconhecimento de terras indígenas (TI) realizados (nº de estudos)	Planos de gestão territorial elaborados ou revisados (nº de planos)	Imóveis rurais com georreferenciamento realizado para fins de regularização fundiária (nº de imóveis)	Estudos de planejamento e/ou diagnóstico e/ou prognóstico para a realização do ZEE (nº de estudos)
	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)
	Eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Banco de Dados Geográficos (BDG) estruturado e alimentado com as geoinformações utilizadas para elaboração do ZEE (nº de banco de dados)
	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)	Missões de vigilância territorial executadas (nº de missões)	Documentos digitalizados para gestão fundiária (nº de documentos)	Eventos públicos de discussão e validação do ZEE realizados (nº de eventos)
	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indivíduos)	Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – total (nº de indivíduos)	Área de imóveis rurais com georreferenciamento realizado para fins de regularização fundiária (hectares)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)
	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial (nº de mulheres)	Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – mulheres (nº de mulheres)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indivíduos)	
	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indígenas)	Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – indígenas (nº de indígenas)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial (nº de mulheres)	

(Continua)



(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas	3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada	3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas	3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do zoneamento ecológico- econômico (ZEE) ampliadas
COMPONENTE "ORDENAMENTO TERRITORIAL"				
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?		Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – servidores públicos (nº de servidores)	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indígenas)	
		Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – servidores públicos mulheres (nº de servidores mulheres)		
		Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)		
		Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – plantio, enriquecimento ou adensamento (hectares)		
		Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – condução da regeneração natural (hectares)		
		Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal – sistemas agroflorestais (SAF) (hectares)		
		Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)		
		Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)		
		Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indivíduos)		
		Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial (nº de mulheres)		
		Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indígenas)		
		Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/ chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)		

(Continua)



(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas	3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada	3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas	3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do zoneamento ecológico- econômico (ZEE) ampliadas
COMPONENTE "ORDENAMENTO TERRITORIAL"				
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Área de UCs da natureza criadas (hectares)	UCs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (nº de UCs)	Imóveis rurais com situação fundiária regularizada (nº de imóveis)	Área de terras com organização do território definida por meio do ZEE (hectares)
	Área de TIs reconhecidas (hectares)	Área de UCs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (hectares)	Área de imóveis rurais com situação fundiária regularizada (hectares)	
		TIs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (nº de TIs)		
		Área de TIs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (hectares)		
		Indivíduos capacitados para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)		
		Mulheres capacitadas para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos (nº de mulheres)		
		Indígenas capacitados para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos (nº de indígenas)		
		Servidores públicos capacitados em gestão de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de servidores)		
		Servidores públicos capacitados em gestão de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de servidores mulheres)		
		Área recuperada em utilização para fins econômicos (hectares)		
		Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ ou regularização ambiental – regeneração em andamento (hectares)		
		Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)		

(Continua)



(Continuação)

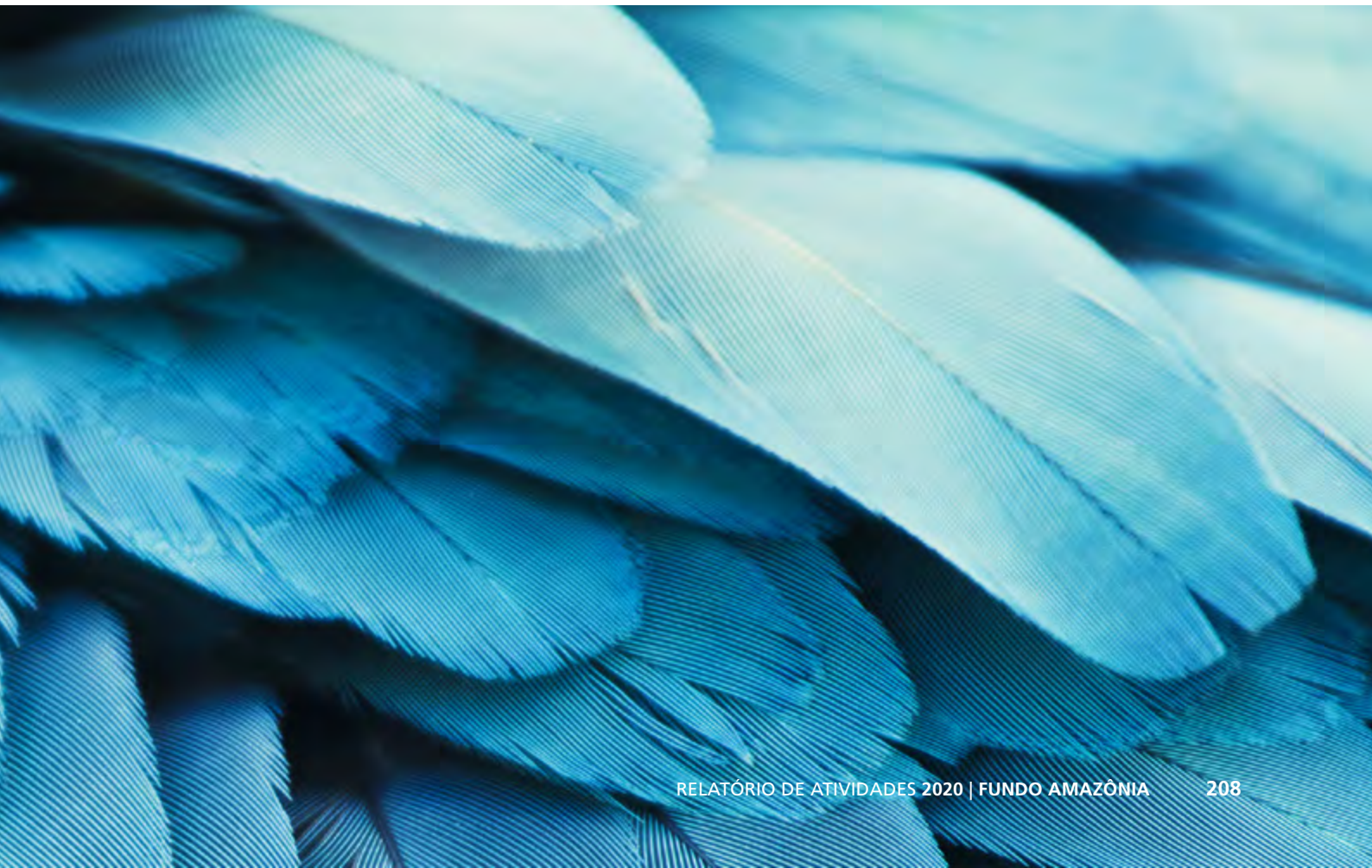
Objetivos (efeitos diretos)	4.1 Conhecimentos e tecnologias voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial produzidos, difundidos e utilizados	4.2 Instrumentos econômicos voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial desenvolvidos, difundidos e utilizados
COMPONENTE "CIÊNCIA, INOVAÇÃO E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS"		
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Pesquisas realizadas (nº de pesquisas)	Plataformas de finanças solidárias estruturadas para apoiar projetos das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade (nº de plataformas)
	Laboratórios construídos ou reformados (nº de laboratórios)	Valor pago por serviços ambientais (R\$ mil)
	Área de laboratórios construídos ou reformados (m²)	Subvenção concedida a extrativistas e pequenos produtores rurais para a promoção das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade (R\$ mil)
	Equipamentos de transporte adquiridos para ciência e inovação – embarcações/carros/ caminhões/ motocicletas (nº de equipamentos)	Valor pago por programas de compras públicas (R\$ mil)
	Sistemas eletrônicos desenvolvidos e/ou aprimorados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de sistemas)	Imóveis rurais beneficiados com pagamento por serviços ambientais (nº de imóveis)
	Eventos integradores para ciência e inovação – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Equipamentos de transporte adquiridos para implementação de instrumentos econômicos – embarcações/carros/caminhões/motocicletas (nº de equipamentos)
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de monitoramento e controle (hectares)	Eventos integradores para implementação de instrumentos econômicos – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para implementação de instrumentos econômicos (nº de publicações)
	Pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica para a execução do projeto – total (nº de indivíduos)	Mapeamento de oportunidades de negócios de impactos socioambientais realizado (nº de mapeamentos)
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Mulheres pesquisadoras e técnicas envolvidas nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica para a execução do projeto (nº de mulheres)	
	Publicações científicas produzidas (nº de publicações)	Operações de finanças solidárias realizadas (capital de giro, prestação de aval etc.) para fomentar atividades produtivas sustentáveis (nº de operações)
	Novos produtos ou tecnologias desenvolvidos (nº de produtos)	Valor do apoio realizado (capital de giro, prestação de aval etc.) por meio de instrumentos de plataforma de finanças solidárias (R\$ mil)
	Patentes depositadas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (nº de patentes)	Inadimplemento financeiro resultante de operações de finanças solidárias (capital de giro, prestação de aval etc.) para fomentar atividades produtivas sustentáveis (R\$ mil)
	Informações geoespacializadas de uso e cobertura da terra geradas por tecnologias desenvolvidas ou aprimoradas – alertas/mapas/laudos (nº de informações)	Área de cobertura florestal beneficiada com pagamento por serviços ambientais (hectares)
		Organizações produtivas que venderam produtos no âmbito de programas de compras públicas (nº de organizações)
		Indivíduos que venderam produtos no âmbito de programas de compras públicas (nº de indivíduos)

(Continua)



(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	4.1 Conhecimentos e tecnologias voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial produzidos, difundidos e utilizados	4.2 Instrumentos econômicos voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial desenvolvidos, difundidos e utilizados
COMPONENTE "CIÊNCIA, INOVAÇÃO E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS"		
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?		Organizações produtivas beneficiadas por subvenções para promoção de produtos da sociobiodiversidade (nº de organizações)
		Indivíduos beneficiados por subvenções para promoção de produtos da sociobiodiversidade (nº de indivíduos)
		Valor aportado por fundo de investimento em negócios de impacto socioambiental com coinvestimento do Fundo Amazônia
		Faturamento anual com atividades econômicas de uso sustentável de organizações comunitárias – produtos <i>in natura</i> (R\$ mil)
		Faturamento anual com atividades econômicas de uso sustentável de organizações comunitárias – produtos beneficiados e serviços (R\$ mil)





Índice de projetos

Pará combatendo os incêndios florestais e queimadas não autorizadas	72
Nascentes do Buriti	80
Pequenos Projetos Eossociais na Amazônia	86
Quintais Amazônicos	94
APL Babaçu	101
Arapaima: Redes Produtivas	108
Alto Juruá	116
Projeto Amazônia Indígena Sustentável	124
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia	132
Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia	140
Proteção Florestal Tocantins	148
Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu	148
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	148
Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia	148
Jacundá – Município de Economia Verde	148
Sentinelas da Floresta	148
Biodiversidade	149
Compostos Bioativos da Amazônia	149
Florestas de Mangue	149
Pesca Sustentável	149
Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas	149
Olhos d'Água da Amazônia – Fase II	150



Bombeiros Florestais de Mato Grosso	150
Recupera Marcelândia	150
Semas Pará	150
Acre: Incêndios Florestais Zero	150
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia	150
Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase 2	151
Bolsa Floresta	151
Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável	151
Ilhas de Belém	151
Nova Cartografia Social na Amazônia Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	151
Gestão Socioambiental de Municípios do Pará	151
Virada Verde	152
Olhos d'Água da Amazônia	152
Preservar Porto dos Gaúchos	152
Sementes do Portal	152
Amazônia – Regularização Ambiental	154
Amazônia Agroecológica	154
Amazônia SAR	154
Assentamentos Sustentáveis na Amazônia	154
Bem Viver Sustentável	155
Bolsa Floresta+	155
Cadeias de Valor da Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso	155
Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros	155
Calha Norte Sustentável	155



Capacitar para Conservar	155
CAR Acre	156
CAR Amazonas	156
CAR Bahia	156
CAR Ceará	156
CAR Espírito Santo	156
CAR Mato Grosso do Sul	156
CAR Paraná	156
CAR Roraima	156
CAR: Tocantins Legal	156
Cidades Florestais	157
Concretizar	157
Conhecer para Conservar	157
Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas	157
Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre	157
Floresta Ativa Tapajós	157
Floresta de Babaçu em Pé	158
Floresta para Sempre	158
Florestas Comunitárias	158
Florestas de Valor – Novos modelos de Negócio para a Amazônia	158
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável	158
Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia	159
Fundação Banco do Brasil (Fase 2) – Fundo Amazônia	159
Fundação Banco do Brasil (FBB) – Fundo Amazônia	159



Fundo Dema	159
Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas	159
Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu ...	159
Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas	159
Inventário Florestal Nacional – Amazônia	160
IREHI – Cuidando dos Territórios	160
Legado Integrado da Região Amazônica (Lira)	160
Mais Sustentabilidade no Campo	160
Mamirauá	160
Mato Grosso Sustentável	160
Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros	160
Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia ..	160
Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional	161
Néctar da Amazônia	161
Pacto da Floresta	161
Plantar Rondônia	161
PPP-ECOS na Amazônia Fase 2	161
Prevfogo/Ibama	161
Profisc I - B	161
Programa de Qualificação da Gestão Ambiental	161
Programa Municípios Verdes	162
Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado (PDSEAI)	162
Projeto Integrado da Amazônia	162
Rondônia Mais Verde	162
Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu	162



Sementes do Portal – Fase II	163
Tapajós Sustentável	163
Terra a Limpo	163
Território, Cultura e Autonomia Kayapó	163
Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento	163
Valorização do Ativo Ambiental Florestal	163
Valorizando Cadeias Socioprodutivas Amazônicas.....	163





Ficha técnica

(composição dos cargos em 31 de dezembro de 2020)

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DO MEIO AMBIENTE

Ricardo Salles

MINISTRO DA ECONOMIA

Paulo Guedes

BNDES

PRESIDENTE

Gustavo Montezano

DIRETOR DA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA E SOCIOAMBIENTAL

Petrônio Cançado

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA E SOCIOAMBIENTAL

Julio Costa Leite

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E GESTÃO DO FUNDO AMAZÔNIA

Nabil Moura Kadri

EDIÇÃO

Gerência de Editoração e Memória do BNDES

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rodrigo Negreiros

COORDENAÇÃO E REDAÇÃO

Gerência de Relações Institucionais
do Fundo Amazônia

PROJETO GRÁFICO

Refinaria Design

PRODUÇÃO EDITORIAL

Expressão Editorial

FOTOS

Getty Images

Fundo Amazônia.
O Brasil cuida.
O mundo apoia.
Todos ganham.

EDITADO PELO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO
JUNHO DE 2021

www.bndes.gov.br